

Breno Mendes

A REPRESENTÂNCIA DO PASSADO HISTÓRICO
EM PAUL RICOEUR
LINGUAGEM, NARRATIVA E VERDADE

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
2013

Breno Mendes

A REPRESENTÂNCIA DO PASSADO HISTÓRICO
EM PAUL RICOEUR
LINGUAGEM, NARRATIVA E VERDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História

Linha de pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Reis

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
2013

907.2

M538r

2013

Mendes, Breno

A representância do passado histórico em Paul Ricoeur
[manuscrito] : linguagem, narrativa e verdade / Breno Mendes. -
2013.

223 f.

Orientador: José Carlos Reis.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ricoeur, Paul, 1913-2005. 2. História – Teses.
3. Representação (Filosofia) – Teses. 4. Narrativa (Retórica) –
Teses. I. Reis, José Carlos. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Breno Mendes**, intitulada: **A Representância do passado histórico em Paul Ricoeur**, no dia 29 de agosto de 2013 e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Jose Carlos Reis

Prof. Dr. **José Carlos Reis** - Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais

Mateus Henrique de Faria Pereira

Prof. Dr. **Mateus Henrique de Faria Pereira**
Universidade Federal de Ouro Preto

Fernando Felizardo Nicolazzi

Prof. Dr. **Fernando Felizardo Nicolazzi**
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Obrigado

(...)

-eu agradeço humildemente
gesto assim vário e divergente,

graças ao qual, em dois minutos,
tal como o fumo dos charutos,

já subo aos céus, já volvo ao chão,
pois tudo e nada nada são.

Carlos Drummond de Andrade

Agradeço sinceramente àqueles que contribuíram para a realização da pesquisa. Ao José Carlos Reis pela solícita orientação e pelas aulas instigantes que foram importantes em minhas ainda incipientes aventuras pela Teoria da História. Aos professores da banca e do exame de qualificação pela leitura e observações pertinentes: Fernando Nicolazzi, Mateus Pereira e Maria Eliza Linhares Borges. À Nathália Aguiar Campos pela revisão ortográfica. Aos funcionários da UFMG Edilene Oliveira, Mary Ramos e Denise Amaral Teixeira (Pós-Graduação em História), Andrea Baumgratz (Pós-Graduação em Filosofia) e Vilma Carvalho (Biblioteca/FAFICH).

Não poderia deixar de testemunhar minha gratidão à minha família, especialmente à minha mãe; aos amigos que estiveram comigo nessa jornada: Thales Oliveira, a Arraia-Miúda (Diogo Brant Caldeira, Juscelino Soares e Róbson Narciso, companheiros desde a graduação), Warley Alves Gomes, João Batista Botton, Augusto Leite, Fernando Garcia, Guilherme da Cruz e Zica, Carolline Andrade, Walderez Ramalho e os alunos do curso que ministrei sobre Ricoeur.

Àquele que é *tudo em todos*: muito obrigado.

Verdade

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim, não era possível atingir toda verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
Diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Carlos Drummond de Andrade

Resumo

A representação do passado histórico na obra de Paul Ricoeur é o objeto dessa pesquisa. O caminho escolhido para a investigação passa por conceitos correlatos ao tema, como linguagem, narrativa, ficção e verdade. A leitura é desdobrada a partir da hipótese de que a teoria da representação ricoeuriana teria desenvolvido um *realismo crítico*, que não se alinha nem aos parâmetros do realismo de objeto nem, tampouco, do relativismo. Na parte final da dissertação, delinearemos de maneira mais precisa os contornos da representação historiadora em Ricoeur, sobretudo, a partir do neologismo *representância*, cunhado pelo filósofo. Por fim, em nossas considerações finais, ensaiaremos a possibilidade de aproximação entre a representação do passado histórico e a teoria da tradução de Ricoeur.

Palavras-chave: Paul Ricoeur; Teoria da história; Representação; Linguagem, Narrativa; Verdade.

Abstract

The representation of the historical past in the work of Paul Ricoeur is the aim of this research. The way chosen for the investigation involves concepts related to the theme, such as language, narrative, fiction and truth. The reading is deployed from the hypothesis that the Ricoeurian representation theory would develop a critical realism, which does not line up or the parameters of realism object neither relativism. In the final part of the dissertation, we will delineate more accurately the contours of historian representation in Ricoeur, mainly from *representance* neologism, created by the philosopher. Finally, in our concluding remarks, we will rehearse the possibility of approximation between the representation of the historic past and theory of translation by Ricoeur.

Keywords: Paul Ricoeur; Theory of history; Representation, Language, Narrative, Truth.

Abreviaturas das obras de Ricoeur

Sempre que possível, consultamos a edição original em francês e a cotejamos com a tradução em português. Em nossas citações, todas as vezes que julgamos necessário, fizemos ajustes nas traduções disponíveis. As referências completas encontram-se no final da dissertação.

Ademais, dado que a presente dissertação põe em revista conceitos do pensamento de Paul Ricoeur, optou-se, uma vez que a menção das obras do autor seria recorrente, pelo recurso a formas abreviadas de referência a elas, como indicado na lista a seguir.

- AI *Autobiografia intelectual. Reflexões feitas.*
- CC *A crítica e a convicção*
- CI *O conflito das interpretações. Ensaio de Hermenêutica*
- HV *História e verdade*
- MHE *A memória, a história, o esquecimento.*
- MV *A metáfora viva*
- PR *Percurso do reconhecimento*
- SO *O si-mesmo como um outro*
- ST *Sobre a tradução*
- TA *Do texto à ação: Ensaio de Hermenêutica II*
- T&N *Tempo e narrativa*
- TI *Teoria da interpretação*

Sumário

Introdução

Apresentação da dissertação, delimitação do objeto e metodologia da pesquisa.....	12
---	----

Capítulo 1

Paul Ricoeur em face de algumas questões historiográficas de seu tempo.....	21
1.1 O debate entre estruturalismo e hermenêutica: a intervenção de Ricoeur.....	24
1.2 Questões da historiografia francesa contemporânea.....	31
1.3 O giro linguístico.....	34
1.4 A linguagem na filosofia de Paul Ricoeur.....	41
1.5 A leitura de Paul Ricoeur sobre o “retorno” do acontecimento.....	46
1.6 O famigerado “retorno” da narrativa.....	51

Capítulo 2

História e narrativa segundo Paul Ricoeur.....	56
2.1 A mediação entre tempo e narrativa.....	57
2.2 A tripla <i>mimesis</i> ou círculo hermenêutico.....	64
2.3 O eclipse da narrativa.....	77
2.4 A intencionalidade histórica: um questionamento em retorno.....	81

Capítulo 3

História e ficção em <i>Tempo e narrativa</i>	97
3.1 Situando o problema: história e ficção na escrita da História.....	97
3.2 A heterogeneidade da refiguração temporal na história e na ficção.....	101
3.3 A representação da realidade do passado histórico e a interação entre mundo do texto e mundo do leitor.....	107
3.4 O entrecruzamento entre história e ficção.....	126
3.5 A identidade narrativa e suas implicações éticas.....	132

Capítulo 4

Verdade e representância do passado histórico.....138

4.1 Objetividade e subjetividade em história: uma epistemologia mista.....139

4.2 O testemunho e a prova documental.....148

4.3 Explicação/compreensão e a dialética da representação.....163

4.4 A representação historiadora, a referencialidade e os limites da representação.....168

4.5 A representação historiadora sob o signo da representância.....177

Considerações finais

A representação do passado histórico, o desafio e felicidade de sua tradução.....200

Referências.....211

1- Bibliografia de Paul Ricoeur.....211

2- Bibliografia geral.....213

Introdução

Apresentação da dissertação, delimitação do objeto e metodologia da pesquisa

Representação é um conceito que figura entre os mais empregados e estudados nas últimas décadas pelos diversos campos da história da historiografia. Entretanto, essa presença assídua nas pesquisas está longe de indicar homogeneidade ou consenso sobre suas significações. Nesse cenário, despontam, de forma saliente, as investigações sobre as representações sociais, que procuram explicar como a realidade é construída pelas práticas simbólicas e representações culturais dos múltiplos sujeitos sociais. Com o declínio da história das mentalidades na França, Roger Chartier tornou notória sua proposta de uma história cultural do social, que toma por objeto a compreensão das representações coletivas do mundo social. Também no contexto francês, a história política se mostrou aberta aos rituais simbólicos do poder, às representações que uma sociedade faz de si própria, de suas instituições e tradições políticas. Acredita-se que a inteligibilidade do fenômeno político está incompleta quando não considera os imaginários sociais manifestados nas representações do poder (CHARTIER, 1990; CARDOSO, 2000; SILVA, 2000; CAPELATO e DUTRA, 2000).

Todavia, nosso trabalho versará sobre a representação no registro da teoria da história. Conforme Falcon, esse conceito-chave do discurso histórico aponta, concomitantemente, tanto para a relação cognitiva mantida pelo conhecimento histórico em relação à realidade, quanto para o caráter linguístico da escrita da história. Dessa forma, uma reflexão sobre a representação do passado envolve pensar as condições de possibilidade do saber histórico como disciplina específica. Para esse empreendimento, Falcon propõe a imagem bifronte de Janus: uma face olharia a representação como uma categoria inerente e viável da pesquisa em história; a outra a veria como a negação da possibilidade de um conhecimento válido e correspondente à realidade. A primeira visada abrangeria a tradição intelectual construída a partir do Iluminismo e sua crença na apreensão da realidade com base em métodos racionais. A outra mirada, denominada por Falcon como *pós-moderna*, entende a linguagem como a instância constituinte da realidade e coloca a história na esteira das práticas discursivas e dos artefatos literários (FALCON, 2000).

Um breve olhar sobre a etimologia do termo revela que representação deriva da forma latina *repraesentare*, cujos significados são: apresentar de novo e tornar presente alguém ou alguma coisa ausente por intermédio de um objeto. Outros sentidos catalogados são: colocar um objeto no lugar de outro e encenar um acontecimento re-apresentando-o no presente. No âmbito político e diplomático, temos a acepção da representação como a prática em que uma pessoa está presente no lugar de outra, substituindo-a e agindo em seu nome como legítima representante. A moderna teoria do conhecimento tende a entender a representação como uma objetivação do mundo exterior à consciência do sujeito cognoscente através de uma imagem ou símbolo que vale por ele (FALCON, 2000). Ainda na seara semântica e etimológica, é significativa a distinção feita na língua alemã entre a *Darstellung* (apresentação) e a *Vertretung* (representação/representância). Segundo Pitkin, *darstellen* é retratar ou colocar alguma coisa no lugar de algo, ao passo que *vertreten* é atuar como um agente para alguém (PITKIN, 2006). Veremos, em nosso quarto capítulo, que Ricoeur propõe, por meio da *representância*, um entrelaçamento entre as funções de apresentação e representação na operação historiográfica.¹

Em meio a essa multiplicidade de sentidos possíveis, nossa jornada investigativa se deterá nos limites da representação na teoria do conhecimento histórico. Em busca de uma alternativa às duas vias apresentadas por Falcon² ao falar de Janus, escolhemos investigar o tema da representação do passado na epistemologia da história desenvolvida pelo filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005). Acreditamos que nosso objeto de estudo é complexo e multifacetado, portanto, sua apreensão demanda uma reflexão sobre alguns conceitos-satélite correlacionados, com vistas a uma compreensão mais bem fundamentada do problema. Optamos, então, por trilhar um longo itinerário

¹ De forma semelhante, Helenice Rodrigues Silva assevera que na teoria do conhecimento o termo representação é utilizado a partir de uma dupla metáfora, a *representação teatral* e a *representação diplomática*: “Na realidade, essas suas acepções são indissociáveis. Se, no sentido teatral, a *representação* tem uma aparência concreta, no sentido diplomático, ela se manifesta pela presença real de um representante visível. Assim sendo, a representação pressupõe uma superposição de dois tipos de presença: por um lado, uma presença efetiva, direta, de uma pessoa, de um objeto, de uma ação e, por outro, a presença indireta de uma realidade” (SILVA, 2000, p. 84, grifo do original). Curiosamente, apesar de se dispor a analisar o conceito de representação na historiografia francesa contemporânea, a autora não explorou, como fez Ricoeur, as possibilidades e limites do emprego dessa dupla metáfora para a compreensão da representação historiadora.

² Falcon afirma que o embate entre essas duas frentes levou a uma “crise da representação”, que foi assim formulada por ele: “A crise da representação (sua concepção clássica e racional) encontra-se estreitamente ligada à ideia de ‘real’ ou de ‘realidade’ como referente extradiscursivo. Assim sendo, é na verdade o *realismo* como pressuposto filosófico que está em questão nas críticas à ‘representação’. O realismo afirma a existência de um certo ‘real’ como um ‘existente’ que independe do sujeito, e aposta em sua cognoscibilidade em bases racionais” (FALCON, 2000, p. 48).

até nos defrontarmos diretamente com nosso objeto. Nossos estudos sobre linguagem, narrativa, fronteiras entre história e ficção serão empreendidos tendo a questão da representação do passado histórico em seu horizonte de entendimento.

Uma palavra-chave colocada em jogo nesse contexto é fundamental para nossa pesquisa: *realismo*. Embora exista um realismo na filosofia política, outro na literatura e nas artes, a extensão da qual mais iremos nos aproximar é a do realismo epistemológico no escopo das ciências humanas, e mais especificamente, no campo historiográfico. Em sua *Epistemologia das ciências humanas*, Ivan Domingues (2004) aponta para cinco possíveis vias de conhecimento nas humanidades: 1) realismo epistemológico, 2) construtivismo, 3) instrumentalismo, 4) operacionalismo e 5) pragmatismo. Em sua concepção, o realista é aquele que decide o “valor-verdade” de um conhecimento mediante sua referência ao mundo exterior ao sujeito. O conceito de *realismo crítico* foi por nós escolhido para nortear nossa análise porque, no contexto da historiografia francesa contemporânea, essa noção foi colocada em evidência, sobretudo, após os questionamentos que a virada linguística lançou sobre a pretensão da linguagem de se referir à realidade (DELACROIX, 1995; SILVA, 2007). Ao longo de nossas investigações, descobrimos que o próprio Ricoeur empregou o termo realismo crítico para expressar a maneira como ele concebia as relações entre a representação historiadora e a realidade do passado.

No que tange à polissemia do termo realismo, é necessário que sejam delineadas algumas distinções. Poderíamos apontar um primeiro realismo entre os historiadores da Escola Metódica, que foram fundamentais no processo de institucionalização da disciplina histórica na Academia francesa. Langlois e Seignobos praticavam um chamado *realismo de objeto* e acreditavam alcançar a verdade nas narrativas históricas desde que fossem respeitados certos métodos (CARDOSO, 2005). A pesquisa das fontes começaria com rigorosos procedimentos de crítica externa e interna. Na primeira, seriam determinadas a autenticidade, a origem e a datação dos documentos com base nas ciências auxiliares. Na segunda, seriam investigadas as condições de produção e as intenções do autor. Após a realização dessas operações analíticas, os documentos ofereceriam um acesso confiável à realidade do passado histórico e fundamentariam a síntese e interpretação a serem construídas pelo historiador³ (BOURDÉ e MARTIN, 2003):

³ Segundo C. Langlois e C. Seignobos, “a história não passa da aplicação de documentos” (p. 275). A fórmula supõe uma teoria do conhecimento que não é explicitada. Na realidade, trata-se da ‘teoria do

Estou convencido de que a revolução na concepção e no método da história deve ser acompanhada de uma revolução no estilo histórico. A história sofreu muito por ter sido um gênero oratório. As fórmulas da eloquência não são ornamentos inofensivos; *elas escondem a realidade; desviam a atenção dos objetos para dirigi-las às formas*; debilitam o esforço que deve consistir (tanto na história como em todas as outras ciências) em *representarmos as coisas* e em compreendermos as suas relações. Agora que a história começou a se constituir como ciência, chegou a hora de romper com a tradição oratória romana e acadêmica e adotar a língua das ciências naturais (SEIGNOBOS, 1906 *apud* DELACROIX, DOSSE; GARCIA, 2012, p. 91-92, grifos nossos).

Essa via do realismo foi severamente combatida pelos historiadores vinculados à Escola dos *Annales*. Numa postura que pode ser encaixada nos quadros do construtivismo, a geração de Bloch e Febvre fez uma apologia ao fato histórico como construção. Um dos principais itens do “programa” da *nouvelle histoire* consistia em assumir, e explicitar, que os fatos e o passado não são “dados”, mas construídos pelo sujeito do conhecimento – o historiador – que interpela os documentos a partir de hipóteses e problemas relacionados à sua experiência presente (REIS, 2004).

Creemos que, para nossos propósitos, o mais pertinente será considerar, ao longo das análises, o realismo e sua antípoda, o relativismo antirrealista, uma vez que esses têm como pano de fundo a questão da narrativa na escrita da história. O relativismo antirrealista historiográfico é marcado pelo giro linguístico e postula que a narrativa, por sua própria forma, falseia e deforma os fatos que pretende narrar. Nessa compreensão, há uma profunda descontinuidade entre a narrativa e a realidade (CARDOSO, 2005; MALERBA, 2006). A historiografia dita pós-moderna, para Ankersmit, chega a duvidar do acesso à realidade do passado histórico e renunciar à pretensão de ser uma representação adequada deste passado:

A “passagem” entre o passado e o texto do historiador deveria ser poupada de qualquer análise de parte da historiografia, e toda a atenção do especialista em historiografia deve concentrar-se no texto histórico e naquilo que acontece entre o texto e o(s) leitor(es). Em razão da metodologia (historiográfica), ele deve lê-lo como se não pudesse obter por seu intermédio uma *visão penetrante* do passado que subsistiria por detrás ou sob o texto, sendo-lhe, portanto, impossível declarar algo a respeito da adequação da descrição do passado ali apresentado (ANKERSMIT, 2006, p. 103-104, grifo do original).

reflexo’ (...) a escola metódica despreza o papel essencial das questões colocadas pelo historiador às suas fontes e louva o apagamento do mesmo historiador por detrás dos textos” (BOURDÉ; MARTIN, 2003, p. 102).

Sabemos que as posições da Escola Metódica têm sido revisitadas pela historiografia, mostrando que Seignobos, por exemplo, não excluía a participação da imaginação subjetiva do historiador na pesquisa, desde que esta fosse controlada pelas operações analíticas. Entretanto, ainda que admitissem certa parcela de construção no estabelecimento do fato histórico,⁴ os *historiadores metódicos*, salvo melhor juízo, não duvidavam da capacidade da linguagem de atingir a realidade do passado histórico,⁵ algo posto em questão pelas posições relativistas contemporâneas. Todavia, a posição de Ricoeur sobre a representação historiadora que iremos dissecar não pretende nem retomar o realismo praticado pela Escola Metódica, nem, tampouco, endossar o textualismo, que desacredita da possibilidade de uma representação corresponder de alguma forma ao pretérito em sua realidade. Nossa hipótese é que, em sua epistemologia da história, Paul Ricoeur teria construído um realismo crítico, uma terceira via historiográfica situada entre um realismo de objeto – que crê realizar em sua narrativa uma duplicação do passado, ou manter uma relação precisa entre a representação e o representado – e um relativismo radical, antirrealista – que postula não ser possível representar de forma adequada o passado histórico e referir-se a uma realidade extradiscursiva e extratextual.

Em que consistiria, então, aquilo que chamamos de realismo crítico? Numa primeira e provisória caracterização, diríamos que ele assume a possibilidade de a operação historiográfica ter acesso à realidade pretérita. Entretanto, essa apreensão não é direta, imediata, mas indireta e mediatizada. A realidade com a qual o historiador lida é passada. Os rastros deixados pelos vivos antigos são indícios – não o passado em si mesmo – de algo que desde logo mitiga o realismo (MARTINS, 2010). Um segundo traço a ser pontuado é que o acesso ao passado histórico ocorre sempre com a mediação da linguagem, seja pelo recurso aos testemunhos, que são a expressão em linguagem de

⁴ “De fato, na ciência social, agimos não sobre objetos reais, mas sobre a representação desses objetos. Não enxergamos os homens, os animais, as casas que inventariamos, não enxergamos as instituições que descrevemos. Somos obrigados a imaginar os homens, os objetos, os atos que estudamos. A matéria prática da ciência social é constituída por essas imagens. São essas imagens que analisamos” (SEIGNOBOS, 1901 *apud* SILVA, 2010, p. 378).

⁵ Segundo Delacroix, Dosse e Garcia, a epistemologia de Langlois e Seignobos concebe a história como uma ciência por rastros que deveriam ser reconstruídos a partir dos procedimentos de crítica documental. No entanto, as críticas externa e interna não entregam uma história já pronta ao historiador. O sujeito do conhecimento histórico vale-se da imaginação e de analogias para compreender as relações entre os fatos. Porém, os autores não abrem mão de uma relação objetiva entre a representação e realidade: “A ênfase dada à natureza psicológica e subjetiva dos rastros, à analogia, à imaginação de que se vale o historiador não é uma licença literária qualquer. Subjetivo não é sinônimo de irreal”. E explica Seignobos (1901, p. 119): “pode haver *uma relação precisa entre uma imagem subjetiva e uma realidade*; é o caso da lembrança” (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012, p. 103, grifos nossos).

impressões sobre os eventos, seja pela narrativa tecida pelo historiador. Esta, embora tenha uma ambição veritativa, uma pulsão extralinguística e referencial, sabe que jamais irá coincidir plenamente com o passado.

Como metodologia, adotaremos, e em certa medida, adaptaremos, as quatro estratégias complementares apontadas por Johan Michel em sua pesquisa sobre a filosofia prática de Ricoeur (MICHEL, 2006):

1) *Abordagem intratextual*: leitura analítica das obras e textos de Ricoeur que selecionamos para abordar o tema da pesquisa. Não se trata de uma leitura exaustiva das mesmas, mas de um estudo detido sobre a representação historiadora e as questões correlacionadas, como a linguagem, a narrativa e a compreensão da verdade histórica.

2) *Intertextualidade interna*: como os conceitos que nos propomos analisar aparecem em mais de uma obra ricoeuriana, trata-se de mapear e analisar a maneira como nosso autor retoma, e aprofunda, seus argumentos ao longo dos escritos, ressaltando o que mudou de uma abordagem para a outra e aquilo que permaneceu.

3) *Intertextualidade externa*: sem perder de vista os limites de uma dissertação de mestrado, evidenciar os autores com os quais Ricoeur está dialogando quando desenvolve sua argumentação. A filosofia ricoeuriana foi construída de modo dialógico e faz referência tanto a autores contemporâneos como a pensadores mais recuados temporalmente na história da filosofia, assim como a historiadores e cientistas sociais.

4) *Recepção da obra ricoeuriana, sobretudo na comunidade de historiadores*:⁶ Esse passo se mostra importante na medida em que, embora travemos um estreito diálogo com a filosofia, nossa pesquisa é feita a partir de questionamentos caros ao campo historiográfico. Por intermédio dessa abordagem, nosso intento é evidenciar que a recepção das teses ricoeurianas não foi homogênea entre os historiadores, tendo existido tanto aqueles que as aplaudiram como os que as criticaram.

A leitura que propomos de Paul Ricoeur é historiográfica, formatada por questões, métodos e abordagens atinentes aos estudos históricos. Entretanto, um dos objetivos de nossa investigação é contribuir, ainda que modestamente, para o avanço do diálogo entre história e filosofia. Essa conversa – que muitas vezes é de surdos – tem se mostrado ambígua. Se, por um lado, os filósofos reclamam da incipiente reflexão teórica e filosófica dos historiadores sobre seu ofício, de outro, os historiadores se queixam das reflexões que os filósofos produzem sobre a história, pois, além de serem

⁶ Essa fase está adaptada aos propósitos de nossa investigação. A proposta inicial de Michel, adequada a seus objetivos, era dedicar uma atenção à *recepção filosófica da obra ricoeuriana*.

apriorísticas e normativas, elas estariam distantes dos problemas e dificuldades encontrados na prática da pesquisa histórica.

A produção de Filosofias da História certamente contribuiu para aumentar esse mal-entendido recíproco. Reflexão típica da modernidade, ela consiste em uma interpretação sistemática e racional da história universal cujo objetivo é unificar a dispersão dos acontecimentos para apreender seu sentido último, seu significado essencial para a história da humanidade. Em suma, é estabelecido um *télos*, uma meta para a história humana. Dentre seus propositores mais ilustres podemos destacar Kant, Hegel e Marx.

Os historiadores também contribuíram para a ampliação do desentendimento. Uma das marcas da primeira e segunda gerações da Escola dos Annales foi o combate à influência filosófica na historiografia e a apologia à sua aliança com as ciências sociais. Para os autores da *nouvelle histoire*, as três principais tendências do século XIX (historicismo, marxismo e positivismo), embora tenham tentado uma ruptura, ainda permaneciam influenciadas pelas teleológicas Filosofias da História.

A partir da década de 1970, a interação entre história e filosofia foi retomada, principalmente nos quadros da historiografia francesa. Um passo decisivo para essa reconciliação foi dado pelas pesquisas de Michel Foucault e Paul Ricoeur. Ambos dialogaram estreitamente com a historiografia, porém, nenhum deles propõe uma Filosofia da História que busca um sentido último para os acontecimentos a partir de um princípio atemporal. Isso motivou, inclusive, a que historiadores como Paul Veyne e François Dosse sentenciassem: “Foucault e Ricoeur revolucionaram a historiografia.”⁷

Soma-se a isso a convicção ricoeuriana de que uma filosofia que se alimenta apenas de problemas levantados pela própria tradição filosófica é estéril e redundante em um “narcisismo filosófico”. Para nosso autor, “a filosofia morre se interrompe seu diálogo milenar com as ciências, sejam as ciências matemáticas, as ciências da natureza ou as ciências humanas” (AI: 64). Ao investigar o problema central de suas obras, Paul Ricoeur abre sua filosofia a diálogos com saberes externos à filosofia, sejam eles do âmbito científico, artístico ou teológico. Segundo o próprio filósofo, isso contribuiu para sua recepção na comunidade historiográfica, segundo suas próprias palavras: “Em *Tempo e Narrativa I* só me interessa pela história dos historiadores, e evito inteiramente

⁷ Os parágrafos sobre a relação entre história e filosofia foram retirados de um artigo que publicamos durante o período de preparação da dissertação: “Relações de força e relações de sentido: Michel Foucault e Paul Ricoeur revolucionam a historiografia” (Cf. MENDES, 2011b).

toda problemática dita de filosofia da história, quer seja kantiana, hegeliana ou pós-hegeliana. Permaneço no campo dos historiadores” (CC: 120). A proposta ricoeuriana não é pensar-contrário, mas pensar-junto, pensar-com os historiadores as inquietações epistemológicas suscitadas pela prática da pesquisa histórica.

Nosso estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro, realizamos um panorama sobre o posicionamento de Ricoeur a respeito de algumas das inquietantes questões enfrentadas pela historiografia francesa contemporânea. Nesse contexto, terão destaque a oscilação de paradigmas nas ciências humanas entre estruturalismo e hermenêutica e a intervenção do próprio Ricoeur na confrontação entre ambos os modelos em um debate com Lévi-Strauss. O capítulo se propõe ainda a um exame mais acurado da perspectiva ricoeuriana acerca do que consideramos estar no núcleo das inquietações da historiografia francesa e que contribui para a compreensão do tema da representação do passado histórico: os conceitos de linguagem, acontecimento e narrativa.

O segundo capítulo empreende uma investigação verticalizada, isto é, em profundidade, da visão ricoeuriana sobre a narrativa. Enfocaremos, além da mediação entre tempo e narrativa por meio da tripla *mimesis*, o chamado *eclipse da narrativa*, que mostra a leitura original de Ricoeur sobre o debate do “retorno” da narrativa à historiografia. Além disso, abordaremos a intencionalidade histórica, colocando em relevo os procedimentos explicativos da narrativa histórica, sobretudo os que dizem respeito às relações de causalidade entre os eventos.

O terceiro capítulo se detém sobre as fronteiras entre o discurso histórico e o ficcional. Nessa ocasião, deslindaremos ainda mais nossa compreensão do realismo crítico e nos aproximaremos pela primeira vez da reflexão ricoeuriana sobre a representação do passado histórico. Percorreremos o caminho que parte da heterogeneidade entre história e ficção na refiguração temporal, passa pelo paralelismo e desemboca no entrecruzamento. Por fim, examinaremos aquilo que Ricoeur chama de “frágil rebento”, oriundo da união entre a narrativa histórica e ficcional: a *identidade narrativa*, que fornece aportes para investigação dos laços mantidos pela historiografia com o campo prático e suas implicações éticas.

No quarto capítulo, empreenderemos prospecções acerca da relação entre história e verdade e dissecaremos a interpretação ricoeuriana da noção de representação do passado histórico. Passaremos em revista as relações entre objetividade e subjetividade na história e a importância do testemunho e da prova documental para a

operação historiográfica. Na parte final da discussão, ressaltaremos as contribuições trazidas pela *representância* ricoeuriana às relações entre a representação e seu referente e também esquadriharemos algumas críticas feitas ao filósofo, bem como suas respostas a elas.

Nas considerações finais, nos propomos a esclarecer alguns posicionamentos que, porventura, tenham se mostrado ambíguos em nossa leitura do realismo crítico ricoeuriano. Nos últimos passos de nossa jornada, decidimos seguir um caminho ensaístico e lançar uma semente que, quiçá, poderá florescer em novas pesquisas que explorem a possibilidade de a representação historiadora manter uma relação de tradução com o passado histórico e os homens de outrora.

Capítulo 1

Paul Ricoeur em face de algumas questões historiográficas de seu tempo

A linguagem é casa do ser. Em sua morada habita o homem. Os poetas e pensadores são os guardiões dessa morada. Sua guarda consiste em realizar a demonstração do ser, na medida em que, em seu dizer, eles o levam a linguagem e ali o guardam.

Martin Heidegger

A extensa obra de Paul Ricoeur, assim como a de muitos outros autores, foi erigida de modo dialógico. Em suas especulações, o filósofo não se trancava em bibliotecas de filosofia, mas abria seu espectro de leituras às mais diversas áreas do conhecimento humano. Nossa pesquisa irá investigar a interface entre a filosofia ricoeuriana e a Teoria da História no que tange ao nosso objeto – a representação do passado histórico. Para que nossa compreensão seja mais rica e abrangente, acreditamos que um panorama sobre as principais questões em voga na época de publicação das obras por nós estudadas seria elucidativo. Portanto, nesse primeiro momento, elencamos e discutimos alguns temas do contexto intelectual e historiográfico francês, com a esperança de que a exposição deles explicita o clima no qual a epistemologia da história ricoeuriana foi inserida. Nesse sentido, será importante perceber os posicionamentos adotados pelo autor diante das questões que estavam na *ordem do dia*.

Paul Ricoeur foi um longevo filósofo com uma vasta obra, que atravessou o século XX e adentrou o início do XXI. Seu primeiro livro foi publicado em 1947 e o último data de 2004, perfazendo um total de 57 anos de trajetória intelectual. Ricoeur foi professor em diversas universidades na França e fora dela. As principais foram: Nanterre, Sorbonne Nouvelle (França), Estrasburgo, Louvain, Chicago (EUA) e Yale (EUA). O filósofo também participou do corpo editorial das respeitadas revistas filosóficas *Esprit* e *Revue de Metaphysique et Morale*. Ademais, dirigiu várias coleções de obras filosóficas em importantes editoras francesas: Seuil, Aubier e Esprit (REIS, 2011).

Apesar de ter resultado em uma substancial reflexão filosófica, a obra ricoeuriana obteve pouco destaque na cena intelectual francesa entre as décadas de 1950 e 1970. Algumas razões podem ser aventadas para explicar esse inicial não reconhecimento (DOSSE, 2008; REIS, 2011):

A) *Leitor virtuoso*: em virtude do estilo de pensamento dialógico de Ricoeur, seus críticos diziam que seus escritos se resumiam a um comentário da obra de outros autores. Assim, sua obra não traria nada de original, seria apenas um imenso resumo e fichamento da filosofia proposta por outros autores.

B) *Cristianismo*: Ricoeur foi um filósofo cristão calvinista e, durante alguns anos de sua trajetória, engajou-se no cristianismo social. Alguns críticos consideravam que a obra ricoeuriana possuía pressupostos cristãos que o autor não explicitava como tais. Para eles, Ricoeur seria um criptoteólogo que se disfarça de filósofo, ou, nas palavras de J.P. Sartre, um “padre que se ocupa de fenomenologia”.

C) *Estruturalismo e filosofia da suspeita*: Entre os anos de 1950 e 1970, o paradigma estruturalista foi dominante na cena francesa, com suas críticas às filosofias do sujeito e da consciência. As tradições às quais Ricoeur reivindica pertencimento – filosofia reflexiva, fenomenologia e hermenêutica – não gozavam de grande prestígio nesse momento do contexto intelectual francês.

D) *Atrito com Lacan*: Em 1965, Ricoeur publicou uma interpretação filosófica de Freud, na qual tenta conciliar fenomenologia e psicanálise. Lacan acusou Ricoeur de plagiar suas ideias, após ter este frequentado seus seminários. As críticas de Lacan e seus discípulos chegam a ser contraditórias, pois, além de acusar Ricoeur de plágio, eles desqualificam a abordagem ricoeuriana por ela ser reflexiva, isto é, preocupada com a consciência, ou fenomenológica, e não estar afinada com a *démarche* estrutural lacaniana. Segundo Ricoeur, a objeção mais bem fundamentada que os lacanianos lhe dirigiram é a que diz que ele não compreendeu nada do que Lacan disse em seus seminários⁸ (CC: 99-104; AI: 39).

Uma peculiaridade na trajetória de Ricoeur é seu apreço em falar da própria obra. Não o fazia buscando a autopromoção, antes, esforçava-se por explicar as possíveis conexões entre seus textos. Esses comentários estão registrados em inúmeras entrevistas e em sua autobiografia intelectual (OLIVEIRA, 1990; CC e AI). Não é exagero dizer que ele foi um dos mais profícuos comentadores de si mesmo, de seu próprio labor filosófico. Em uma entrevista, o filósofo propôs, como fio condutor de sua filosofia, a questão sobre “o que é o agir humano”. Ademais, sugeriu que seu itinerário pudesse ser dividido em duas grandes fases: a primeira seria a fase “pré-hermenêutica”,

⁸ Em sua defesa, Ricoeur acrescenta que já havia exposto as ideias de sua interpretação sobre Freud em cursos dados na Sorbonne antes frequentar os seminários de Lacan. Fato é que Ricoeur só conseguirá voltar a publicar textos sobre psicanálise na França no contexto do reconhecimento de sua obra nos anos 1980 (CC: 99).

na qual buscou empreender uma filosofia da vontade baseada na abordagem fenomenológica; a segunda, a fase hermenêutica, iniciada na década de 1960 em *A simbólica do mal* (RICOEUR, 1990).

As obras da primeira fase são: *Filosofia da vontade I – O voluntário e o involuntário* (1950); *Filosofia da vontade II – Finitude e culpabilidade* (1960), sendo que esta é composta por dois tomos: *I – O homem falível* e *II – A simbólica do mal*. A “guinada hermenêutica” (DOSSE, 2008; PELLAUER, 2009) tem início no último volume da *Filosofia da vontade*. É na investigação sobre a experiência do mal que a mediação pelos símbolos e as questões de interpretação começam a ganhar o primeiro plano da reflexão ricoeuriana. Nesse momento, os símbolos são definidos como signos que possuem dupla significação: “Chamo de símbolo toda estrutura de significação em que um sentido direto, primário, literal, designa, por acréscimo, outro sentido indireto, secundário, figurado, que só pode ser apreendido através do primeiro” (CI: 15). Dosse afirma que, ao escrever *A simbólica do mal*, Ricoeur mensura a importância da mediação simbólica e textual, operando um *linguistic turn* [giro linguístico] em seu itinerário intelectual. Os outros livros, publicados na década de 1960 – *Da interpretação. Ensaio sobre Freud* (1965) e *O Conflito das interpretações. Ensaio de hermenêutica* (1969) –, consolidaram o enraizamento de seu pensamento em solo hermenêutico.

Apontamos que a voga estruturalista francesa contribuiu para a dificuldade de recepção das teses ricoeurianas em solo francês no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970. A relação de Ricoeur com o estruturalismo foi tensa e ambivalente, pois, ao mesmo tempo que aplaudia alguns procedimentos da análise estrutural, não deixava de apontar suas reservas, sobretudo à pretensa supressão do sujeito e, no caso da aplicação desse modelo à análise do texto, ao fechamento deste sobre suas estruturas intratextuais. Escolhemos como ponto de partida de nossa contextualização o debate ocorrido entre estruturalismo e hermenêutica na cena intelectual francesa. Esse episódio nos permitirá também caracterizar alguns pontos da metodologia hermenêutica de Ricoeur, assim como sua concepção de texto e ênfase no processo de leitura, que serão importantes para os desdobramentos da pesquisa.

1.1 O debate entre estruturalismo e hermenêutica: a intervenção de Ricoeur

Na década de 1950, a referência às estruturas era quase onipresente nas ciências humanas. O vocábulo “estrutura”, no entanto, foi criado quatro séculos antes na língua francesa, a partir do termo latino *structura*, que, por sua vez, provém do verbo *stuer* e traz como significados construir, edificar, erigir, empilhar, dispor em camadas. Entretanto, a simples presença do termo não implica automaticamente estruturalismo. Lembremos que o conceito é utilizado também fora do campo das humanidades, por físicos, químicos, biólogos e matemáticos. E. Durkheim e K. Marx são autores fundamentais para as ciências humanas que também empregaram o conceito, mas não foram estruturalistas (DOMINGUES, [s.d.]).

O estruturalismo é uma corrente heterogênea. Diversos autores já enunciaram a dificuldade para construir uma definição aplicável às suas diferentes manifestações. Segundo Roland Barthes, o estruturalismo não foi nem uma escola ou um movimento, mas uma atividade realizada pelo “homem estrutural”. Ela consistiria, primeiramente, em não tomar seu objeto de análise como natural. A atividade estruturalista decompõe e recompõe este objeto para explicitar suas regras de funcionamento, sua unidade elementar, sua estrutura (BARTHES, 1967). Não esquecendo que o estruturalismo é uma corrente plural e que foi configurada de distintas maneiras nas diferentes disciplinas das ciências humanas, faremos um esforço para apontar alguns pontos em comum:

A) Começemos pelo conceito de estrutura. Nas palavras de Piaget:

Uma estrutura é um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema (por oposição às propriedades dos elementos) e que se conserva ou se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações, sem que estas conduzam para fora de suas fronteiras ou façam apelo a elementos exteriores. Em resumo, uma estrutura compreende os caracteres de totalidade, de transformações e de autorregulação (PIAGET, 1979, p. 7).

B) Em contraposição ao atomismo, o estruturalismo prima por uma visão de conjunto, de sistema. A aplicação do conceito de estrutura traz consigo a ideia de totalidade e interdependência entre seus componentes. O pesquisador estruturalista busca realizar um inventário das diferenças e oposições dos elementos internos à estrutura. Há uma esperança de inteligibilidade fundada na crença de que uma estrutura se basta a si mesma; não precisa recorrer a elementos externos para sua explicação (DOMINGUES, [s.d.], COSTA LIMA, 1970, PIAGET, 1979; POUILLON, 1967).

C) Prevalência da sincronia sobre a diacronia. Esse ponto é polêmico e causou mal-estar na comunidade dos historiadores. Tal incômodo não deixou de ser salutar para a historiografia, haja vista o debate de Braudel com Lévi-Strauss e a cunhagem do conceito de longa duração.⁹ Com efeito, realçar a sincronia não redundava em dizer que a estrutura tenha uma realidade completamente estática, fora da história (BONOMI, 1970). O que se busca é um ponto fixo que proporcione ao cientista um ancoradouro para vencer as aporias do devir e os males do relativismo; um esquema de permanências para operar as mudanças (DOMINGUES, [s.d.]).

D) Os estruturalistas empregam uma abordagem conceitual que substitui o estudo sobre a intencionalidade ou a consciência pela noção de “inconsciente”. (DOSSE, 1993, v. 1). O correlato dessa postura é o descentramento do sujeito (COSTA LIMA, 1970). “Por trás das interpretações racionalizadas do indígena – que se faz frequentemente observador, e mesmo teórico de sua própria sociedade – procurar-se-ão as ‘categorias inconscientes’” (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 49). Nesse sentido, o estruturalismo é crítico ao projeto da modernidade iluminista de uma subjetividade consciente de si, racional e livre. O estruturalismo tenta mostrar que a força da estrutura é mais forte e se impõe aos sujeitos.

Nos primeiros anos da década de 1960, ocorreu o primeiro momento do embate entre estruturalismo e hermenêutica.¹⁰ Entre 1962 e 1963, o Groupe Philosophique da revista *Esprit* consagrou diversas reuniões à leitura e discussão da obra *O pensamento selvagem* (1962), de Lévi-Strauss. Esse autor foi convidado para participar da última reunião e responder às questões levantadas pelos integrantes. Ricoeur foi um dos protagonistas desse tenso encontro. Suas objeções ao estruturalismo consistiam principalmente na subordinação da diacronia do evento à sincronia da estrutura e na questão do sentido (RICOEUR, 1963).

Para Lévi-Strauss, os símbolos não portam um significado, um sentido intrínseco. Na análise estrutural, o sentido não reside nos elementos isolados, mas na sua composição, na maneira como estão combinados em um sistema. Esse procedimento não contribui para a compreensão de si do sujeito cognoscente, pois é apenas uma operação sintática que combina elementos que não são significativos em si mesmos (LÉVI-STRAUSS, 1963).

⁹ Conferir REIS, 2008.

¹⁰ Examinamos esse debate em comunicação apresentada no 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Conferir MENDES, 2011a.

Em contraposição ao estruturalismo de Lévi-Strauss, Ricoeur não concordará com a primazia da combinação de signos em detrimento do sentido (BECQUEMONT, 2008). Para ele, consoante a seu posicionamento hermenêutico, o sentido está sempre relacionado e inclui a compreensão de si do sujeito, abarcando também a compreensão das coisas que o cercam. Se o sentido não for um segmento da compreensão de si, ele não merece esse nome. O sentido instrui a consciência, e a linguagem é primeiramente um veículo do sentido a ser retomado (RICOEUR, 1963). O etnólogo diz que o filósofo está preocupado com o “sentido do sentido”, ou seja, um sentido que estaria por detrás do sentido, enquanto, na sua perspectiva, o sentido jamais é um fenômeno primeiro, originário. Para Lévi-Strauss, por trás do de todo sentido há um não sentido, e o contrário não é verdadeiro. A significação é sempre da ordem do fenomênico (LÉVI-STRAUSS, 1963).

A principal divergência entre esses pensadores é que, para Ricoeur, há sentido na origem, sentido pleno e até “excesso potencial de sentido”, ao passo que, para Lévi-Strauss, há um caos original por trás do sentido, do ordenamento que os homens atribuem ao mundo. Em suma, para o antropólogo estrutural, há um primado dos signos sobre o sentido, sendo que, para o filósofo, há uma preponderância do sentido sobre os signos (BECQUEMONT, 2008).

O mal-entendido entre os autores foi fértil, pois deu testemunho do clima da história intelectual francesa na década de 1960. Nesse momento, a comunicação entre estruturalismo e hermenêutica havia fracassado¹¹ (BECQUEMONT, 2008). É possível somar a isso outro episódio da trajetória intelectual ricoeuriana. Em novembro de 1969, Ricoeur concorreu com Michel Foucault a uma cadeira em uma instituição muito prestigiada: o Collège de France. Ambos disputavam o lugar deixado por Jean Hypollite após sua morte. Seguindo a lógica da instituição, Ricoeur propunha a criação de uma cadeira de “Filosofia da Ação”, enquanto a proposta de Foucault era pela criação da cadeira de “História dos Sistemas de Pensamento”. A vitória de Foucault nesse embate, segundo Dosse, traduz o triunfo do estruturalismo sobre a hermenêutica em fins dos anos de 1960. Foucault havia dialogado com o pensamento estruturalista em sua obra *As palavras e as coisas* (1966), seu pensamento simbolizava modernidade e inovação e

¹¹ Se é verdade que o estruturalismo predominava no contexto francês dos anos de 1960, isso não acontecia sem que esse paradigma fosse questionado. Além do duelo entre Ricoeur e Lévi-Strauss, F. Dosse elenca outros combates travados nessa década entre autores estruturalistas e pensadores de correntes alternativas: Barthes X Picard; Lévi-Strauss X Gurvitch e Lévi-Strauss X Sartre (DOSSE, 1993, v. 1).

estava em sintonia com o *espírito maio de 68*. Além disso, o Collège já contava com outros professores alinhados com o estruturalismo, como Lévi-Strauss, Braudel e, posteriormente, Barthes (1975) e Dumézil (DOSSE, 2008).

Não obstante esses enfrentamentos e desencontros, Ricoeur não irá rechaçar o método estruturalista. Após esse confronto inicial, a postura do filósofo não será a de meramente opor estruturalismo e hermenêutica. Seguindo seu procedimento típico, Ricoeur irá desfazer a antinomia entre ambos os paradigmas com vistas a construir uma mediação entre eles. Ele vê o empreendimento estruturalista como algo legítimo, embora não deixe de apontar seus limites. Sua proposta é a de “uma articulação que de forma alguma seria um ecletismo entre hermenêutica e estruturalismo” (CI: 49). Ele chegou mesmo a afirmar que não é possível fazer hermenêutica prescindindo da inteligência estrutural (RICOEUR, 1963). Esse projeto se tornará mais explícito no esforço ricoeuriano de desmanchar a antinomia entre explicação e compreensão e entrelaçá-las num mesmo círculo hermenêutico.

Muita coisa ainda ficou por ser dita a respeito da relação entre estruturalismo e hermenêutica. Iremos voltar a tocar nesse assunto ao analisarmos o conceito de linguagem em Ricoeur numa comparação com as teses do giro linguístico, movimento no qual a linguística estrutural tem destaque.

Mais do que apenas responder ao estruturalismo, Ricoeur faz consideráveis concessões a esse paradigma, incluindo-o em sua hermenêutica, que outrora já havia recebido também o enxerto da fenomenologia. A análise dessa operação será pertinente, pois nos permitirá investigar uma importante e original contribuição de Ricoeur para a história da hermenêutica. Ademais, desde a década de 1970, historiadores como Paul Veyne, Michel de Certeau e Hayden White colocaram em relevo a dimensão textual da operação histórica. Ainda que estejamos nos primeiros passos de nossa jornada, cabe, desde já, a pergunta: se a história é um discurso, para Ricoeur, o que é um texto?

Para que fique mais nítida a originalidade desse procedimento, será frutífera a realização de um breve excuroso sobre a história da hermenêutica.

A hermenêutica é tradicionalmente definida como a arte de ler e interpretar textos. Seu campo abrange a filologia clássica, a exegese bíblica e a hermenêutica jurídica. “A palavra hermenêutica é uma substantivação do verbo grego *hermeneuiein*, que em sua origem significa traduzir, interpretar, explicar e exprimir” (DOMINGUES, 2004, p. 346). Nessa acepção, ela tem como tarefa “trazer à compreensão”, “trazer à luz”, “decifrar o sentido”. Sua aplicação se dá em passagens obscuras de um texto, nas

mensagens cifradas dos oráculos, na intenção profunda de um legislador ao formular uma lei.

A partir de Schleiermacher (1768-1834), a hermenêutica teve seus horizontes expandidos. Esse autor buscou lançar as bases para uma hermenêutica geral. Schleiermacher é apontado como o autor de uma revolução copernicana no campo hermenêutico, ao ter deslocado o cerne do trabalho da interpretação do objeto para o sujeito. A hermenêutica deixaria de ser determinada pela natureza heterogênea dos objetos aos quais ela se dirige (diversos tipos de textos) para ser marcada pela estrutura do sujeito ou espírito em sua unidade. O hermeneuta alemão ambicionava fixar regras gerais de interpretação que fossem aplicáveis a todos os campos textuais. É desse autor o famoso adágio “há hermenêutica, onde houver não compreensão” e também a romântica ambição de, superando a distância cultural, “compreender um autor tão bem, e mesmo melhor do que ele mesmo se compreendeu” (SCHLEIERMACHER *apud* TA: 87).

Um ponto de inflexão importante foi a aplicação da hermenêutica às ciências humanas, algo que data da segunda metade do século XIX e remonta a autores como J.G. Droysen, W. Dilthey e M. Weber. Uma das principais características dessa interação foi a distinção metodológica entre explicação e compreensão introduzida pelo historiador alemão Droysen, mas que fez fortuna na pena do filósofo Dilthey.

O contexto de Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi marcado pela ascensão do positivismo, programa que buscava estender os métodos das ciências naturais às humanidades. Isso ocorreria num projeto de unificação das ciências sob o paradigma fisicalista, marcado pelos componentes empíricos e formais. O elemento empírico era motivado pela exigência de aproximar-se dos fenômenos tendo como base as notas da observação e da experiência. Já o elemento formal, ou matemático, era motivado pela necessidade de traduzir essas notas em linguagem calculável, do número e da medida (DOMINGUES, 2004).

A proposta de Dilthey era defender a autonomia das ciências do espírito, estabelecendo a especificidade de seus métodos e objetos. Ele buscou estabelecer um estatuto científico para as humanidades,¹² mas rejeitou a unidade dos métodos entre as ciências (REIS, 2003). Para efetivar essa autonomia, ele instituiu uma “epistemologia

¹² O contexto positivista era tão forte que Dilthey não passaria incólume por ele. O seu esforço em fundamentar as ciências do espírito sobre bases científicas é apontado por alguns autores como uma herança positivista em seu projeto (REIS, 2003).

da diferença”. Uma primeira diferença substancial entre as ciências naturais e as humanas seria então quanto ao método: enquanto uma explica, a outra compreende, interpreta.

Nessa teoria, a explicação seria o método próprio das ciências da natureza. Ela se dirige a algo, a um objeto que é exterior ao sujeito. Seu objetivo é estabelecer nexos causais e leis gerais. As ciências naturais não “interpretam” a natureza, pois não lhe atribuem nenhum sentido subjetivo. Já a compreensão, segundo Dilthey, seria método das ciências do espírito. Ela se dirige a um objeto que não é completamente alheio ao sujeito e está fundada na empatia e na revivência (compreensão empática). A intenção é compreender o sentido das expressões e manifestações humanas através de uma identificação empática entre o sujeito de conhecimento e o objeto-sujeito. Nesse processo, há uma transposição do sujeito de conhecimento para um outro ser humano por meio da mediação de uma obra, pois nesta “as possibilidades existentes na alma são trazidas ao entendimento pelas palavras exteriores” (DILTHEY, 2008, p. 267). A compreensão parte da expressão exterior (obra) para a vida interior que nela se expressa. Ela se dirige preferencialmente a expressões escritas, pois estas são duráveis e comparáveis: textos poéticos, filosóficos, jurídicos, documentos históricos escritos:

Chamamos compreensão o processo pelo qual as manifestações sensíveis dadas nos revelam a vida psíquica mesma; chamamos exegese, a arte de compreender as “manifestações da vida”; chamamos hermenêutica esta técnica de interpretação das manifestações vitais fixadas por escrito. (DILTHEY *apud* REIS, 2003, p. 193).

Por meio dessa distinção entre objeto e método, Dilthey acreditava fundamentar as ciências humanas, conferindo-lhes autonomia em relação às ciências naturais, uma vez que aquelas empregariam uma metodologia própria. Para ele, o conhecimento nas ciências do espírito só seria possível se o *eu* pudesse se colocar, empaticamente, no lugar do outro. Não obstante, a dicotomia entre explicação e compreensão sofreu pesadas críticas que apontavam como principal limitação da hermenêutica seu viés intuicionista, psicologista e subjetivista (DOMINGUES, 2004).

Se uma das principais críticas ao paradigma hermenêutico repousava na acusação de psicologismo dirigida à compreensão empática, o enxerto da explicação estrutural na hermenêutica foi realizado por Ricoeur justamente com a ambição de “despsicologizar” a noção de compreensão. Tomaremos como base para discussão desses pontos seu ensaio “O que é um texto?” (1970). Neste ensaio, segundo o próprio

filósofo, ele revê seu conceito de hermenêutica, que até então, estava relacionado à noção de símbolo, entendido como expressão de duplo sentido (CC e TA).

Na hermenêutica ricoeuriana, texto é a fixação ou substituição do discurso oral pela escrita. Essa noção de texto, segundo Ricoeur, demanda uma nova abordagem da dualidade proposta por Dilthey entre a explicação (a princípio limitada às ciências da natureza) e a compreensão (a princípio restrita às ciências do espírito). A proposta ricoeuriana é que, entre ambas, a relação não seja antinômica, mas de complementaridade e reciprocidade (TA).¹³

Ele aponta para duas vias possíveis de análise dos textos: a explicação estrutural que suspende tanto o referente externo como a figura do autor e se concentra em suas relações internas, suas estruturas; a abordagem interpretativa hermenêutica que não toma o texto como uma estrutura fechada em si mesma, mas o restitui ao diálogo e a comunicação viva, interpretando-o. Segundo Ricoeur, a explicação estrutural não apenas é possível, como é legítima. Ao tratar o texto em suas estruturas internas, a linguística contrariaria Dilthey, ao mostrar como é possível adotar procedimentos explicativos nas ciências humanas sem que isso signifique a importação de modelos epistemológicos das ciências da natureza. A explicação empregada pela ciência da linguagem provém do campo signos, isto é, do interior das humanidades e não está relacionada à dedução de leis gerais (TA). Em suma, é um “enfoque objetivante, analítico, explicativo, do texto, segundo uma concepção não causal, mas estrutural da explicação” (AI: 53).

Uma outra possibilidade de análise é a via interpretativa que abre espaço para a significação e os múltiplos sentidos, para que seja encadeado um discurso novo no discurso do texto, já que ele não está fechado em si mesmo. Nessa vertente, o leitor apropria-se do texto e compreende melhor a si mesmo. A compreensão de si passa pelo caminho da compreensão dos signos de cultura. Esse processo ocorre no momento da leitura quando o texto sai de seu “quase-mundo” sem sujeito e retorna ao mundo da ação, ao mundo da vida, onde o sujeito é o leitor (TA).

Embasado nessas posições, Ricoeur irá propor seu conceito de interpretação. Nele, a noção de apropriação tem um lugar de destaque. Por apropriação o filósofo francês entende que “a interpretação de um texto se completa na interpretação de si de

¹³ Para tomar o cuidado de não sermos anacrônicos, diríamos que, no contexto do século XIX, a distinção entre explicação e compreensão era importante para o projeto diltheyano de fundamentação das ciências humanas. No século XX, estas ciências já estavam fundamentadas, o que demandava, portanto, uma revisão a respeito da dicotomia em questão.

um sujeito que doravante se compreende melhor, se compreende de outro modo, ou mesmo começa a se compreender” (TA: 152). Aqui, a análise estrutural também desempenha um papel importante, pois é concebida como uma etapa necessária entre uma interpretação ingênua, psicologizante e superficial e outra interpretação, crítica e profunda.

A intenção de Ricoeur com isso é colocar explicação e compreensão (interpretação) em um mesmo arco hermenêutico, integrando-as, sem antagonismos entre si, numa concepção de leitura como retomada de sentido. A análise estrutural é importante para o filósofo na medida em que ela convida a compreender o texto não por um desvendamento divinatório da intenção do autor, mas pelas suas próprias regras, por suas estruturas intratextuais. Explicar um texto é destacar suas estruturas, suas relações internas de dependência que constituem sua dimensão estática. Interpretar um texto é trilhar o “caminho de pensamento” aberto por ele, é se colocar em marcha rumo a seu referente. É no momento da leitura que explicação e interpretação se entrelaçam.

Vamos concluir esse tópico com a avaliação de Ricoeur a respeito do estruturalismo:

Fiz sempre uma grande diferença entre uma filosofia estruturalista e um estudo estrutural de textos determinados. Aprecio consideravelmente esta última abordagem, porque é uma maneira de fazer justiça ao texto e de o levar ao melhor das suas articulações internas, independentemente das intenções do autor. (...) Distingo isto de uma filosofia estruturalista, que, da sua prática, extrai uma doutrina geral em que o sujeito é eliminado da sua posição de enunciador do discurso (...) Estou numa relação conflituosa com o estruturalismo, que me parece atingir seu nível mais elevado em Lévi-Strauss, aquele, na escola estruturalista, cuja obra mais respeito (CC: 110-111).

1.2 Questões da historiografia francesa contemporânea

Depois desse olhar mais abrangente sobre um episódio da paisagem intelectual francesa, julgamos ser prudente começar a afunilar nosso caminho rumo às questões historiográficas. Durante a hegemonia estruturalista, a obra ricoeuriana não foi bem recebida na França, porém, a partir da década de 1980 e da publicação de *Tempo e narrativa* (3 tomos, 1983-1985), esse quadro mudou, possibilitando uma melhor acolhida e reconhecimento do filósofo. Nesse mesmo período, a situação da historiografia francesa contemporânea era diagnosticada por alguns com os termos “tempo de incertezas” e “crise epistemológica” (CHARTIER, 2002). Em 1988, foi

publicado um editorial na *Revista dos Annales* que começa a discutir o contexto de crise da disciplina. Num primeiro momento, sustentava-se que havia uma “crise geral nas ciências sociais” em virtude do enfraquecimento dos paradigmas então dominantes (estruturalismo e marxismo), mas que, apesar disso, a crise não atingia diretamente a historiografia. Esse editorial assim concluía: “Não nos parece chegado o momento de uma crise da história, cuja hipótese, com demasiada comodidade, alguns aceitam” (*apud* CHARTIER, 2002, p. 61). Dizia-se que a historiografia era um campo sadio e vigoroso, pois havia multiplicação dos objetos de pesquisa e uma produção abundante, embora a disciplina estivesse atravessando um período de incertezas.

Segundo Delacroix, essa recusa inicial da crise foi um mecanismo de defesa dos historiadores dos *Annales*, um dispositivo empregado para tentar assegurar a identidade do grupo e sua hegemonia na historiografia francesa. Na análise desse autor, o *tournant critique* [guinada crítica] teria consistido num remodelamento do programa epistemológico dos *Annales*, adaptando-o para responder às inquietações do fim de século. A guinada crítica vai reavaliar até mesmo um dos pontos fulcrais do projeto *annaliste*, a aliança e interdisciplinaridade com as ciências sociais (DELACROIX, 1995).

Em “O mundo como representação”, artigo publicado originalmente em 1989 na *Revista dos Annales*, Chartier¹⁴ irá sustentar que o “tempo de incertezas” e a “crise epistemológica” da historiografia se explicam menos em virtude da “crise geral das ciências sociais” do que por mudanças e deslocamentos operados no interior da disciplina. Para mapear essas transformações, vamos nos servir de um outro texto desse historiador que também trata sobre o tema, *A história entre narrativa e conhecimento* (1994). Fica patente que, a partir do início da década de 1990, a postura já não será mais a de negar a crise. No que tange aos deslocamentos teóricos, Chartier destaca os que vão “das estruturas às redes, dos sistemas de posições às situações vividas, das normas coletivas às normas singulares” (CHARTIER, 2002, p. 83).

Chartier prossegue seu diagnóstico apontando para dois desafios lançados à historiografia pelos flancos do Atlântico. De um lado, nos EUA consolidou-se o chamado *linguistic turn*; de outro, na França, há uma renovação da história política. Em

¹⁴ Apesar de Delacroix não considerar Chartier como integrante do grupo motor do *tournant critique*, iremos basear nossa análise em seus textos. Embora ele possa não ser considerado como um historiador dos *Annales*, Chartier possui muitas afinidades com os historiadores desse grupo, tendo publicado diversos textos em sua revista. Talvez, o indicador mais claro da afinidade entre a posição teórica de Chartier e a dos *Annales* seja a defesa do historiador francês do vínculo entre história e ciências sociais. Esse é um ponto fundamental no “programa” *annaliste* desde a sua fundação, por M. Bloch e L. Febvre.

sua visão, o *linguistic turn* repousa numa compreensão da linguagem como um sistema fechado de signos. Nessa lógica, a construção do sentido se dá através de um jogo impessoal entre signo e significante, num processo que não tem qualquer relação com a intenção do sujeito. Assim, a língua tem um funcionamento automático e impessoal. Acrescenta-se a isso a afirmação de que não há uma realidade objetiva que seja externa ao discurso, ou seja, a linguagem não teria referente extradiscursivo, o que culmina em uma relativização das fronteiras entre texto e contexto. Na contramão do giro linguístico, a renovação da história política na França vai valorizar a parte refletida e consciente da ação e a liberdade do sujeito. As duas primeiras gerações da Escola dos *Annales* se afastaram da análise política, pois diziam que a Escola Metódica escrevia uma história política que era psicologista, biográfica, elitista, factual e nacionalista (JULLIARD, 1988). No final do século XX, houve uma renovação da história política em virtude de uma nova compreensão do político que atinge até o cotidiano. Essa esfera não possui mais fronteiras fixas e de modo algum se restringe ao quadro estatal ou das “elites”, mas está relacionada às mais distintas áreas da vida coletiva. Para esse grupo de historiadores (R. Rémond, F. Sirinelli, J.P. Rioux), o político é visto como a esfera mais globalizante e reveladora da sociedade (CHARTIER, 2002).

O pedregoso percurso teórico-metodológico que a historiografia francesa percorreu ao longo do século XX teria a conduzido, segundo Chartier, à beira da falésia. O giro linguístico, juntamente com os chamados “retornos” do acontecimento e da narrativa à escrita da história são vistos por nós como o núcleo duro desse período de incertezas e inquietações da historiografia. Tais questões são importantes para o entendimento do debate sobre narrativa e representação que faremos ao longo da dissertação. Em virtude disso, faremos a seguir uma abordagem mais detida de seus principais aspectos. Mais do que realizar um “balanço” ou “estado da arte”, nosso alvo nesses tópicos é explicitar, ou ao menos indicar, qual é a posição de Ricoeur sobre cada um desses temas, a partir de um diálogo com os apontamentos dos outros autores.

1.3 O giro linguístico

A tarefa de pesquisar a gênese, ou nascimento de um movimento intelectual nem sempre é uma missão fácil de empreender, ainda mais quando esse movimento é múltiplo, heterogêneo e suas ideias estão espalhadas em autores das mais distintas orientações e tradições teóricas. Essas palavras aplicam-se perfeitamente àquilo que ficou conhecido como “giro linguístico” no contexto contemporâneo.

A guinada linguística possui múltiplos começos. Um episódio marcante foi a publicação da coletânea de 28 artigos, organizada por Richard Rorty, que fornece um bom indicador do estado da discussão no terreno da filosofia analítica: *The Linguistic Turn. Recent Essays in Philosophical Method* (1967). Na introdução ao volume, Rorty apresenta seu propósito como sendo oferecer material para uma reflexão sobre a mais recente revolução filosófica, a empreendida pela filosofia linguística. O autor diz que por “filosofia linguística” entende “o ponto de vista segundo o qual os problemas filosóficos podem ser resolvidos (ou dissolvidos) reformando a linguagem ou compreendendo melhor a que usamos atualmente” (RORTY, 1990, p. 50). Em suma, os “filósofos linguísticos” argumentam contra qualquer método “não linguístico” de se resolverem problemas filosóficos, o que interditaria a proposição de teses filosóficas cujos pressupostos estivessem para além da linguagem.

Os historiadores franceses costumam explicar o *linguistic turn* como um movimento que emergiu no outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, e que, seguindo a trilha aberta por Saussure, concebe a linguagem como um sistema fechado de signos, cuja significação é produzida por si mesma, sem a consciência ou escolha do sujeito falante. Não é raro encontrarmos leituras redutoras ou simplistas do *linguistic turn* por parte dos historiadores a oeste do Reno. Para Chartier, existe nessa perspectiva teórica a “perigosa redução do mundo social a uma pura construção discursiva, a meros jogos de linguagem” (CHARTIER, 2002, p. 10). Já François Dosse chega a ir mais longe ao dizer que:

Os anglo-saxões chamam de *linguistic turn* a importação em terras norte-americanas da voga do paradigma estruturalista que dominou a cena francesa durante os anos sessenta e que se expandiu com relativa rapidez em direção às universidades norte-americanas sob a denominação de pós-estruturalismo (DOSSE, 2004, p. 20).

Após afirmar isso, Dosse declara que a essa influência nitidamente francesa dos autores pós-estruturalistas (Foucault, Derrida e Barthes) somou-se uma influência endógena, anglo-saxônica, proveniente da filosofia analítica (Danto, Rorty, Austin, Searle). Nos domínios da história, a virada linguística é empregada para designar um amplo feixe de trabalhos que afirmam o papel da linguagem na construção das identidades e das realidades sociais, em contraposição à ideia segundo a qual a linguagem serviria estritamente para representar a realidade como um *medium* neutro entre as palavras e as coisas. Nessa perspectiva, a realidade histórica não existe fora da linguagem, mas é por ela organizada e construída em um texto que deve ser decifrado. Assim, o historiador não se colocaria mais a tarefa de reconstituir um real pré-existente e independente da linguagem. Essa interpretação que associa o giro linguístico ao relativismo motivou uma recusa desse movimento pela maioria dos historiadores franceses que se detiveram sobre questões epistemológicas, como Chartier, Noiriel e Dosse¹⁵ (DELACROIX, 2010).

Na base da leitura francesa sobre o *linguistic turn*,¹⁶ estão as proposições de Ferdinand de Saussure e sua linguística estrutural. Seu modelo linguístico é colocado como cerne e base unificadora do estruturalismo, embora não deixe de ser curioso que o autor quase não tenha empregado o conceito de “estrutura”, preferindo o de “sistema” (DOSSE, 1993, v. 1). Em seu *Curso de Linguística geral* (1916), ele estabeleceu a célebre distinção entre *langue* [língua] e *parole* [fala], numa busca de distanciamento da linguística praticada no século XIX, que consistia na análise da evolução dos significados ao longo da história. A *língua*¹⁷ é algo externo ao indivíduo, que por si só não pode criá-la, nem tampouco modificá-la. Ela é uma instituição que o sujeito apreende e é por ela submetido. A *língua* é um produto social, um sistema de valores constituído por diferenças puras (jogo entre significante e significado), e não por conteúdos de vivências. De forma distinta, a *fala* é um ato ligado à vontade

¹⁵ Segundo Delacroix, é preciso separar as posições céticas e relativistas do *linguistic turn* que questionam a distinção entre história e ficção de um *tournant langagier* [giro languageiro], presente na história dos conceitos de Koselleck ou na Escola de Cambridge de Pocock e Skinner. O giro languageiro acentua a importância da linguagem para a compreensão do político, mas não redundaria em relativismo e ceticismo (DELACROIX, 2010).

¹⁶ Talvez o leitor estranhe a ausência de referência à *Meta-história* (1973), de White, nesse momento. Contudo, preferimos discuti-la mais profundamente no Capítulo 3 desta dissertação, para, então, podermos compará-la mais de perto com as posições ricoeurianas.

¹⁷ É no campo da linguagem que ocorre a bifurcação entre *língua* e *fala*. A *linguagem* é uma faculdade comum a todos, ao passo que a *língua* é “ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1977, p. 17).

individual, ela é a atualização da *língua*, ou seja, é o uso que o indivíduo faz do repertório da *língua* para exprimir seu pensamento pessoal. Este uso está submetido às normas e códigos da *língua* (SAUSSURE, 1977; DOSSE, 1993, v. 1; COSTA LIMA, 1970).

Segundo Saussure, o estudo da linguagem comporta duas partes: uma é essencial e tem como objeto a *língua*, que é social e externa à vontade do indivíduo, ao passo que a outra parte toma por objeto a *fala*, que é secundária e considera a face individual da linguagem. Não obstante, os dois objetos são interdependentes e se implicam mutuamente.

Deriva dessa oposição uma outra, que subordina a diacronia à sincronia. No eixo sincrônico, há uma análise científica da *língua* que se concentra em seus elementos internos. Nessa análise, a passagem do tempo deve ser colocada entre parênteses. A linguística estuda a *língua* como um sistema, sem se preocupar com as transformações que ocorrem ao longo do tempo. No eixo diacrônico, estão as mudanças externas à *língua* que acontecem em uma sucessão temporal. Essas mudanças, segundo Saussure, não interferem nas regras de funcionamento da *língua*.¹⁸ “É sincrônico tudo o que se refere ao aspecto estático de nossa ciência, diacrônico tudo o que diz respeito às evoluções” (SAUSSURE, 1916 *apud* COSTA LIMA, 1970, p. 23). Bem entendido, Saussure não defende uma supressão da diacronia em nome da sincronia. Parece-nos que a proposta do autor foi uma subordinação, em que prevalece o eixo sincrônico, pois é nele que são definidas as regras que se sobrepõem aos falantes.

O outro ponto de inflexão introduzido por Saussure é o fechamento da *língua* sobre si mesma. Numa concepção tradicional, o signo linguístico une a palavra às coisas, a linguagem remete a uma realidade extralinguística, ao referente. Todavia, para o linguista de Genebra, o signo envolve apenas uma relação entre significado (conceito; sentido) e significante (imagem acústica; palavra), sem que haja referência a algo externo à *língua* (DOSSE, 1993, v. 1). Nessa teoria, o laço que une o significado ao significante é arbitrário, é uma convenção que não depende da

¹⁸ O exemplo do jogo de xadrez dado por Saussure torna bastante clara a diferenciação entre o interno (eixo sincrônico) e o externo (eixo diacrônico): “é relativamente fácil distinguir o externo do interno (...) Se eu substituir as peças de madeira por peças de marfim, a troca será indiferente para o sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças, esta mudança atingirá profundamente a ‘gramática’ do jogo (...) é interno tudo quanto provoca mudança do sistema em qualquer grau” (SAUSSURE, 1977, p. 32).

consciência ou livre escolha do sujeito falante: ¹⁹ “Queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 1977, p. 83, grifo do original). Diante disso, a questão a ser formulada é: seria possível assumir em historiografia uma concepção de linguagem que seja fechada em si mesma e cuja produção de sentido escapa inteiramente à consciência do sujeito?

Todavia, é possível fazer uma outra leitura, mais abrangente que a francesa, sobre o giro linguístico. O filósofo brasileiro Manfredo Oliveira realizou um profundo mergulho na história da filosofia para avaliar o impacto da *reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. O primeiro sentido que essa guinada tem é bem lato e consiste no fato de a linguagem ter se tornado, no século XX, a questão central da filosofia. Esse conceito aparece, então, no cerne do debate dos mais diferentes ramos do saber filosófico, dentre os quais citamos: teoria do conhecimento, epistemologia, lógica, antropologia filosófica e ética. A ênfase na linguagem permeia tanto a filosofia continental quanto a filosofia analítica (OLIVEIRA, 2006).

Nessa compreensão, o giro linguístico inclui um deslocamento epistemológico. A linguagem deixa de ser um objeto para estar na “esfera dos fundamentos” do conhecimento. Esse movimento elevou a filosofia da linguagem à condição de filosofia primeira. ²⁰ Isso quer dizer que a pergunta que guiava a filosofia moderna sobre as condições de possibilidade do conhecimento girou rumo à linguagem e se transformou em uma questão sobre as condições de a linguagem produzir sentenças intersubjetivamente válidas sobre o mundo. A pergunta pelo sentido linguístico de uma proposição precede a indagação sobre a verdade e a validade dos juízos sobre o mundo. “Numa palavra, não existe mundo totalmente independente da linguagem, ou seja, não existe mundo que não seja exprimível na linguagem. A linguagem é o espaço de expressividade do mundo, a instância de articulação de sua inteligibilidade” (OLIVEIRA, 2006, p. 13).

A longa estrada de reflexões sobre a linguagem é dividida por Manfredo Oliveira em quatro vias, mas percorreremos, a passos rápidos, apenas as duas primeiras. A

¹⁹ Prova disso, para Saussure, é que não há nada no significante *m-a-r* que remeta necessariamente ao significado que a ele associamos: uma larga extensão de água salgada. Essa relação é arbitrária, o significante *m-a-r* poderia ser substituído por qualquer outro. Acresce que nenhum indivíduo é consultado para que ela se estabeleça.

²⁰ Segundo K.O. Apel, esse posto de filosofia primeira outrora foi ocupado pela pesquisa sobre a natureza ou essência das coisas ou dos entes (ontologia), pela reflexão sobre as representações ou conceitos da consciência ou da razão (teoria do conhecimento).

primeira é intitulada pelo autor como *semântica tradicional* e inclui autores como Platão, Aristóteles, Frege, Husserl, Kutschera, Carnap e o primeiro Wittgenstein. A segunda começa com a *reviravolta pragmática* da filosofia da linguagem do segundo Wittgenstein e tem continuidade nas teorias dos atos de fala, desenvolvidas por J. Austin e J. Searle. Faremos um esforço para tentar sintetizar o âmago dessas duas perspectivas.

Na semântica tradicional, desde Platão, as palavras apresentam as essências das coisas. Uma palavra é adequada quando mostra o ser da coisa. Na teoria platônica, existe um isomorfismo entre a *estrutura da língua* e a *estrutura ontológica*, por isso, a construção de uma língua não é arbitrária e há uma correspondência entre linguagem e ser. Segundo Oliveira, essa é a tese central de uma longa tradição na história do pensamento ocidental que apresenta uma espécie de realismo convencional.

Ora, a discussão sobre o conceito de realismo é um dos alicerces do nosso trabalho. Nos capítulos seguintes, iremos destrinchar essa noção, especificando como ela pode ser aplicada às peculiaridades do conhecimento histórico e quais são seus limites. Por ora, vamos explorar o conceito de forma bem ampla, deixando claro que esse não é ainda o realismo crítico que defendemos existir na teoria da história de Ricoeur.

Oliveira indica que o realismo convencional é uma *teoria da reprodução* (cópia). Este consiste em considerar que o objeto de conhecimento é pré-dado e exterior ao pensamento do sujeito. No campo da linguagem, o realismo afirma que as expressões linguísticas possuem uma *função semântica* de designação dos objetos, ou de suas relações, qualidades e atributos. Em outras palavras, a linguagem corresponde a um objeto ou a um estado de coisas. Um enunciado é verdadeiro quando designa um fato de forma adequada (OLIVEIRA, 2006).

As filosofias de Ludwig Wittgenstein são usadas por Oliveira para fazer a transição entre duas vias das reflexões sobre a linguagem, a semântica tradicional e a reviravolta pragmática. O *Tractatus Logico-Philosophicus* (1922) é colocado como o último representante da primeira via, enquanto as *Investigações filosóficas* (1953) inauguram a segunda. Como já delineamos os aspectos gerais da semântica tradicional, concentremo-nos na reviravolta pragmática.

Sem dúvida, já no prefácio ao *Tractatus*, o autor defendia que os problemas filosóficos resultam de uma má compreensão da lógica da linguagem. Nessa obra, o vienense ainda tomava a linguagem em uma acepção designativa e instrumentalista. Já

nas *Investigações filosóficas*, o filósofo propõe que a atitude metafísica na análise da linguagem deva ser substituída por uma abordagem pragmática. Isso quer dizer que é preciso renunciar à tentativa de descobrir o que supostamente está oculto sob a linguagem e abrir os olhos para desvendar o modo como ela funciona.

Wittgenstein critica a tradição filosófica que postulava existir um mundo em si, independente da linguagem, o qual deveria ser por ela copiado. Para ele, jamais temos acesso ao mundo em si, mas só temos mundo *na* linguagem. Mais do que mero instrumento de comunicação, a linguagem é condição de possibilidade, é constitutiva do conhecimento (OLIVEIRA, 2006).

A linguagem, diz o segundo Wittgenstein, é uma *atividade humana* como andar, respirar ou comer. Portanto, há uma ligação estreita entre linguagem e ação, de modo que a própria linguagem é considerada como uma forma de ação. O resultado disso é que não é possível pensar sobre o agir humano sem considerar a linguagem e vice-versa. Dessa forma, não há uma cisão entre a linguagem e a práxis social. Por isso, a pergunta sobre o significado das expressões linguísticas não deve ser respondida com uma reflexão teórica sobre a estrutura da linguagem, mas com uma investigação sobre o modo como ela funciona, sobre seus usos em um determinado contexto comunicativo. Essas formas de funcionamento são múltiplas e variadas.

Nessa perspectiva, o conceito de “jogos de linguagem” é central. Com ele, Wittgenstein buscou mostrar que a significação das palavras não depende de sua designação ou referência a objetos extralinguísticos. O que determina a significação é o *contexto de uso* das palavras. Diferentes contextos demandam regras distintas. Os jogos de linguagem mostram “como a linguagem funciona”. Assim, o foco desliza da semântica rumo à pragmática (OLIVEIRA, 2006).

Não pretendemos entrar na complexidade dessa categoria, para a qual o próprio Wittgenstein não chegou a formular uma definição fechada e estável. Nas *Investigações filosóficas*, há mais exemplos práticos que teorizações sistemáticas sobre os “jogos de linguagem”.²¹ Não deixa de ser instigante perceber que Wittgenstein, assim como Saussure, assemelha o funcionamento da linguagem ao de um jogo.²² Com efeito, para que essa noção não fique, em nosso texto, desprovida de

²¹ Segundo Oliveira, Wittgenstein se recusa a dar uma definição do que seria o “jogo de linguagem” para evitar incorrer em um essencialismo, que apontaria o substrato essencial a tudo que recebe o nome de linguagem. Em vez disso, o autor das *Investigações filosóficas* prefere falar em uma “semelhança de família” entre os diferentes usos das palavras (OLIVEIRA, 2006).

²² Cf. nota 12.

contornos inteligíveis, citemos o primeiro exemplo fornecido pelo filósofo vienense. Com a situação simples, a seguir, ele pretende demonstrar que a linguagem não depende da designação de objetos para obter seu funcionamento. A significação das palavras depende de seu emprego pragmático, que, no exemplo em questão, diz respeito à relação dos objetos a serem trazidos para uma construção:

A linguagem deve servir para o entendimento de um construtor *A* com um ajudante *B*. *A* executa a construção de um edifício com pedras apropriadas; estão à mão cubos, colunas, lajotas e vigas. *B* passa-lhe as pedras, e na sequência em que *A* precisa delas. Para esta finalidade servem-se de uma linguagem constituída das palavras “cubos”, “colunas”, “lajotas”, “vigas”. *A* grita essas palavras; - *B* traz as pedras que aprendeu a trazer ao ouvir esse chamado (WITTGENSTEIN, 1999, p. 28).

Seja qual o for o ponto de partida que se escolha para caracterizar o giro linguístico, algumas teses parecem ser centrais: A) a linguagem não é um meio transparente de designação, capaz de realizar uma cópia que corresponda exatamente aos objetos no mundo; B) a relação entre os significados produzidos pela linguagem e a realidade não é natural; C) não é possível ter acesso ao mundo por outro meio que não a linguagem; D) a linguagem é mais do que um mero objeto do conhecimento, ela é seu fundamento, o que lhe dá condição de possibilidade.

Para os propósitos de nossa investigação, esse breve e lacunar panorama sobre o giro linguístico será importante por duas razões: 1) para melhor situar a concepção da linguagem em Paul Ricoeur, o que será feito no item seguinte, e para avaliar os impactos obtidos pela virada linguística na historiografia contemporânea, que desembocou numa atitude antirrealista entre a narrativa histórica e o passado. Desde já, podemos apontar que algumas das teses da guinada linguística estão na base das teorias de R. Barthes e H. White. Em suma, o tipo de relação existente entre a linguagem e a realidade é um dos pilares de nossa discussão sobre o realismo crítico de Ricoeur.

1.4 A linguagem na filosofia de Paul Ricoeur

A hermenêutica, tradição filosófica à qual Ricoeur reivindica pertencimento, desde sua definição clássica como a arte de ler e interpretar textos, está intimamente ligada à linguagem. Mesmo quando ainda era compreendida como uma técnica auxiliar, a hermenêutica tinha como um de seus propósitos a compreensão do sentido de um texto por meio de uma mediação operada pela linguagem. Um dos pontos de partida para que haja um problema hermenêutico é a polissemia das palavras, quando estas são consideradas fora de seu uso em um determinado contexto (RICOEUR, 2008).

Schleiermacher fazia da polissemia o mote da interpretação. Segundo ele, para que haja hermenêutica, é necessário que haja uma ambiguidade no sentido das palavras. Essa multiplicidade de significados gera o ‘mal-entendido’, a ‘não compreensão’²³ que a interpretação visa superar ao “compreender um autor tão bem, ou melhor, do que ele do compreendeu a si mesmo” (SCHLEIERMACHER *apud* RICOEUR, 2008, p. 27). Para esse autor, o ofício interpretativo se dava em duas vias:

1^a) *Interpretação gramatical*: nessa via, “o homem, com sua atividade, desaparece e surge apenas como órgão da língua” (SCHELEIERMACHER, 2001, p. 93). Ela busca compreender uma expressão ou uma obra como parte do contexto linguístico de uma época que é comum ao autor e ao leitor primitivo.

2^a) *Interpretação técnica ou psicológica*: nessa via, “a língua, com seu poder determinante, desaparece e surge apenas como órgão do homem” (SCHELEIERMACHER, 2001, p. 93). Ela busca compreender a individualidade da obra e a particularidade estilística do autor remontando ao espírito que anima e dá feição ao texto (DOMINGUES, 2004). Nessa etapa, visa-se à compreensão do espírito que é trazido à tona e expresso pela linguagem.

Essas duas vias do trabalho de interpretação apontadas por Schleiermacher mostram que a hermenêutica visa compreender o sentido de um discurso como a expressão de algo que foi pensado *por meio da* linguagem. A compreensão não tem outro objeto senão a linguagem e “tudo o que deve ser pressuposto na hermenêutica é apenas a linguagem” (SCHLEIERMACHER, *apud* GRONDIN, 1999, p. 125). Com

²³ Segundo Grondin, antes de Schleiermacher a hermenêutica buscava interpretar principalmente as passagens *obscuras* dos textos. Este autor, porém, universaliza o mal-entendido, dizendo que ele está presente em cada ponto do texto. A consequência é que nenhuma interpretação é definitiva, nenhuma dissolve esse fundo de não compreensão (GRONDIN, 1999).

efeito, o esboço do método interpretativo desenhado anteriormente remete a uma dupla concepção de linguagem. Na *interpretação gramatical*, a linguagem é tomada em sua acepção supraindividual, ou seja, ela é vista como uma totalidade que envolve tanto o autor como ao seu público original. Nesse momento, o sentido da obra será compreendido como uma expressão desse contexto linguístico compartilhado, e não como uma manifestação da alma do autor. Todavia, para a hermenêutica de Schleiermacher, o sentido expresso na linguagem não apresenta somente essa dimensão supraindividual e anônima. A linguagem é também testemunho de uma alma individual. Na *interpretação técnica ou psicológica*, a visão sintática e formal da linguagem é ultrapassada em direção à compreensão do espírito individual do autor que se expressa por meio da linguagem (GRONDIN, 1999). Essa alma individual é que confere a especificidade do estilo que cada autor imprime em sua obra.

Um segundo ponto de inflexão na história da hermenêutica se deu no século XX com as obras de Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer. Na leitura de Ricoeur, esses alemães empreenderam uma segunda revolução copernicana no campo hermenêutico, ao deslocar o eixo da compreensão – que outrora estava no terreno da epistemologia²⁴ e metodologia – para o solo ontológico (RICOEUR, 2008). Esse movimento teve importantes implicações no campo da linguagem.

Para Heidegger, sobretudo na segunda fase de sua filosofia, a linguagem deve ser situada onde o ser se desvela, isto é, no homem. Isso equivale a localizar a linguagem no fundamento da estrutura de compreensão do *ser-aí (Dasein)*. Em suma, a linguagem não é um objeto que está diante de nós, mas todo nosso pensar já está articulado linguisticamente. Nessa perspectiva, a linguagem não é fechada em si mesma. Ela é uma abertura para a compreensão de nossa experiência com o mundo e com as coisas. Nosso *ser-no-mundo* é mediado linguisticamente: “O originário não é que falamos uma linguagem e dela nos utilizamos para poder manipular o real, mas, antes, que a linguagem nos marca, nos determina, e nela se dá a revelação dos entes a nós, o que só é possível porque (...) a linguagem é o evento de desvelamento do ser” (OLIVEIRA, 2006, p. 206).

A linguagem é uma das colunas que sustentam a filosofia ricoeuriana. Sobretudo após sua ‘guinada hermenêutica’, seus trabalhos dedicaram um espaço importante a essa dimensão da vida humana. Suas reflexões acerca do tema

²⁴ Isso é bastante claro na distinção entre *explicação* e *compreensão* assumida por W. Dilthey em seu esforço de fundamentação das ciências do espírito.

encontram-se disseminadas nas coletâneas de ensaios sobre hermenêutica – *O conflito das interpretações* (1969); *Do texto à ação* (1986); em suas abordagens sobre a metáfora e a narrativa; em seu pensamento sobre identidade individual e ética. Contudo, é na reunião de ensaios *Teoria da interpretação* (1976) que Ricoeur visou dar uma unidade aos seus estudos e deslindar uma filosofia da linguagem. Tornando explícito seu pertencimento à tradição hermenêutica, o filósofo francês concebe a linguagem como uma abertura, uma mediação para a compreensão da experiência humana. Isso implica uma dimensão ontológica da linguagem: ela emerge e retorna a uma experiência. Ademais, é colocado um acento reflexivo e existencial na linguagem, pois ela é o meio privilegiado pelo qual o sujeito compreende a si mesmo (CI).

Tendo em vista o quadro que esboçamos sobre o giro linguístico, podemos sustentar que a teoria da linguagem presente na filosofia de Ricoeur foi construída em diálogo e tensão com as principais teses desse movimento. A princípio, vamos apontar em que medida ambos os pensamentos estão em harmonia, para posteriormente indicar suas dissonâncias. Talvez, uma frase dita pelo filósofo certa vez em uma entrevista pode sintetizar nosso argumento: “O giro linguístico (*tournant linguistique*) eu o fiz no interior da hermenêutica” (RICOEUR, 1988, p. 3).

Uma das consonâncias entre a virada linguística e a filosofia da linguagem ricoeuriana é a afirmação de que a linguagem não é um espelho que reflete de forma idêntica os objetos por ela representados. Além disso, ambas as perspectivas defendem que não é possível ter acesso ao mundo senão por meio da linguagem. Entretanto, apesar dessas semelhanças, existem importantes diferenças nas duas teorias. Para sistematizar suas incongruências com o *linguistic turn* o filósofo francês recorreu em várias oportunidades a uma distinção entre *semiótica* e *semântica*, assinalando que sua perspectiva está assentada nesta última. Na caracterização de Ricoeur, a semiótica está de acordo com as principais teses da linguística estrutural proposta por Saussure, ao passo que a semântica interage com os argumentos do linguista Émile Benveniste.

Da separação entre semiótica e semântica deduz-se uma outra – entre língua e discurso. No plano da língua – que equivale à *langue* saussuriana –, a unidade básica é o signo. A significação é um processo imanente ao sistema e consiste num jogo de diferenças entre significante e significado. A língua estrutura-se como um mundo próprio, um sistema fechado em si mesmo e demanda uma perspectiva sincrônica.

Ricoeur não desqualifica essa abordagem, pelo contrário, considera-a como um avanço no campo das ciências humanas na medida em que aplicou modelos de explicação sem recorrer a procedimentos das ciências da natureza. Contudo, seu projeto é que a linguagem não seja restringida apenas a essa dimensão que toma o signo como entidade básica. A teoria da linguagem ricoeuriana é definida por ele mesmo como bidimensional, isto é, concorda com os argumentos da linguística estrutural desde que eles sejam circunscritos ao campo dos signos. A uma análise unidimensional da linguagem, que apenas adote o primado dos signos, Ricoeur opõe um exame bidimensional fundado em duas entidades básicas – o signo e a frase (TI).

A noção de discurso está construída sobre quatro pontos que podem ser assim sintetizados: *alguém diz alguma coisa sobre algo a alguém*. Nos vértices desse quadrilátero discursivo estão, respectivamente, os conceitos de *locutor*, *sentido*, *referência* e *interlocutor*. Uma diferença básica – mas que nem sempre é lembrada – entre a instância da língua e a do discurso diz respeito à unidade linguística de referência que, no primeiro caso, é o signo, e no segundo, a frase (TI; MV). Quando Saussure construiu sua linguística, ele não pensava em uma aplicação do modelo em objetos mais extensos que o signo, tais como o conto, a poesia, a narrativa histórica e a ficcional. Essa extensão foi obra de autores que dialogaram com o estruturalismo, dentre os quais citamos Propp, Jakobson e Barthes.

O quadrilátero discursivo ricoeuriano reintroduz uma dupla referencialidade no campo da linguagem que não estava contemplada na linguística estrutural: a referência ao mundo e a referência ao sujeito (HENRIQUES, 2002). Se no sistema formal da língua tais referências puderam ser suprimidas, elas são imprescindíveis para o discurso. Assim, está pavimentado o caminho que conduz a linguagem para uma dimensão ontológica. Na filosofia de Ricoeur, a linguagem não é um mundo próprio, mas é uma abertura para o mundo, uma mediação que contribui para a compreensão de si do sujeito:

A linguagem não é um mundo próprio. Nem sequer é um mundo. Mas, porque estamos no mundo, porque somos afetados por situações e porque nos orientamos mediante a compreensão de tais situações, temos algo a dizer, temos a experiência para trazer à linguagem (TI: 32).

No campo do discurso, o signo deixa de ser constituído pela diferença entre significado e significante. A perspectiva semântica toma o signo como referência a algo em cujo lugar está. Para dar conta da relação entre a linguagem e a condição ontológica

do ser-no-mundo, Ricoeur lança mão da dialética entre sentido e referência estabelecida pelo alemão Friedrich Gottlob Frege, filósofo e matemático considerado fundador da lógica moderna. De acordo com o filósofo francês, apenas no nível da frase é possível marcar a diferença entre “o que se fala” (sentido) e “aquilo sobre o que se fala” (referência) (TI; MV).

O sentido de uma frase, *o que é dito*, é imanente ao discurso; já a referência indica o movimento no qual a linguagem transcende a si mesma. O sentido é o modo pelo qual designamos o objeto. Uma mesma realidade pode ser denotada por sentidos distintos, por exemplo: “O bruxo do Cosme Velho”, “O autor de *Dom Casmurro*” e “Machado de Assis” são significações diferentes que têm a mesma referência. Por outro lado, um mesmo sentido – “o rei da França é calvo” – pode ter mais de uma referência, dependendo do ocupante do trono. Para que uma realidade seja denotada pelo locutor, ele precisa recorrer ao sentido, ao significado linguístico. O sentido é traspassado pela intenção de referência do locutor (TI).

A outra face da referência aponta para o locutor, para o sujeito. Afinal, é ele que, ao falar, refere-se ao mundo. Sua experiência de ser-no-mundo fornece a condição ontológica que terá sua expressão na linguagem. Na hermenêutica ricoeuriana, a linguagem é abertura e mediação para a compreensão da experiência vivida. Em sua visão, “a própria linguagem, enquanto meio significante, exige ser referida à existência” (CI: 18). Se na linguística estrutural a significação resulta apenas da interação entre significante e significado, na teoria de Ricoeur, o sujeito é o portador da significação (HENRIQUES, 2002).

Um dos principais movimentos do giro linguístico consistiu em deslocar a linguagem do campo dos objetos para a esfera dos fundamentos. Com efeito, em alguns casos – notadamente na linguística estrutural –, esse deslocamento comprometeu a relação linguagem/mundo e linguagem/sujeito, erigindo-a em uma esfera ensimesmada. Na filosofia de Ricoeur, a linguagem não é tomada como objeto ou algo transparente que produz uma réplica do real, nem como um sistema de signos enclausurados: “A linguagem não é fundamento nem tampouco objeto. Ela é mediação. Ela é o *médium*, o meio no qual e pelo qual o sujeito se põe e o mundo se mostra” (CI: 215).

Nesse sentido, é através da linguagem que a experiência privada torna-se pública, as impressões são comunicadas em expressões e as significações que atribuímos às vivências são compartilhadas, “a solidão da vida é aí iluminada pela luz comum do discurso” (TI: 31). Esses traços da filosofia da linguagem de Ricoeur que

nosso exame percorreu serão de suma importância para a compreensão de conceitos que enfocaremos nos capítulos posteriores: *mimesis*, *círculo hermenêutico*, *identidade narrativa*, *referência metafórica* e *representância*. Em nosso ponto de vista, a reintrodução da dupla referencialidade na linguagem – ao mundo e ao sujeito – está no cerne do que chamamos realismo crítico. Para o filósofo francês, a linguagem não é um reflexo da realidade, mas também não é descolada desta. A linguagem possui uma ancoragem no real, ela é uma mediação para a compreensão da experiência vivida:

Não que tudo seja linguagem, como é dito às vezes, com excesso, nas concepções em que a linguagem perdeu sua referência ao mundo da vida, àquele da ação e comunicação entre as pessoas. Mas, se nem tudo é linguagem, tudo, na experiência, não adquire *sentido* senão sob a condição de ser levado à linguagem. (RICOEUR, 1992b,p.209).

1.5 A leitura de Paul Ricoeur sobre o “retorno” do acontecimento

O segundo vértice do tripé que – a nosso ver – constitui o cerne das questões importantes da historiografia francesa contemporânea diz respeito ao conceito de acontecimento. Na língua portuguesa, costuma haver um uso um tanto quanto indiscriminado das noções *evento*, *acontecimento* e *fato*. Um breve olhar sobre a etimologia dos termos indica que “acontecimento” deriva do latim *contingescere* e designa aquilo que ocorre, acontece no universo, seja no reino da natureza ou da cultura. “Fato” tem origem no latim *factum*, cuja forma verbal *fascere* remete ao que foi feito (DOMINGUES, 1996; PEREIRA, 2009). Veremos que o significado atribuído a um conceito é mais do que um mero capricho semântico.²⁵ A mudança na definição do conceito de acontecimento ajuda a explicar porque ele foi abominado por alguns autores e valorizado por outros.

A partir da década de 1970, a historiografia francesa ficou marcada pelo “retorno” de conceitos que haviam sido severamente combatidos pelos historiadores das duas primeiras gerações da Escola dos *Annales*. Nesse particular, Marc Bloch e Lucien Febvre deram continuidade às críticas feitas por P. Lacombe e F. Simiand, segundo as quais a história deveria afastar-se da descrição de eventos únicos, singulares e irrepetíveis. Em contrapartida, a *nouvelle histoire* deveria construir, através de uma interação com as ciências sociais, uma história-problema cujos objetos tivessem uma

²⁵ No próximo capítulo, ao analisarmos a narrativa histórica sob a ótica ricoeuriana, tornaremos mais explícito qual é a distinção entre a ideia de fato e acontecimento/evento.

duração mais longa, tais como economias, sociedades e civilizações, e não acontecimentos de curta duração e indivíduos (PEREIRA, 2009; REIS, 2004).

Fernand Braudel é apontado como o mais cruel alçó da Cruzada dos historiadores franceses da primeira metade do século XX contra a história *événementielle* [acontecimental]. O escalonamento das durações²⁶ realizado na introdução de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II* (1949) é interpretado como um duro golpe contra o evento em historiografia. Nessa perspectiva, o primeiro nível seria o de uma história quase-imóvel. É a história dos homens em sua relação com o meio que o cerca – o espaço geográfico – uma história lenta, com vagarosas transformações, muitas vezes com regressos. No segundo nível, está uma história lentamente ritmada dos grupos, das economias, dos Estados, das sociedades e das civilizações. A história social e econômica é o domínio da longa duração. No terceiro nível, encontra-se a história dos acontecimentos. É uma história da “agitação de superfície” (sendo que, na profundidade, estariam as histórias do meio, da economia, da civilização), uma história de eventos, com oscilações breves, rápidas e nervosas. Segundo Braudel, esta é a história mais apaixonante, a mais rica em humanidade, mas também a mais perigosa (BRAUDEL, 1983).

Para Braudel, há uma interligação entre história de curta duração, história política dos ‘grandes personagens’ e história acontecimental e narrativa. Nos *Escritos sobre a história*, das décadas de 1950 e 1960, o francês retoma a organização tripartite dos ritmos temporais. Para ele, as estruturas são os fenômenos geográficos, econômicos, sociais, ecológicos que permanecem por séculos. As conjunturas são ciclos que estão no tempo semilongo, cujo modelo clássico é o ciclo de Kondratieff, com meio século de duração. Os eventos são objetos aos quais as ciências sociais têm quase horror. O tempo curto é visto como a mais enganadora das durações: “Assim a palavra *evento*. De minha parte, quisera acantoná-la, aprisioná-la na curta duração: o evento é explosivo, ‘novidade sonante’ (...) Com sua fumaça excessiva enche a consciência dos contemporâneos, mas não dura, vê-se apenas sua chama” (BRAUDEL, 1992, p. 45). Assim foi teorizada uma tensão entre evento e estrutura e uma correlação entre acontecimento e temporalidade breve. Entre as décadas de 1930 e 1970, a historiografia francesa tratou o evento como algo secundário, de menor importância.

²⁶ Os títulos que Braudel dá esses níveis são, respectivamente: 1) o meio; 2) destinos coletivos e movimentos de conjunto; 3) os acontecimentos, a política e os homens.

Na década de 1970, Pierre Nora anunciou o retorno do acontecimento. Na sua visão, depois que a historiografia conquistou sua “modernidade”, a partir de um apagamento do evento, de uma negação de sua importância, o acontecimento retornou com a possibilidade de uma história contemporânea que coloca o tempo presente em posição de destaque. Nas sociedades contemporâneas, são os *mass medias* que têm um papel importante na produção dos acontecimentos. François Dosse acrescenta que o espaço concedido pelas ciências contemporâneas às noções de caos e indeterminação também contribuiu para uma revalorização do evento. Essa postura científica está relacionada a um questionamento dos determinismos monocausais e a uma abertura para a contingência (NORA, 1976; DOSSE, 2003).

Na terceira geração da Escola dos *Annales* – a despeito da tentativa de Le Roy Ladurie de uma “história-imóvel” –, o pensamento braudeliano perdeu sua força quase hegemônica como programa teórico. Sua hierarquização das durações temporais, com privilégio à continuidade e ao longo prazo, resultara numa desvalorização do evento. Em contrapartida, começava a ganhar força entre os historiadores franceses a *démarche* descontinuista de Foucault, que perturba as continuidades em favor da irrupção dos acontecimentos. A mudança no tratamento dos eventos foi perceptível. Em 1973, Georges Duby pôde escrever um estudo sobre o *Domingo de Bouvines, 27 de julho de 1214* (1973), em que o acontecimento revela a estrutura. De forma semelhante, Nora aponta para a possibilidade de o historiador assinalar no acontecimento contemporâneo sua parte não factual – *i.e.*, estrutural –, transformando-o em uma abertura que permite a compreensão das estruturas do tempo presente (NORA, 1976; REIS, 2004).

No âmbito da historiografia francesa, o problema epistemológico em jogo nessa discussão diz respeito à relação entre acontecimento e estrutura. A teoria braudeliana sobre os ritmos temporais parecia indicar para uma oposição entre evento e estrutura. A leitura de Ricoeur sobre o chamado “retorno” do acontecimento foi feita a partir desse registro. Para elaborar uma resposta não dicotômica a esse problema, o filósofo francês repensou a definição de acontecimento e suas possibilidades de abordagem. Esse empreendimento está intrinsecamente relacionado à suas teses a respeito da narrativa e da temporalidade, afinal, sem eventos não há relato.

Em busca de um ponto de vista que não incorra nem na dissolução, nem tampouco na exaltação do acontecimento, Ricoeur sinaliza para três possibilidades de análise: 1) acontecimento infrassignificativo; 2) não acontecimento (*non événementielle*) e 3) acontecimento superssignificativo. O primeiro nível diz respeito à

descrição “daquilo que acontece”, sem espaço para o imponderável, algo próximo, segundo ele, às orientações de Escola Metódica e seu estabelecimento crítico das fontes. O segundo nível emoldura o evento em esquemas explicativos para inseri-lo em leis e regularidades. Nessa aproximação, o acontecimento tende a perder sua singularidade a ponto de – no limite – existir uma negação do evento. O terceiro nível corresponde à proposta hermenêutica de Ricoeur e opera uma síntese dialética entre as formas anteriores. Nele, o acontecimento é retomado como emergência, mas, dessa vez, está inserido em uma narrativa matriz de uma identidade que pode ser positiva (Tomada da Bastilha) ou negativa (Auschwitz). O evento que “retorna” não pode ser reduzido ao sentido de esquemas explicativos, nem à perspectiva infrassignificativa. O acontecimento engendra sentido (RICOEUR *apud* DOSSE, 2001; PEREIRA, 2009): “Essa salutar retomada do acontecimento superssignificado só prospera nos limites do sentido, no momento em que ele fracassa por excesso e por ausência: por excesso de arrogância e por ausência de apreensão” (RICOEUR *apud* DOSSE, 2003b, p. 357).

Na leitura ricoeuriana não houve propriamente um “retorno”, na medida em que o acontecimento renascente não é exatamente aquele que era criticado e colocado à margem da história por Braudel. O evento valorizado pela historiografia francesa contemporânea não é um “escândalo epistemológico”, mas um componente narrativo criador de sentido. Antes de examinar mais detidamente a querela dos historiadores sobre o tema, o filósofo sublinha a relevância de uma análise semântica do conceito. Uma primeira distinção é por ele estabelecida entre acontecimento e ocorrência física. Movimento físico é tudo aquilo que meramente acontece: aparece, desaparece; nesse sentido, sempre acontece alguma coisa. Para que uma ocorrência entre no domínio dos acontecimentos históricos, é necessário que três condições sejam preenchidas:

A) O evento deve ser produzido ou sofrido por humanos. Os homens fazem algo acontecer ou são afetados pelos acontecimentos que simplesmente ocorrem ou são produzidos por outros humanos.

B) O acontecimento deve ser suficientemente julgado como importante pelos contemporâneos para que os relatos feitos pelas testemunhas oculares sejam registrados. Essa segunda condição começa a vislumbrar a importância da narrativa.

C) O acontecimento histórico passa por uma seleção, uma organização, uma *mise en intrigue*. A construção seletiva de uma intriga introduz uma primeira diferença entre o evento tal como é lembrado e o acontecimento que é narrado, registrado e comunicado (RICOEUR, 1992a).

A crítica feita pelos *Annales* incide sobre uma acepção bem estrita do conceito de acontecimento, que era adotada pela chamada história acontecimental: uma ocorrência singular, não repetível, encarcerada na curta-duração e refém do primado do político e da psicologia individual. Todavia, Ricoeur salienta que a equação acontecimento/brevidade/superficialidade não se sustenta mais. Ele cita François Furet, que se propõe a compreender a Revolução Francesa como um evento que dura um século: 1770-1870, algo difícil de ser concebido, segundo ele, seja para a Escola Metódica, seja para o modelo braudeliano (RICOEUR, 1992a).

O chamado “retorno” do evento – alerta Ricoeur – não se constitui de forma alguma em um regresso à história acontecimental. As noções de agente e poder foram repensadas e reformuladas pela historiografia. Em sua teoria da narrativa – cujos pormenores discutiremos no Capítulo 2 –, o hermeneuta francês defende que os agentes históricos não são apenas os grandes homens, nem necessariamente indivíduos. Em uma intriga, os grupos, as classes sociais e as sociedades podem ser representados como agentes da mudança histórica. Outro ponto importante nesse debate é o alargamento do conceito de poder, que está no bojo da renovação da história política. O político é uma esfera que não está mais restrita às narrativas de batalhas ou tratados diplomáticos, mas está relacionada às mais distintas áreas da vida coletiva. Por isso, as relações de poder também se fazem presentes na conjuntura e nas estruturas de duração mais longa (RICOEUR, 1992a; RÉMOND, 1996).

O corolário desses argumentos ricoeurianos resulta em uma posição não antagônica entre acontecimento e estrutura. Nas palavras do filósofo, “o evento, longe de ser um resíduo que não se deixa sistematizar, é iniciador de sistemas abertos ao aleatório, logo ao acontecimento” (RICOEUR, 1992a, p. 34). O acontecimento pode ter uma função reveladora da instabilidade dos sistemas e estruturas. As crises fazem parte do jogo de desestruturação e reestruturação dos sistemas sociais. Ricoeur aponta a obra de Le Roy Ladurie, *Carnaval de Romans* (1979), como uma análise que conjuga dessa forma acontecimento e estrutura.

Retornar é regressar, voltar ao ponto de onde se partiu. Entretanto, vimos que isso não é totalmente aplicável à revalorização do acontecimento na historiografia francesa contemporânea. Ricoeur prefere utilizar a metáfora do eclipse para conferir legibilidade a essa conjuntura. Em *Tempo e narrativa*, ele desenvolve o argumento segundo o qual o eclipse da narrativa na historiografia francesa teve como base o eclipse do evento. Para sustentar essa tese, o filósofo fará uma leitura original do *Mediterrâneo*,

de Braudel. Teremos a oportunidade de esmiuçar essa interpretação no capítulo subsequente, mas, de antemão, afirmamos que a análise ricoeuriana irá revelar traços narrativos nos níveis estruturais do clássico braudeliano. Ricoeur irá demonstrar como em Braudel o evento é ressignificado, não suprimido inteiramente. A partir da década de 1970, os historiadores franceses passaram a falar também em um retorno da narrativa. É com um exame dessa querela que concluiremos, a seguir, nosso primeiro capítulo.

1.6 O famigerado²⁷ “retorno” da narrativa

A ‘passagem da história-narrativa à história-problema’ é um dos troféus erguidos pelos defensores das duas primeiras gerações da Escola dos *Annales*. Furet qualifica essa transição como um avanço, uma evolução historiográfica. O autor sintetizou algumas características da definição de narração vilipendiada pelos *annalistes*: um relato, principalmente, biográfico e político, a aventura dos grandes homens e do Estado. Nela, o acontecimento é apresentado como único e não comparável. “Toda a história-narrativa é uma sucessão de acontecimentos-origens, que podemos chamar (...) de história evenemencial; toda a história evenemencial é uma história teleológica: só o ‘fim’ da história permite escolher e compreender os acontecimentos com que ela é tecida (FURET, [s.d.], p. 83).

Em 1979, o historiador inglês Lawrence Stone publicou o artigo “O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”. O autor inicia o texto afirmando que os historiadores sempre contaram *estórias*, mas que, após serem combatidas pela *nouvelle histoire*, houve uma tendência que atraiu muitos historiadores de volta para alguma forma de narrativa. De forma análoga ao que aconteceu com a revalorização do evento, a narrativa que “retorna” é bem distinta da que foi criticada. Ela já não é mais uma simples descrição das coisas passadas, pois nenhum historiador narrativo consegue deixar a análise totalmente fora de sua investigação (STONE, 1991).

²⁷ Remetemos aqui a polissemia do adjetivo, que pode qualificar tanto aquilo que é notável e célebre, quanto o que é tristemente afamado. João Guimarães Rosa explorou magistralmente esta ambiguidade em um conto de *Primeiras Estórias*: “Famigerado”. Dessa forma, o debate sobre o “retorno” da narrativa é famigerado, no sentido de tristemente afamado, quando não há uma definição conceitual precisa do termo, afinal a narrativa que “retorna” não é a mesma que foi combatida. Entretanto, nos momentos que esse embasamento conceitual é construído, a questão se reveste dos contornos do famigerado como algo notável e célebre, pois destaca uma dimensão fundamental da escrita da história.

Stone lista algumas razões para este retorno. O destaque incide sobre o enfraquecimento das pretensões científicas da historiografia. Para o inglês, a narrativa não contribui para a compreensão da causalidade em história, ela se preocupa com *o quê* e o *como*, negligenciando o *porquê*. A descrença no “modelo determinista econômico” teria levado os historiadores a valorizar a cultura e os indivíduos. Outro motivo arrolado remete à preocupação dos historiadores em tornar sua pesquisa mais acessível ao público leigo. Surgem, então, pesquisas que tratam de questões mais próximas ao cotidiano das pessoas comuns. Os historiadores estariam menos preocupados com as “grandes questões” e problemas em escala macro. O insucesso da quantificação levou a historiografia a trabalhar novamente com o princípio da indeterminação. Tais elementos levam Stone a emitir seu parecer: “Se estou certo em meu diagnóstico, o movimento em direção à narrativa por parte dos ‘novos historiadores’ marca o fim de uma era: o fim da tentativa de criar uma explicação científica coerente sobre a transformação do passado” (STONE, 1991, p. 32).

O artigo de Stone teve considerável impacto entre alguns historiadores. Eric Hobsbawm não tardou em escrever uma réplica, logo em 1980, ao texto. Segundo ele, os historiadores não abdicaram da possibilidade de construir explicações coerentes para as mudanças no passado, como Stone faz crer. A narrativa dos eventos não é tomada como um fim em si mesmo, mas como um meio para a compreensão de uma questão mais ampla sobre o contexto pesquisado. A cientificidade dessas análises irá variar de acordo com o conceito de ciência adotado (HOBBSAWM, 1999).

Não é nosso intuito diminuir a importância do artigo de Stone, todavia, propomos, a seguir, uma leitura crítica sobre o famigerado ressurgimento da narrativa. A princípio, questionamos a pertinência do termo *renascimento da narrativa*. Curiosamente, o próprio texto de Stone nos fornece elementos para isso. O historiador inglês apontou alguns aspectos que diferenciam a narrativa que está em voga na historiografia da praticada pelos chamados “historiadores tradicionais”: 1) o enfoque recai sobre vidas, sentimentos e comportamentos de pessoas comuns, e não dos grandes e poderosos; 2) a análise é tão essencial quanto a descrição; 3) há o emprego de diversos tipos de fontes que não mais se restringem aos documentos escritos e oficiais; 4) influenciada pelo romance moderno e pela teoria freudiana, essa narrativa explora amplamente os aspectos psicológicos, ao invés de se concentrar na descrição dos fatos em si (a influência da Antropologia conduz à tentativa de utilizar o comportamento dos indivíduos para revelar sentidos simbólicos da cultura); 5) os eventos não são contados

“por eles mesmos”, ou seja, os acontecimentos são usados para lançar luz sobre o contexto de uma cultura, de uma sociedade (STONE, 1991).

Se existem tantas diferenças – apontadas pelo próprio Stone – entre os modelos narrativos, será que é pertinente ler esse debate sob a ótica do “retorno” ou “ressurgimento” da narração? Acreditamos que não. Afinal, ao dissociar a narrativa da cientificidade em história, parece-nos que o historiador inglês endossa – ainda que de maneira involuntária – aqueles argumentos mobilizados no início do século XX pelos autores que defendiam o afastamento da narrativa na historiografia, leia-se, os *Annales*. Não é exaustivo lembrar que a justificativa usada pelos *annalistes* para o “abandono” da narrativa também defendia que ela era uma metodologia incompatível com a explicação científica. François Hartog é outro autor que possui um olhar crítico em relação ao artigo de Stone. O historiador francês afirma que, ali, o conceito de narrativa não foi problematizado ou definido com precisão, sendo utilizado como uma “abreviatura cômoda” para descrever o distanciamento em relação às distintas formas de história científica preponderantes até então (HARTOG, 2011).

Ademais, outro ponto que merece ser esclarecido concerne a uma interpretação generalizante e homogeneizadora feita a respeito da historiografia do século XIX. Esse que ficou conhecido como o “século da história” tem sido revisitado, sobretudo a partir de uma perspectiva da teoria da história. Para nossa discussão, é importante ressaltar que a consolidação do paradigma científico não foi feita de modo rápido ou consensual. Autores como Wilhelm von Humboldt e Leopold von Ranke não descartaram o uso da imaginação na escrita de uma narrativa científica. Principalmente na primeira metade do novecentos, a história não está totalmente divorciada de sua dimensão literária e artística. Humboldt afirmava que a tarefa do historiador era narrar os acontecimentos que se passaram, porém, o processo de reconstruí-los envolvia a subjetividade do autor que, a partir de um conjunto de fragmentos, precisa compor de maneira criativa um todo coerente. Nisso as atividades do historiador e do poeta seriam aparentadas. Ambos se servem da imaginação, todavia, na historiografia, o recurso ao imaginário está subordinado à experiência e à investigação da realidade (CEZAR, 2004; HUMBOLDT, 2010).

Um historiador francês que tem apontado para a importância de uma reconsideração sobre o século XIX é François Dosse. Ao avaliar sua crítica à Escola dos *Annales* no prefácio à edição brasileira de *A história em migalhas*, Dosse reconhece ter se deixado levar, então, por uma visão puramente negativa propagada pelos fundadores

da revista sobre a Escola Metódica. “O mundo não nasceu em 1929 e Charles Seignobos, bode expiatório de Lucien Febvre, merece ser relido” (DOSSE, 2003a, p. 8).

Ao longo dessa primeira parte de nossa pesquisa, procuramos realizar um panorama sobre as principais questões da situação epistemológica da historiografia francesa contemporânea. Após negar a crise em um primeiro momento, os pesquisadores ligados aos *Annales* remodelaram seu programa na chamada guinada crítica. Segundo Delacroix, o *tournant critique* foi um dispositivo encarregado de construir as condições de emergência de um novo modelo historiográfico estabilizado que desempenhasse o papel de paradigma no sentido de matriz disciplinar. Na construção dessa “epistemologia de transição”, abriu-se o caminho para um diálogo com a hermenêutica (DELACROIX, 1995).

Nossa análise mostrou que a filosofia ricoeuriana traz reflexões que tocam diretamente em pontos críticos do debate, dentre os quais destacamos: o embate entre estruturalismo e hermenêutica e as questões referentes à linguagem, ao acontecimento e à narrativa. Algumas das direções apontadas pelo filósofo foram tomadas como norte por aqueles que buscavam orientação em meio ao tempo de incertezas. O trecho abaixo escrito por Delacroix, por ocasião da guinada crítica, corrobora, em certa medida, com a nossa hipótese do realismo crítico ricoeuriano e seu impacto na história da historiografia:

A hermenêutica forneceu (...) um modelo de análise de ruptura com as “abordagens simplificadoras” da história serial, ou seja, com o realismo histórico duro, aquele da reificação das categorias, dos encadeamentos lineares (...) das reproduções idênticas ao real nas categorias, com o substancialismo (DELACROIX, 1995, p. 96).

Entretanto, em um segundo momento, os autores ligados ao *tournant critique* (destaque para Grenier e Lepetit) atribuíram alguns riscos “inerentes” – segundo eles – à hermenêutica: o relativismo associado à fuga metodológica na análise das representações e a redução do discurso histórico a uma expressão linguística, uma “história-retórica” (DELACROIX, 1995). Tencionamos demonstrar, no decorrer de nossa investigação, que o realismo crítico da hermenêutica ricoeuriana não incorre nesses arriscados desvios denunciados acima.

O exame crítico sobre o “retorno” da narrativa encerra o primeiro capítulo e da mesma forma suscita questões das quais nos aproximaremos no capítulo seguinte por meio de uma imersão em *Tempo e narrativa*. Veremos por que Ricoeur prefere falar em

eclipse em vez de retorno e oferece uma perspectiva diferente da de Stone para a relação entre narrativa, cientificidade e causalidade em historiografia. No debate entre estruturalismo e hermenêutica, vimos a proposta ricoeuriana de um entrelaçamento entre explicação e compreensão em um mesmo arco hermenêutico. As discussões feitas nesses primeiros passos de nossa jornada servirão de moldura para a leitura historiográfica que nos propomos a realizar de parte da obra de Ricoeur.

Capítulo 2

História e narrativa segundo Paul Ricoeur

Pode-se narrar o tempo, o próprio tempo,
o tempo como tal e em si? (...) Pois a narrativa se parece com a música no sentido de
que ambas dão um conteúdo ao tempo.

Thomas Mann

O que dá autoridade à narrativa é a sua sequência, a sua coesão, mais do que a multidão
de pequenas curiosidades bibliográficas.

Jules Michelet

Neste capítulo, nos propomos a um mergulho em um tema que tem recebido destaque no debate historiográfico contemporâneo: a narrativa na escrita da história. No contexto francês, a partir da década de 1970, a narração passou a estar na ordem do dia das discussões historiográficas. A pergunta que guiará essa fase da pesquisa é singela e essencial: o que é uma narrativa na visão de Paul Ricoeur? A busca de respostas nos conduz a uma análise de *Tempo e narrativa*, obra em que o autor tematizou esse problema de maneira pormenorizada.

Um dos caminhos que nos leva ao nosso tema central – a representação do passado histórico em Ricoeur – passa por uma reflexão sobre a relação entre história e narrativa. Essa questão serviu de mote para a escrita da obra que analisaremos a seguir:

No tocante à história, tenho de precisar que só me interessei em *Tempo e Narrativa* por um único problema: até que ponto a história é narrativa? Esta tinha para mim, na altura, uma grande urgência, estávamos ainda na era marcada por Fernand Braudel e pela escola dos *Annales*, época essa que assistira ao recuo do acontecimento e do narrativo, da história política, da história diplomática, da história das batalhas etc., em benefício de uma história que se poderia dizer mais estrutural, que dá conta das forças de evolução lenta e, por isso de longa duração (CC: 119).

A publicação da trilogia *Tempo e narrativa* (1983-1985) marca o retorno de Ricoeur à cena intelectual francesa. Após os traumáticos acontecimentos dos anos de 1960 (atrito com Lacan; derrota no concurso do Collège de France; confronto com o movimento estudantil em Nanterre), o autor passou uma longa temporada de ensino em universidades estadunidenses. O filósofo já fazia seminários nos EUA desde 1954, porém, a partir da década de 1970, a frequência desses cursos se intensificou (DOSSE,

2008). Durante esse período, Ricoeur teve a oportunidade de travar maior contato com as discussões da Filosofia Analítica, aspecto que será importante para a argumentação da trilogia em questão.

A propósito, o reconhecimento de Ricoeur ocorreu primeiro fora da França. Um bom indicador disso é seu ensaio sobre Freud que foi hostilizado pelos seguidores de Lacan, contudo, foi bem aceito por psicanalistas e médicos nos EUA, atingindo a marca de 20.000 exemplares vendidos. A publicação de *Tempo e narrativa* lançou luzes, inclusive, sobre obras anteriores do filósofo, sendo que, em 1985, *História e verdade* (1955) recebeu o Prêmio Hegel. A imprensa francesa, que, até então, se posicionava de maneira discreta sobre as obras ricoeurianas, construiu uma grande repercussão à *Tempo e narrativa*. As referências a um livro de Ricoeur, dessa vez, não se resumiam aos habituais artigos para especialistas encontrados em revistas filosóficas ou em periódicos cristãos. Nos anos de 1980, houve uma avalanche de dossiês, entrevistas e resenhas sobre a trilogia em órgãos como *Le Monde*, *Le Nouvel Observateur*, *Liberation*, *Magazine Littéraire* e *Le Quotidien de Paris* (DOSSE, 2008).

Todavia, essa massiva e positiva recepção escondia o silêncio de um grupo ao qual as teses de *Tempo e narrativa* interessam diretamente: a comunidade dos historiadores. Entretanto, essa frieza foi quebrada após a guinada crítica e a busca de modelos que pudessem fornecer ancoradouros para uma historiografia que parecia estar à deriva, às margens da falésia: “O *tournant critique* operado em 1988-89 tornará possível, pouco a pouco, a apropriação dos questionamentos de Ricoeur” (DOSSE, 2008, p. 106).

Vejamos então qual é a arquitetura que sustenta essa obra que tem sido bastante consultada e discutida pelos historiadores na contemporaneidade.

2.1 A mediação entre tempo e narrativa

A metáfora viva (1975) e *Tempo e narrativa* (1983-1985; 3 v.) são apontadas por Ricoeur como “obras gêmeas”, que, embora tenham sido publicadas uma em seguida da outra, foram concebidas juntas. O fenômeno central de ambas é a inovação semântica, isto é, a produção de novos sentidos para o mundo através da linguagem. No reino da metáfora, esse processo ocorre em unidades linguísticas cuja extensão é a frase, ao passo que, na narrativa, a unidade de base é superior a esta. Nas duas unidades discursivas, a linguagem propicia o surgimento de algo novo, alguma coisa ainda não

dita dessa forma. Na metáfora, a inovação semântica se manifesta em um trabalho de semelhança, uma aproximação de termos que a princípio estão afastados. Em um enunciado metafórico, utilizamos as palavras fora de seu emprego usual. Já na narrativa, a inovação semântica consiste na criação de uma intriga – que é uma obra de síntese –, ao reunir acontecimentos dispersos sob uma mesma história (T&N 1).

A questão norteadora deste capítulo – o que é uma narrativa na visão de Ricoeur? – começa a ser esclarecida com a tese central da trilogia que estamos a analisar. Ela pode ser sintetizada da seguinte maneira: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contrapartida, a narrativa é significativa na medida em que desenha os traços da experiência temporal” (T&N 1: 17). Somados, os três tomos de *Tempo e narrativa* ultrapassam as mil páginas, que estão divididas em quatro partes. Neste momento, vamos nos concentrar na primeira e segunda partes, intituladas, respectivamente, “O círculo entre narrativa e temporalidade” e “A história e a narrativa”. Ambas estão inseridas no primeiro tomo.

O desenvolvimento da tese central apresentada anteriormente, que constitui o círculo hermenêutico ricoeuriano, apresenta duas entradas independentes, uma pelos paradoxos do tempo, a outra pela organização da narrativa. No primeiro portal, estão as *Confissões* de Santo Agostinho, que se indaga sobre a natureza do tempo sem levar em conta a estrutura narrativa. No outro, está a *Poética* de Aristóteles, que constrói uma teoria da intriga dramática sem se ocupar com a análise do tempo. Em que pese terem sido produzidas em contextos culturais díspares e parecerem, à primeira vista, incomunicáveis, Ricoeur dirá que “cada uma engendra a imagem invertida da outra” (T&N 1: 18).

“O que é o tempo? (...) Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei” (AGOSTINHO, 2000, p. 322). É com essa questão do Capítulo 14 do livro XI das *Confissões* que Ricoeur inicia sua leitura sobre a teoria do tempo de Santo Agostinho. O exame ricoeuriano é minucioso e extenso. Faremos uma breve apresentação dessa análise com o objetivo de compreender por que, na filosofia ricoeuriana, falar do tempo demanda uma referência à narrativa. A clarificação de conceitos como *intentio* e *distentio animi*, e, posteriormente, de *muthos* e *mímesis* será pertinente para a compreensão da teoria da narrativa de Ricoeur.

Na filosofia de Santo Agostinho, o tempo é interior, se passa na alma. O bispo de Hipona recusa a tese grega que quer definir o tempo a partir do movimento dos corpos celestes. Segundo ele, a alma tem a percepção de um tríplice presente, que se

mostra como instância privilegiada de acesso à temporalidade, já que o passado não é mais e o futuro não existe ainda. O espírito tem a percepção da lembrança presente das coisas passadas, da visão presente das coisas presentes e da espera presente das coisas futuras (AGOSTINHO, 2000; T&N 1).

Na sequência de sua argumentação, Agostinho sustenta que o tempo não é a medida do movimento dos astros, mas uma distensão da alma humana. Um dos exemplos dados é a ação de recitar um hino que se sabe de cor. “Antes de começar, minha expectativa se estende (*tenditur*) para o conjunto desse canto; mas, assim que começo, à medida que os elementos retirados da minha expectativa tornam-se passado, minha memória se estende para eles por sua vez” (AGOSTINHO *apud* T&N 1: 46). Quanto mais essa ação avança, mais a expectativa é abreviada e a memória, alongada. A *distentio animi* (distensão da alma) é a falha, a não coincidência das três modalidades de ação que ocorrem na alma: memória, atenção e espera.

Um contraste entre a *distentio animi* e a eternidade encerram a análise ricoeuriana do livro XI das *Confissões*. Essa comparação intensifica a experiência da *distentio* no plano existencial, ao mesmo tempo que lhe convoca a uma superação na direção da eternidade. Para que a ideia da instabilidade da distensão da alma seja levada ao seu limite, ela é confrontada com um tempo estável em que nada passa e tudo é totalmente presente, um presente que é sem *passado* nem *futuro*, pois é eterno. Esse contraponto produz uma angústia na alma que se queixa por não experimentar a estabilidade do eterno presente: “confesso-Vos que minha vida é *distensão*” (AGOSTINHO, 2000, p. 338).

A leitura ricoeuriana evidencia que, na teoria do tempo agostiniana, sobretudo com o conceito de *distentio animi*, a discordância prevalece sobre a concordância. Na retomada que o filósofo francês realiza da *Poética*, ele buscará responder a essa prevalência da discordância por meio do ato de composição da intriga. Todavia, a proposta não é resolver o enigma, mas fazê-lo trabalhar de forma poética, gerando uma réplica invertida da dialética discordância/concordância.

Atravessaremos agora o segundo portal, que dá acesso ao círculo hermenêutico de Ricoeur em *Tempo e narrativa: a Poética* de Aristóteles. Se a *distentio animi* de Agostinho geme em virtude da pressão existencial da discordância, Ricoeur encontrará na composição da intriga (*muthos*) de Aristóteles uma réplica invertida em que a concordância triunfa sobre a discordância. Com efeito, a *Poética* não se propõe a discutir a experiência temporal. A releitura do filósofo francês sobre o tratado

aristotélico não se confina em uma discussão estrita sobre o fenômeno do trágico. Antes de examiná-la, cabe, porém, uma observação a respeito da particularidade de sua leitura.

Ao longo da história da historiografia, tem sido frequente analisar a relação entre Aristóteles e o conhecimento histórico a partir de seus apontamentos no livro IX da *Poética*. Nesse trecho do tratado, está a famosa distinção e hierarquização entre poesia e história, com posição de destaque para a primeira, por se ocupar daquilo que poderia ter acontecido, e não do que já ocorreu. Por isso, a arte poética seria mais universal que a história e, portanto, mais próxima à filosofia. Na Introdução desta dissertação, mencionamos que a produção de Filosofias da História na modernidade contribuiu para um mal-entendido recíproco entre historiadores e filósofos. Sem querer buscar um “mito de origem” para essa questão na Antiguidade Clássica, podemos dizer que, no contexto grego – ainda que por razões distintas dos tempos modernos –, a filosofia e a história estavam em tensão. Nas palavras de Finley, Aristóteles não escarneceu da história, ele a rejeitou (FINLEY, 1989). Talvez em virtude da tendência anti-histórica do pensamento dos gregos,²⁸ que “estavam completamente convencidos de que qualquer coisa que podia ser objeto de verdadeiro conhecimento tinha de ser permanente” (COLLINGWOOD, 1981, p. 38), Aristóteles veja na história uma fraqueza epistêmica que se limita a narrar o acontecido, sem a capacidade de universalizar suas proposições, ou, como faz o poeta, dizer o que poderia ter havido, segundo o verossímil e o necessário.

Ricoeur trilha um caminho alternativo e não chega a se aprofundar nessa questão, que já motivou várias controvérsias entre historiadores e filósofos.²⁹ O passo decisivo, nesse sentido, é a opção do filósofo em considerar, nesse momento de *Tempo e narrativa*, uma identidade do ato de narrar, em que pese à heterogeneidade das obras colocadas sob a égide da narrativa. O efeito obtido é uma extensão das reflexões

²⁸ “Pode-se ir muito mais longe. Todos os filósofos gregos, até o último dos neoplatônicos, estavam evidentemente de acordo quanto a sua indiferença para com a história (como disciplina). Pelo menos é o que o silêncio deles sugere, um silêncio rompido apenas por murmúrios fugazes” (FINLEY, 1989, p. 4).

²⁹ Dentre as interpretações contemporâneas destacamos a de Ginzburg e a de Costa Lima. O historiador italiano convida a uma nova aproximação entre a história e o pensamento de Aristóteles, sem passar pela *Poética*, mas com base no tratado sobre a *Retórica* (GINZBURG, 2002). Por outro lado, o teórico brasileiro propõe um reexame das relações entre tragédia e história na *Poética*. Segundo ele, a epistemologia aristotélica não trabalha apenas com dois termos (geral e particular); entre ambos existe o ‘usual’. Costa Lima sustenta, ainda, que na obra de Tucídides o geral se insinua no particular. Isso ficaria patente na passagem em que o historiador grego diz que “o estudo do passado permite inferir como é provável que, ante situação semelhante, os homens virão a se comportar. (...) apesar da formulação esquemática da *Poética*, o filósofo levava em conta os seus três critérios epistêmicos [geral, particular e usual]: tanto na poesia como na história o ‘geral’ se insinua no particular” (COSTA LIMA, 2006, p. 183-184).

aristotélicas para além da poesia trágica, compreendendo, assim, o campo narrativo de modo geral. Nessa perspectiva, não há espaço para uma hierarquização entre poesia e história.

No alicerce da leitura ricoeuriana da *Poética* está o ternário *mímesis*, *muthos* e *katharsis*, e não uma análise formal dos elementos da tragédia. Esses conceitos são fundamentais para uma resposta satisfatória a nossa questão norteadora (o que é narrar na visão do filósofo francês?). O conceito de *mímesis* será desdobrado por Ricoeur em três momentos, constituindo, assim, seu círculo hermenêutico. Essa discussão receberá, portanto, uma atenção especial no nosso próximo subitem.

Iniciemos nossa caminhada destrinchando o conceito de *mímesis*. Na visão de Ricoeur, este é o conceito diretor da *Poética*. Mais do que isso, essa é uma noção deveras controversa na história do pensamento ocidental, sobretudo quando passou a ser identificada – a partir das traduções renascentistas do tratado aristotélico – com imitação (*imitatio*), ou duplicação da realidade. Desde logo, enfatizamos que a *mímesis* ricoeuriana, que, por sua vez, assenta-se sobre a aristotélica, não deve ser confundida como uma réplica, cópia ou sombra do real.

De acordo com Luiz Costa Lima, importante teórico brasileiro, existem duas principais vertentes de interpretação do conceito de *mímesis*. A primeira – iniciada por Platão – associa a *mímesis* à ideia de cópia. Na leitura de Costa Lima, em Platão, as coisas que estão no plano visível *imitam* as ideias, (as formas, as essências), e a as obras de arte *imitam* essas coisas. Logo, a *mímesis*, a representação produzida pelo poeta, é apenas uma cópia da cópia.³⁰ Ela cria apenas sombras e enganos do mundo das essências (COSTA LIMA, 2003).

Entretanto, a concepção de *mímesis* ricoeuriana está próxima de uma outra vertente – inaugurada por Aristóteles – e que se afasta da ideia de *mímesis*-cópia. A *mímesis* aristotélica deve ser compreendida como uma operação produtora de sentido³¹ (COSTA LIMA, 2000). “A imitação ou a representação é uma atividade mimética enquanto ela *produz* alguma coisa, a saber, precisamente o agenciamento dos fatos pela composição da intriga (*mise en intrigue*)” (T&N 1: 73, grifo nosso).

³⁰ “O imitador não tem sem senão um conhecimento insignificante das coisas que imita e que a imitação não passa de uma brincadeira indigna de pessoas sérias” (PLATÃO *apud* COSTA LIMA, 2003, p. 61).

³¹ “Se continuarmos a traduzir *mímesis* por imitação, é preciso entender o contrário do decalque de um real pré-existente e falar de imitação criativa. Se traduzirmos *mímesis* por representação, não deveremos entender por essa palavra alguma duplicação da presença, como poderia se esperar da *mímesis* platônica” (T&N 1: 93).

A citação anterior mostra como, na teoria da narratividade de Ricoeur, há uma correlação forte entre *mímesis* e *muthos*, isto é, entre a representação da ação e o agenciamento dos fatos. Em Aristóteles, a intriga é uma *mímesis* da ação (*mímesis praxeos*) (ARISTÓTELES, 1979). O filósofo francês opta por traduzir o termo grego *muthos* por intriga (*intrigue*), em vez de utilizar *fábula*, *enredo*, *mito* ou *história*. Para deixar claro que sua ênfase é maior sobre a operação do que sobre o produto, ele utiliza, amiúde, a expressão *mise en intrigue*, que pode ser vertida como *pôr em intriga* ou *tecer da intriga* (T&N 1; GENTIL, 2004).

O *muthos* aristotélico é tomado por Ricoeur como a réplica inversa da *distentio animi* de Agostinho. Agora, porém, a concordância prevalece sobre a discordância. A operação de composição da intriga coloca juntos, numa mesma intriga, os fatos que antes estavam dispersos. Assim, ela produz um sentido que esses acontecimentos díspares não tinham. Quando inserida em enredo, a ação dos homens torna-se mais inteligível. A intriga não se limita a encadear os acontecimentos em uma sucessão temporal (um após o outro), mas também estabelece nexos causais entre eles, dizendo que um aconteceu por causa do outro, e não meramente por acaso.

Portanto, a operação de síntese, a concordância do discordante, é o elemento central do *tecer da intriga* em Ricoeur. O agenciamento dos fatos sublinha a concordância e é caracterizado por três aspectos: a completude, a totalidade e a extensão. A noção de *todo* é central e não deve ser entendida em sentido cronológico, mas como o caráter lógico da disposição dos fatos. Na intriga, a sucessão dos acontecimentos está subordinada à sua conexão lógica. No *muthos*, não há acaso, mas sim encadeamento necessário – segundo a probabilidade ou verossimilhança – entre os eventos. Um todo é o que tem começo, meio e fim (T&N 1; GENTIL, 2004).

Nesse momento da leitura ricoeuriana sobre a *Poética* de Aristóteles, reencontramos a questão do universal e do particular, que já foi objeto de tantas disputas interpretativas. Segundo o filósofo francês, a estrutura do *muthos* constitui uma investigação sobre as causas e padrões da ação humana. O *tecer da intriga* (*mise en intrigue*) produz universais poéticos, que são distintos dos universais filosóficos. Os primeiros estão mais próximos da sabedoria prática que das ideias platônicas, ou seja, são universais concretos (T&N 1; GENTIL, 2004).

Como dissemos anteriormente, a análise que Ricoeur faz da *Poética* não se pauta na oposição ou hierarquização entre poesia e história. Para ele, mais importante do que isso é o contraste entre o *um depois do outro* e o *um pelo outro*. Dessa forma,

vislumbra-se uma nova forma de acesso ao universal, que não mais se restringe somente a dizer aquilo que poderia ter acontecido. Logo, “o possível, o geral não devem ser buscados em outro lugar que não o agenciamento dos fatos, porque é este encadeamento que deve ser necessário ou verossímil. Em suma, é a intriga que deve ser típica” (T&N 1: 84).

Nesse sentido, uma boa intriga – seja historiográfica ou ficcional – é aquela que não se limita a tomar os fatos de forma aleatória, numa sequência meramente episódica, incoerente e inverossímil, mas aquela que produz um agenciamento dos eventos no qual prevalece um encadeamento lógico entre eles, fazendo, assim, surgir o verossímil e o necessário. Para Ricoeur, “pensar uma relação de causalidade, mesmo entre acontecimentos singulares, já é universalizar” (T&N 1: 85). Compor uma intriga é uma operação que faz surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico. Afinal, pergunta-se nosso autor, “os historiadores não buscam também colocar lucidez onde há perplexidade?” (T&N 1: 89-90). Posteriormente, ao examinarmos a *intencionalidade* histórica, teremos a oportunidade de esclarecer qual é a relação de causalidade que o filósofo francês defende existir na narrativa historiográfica.

Embora a intriga aristotélica seja um modelo em que prevalecem a concordância e a ordem, a discordância não deixa de ser incluída. Quanto a isso, sobressaem as inversões, as mudanças de sorte. Na tragédia, a passagem clássica é aquela que vai da fortuna ao infortúnio.³² A tessitura da trama deve fazer parecer concordante essa discordância. Esse efeito é obtido quando o *um por causa do outro* predomina sobre o *um após o outro* (T&N 1). Na concepção de Ricoeur, a inversão leva toda narrativa a referir-se à felicidade ou à infelicidade, criando uma ligação com o campo ético.³³ Entretanto:

O *muthos* trágico, ao girar em torno das reviravoltas da fortuna e exclusivamente da felicidade para a infelicidade, é uma exploração das vias pelas quais a ação lança, contra toda expectativa, os homens de valor na infelicidade. Ele serve de contraponto à ética que ensina como a ação conduz à felicidade pelo exercício das virtudes (T&N 1: 94).

³² Em um exemplo clássico, Édipo começa a história como rei em um palácio de Tebas, porém, termina cego e exilado após ter descoberto que o homem que assassinara era o seu pai.

³³ “Enquanto a ética predica virtudes orientadoras de ações, as narrativas elucidam como as ações podem levar à infelicidade ou à felicidade, independente das virtudes” (GENTIL, 2004, p. 98).

O vínculo entre narrativa e ética pode ser apontado como um dos pilares da teoria ricoeuriana. Para Ricoeur, quando Aristóteles definiu a intriga como *mímesis* da ação (*mímesis praxeôs*), ele garantiu uma continuidade entre os campos ético e poético-narrativo, através da referência que ambos fazem à práxis, à ação humana, que já é dotada de valores.

O tema da *catarse* não é explorado com profundidade por Ricoeur nesse momento. Ao tratar da *mímesis III*, ele irá se estender, com mais detalhes, sobre a recepção da obra. Isso será feito, sobretudo, por meio do conceito de *refiguração*, tema que encerrará o tópico vindouro.

2.2 A tripla *mímesis* ou círculo hermenêutico

A construção dessa mediação entre as *Confissões* e a *Poética* é atribuída por seu autor a uma centelha criativa, uma inspiração que lhe ocorreu quase por acaso: “Tive – não saberia dizer quando – uma espécie de lampejo, a saber, a intuição de uma relação de paralelismo invertido entre a teoria agostiniana do tempo e a noção de *muthos* em Aristóteles” (CC: 114). Certo é que, na teoria da narrativa ricoeuriana, o tecer da intriga implica uma pré-compreensão da ação humana que é configurada em um enredo e refigura o vivido do leitor, que dele se apropria. “Sem a referência a essa anterioridade e a uma posteridade uma narrativa não é inteligível – eis uma ideia central em Ricoeur” (GENTIL, 2004, p. 101).

A hipótese básica de *Tempo e narrativa* consiste em dizer que, entre a atividade de narrar uma história e a experiência temporal, existe uma correlação necessária e transcultural. O desenvolvimento da tese central da obra foi feito através de um desdobramento do conceito de *mímesis* em três momentos. O exame da chamada *tripla mímesis* encerra a primeira parte do tomo I da trilogia e tem como título “O círculo entre narrativa e temporalidade”. Segundo o autor, esse capítulo contém um modelo, em escala reduzida, da tese que é testada ao longo de toda a pesquisa. Sua hermenêutica propõe a tarefa de “reconstruir o conjunto de operações pelas quais uma obra emerge do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e assim muda seu agir” (T&N 1: 106).

Os três estágios da *mímesis* são assim definidos por Ricoeur: Em *mímesis I*, está a referência ao que precede a configuração textual; aqui, estão incluídas as mediações simbólicas que conferem legibilidade à ação. *Mímesis II* é o momento da composição textual, da *mímesis* criativa, que funciona como um pivô mediador entre os outros dois

estágios. Por sua vez, *mimesis III* aponta para o ato de leitura da narrativa que refigura e transforma o agir do leitor.

Acreditamos que o realismo crítico de Ricoeur apresenta aspectos epistemológicos, assim como atinge regiões ontológicas da experiência. Por meio da investigação de sua tripla *mimesis*, pretendemos poder realçar também esse segundo aspecto de sua postura realista. Isso ficará mais patente em *mimesis I* e *mimesis III*. Lembramos que, por outro lado, a perspectiva antirrealista vê uma descontinuidade entre a narrativa e a realidade. Dessa maneira, a estrutura formal da narrativa com início, meio e fim não teria nenhuma correspondência com a estrutura da ação nem com o modo pelo qual as experiências são vividas (CARR, 1986; CARDOSO, 2005; WHITE, 1994).

Ricoeur inicia sua caracterização de *mimesis I* sustentando que a composição da intriga, ou seja, a construção da narrativa está enraizada em uma pré-compreensão do mundo da ação. Em sua concepção, a ação possui *estruturas inteligíveis, recursos simbólicos* e um *caráter temporal* que demandam narração. Na esteira de Aristóteles, para o filósofo francês, a intriga é uma imitação produtiva da ação. A *mimesis* engendra uma significação articulada da ação (T&N 1).

Um argumento ricoeuriano que corrobora nossa leitura do realismo crítico consiste em dizer que “a ação já possui em sua própria vivência uma estrutura narrativa implícita (...) Ninguém se perde no vivido, o que supõe que haja uma tácita pré-compreensão da experiência” (REIS, 2011, p. 292). Em virtude disso, o narrador precisa ter a capacidade de identificar na ação as bases estruturais de sua narração. A ação se distingue do movimento físico, pois é mediada por linguagem e produzida por sujeitos que possuem motivos – eles explicam por que alguém fez alguma coisa –, projetos, objetivos, circunstâncias que, por sua vez, levam à interação e à cooperação, ou à competição e à luta. Segundo a *Poética*, a intriga *imita* – de maneira criativa e não reprodutiva – essa estrutura do agir e sofrer humanos. A mesma inteligência que utilizamos para compreender a ação é empregada para seguir uma história (T&N 1; RICOEUR, 2010).

A compreensão narrativa pressupõe e transforma a pré-compreensão prática na qual esses elementos existem em uma ordem paradigmática, ou seja, de forma sincrônica e simultânea – e não um após o outro. Na passagem da compreensão prática à compreensão narrativa, transpõe-se a ordem paradigmática em direção à sintagmática, em que os elementos são narrados de forma sucessiva. Nessa travessia, os termos da

pré-compreensão ganham uma significação efetiva graças ao encadeamento sequencial oferecido pela intriga aos agentes, ao seu agir e sofrer. Além disso, a narrativa integra e põe juntos termos heterogêneos, como agentes, motivos e circunstâncias, que se tornam compatíveis e operam conjuntamente em totalidades temporais efetivas (T&N 1).

Em *mimesis I*, existe uma segunda ancoragem que a compreensão narrativa encontra na compreensão prática: os recursos simbólicos imanentes à ação. As mediações simbólicas constituem outro fator que possibilita que a ação seja narrada. As ações podem ser inseridas em uma intriga porque já estão articuladas em signos, regras e normas. Esse sistema simbólico fornece o contexto de descrição para as ações particulares. Em virtude de uma convenção simbólica, interpretamos um gesto de tal ou qual maneira. O exemplo clássico é o ato de levantar o braço, que pode ser interpretado – de acordo com as convenções e contexto simbólico – como uma saudação, uma maneira de chamar a condução, de expressar o voto ou um pedido para tomar a palavra (T&N 1).

O sistema de símbolos imanentes à ação fornece as regras de significação em função das quais as condutas serão interpretadas. Nesse sentido, as ações se apresentam como um quase-texto. As normas imanentes a uma cultura proporcionam o julgamento moral das ações humanas, elas permitem dizer que determinado ato vale mais do que outro. Com efeito, em uma narrativa, não apenas as ações são avaliadas, mas também os agentes que são tomados como bons ou maus, melhores ou piores. Podemos destacar aqui as pressuposições éticas da narrativa que, na leitura de Ricoeur, já estão presentes na *Poética*. Segundo Aristóteles, a comédia procura representar os agentes piores do que os homens atuais, ao passo que a tragédia os representa melhores. Tal avaliação é possível por causa da compreensão prática que os autores partilham com seu auditório, por isso, a ação jamais é eticamente neutra: “Não existe ação que não suscite, por menor que seja, aprovação ou reprovação, em função de uma hierarquia de valores dos quais a bondade e a maldade são os polos” (T&N 1: 116).

As respostas à questão que formulamos no início deste capítulo parecem ganhar corpo à medida que nossa leitura de *Tempo e narrativa* avança. A concepção ricoeuriana de narrativa é tributária da *Poética* aristotélica, ou seja, ela é compreendida como *mimesis praxeos* – *mimesis* da ação. Nesse sentido, a operação de narrar uma história não está radicalmente separada da vida prática. Se não há ação eticamente neutra, isto é, não existe algum ato que não seja estimado como bom ou mal em relação a uma configuração cultural, logo, não há representação da ação que não seja eticamente

comprometida com uma orientação para a vida prática (GENTIL, 2011). O entrelaçamento entre narrativa e ética mostra que o realismo crítico de Ricoeur não se restringe a aspectos epistemológicos.

O filósofo francês finaliza sua exposição de *mimesis I* apontando para o terceiro traço pré-narrativo do campo prático, a saber, seus caracteres temporais. Segundo ele, a práxis cotidiana é implicitamente temporal, pois, em nossa ação diária, não nos ocupamos apenas do presente, mas também fazemos projetos, nos preocupamos com o futuro e nos lembramos de experiências passadas. O agir humano busca coordenar a expectativa, a memória e a atenção ao presente. Para Ricoeur, os elementos temporais da ação também induzem à narrativa, já que a tese central da obra é que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que desenha os traços da experiência temporal” (T&N 1: 17).

Após explicitar quais seriam as características da pré-compreensão do campo prático que, simultaneamente, propiciam e demandam narração, o filósofo francês passa a caracterizar o segundo momento da *mimesis*. Em *mimesis II*, abre-se o reino do *como se*. Esse estágio da *mimesis* tem uma função de mediação entre a pré-compreensão e a refiguração da vida do leitor. Ademais, a intriga constrói mediações em outros níveis. A *mise en intrigue* (tessitura da intriga) opera uma intermediação entre os acontecimentos individuais e a história tomada como um todo. Em outras palavras, ao narrar, o autor extrai uma história sensata (*sensée*) – significativa – de uma miríade de eventos. Nesse processo de construção de sentido, os incidentes são transformados em história. A composição da intriga converte uma simples sucessão de eventos em uma configuração inteligível que permita a identificação do “tema” da história. Por outro lado, a tessitura da intriga “compõe juntos fatores tão heterogêneos como agentes, objetivos, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados” (T&N 1: 127). Enfim, a intriga é uma *síntese do heterogêneo*, uma configuração temporal em que a concordância prevalece sobre a discordância.

A noção de “seguir uma história” também é importante para a teoria ricoeuriana da narrativa. O conceito de *followability* foi pinçado por Ricoeur da obra do filósofo W.B. Gallie. Em poucas palavras, “acompanhar uma história” é avançar, guiado por uma expectativa, em meio a suas contingências e peripécias até a conclusão. Entretanto, o fechamento da intriga não deve ser previsível a partir das premissas que a antecedem. “Compreender a história é compreender como e por que os episódios sucessivos

conduziram a essa conclusão, que, longe de ser previsível, deve ser, finalmente, aceitável, congruente com os episódios reunidos” (T&N 1: 130). A conclusão dá um “ponto final” à história, a partir do qual ela pode ser considerada como uma totalidade de sentido.

A capacidade de a história ser seguida constitui, para Ricoeur, a solução poética ao paradoxo do tempo em *Agostinho*. Como na composição da intriga, a dimensão configurante sobressai sobre a episódica, a representação do tempo engendrada não se limita à linearidade. No ato de releitura de uma história já conhecida, não se buscam surpresas ou descobertas. Quando relemos uma obra procuramos, de alguma forma, encontrar pistas do fim logo no início da narrativa e indícios do começo na conclusão. Ao fazer isso, escapamos à chamada “flecha do tempo” e aprendemos a ler o tempo retrospectivamente, e não apenas na direção que aponta do passado ao futuro: “Noto *en passant* que renarrar uma história é um melhor revelador dessa atividade sintética à obra na composição, na medida em que somos menos cativados pelos aspectos inesperados da história e permanecemos mais atentos à maneira pela qual ela se encaminha para sua conclusão” (RICOEUR, 2010, p. 199).

Estamos chegando ao último momento do círculo hermenêutico. Antes de completar nossa transição pelas três fases da *mimesis*, é importante explicitar que o filósofo francês indica haver continuidade na passagem de *mimesis II* à *mimesis III*. Destacamos aqui a ideia de tradicionalidade. Na perspectiva ricoeuriana, a tradição não é entendida como um depósito morto cuja transmissão de sentido se deu de forma inerte. Pelo contrário, a constituição de uma tradição acontece em um jogo entre inovação e sedimentação. Ricoeur faz esses apontamentos pensando, principalmente, na questão dos gêneros literários e dos paradigmas ou modelos de narrativa. Tais padrões de narração não são construídos apenas com adequações a moldes pré-estabelecidos, mas também são formados por obras singulares. Porém, mesmo uma narrativa inovadora está submetida a regras. Ela está ligada a uma tradição, ainda que seja para transformá-la numa espécie de “deformação regrada” (T&N 1).

Vejamos uma breve aplicação dessa reflexão na história da historiografia. O ensaio é um gênero que vem recebendo grande atenção de historiadores e literatos no contexto intelectual brasileiro. Com frequência, ele é considerado como um gênero fronteiro entre a escrita literária e a pesquisa científica. Nas três décadas iniciais do século XX, floresceram interpretações do Brasil neste gênero sob a pena de Paulo Prado, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de

Holanda.³⁴ Se todos buscavam em sua narrativa uma síntese da experiência brasileira, cada um tem suas peculiaridades. Em alguns desses ensaios, tem-se uma valorização da ação realizada pelos colonizadores portugueses; em outros, o sonho é a superação das raízes ibéricas. A partir do ponto de vista ricoeuriano, poderíamos dizer que as inovações trazidas no plano formal por cada uma dessas interpretações está ligada de alguma maneira à tradição ensaística. Tal tradição não é estática, mas ganha novas características a cada nova síntese. O paradigma – em termos ricoeurianos e não khunianos – do ensaio, ele mesmo fruto de inovações anteriores, fornece as regras para as experimentações. Desse modo, não há criação a partir do nada, nem invenção absoluta. Sob a pressão da inovação, essas regras podem mudar e transformar a própria definição do que seja um ensaio: eis um exemplo do jogo entre inovação e sedimentação.³⁵

Até agora, elencamos elementos relevantes para a elaboração da resposta à questão norteadora deste capítulo: o que é uma narrativa na visão de Ricoeur? Vimos, através de uma síntese sobre dois momentos da *mimesis*, que as considerações de Aristóteles sobre a intriga têm um papel essencial na teoria ricoeuriana da narrativa. Entretanto, para o filósofo francês, a narrativa só atinge seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e sofrer humanos, e isso acontece em *mimesis III*. O principal interesse da exposição sobre o círculo mimético é a sustentação da tese central da obra: “nosso interesse pelo desdobramento da *mimesis* não é um fim em si mesmo. A explicação da *mimesis* continua subordinada até o fim à investigação da mediação entre tempo e narrativa” (T&N 1: 136).

Mais uma vez, os argumentos do estagirita se mostram fundamentais. Na *Poética*, Aristóteles já teria dado indicações de que o percurso da *mimesis* conclui-se no ouvinte ou leitor. A intriga gera um efeito em seu receptor. Na teoria aristotélica, a tragédia, ao representar mudanças de sorte inesperadas (do infortúnio à fortuna e desta ao infortúnio), é capaz de realizar uma depuração de emoções no ouvinte, a célebre

³⁴ A bibliografia a respeito dessas interpretações do Brasil é ampla. Para nos restringirmos apenas a autores que dialogam com a teoria da narrativa de Ricoeur, citamos dois trabalhos: NICOLAZZI, 2011 e REIS, 2007. Para uma análise do romance que contemple a ideia ricoeuriana de paradigma cf. GENTIL, 2004.

³⁵ Segundo Nicolazzi, é possível ver, nesse jogo, algo análogo à relação entre as categorias koselleckianas de espaço de experiência (sedimentação) e horizonte de expectativa (inovação). Este jogo “condiciona o entendimento, pois é nele que está contida a matéria da pré-compreensão, mas também permite a ampliação das possibilidades de entendimento, abrindo novos horizontes cognitivos” (NICOLAZZI, [s.d.], p. 12-13).

catharsis. Em Ricoeur, a *mimesis III* marca a interseção entre o mundo do texto – *mimesis II* – e o mundo do leitor.

Antes mesmo de evidenciar de modo mais preciso os aspectos do terceiro momento da *mimesis*, Ricoeur se dispõe a responder à objeção de circularidade viciosa levantada por ele próprio no início de seu estudo. De acordo com essa crítica, o ponto de chegada – *mimesis III* – conduziria de volta ao ponto de partida – *mimesis I*. Em outras palavras, se a narrativa emerge do campo do agir e sofrer humanos e retorna a ele no ato da leitura, não haveria um retorno ao início? Será que a tripla *mimesis* traça um círculo vicioso, que apenas oferece uma interpretação redundante do que já havia no campo prático?

Tais objeções são divididas pelo filósofo francês em duas espécies: 1) a primeira postula haver uma violência na interpretação, pois, ao dar forma ao que é informe e dissonante – a vivência temporal –, a narrativa colocaria ordem e consonância onde só há caos e discordância; 2) inversamente à crítica anterior, a segunda sustenta que a narrativa produz uma interpretação redundante. Nesse caso, *mimesis I* seria apenas um efeito de sentido de *mimesis III*, uma vez que *mimesis II* levaria à *mimesis III* apenas o que ela já teria tomado de *mimesis I*. À primeira vista, parece que os próprios argumentos ricoeurianos sugerem isso ao dizer que a experiência humana em *mimesis I* já é mediatizada por sistemas simbólicos (T&N 1).

A resposta a essas objeções é importante para nossa pesquisa na medida em que sublinhará o alcance de traços ontológicos da experiência pelo realismo crítico de Ricoeur. Como resposta à primeira crítica, o autor indica que a experiência temporal não pode ser resumida à discordância e ao caos. Como afirmara Agostinho, há um confronto entre distensão e intenção (*distentio* e *intentio*) no interior da experiência autêntica. Ademais, a definição ricoeuriana de composição da intriga não é um mero triunfo da ordem. Embora haja a prevalência da concordância na tessitura da intriga, a discordância não é abolida. Isso já estava sinalizado no tratado aristotélico da *Poética* que concede espaço na tragédia para as mudanças de sorte, contingências e reveses da fortuna, que originam o temor e a piedade no auditório (T&N 1).

A segunda objeção recebeu como réplica de Ricoeur a reafirmação da estrutura pré-narrativa da experiência. Nessa perspectiva, existe na experiência uma narratividade incoativa, ou seja, a vida humana é vista como uma história em estado nascente. A práxis cotidiana traria “histórias ainda não narradas” que demandam narração. Em que pese à estranheza da expressão “história ainda não narrada”, o filósofo acredita que a

noção de história potencial, fornecedora de pontos de fixação à narração, é sustentável. Duas situações são mencionadas para encorpar o raciocínio, quais sejam, a ida de um paciente ao psicanalista e o julgamento de um crime.

Ao se dirigir a uma sessão de análise psicanalítica, o paciente traz consigo fragmentos de histórias vividas, sonhos, cenas primitivas e episódios conflitantes. Um dos propósitos da sessão é auxiliá-lo a tirar desses restos de história uma narrativa mais suportável e inteligível. Isso implica que “a história de vida proceda das histórias não contadas e recalçadas em direção de histórias efetivas que o sujeito poderia tomar para si e considerar constitutivas de sua identidade pessoal” (T&N 1: 142). A busca pela identidade pessoal assegura a continuidade entre a história virtual e a expressa.

A outra situação analisada sob o prisma da “história ainda não narrada” é o caso de um juiz que se dispõe a compreender a uma determinada ação. Nesse sentido, tem destaque o conceito de *estar enredado* (*être enchevêtré – verstricktsein*), cunhado por Wilhelm Schapp. Esse enredamento seria a pré-história da história narrada, na qual o começo é definido pelo narrador. Segundo essa noção, a história ‘acontece’ com os envolvidos mesmo antes de ser narrada. O emaranhamento seria uma espécie de pano de fundo tecido pela imbricação de histórias vividas.³⁶

Com efeito, antes de caminharmos rumo à conclusão de nossa análise sobre a tripla *mimesis*, eis que um obstáculo importante surge em nosso caminho. Temos ressaltado a importância dessa análise para o intuito de sublinharmos o alcance de regiões ontológicas da experiência pelo realismo crítico de Ricoeur. Todavia, existem outros autores no contexto contemporâneo, como David Carr, que também postulam haver uma continuidade entre a narrativa e o mundo real. A dificuldade começa a se constituir quando Carr expõe uma leitura da teoria ricoeuriana que vai em sentido oposto a nossa tese, afirmando que o filósofo francês constrói uma cisão entre a narrativa e a práxis.

Carr inicia seu artigo “Narrativa e mundo real: um argumento a favor da continuidade” expondo a posição de autores que questionam a capacidade de a narrativa representar a realidade. Para nomes importantes como Louis Mink, Hayden White e Roland Barthes, há um corte descontínuo entre a narrativa e a experiência. Para eles, a vida não tem princípios ou finais; a experiência não possui sentido intrínseco. Assim,

³⁶ Imaginemos, a título de elucidação, um breve exemplo. Em uma classe, antes que qualquer pessoa elabore uma narrativa bem articulada, a aula faz parte da história de vida tanto dos alunos quanto do professor, de tal maneira que a vida dos agentes está sempre enredada na história de outras pessoas. Uma boa aproximação dos argumentos de Wilhelm Schapp pode ser encontrada em MATA, 2011.

quando os acontecimentos são apresentados em uma estrutura narrativa, há uma projeção de qualidades narrativas sobre a experiência para que sua carência de significado seja suprida (CARR, 1986; PELLAUER, 1989).

Em contrapartida, Carr sustenta uma tese que aponta para o sentido inverso. Para ele, a estrutura narrativa permeia nossa experiência temporal de tal forma que existe uma continuidade entre a narrativa e a vida cotidiana. Em sua perspectiva, “a narrativa não apenas é uma forma bem-sucedida de descrever os fatos, sua estrutura está inserida nos próprios fatos. Uma explicação narrativa, longe de ser uma distorção formal dos fatos que relata, é um prolongamento de seus traços fundamentais (...) uma comunidade formal” (CARR, 1986, p. 15).

O embaraço é criado no momento em que Carr assegura que, para Ricoeur, a estrutura narrativa está tão separada do mundo real como para os outros autores anteriormente citados, apesar de, à primeira vista, ele parecer indicar o oposto quando cita os elementos pré-narrativos da experiência em *mimesis I*. O problema, segundo Carr, é que essa prefiguração não é uma estrutura narrativa em si mesma, já que existe uma brecha ou um rasgo entre a prefiguração e a configuração da trama. O autor acrescenta ainda que, por meio de uma leitura de Agostinho, o filósofo francês caracteriza a experiência temporal como essencialmente discordante. Sua conclusão é que “se o papel da narração consiste em introduzir algo novo no mundo, e o que introduz é a síntese do heterogêneo, então ela acrescenta aos fatos do mundo uma forma que de outra maneira eles não tem” (CARR, 1986, p. 17).

Nosso exame desse embate procurará fugir do caminho mais fácil – embora não completamente incorreto –, que consiste em afirmar que Carr interpretou de modo equivocado³⁷ a teoria ricoeuriana. Para tanto, bastaria remeter aos argumentos arrolados por Ricoeur para indicar a continuidade entre a experiência e a narrativa ao tratar de *mimesis I*. Em vez disso, vamos fazer referência, ainda que de modo esquemático, a algumas das razões para a discordância entre os autores, ressaltando que tais motivos não devem colocá-los em estrita oposição. Iniciemos apontando as semelhanças entre os autores. Ambos estabelecem um estreito vínculo entre a narração e a ação humana.³⁸ O

³⁷ Um elemento que pode atenuar essa interpretação é o fato de Carr se referir apenas ao primeiro tomo de *Tempo e narrativa* ao escrever seu artigo.

³⁸ Houve uma mesa redonda em Ottawa no Canadá que discutiu o primeiro tomo de *Tempo e narrativa*. Esse evento contou com a presença dos dois autores. Infelizmente, não conseguimos ter acesso a esse texto, senão através de alguns comentários feitos por David Pellauer. Sua referência é “Table Ronde/Round table: Temps et récit, volume I” *Revue de L’université d’Ottawa*, 55 (Octobre-Décembre, 1985).

que parece incomodar Carr é a existência de mediações e desvios que tornam essa relação indireta na teoria ricoeuriana. Ao tratar do primeiro momento da *mimesis*, Ricoeur diz construir uma espécie de semântica da ação – e não uma descrição direta da ação em si –, já que para ele, na esteira de algumas discussões do giro linguístico, não é possível descrever a ação senão por intermédio da linguagem e das mediações simbólicas. Segundo Pellauer, Carr, influenciado pela fenomenologia eidética de Husserl, considera a possibilidade de chegar às coisas em si, julgando que “é possível aceder à ação diretamente, sem necessidade da semântica ou da *mimesis* da ação na narrativa” (PELLAUER, 1989, p. 292).

Outro ponto importante diz respeito à própria ideia de *mimesis*. Como temos salientado, em Ricoeur, esse conceito não tem o sentido de cópia ou imitação. Disso decorre uma conclusão relevante: se a narrativa é uma *mimesis* da ação pré-figurada, e esta *mimesis* é produtora – e não reprodutora –, o efeito obtido não é um mero reflexo de uma cena primeira. Em suma, a narração não apenas configura a ação, mas também a modifica e refigura no momento da leitura. Esse argumento possui duas implicações: 1) mostra que, em Ricoeur, embora haja certa continuidade entre a narração e a experiência, essa relação é indireta e possui interstícios que abrem espaço para descontinuidades – se não fosse assim, o círculo hermenêutico seria vicioso e, em *mimesis III*, teríamos um mero espelho de *mimesis I*; 2) é justamente essa fenda – lamentada por Carr – que assume o caráter de uma descontinuidade produtiva e possibilita que a narrativa produza uma inovação semântica que pode trazer, inclusive, um enriquecimento de sentido à ação, tornando-a mais inteligível. “Há maior inteligibilidade e potencialmente maior significado no círculo da tripla *mimesis* do que na ação isolada de sua configuração em um relato e em sua reconfiguração na leitura” (PELLAUER, 1989, p. 293).

O obstáculo lançado por Carr em nosso caminho foi importante, pois nos permitiu abordar um aspecto fundamental de *mimesis III*: o efeito produzido no leitor pela obra. O ato de ler, segundo o filósofo, é uma obra conjunta do texto e de seu leitor. Seguindo alguns raciocínios apontados por autores da chamada *estética da recepção*³⁹ – com destaque para R. Ingarden, W. Iser e H.R. Jauss –, Ricoeur sustenta que a obra é

³⁹ O próprio Ricoeur analisa, no terceiro tomo de *Tempo e narrativa*, algumas das diferenças entre os autores dessa corrente. Iser, por exemplo, acentua a recepção em um leitor individual, ao passo que Jauss privilegia os horizontes da recepção coletiva da obra. Cf. “Mundo do texto e mundo do leitor”, em : *Tempo e narrativa*, v. 3.

um esboço para a leitura, que o texto possui lacunas, zonas de indeterminação que são preenchidas criativamente pelo leitor.

Nossos últimos passos na trilha pelo círculo hermenêutico irão nos conduzir ao problema da *referência*. Tendo em vista que nossa pesquisa tem como mote a concepção de representação do passado histórico em Ricoeur, a questão da referencialidade cresce em importância. Vale lembrar que a narrativa é uma unidade discursiva mais longa que a frase e, portanto, está inserida nas considerações ricoeurianas sobre o discurso. Quando analisamos sua concepção de linguagem no Capítulo 1, vimos que, no quadrilátero discursivo, *alguém diz alguma coisa sobre algo a alguém*. Isto é, a narração, assim como a linguagem, está orientada para além de si mesma; ela diz alguma coisa sobre seu referente.

Neste momento, teremos a oportunidade de desenvolver uma de nossas estratégias metodológicas mencionadas na Introdução, a saber, a *intertextualidade interna* à obra ricoeuriana. Em *A metáfora viva*, obra gêmea de *Tempo e narrativa*, o problema da referência já havia sido examinado através da ideia de *referência metafórica*. Com efeito, esse conceito perde espaço gradativamente, em prol do conceito de *refiguração*. Vejamos como acontece essa passagem, que foi explicada em parte pelo próprio autor em artigo publicado, em 1990, chamado “*Mimesis, referência e refiguração em Tempo e narrativa*”.

“O que diz o enunciado metafórico sobre a realidade?” (MV: 331). Esse questionamento inicia o sétimo estudo de *A metáfora viva*. Na elaboração da resposta, Ricoeur retoma a distinção entre semiótica e semântica ressaltando que, na primeira, o signo remete apenas a outro signo, enquanto, na última, o discurso visa a um real extralinguístico. Conquanto sua filosofia esteja inscrita na tradição hermenêutica, o postulado da referência não leva Ricoeur a tentar descobrir a intenção psicológica do autor ao escrever a obra. Segundo suas palavras, “a essa busca quase sempre impossível, sempre frustrada, de uma intenção dissimulada atrás da obra, oponho uma busca que se dirige ao mundo desvelado diante da obra” (MV: 337).

Prosseguindo em sua análise sobre a relação entre as obras literárias e a realidade, Ricoeur se propõe a divergir daquelas teorias que compreendem o enunciado metafórico como um jogo de linguagem voltada para si mesma, que intercepta a referência e anula a realidade. Em contrapartida, o filósofo francês apresenta a perspectiva de o enunciado metafórico operar um jogo entre uma referência suspensa e uma desvelada. A inovação semântica produzida por uma metáfora viva impede que

suas palavras sejam tomadas estritamente em seu significado literal. Assim, num primeiro momento, ocorre uma suspensão da referência literal, e a linguagem é remetida a si mesma (MV).

Todavia, Ricoeur não se detém nesse movimento. Aliás, segundo ele, as teorias literárias que identificam o discurso literário a um discurso sem referência em virtude de os enunciados metafóricos não poderem ser verificados empiricamente, corroboram, ainda que involuntariamente, com pressupostos de uma epistemologia positivista. Esse postulado reserva ao discurso científico e descritivo o modo privilegiado de referir-se à realidade e dizer a verdade. Os discursos que não empregam a linguagem descritiva ficam confinados a ter efeitos emocionais, subjetivos, sem qualquer relação com o mundo exterior ao sujeito (MV; GENTIL, 2004):

Ele diz que não há verdade fora da verificação possível (ou da falsificação) e que toda verificação, em última análise, é empírica, segundo os procedimentos científicos. Este enunciado funciona em crítica literária como um preconceito. Ele é tão potente que os autores mais hostis ao positivismo lógico o consolidam, muitas vezes ao combatê-lo (MV: 347).

Entretanto, a filosofia ricoeuriana trilhará um percurso diverso desse. A tese sustentada por Ricoeur afirma que a suspensão da referência literal típica dos discursos descritivos é a condição negativa para que seja liberada uma maneira mais fundamental de referência – a referência metafórica. A inovação semântica característica da metáfora viva surge a partir de uma “torção” no sentido literal das palavras. Nessa operação, há um trabalho de semelhança que instaura uma proximidade entre significações até então distantes. Como vaticinou Aristóteles, “ver o semelhante é bem metaforizar” (MV: 352).

Na visão ricoeuriana, a “metáfora não é um ornamento do discurso. Ela tem mais do que um valor emotivo, porque oferece uma nova informação (...) diz-nos algo de novo sobre a realidade” (TI: 64). O enunciado metafórico diz algo sobre o real que não pode ser dito de outra forma, ele produz semelhanças que antes não eram vistas, “traz à linguagem uma dimensão da realidade que não estava acessível a ela até então” (GENTIL, 2004, p. 189).

No artigo “*Mimesis*, referência e refiguração em *Tempo e narrativa*”, Ricoeur assume a tarefa de explicar por que em *Tempo e narrativa* a noção de referência metafórica tende a ser substituída pela de refiguração. O que está em jogo é a relação entre linguagem e realidade. De acordo com o filósofo, ocorreu um acréscimo de

mediações e transições nessa dialética, que, na *Metáfora viva*, foi “enunciada de modo um pouco abrupto, à maneira de um curto-circuito entre a expressão linguística e a realidade” (RICOEUR, 1990, p. 31).

Na trilogia publicada entre 1983-1985, a transição entre a configuração e a refiguração é preparada por uma cuidadosa sequência de etapas, a começar pela notável correspondência entre a estrutura do tempo e a da narrativa. Um passo adiante é dado com a discussão sobre a tripla *mimesis*, com destaque para o terceiro momento do arco hermenêutico no qual ocorre a refiguração, que é, segundo o autor, o equivalente narrativo da refiguração do real pela metáfora. Uma obra comunica além de seu sentido um mundo que ela projeta diante de si, chamado de *mundo do texto*. Este mundo⁴⁰ é constituído por uma simulação da experiência vivida, uma configuração temporal de um modo de ser-no-mundo, em suma, um mundo habitável em que podemos projetar nossas capacidades mais próprias (RICOEUR, 1990; T&N; TA).

Em *mimesis III*, o mundo projetado pela obra se entrecruza com o mundo do leitor, atando-se à experiência cotidiana e ao mundo efetivo. O mundo do texto possui uma função mediadora ausente em *A metáfora viva*, ele introduz um momento de transição entre a configuração e a refiguração “A refiguração procede de um mundo a outro, de um mundo fictício a um mundo real através de um mundo potencialmente real” (RICOEUR, 1990, p. 35). Podemos perceber também que, em *Tempo e narrativa*, há um destaque significativo para o papel da leitura. A refiguração indica que o texto tem um efeito sobre o leitor contribuindo para que ele compreenda melhor a si mesmo. Isso implica que a *mimesis* seja um processo que revela e também transforma a práxis cotidiana alargando nosso horizonte de existência.

Até este momento, a tripla *mimesis* ricoeuriana não tematizou a distinção entre narrativa histórica e ficcional. Porém, a discussão sobre a referência levanta um problema a esse respeito. Afinal, os discursos histórico e o ficcional têm o mesmo referente? Se sim, eles se remetem da mesma maneira a este referente? Ricoeur admite que existe uma assimetria entre a modalidade referencial da narrativa histórica e da narrativa ficcional. Somente a historiografia pode reivindicar uma referência que se inscreve na *empíria*, na medida em que a intencionalidade histórica visa a

⁴⁰ O mundo do texto não está no nível dos objetos manipuláveis, mas está próximo ao que Husserl chamou de *mundo da vida* (*Lebenswelt*) e Heidegger, de *ser-no-mundo* (TA: 121).

acontecimentos que efetivamente tiveram lugar⁴¹ (*ont lieu*) no passado. Ainda que este passado não seja mais e que apenas possa ser alcançado a partir do presente, através da mediação dos vestígios transformados em documentos históricos, não se pode negar que um dia o passado teve lugar, aconteceu. “O acontecimento histórico – por mais ausente que esteja para a percepção presente – confere um *nota realista à historiografia* que nenhuma literatura jamais poderá igualar, por mais que pretenda ser realista” (T&N 1: 154, grifos nossos).

Percebemos que, no trecho referido, o filósofo francês utilizou a noção de realismo para diferenciar a historiografia da ficção, embora, para ele, a ficção não deixe de ser realista, de estar ancorada no real – ela o é de forma distinta. Entretanto, isso não significa construir uma clivagem entre as duas modalidades discursivas. A historiografia coloca em prática uma referência indireta ao passado – por meio dos vestígios –, o que a aproxima da referência metafórica empregada pelas obras de ficção, na medida em que o passado só pode ser reconstruído com o auxílio da imaginação. Por outro lado, a ficção também se utiliza de mecanismos próprios da historiografia. A narrativa ficcional conta os eventos como se eles tivessem realmente acontecido. O uso dos verbos no passado – procedimento análogo ao da escrita da história – atesta isso. Em poucas palavras, para Ricoeur, existe uma referência cruzada entre história e ficção em que uma empresta procedimentos da outra. “Esse problema só pode ser evitado por uma concepção positivista de história que desconhecesse a parcela de ficção na referência por vestígios e numa concepção antirreferencial da literatura que desconhecesse o alcance da referência metafórica” (T&N 1: 154-155).

2.3 O eclipse da narrativa

Em nosso capítulo inicial, demarcamos um tripé para caracterizar os desafios epistemológicos da escrita da história em destaque a partir da década de 1970, no contexto da historiografia francesa. Nessas bases, que são interligadas entre si, estão as discussões a respeito da linguagem, do acontecimento e da narrativa. Já tivemos a

⁴¹ Com efeito, poderíamos simplesmente ter traduzido *ont lieu* como *ocorreram*. Contudo, a expressão *tiveram lugar* conserva uma dimensão espacial que Ricoeur confere à memória e ao passado histórico, tanto que ele inicia sua análise da epistemologia da história em *A memória, a história, o esquecimento* com uma investigação sobre aquilo que chama de *O espaço habitado*: “buscaremos aquilo que pode ser, no nível da operação historiográfica, o equivalente das formas *a priori* da experiência tais como as determina uma Estética transcendental de estilo kantiano: o que vêm a ser um tempo histórico e um espaço geográfico, levando-se em conta sua indissociável articulação?” (MHE: 181). Agradeço ao professor Fernando Nicolazzi por ter feito essa sugestão durante sua arguição na defesa da dissertação.

oportunidade de assinalar, ainda que de modo esquemático, a intervenção ricoeuriana nesses debates. Entretanto, faltou expormos os argumentos do filósofo a respeito do famigerado “retorno” da narrativa.

“O eclipse da narrativa” é o capítulo que nos fornecerá subsídios para a leitura feita por Ricoeur acerca do ressurgimento da narração. Esse texto inaugura a segunda parte da trilogia *Tempo e narrativa*, que é denominada *História e narrativa*. Não obstante a ausência de referências ao texto de Lawrence Stone sobre o tema, Ricoeur oferece uma leitura alternativa para a questão. O próprio título escolhido é sintomático a esse respeito. Dizer *eclipse* é bem diferente de falar em retorno ou ressurgimento.

O fundamental da argumentação ricoeuriana repousa sobre um duplo movimento. Em sua perspectiva, duas importantes escolas históricas – as duas primeiras gerações da Escola dos *Annales* e a Filosofia Analítica da História⁴² – rejeitaram o potencial heurístico da narração, mobilizando argumentos distintos. Segundo Ricoeur, embora essas correntes sejam bem diferentes entre si, elas têm como ponto em comum, além da crítica às filosofias especulativas da história, o repúdio ao caráter narrativo da historiografia: a) na historiografia francesa dos *Annales*, o ocultamento da narrativa é resultante de um deslocamento do objeto da história: passa-se do indivíduo ao fato social total; b) na Filosofia Analítica, o encobrimento deriva de um corte epistemológico entre explicação histórica e compreensão narrativa.

Ao ler os primeiros historiadores dos *Annales*, Ricoeur indica que a rejeição da narrativa decorre de uma crítica à história dos acontecimentos (*histoire événementielle*). Os historiadores franceses, cada um a seu modo, insurgiram-se contra os sentidos ontológicos e epistemológicos da noção de acontecimento histórico.⁴³ O panorama

⁴² A chamada Filosofia Analítica da História preocupa-se, principalmente, com a análise dos procedimentos lógico-científicos do conhecimento histórico. Essa reflexão difere da Filosofia Especulativa da História, que busca conferir um sentido último para a totalidade do processo histórico. Em contrapartida, os autores *analíticos* se concentram no problema da cientificidade da história, em seus procedimentos explicativos, na análise lógica da linguagem e em sua objetividade. Para mais detalhes sobre essa corrente, conferir a introdução de Gardiner à segunda parte de sua coletânea de *Teorias da História* (GARDINER, 2008, p. 323-333) e também a síntese presente em ARRAIS, 2010.

⁴³ Eis uma síntese das características do conceito de acontecimento elencadas por Ricoeur: *Sentido ontológico*: 1) ter-sido absoluto: acontecimento histórico é aquilo que efetivamente aconteceu, foi produzido no passado. O simples fato de já ter ocorrido diferencia radicalmente o acontecimento de algo que ainda não ocorreu; 2) ação humana absolutamente passada: os acontecimentos históricos são obra de agentes humanos semelhantes a nós; 3) alteridade absoluta: a diferença, a alteridade do passado humano em relação ao presente afeta a capacidade de sua comunicação. *Sentido epistemológico*: 1) o acontecimento histórico ou físico possui uma *singularidade não repetível* que se opõe a universalidade de uma lei científica. “Acontecimento é aquilo que não acontece mais que uma vez” (T&N 1: 174); 2) o acontecimento possui uma *contingência prática* que se opõe à necessidade lógica ou física. “Acontecimento é o que poderia ter sido feito de outra forma” (T&N 1: 174); 3) a contrapartida da alteridade absoluta do acontecimento histórico é seu *afastamento* (desvio) em relação a modelos

começa com Raymond Aron, para quem “não existe uma *realidade histórica* já pronta antes da ciência que apenas conviria reproduzir com fidelidade” (T&N 1: 175). Com o propósito de criticar o chamado “positivismo” dos autores da Escola Metódica Langlois e Seignobos, Aron reagiu contra o primeiro pressuposto ontológico do acontecimento: evento histórico é aquilo que efetivamente ocorreu no passado. Como o historiador está implicado na explicação e compreensão do acontecimento, não existe a possibilidade de uma apreensão direta do passado. A historiografia procede de uma construção do fato histórico, e não trata com dados já prontos de antemão.

Henri Marrou, Marc Bloch e Lucien Febvre também engrossaram a fileira dos que lutavam em favor da construção do fato histórico, mas será o escalonamento de durações temporais do *Mediterrâneo* de Braudel que abalará de forma mais avassaladora o conceito de acontecimento. Segundo Ricoeur, Braudel “destruiu” a segunda pressuposição ontológica do conceito: “O acontecimento é aquilo que os agentes fazem ocorrer ou sofrer.” Outras pressuposições que estão ligadas entre si e receberam duras críticas de Braudel e seus seguidores podem ser arroladas: a) o indivíduo é o portador último da mudança histórica, ou, em outras palavras, o homem faz a história; b) as mudanças mais significativas são aquelas transformações pontuais que afetam a vida dos indivíduos.

A conclusão ricoeuriana é que, para as primeiras gerações dos *Annales*, uma história de acontecimentos (*événementielle*, que também poderia ser traduzida como factual) só pode ser uma história narrativa e com primazia da esfera política. O surpreendente, diz Ricoeur, é que o conceito mesmo de narrativa nunca foi problematizado como foram questionadas as noções de acontecimento e o primado da história política, que enfatiza os indivíduos. Para escapar da metodologia individualista, os *Annales* propuseram a ideia de história total, cujo objeto não é o indivíduo, mas o fato social total que abarca todas as dimensões humanas: econômica, social, política, cultural etc. Para se livrar do tempo breve do acontecimento, os historiadores *annalistes* operaram com um *tempo social* de duração mais longa, no qual se destacam categorias como estrutura, conjuntura, ciclos, tendências. Porém, não há uma reflexão de fôlego sobre a apresentação narrativa ou sua eventual alternativa (T&N 1).

Deslocando o eixo da historiografia francesa para a Filosofia Analítica da História, Ricoeur chegará a resultados semelhantes, embora tenha partido de outras

construídos. Isto é, o acontecimento não pode ser reduzido a alguma constante apontada ou deduzida por um modelo.

discussões. Para ele, tanto os *Annales* quanto a Filosofia Analítica atacaram a noção de acontecimento e, por consequência, rejeitaram a narrativa. No entanto, o estatuto narrativo não era colocado no primeiro plano do debate. O ataque à compreensão empreendido pelos autores do modelo nomológico terá o mesmo resultado que a investida contra o acontecimento pelos historiadores da longa duração: o eclipse da narrativa.

No positivismo lógico, não é a prática dos historiadores que alimenta os argumentos – como no caso dos *Annales* –, mas a preocupação em afirmar a *unidade da ciência*. Ao contrário da historiografia alemã do final do século XIX e início do XX (com destaque para a distinção entre explicação e compreensão em Droysen, Dilthey e Weber), a Filosofia Analítica postula que a mesma racionalidade científica governa tanto as ciências naturais quanto as humanas. O ponto de partida será o ilustre texto de C. Hempel, *A função das leis gerais em história* (1942), cujo argumento central é bem conhecido: as leis gerais⁴⁴ têm funções análogas na história e nas ciências naturais. Para o autor, a principal função das leis gerais é combinar os eventos em fórmulas que levem à *explicação e à previsão*.

Algo importante de ser sublinhado é que Hempel – por métodos díspares dos historiadores *annalistes* – também reprovava a ideia do acontecimento como uma ocorrência única, singular e irrepetível. Em seu artigo de 1942, o filósofo alemão radicado nos EUA aproxima o acontecimento histórico do evento físico. Em outras palavras, ele propõe que as ocorrências sejam deduzidas⁴⁵ a partir de duas premissas: 1) *condições iniciais*: que são os acontecimentos anteriores e as condições prévias e 2) *enunciação de uma regularidade*: que realiza a conexão causal entre o acontecimento e as condições iniciais. Se essa regularidade for confirmada, verificada na *empíria*, ela merece ser chamada de lei. Nesse sistema, explicar um acontecimento é cobri-lo por uma regularidade.

A conclusão de Hempel é que o historiador não produz mera descrição de eventos únicos e irrepetíveis do passado, pois, ao explicar esses acontecimentos, já se pressupõe, mesmo que tacitamente, um “esboço de lei”.⁴⁶ Nesse primeiro momento, o

⁴⁴ “Por lei geral, entenderemos aqui uma afirmação da forma condicional e universal capaz de ser confirmada ou infirmada por meio de adequadas descobertas empíricas” (HEMPEL, 2008, p. 422).

⁴⁵ “Em todos os casos em que um evento de tipo C (causa) ocorra em determinado lugar e tempo, um outro evento de tipo E (efeito) ocorrerá num lugar e num tempo de modo típico relacionado com o lugar e o tempo da ocorrência do primeiro evento” (*Ibidem*, p. 422).

⁴⁶ A postura hempeliana no referido artigo é um pouco ambígua, e o autor admite nuançar sua tese. Quando a historiografia não oferecesse uma “explicação forte”, ela forneceria “esboços de explicação”,

modelo nomológico não se refere de modo algum à natureza narrativa da história, nem ao estatuto narrativo do acontecimento. Os autores que pretenderam defender o modelo após Hempel esforçaram-se por minimizar as diferenças entre o modelo “forte” e as especificidades do conhecimento histórico. Para manter a viabilidade do raciocínio, foi preciso flexibilizá-lo. O enfraquecimento do modelo nomológico foi positivo, na opinião de Ricoeur, pois aumentou sua aplicabilidade e o aproximou do trabalho dos próprios historiadores. A primeira grande concessão foi concordar que as explicações oferecidas pela historiografia não funcionam da mesma forma que a explicação das ciências naturais.

A conclusão dessa longa discussão não se encontra no fim do texto “O eclipse da narrativa”. Apenas no capítulo “A intencionalidade histórica”, Ricoeur vai deixar mais claro como nem o novo conceito de *temporalidade* proposto por Braudel, nem a discussão sobre a explicação causal podem descartar o recurso à narrativa na escrita da história. O filósofo se esforçou para mostrar quais são os vínculos – ainda que indiretos – que podem ser traçados entre a composição da intriga, os *Annales* e os autores da Filosofia Analítica. Tais vínculos mostrariam que a narrativa não foi jamais abandonada completamente da prática historiadora, não obstante tenha ficado em segundo plano, tal qual um planeta que, durante o eclipse, é obscurecido por outro astro, mas não deixa de estar ali.

2.4 A intencionalidade histórica: um questionamento em retorno

Vamos concluir este segundo capítulo com uma análise daquilo que o autor de *Tempo e narrativa* chamou de *intencionalidade histórica*. Entretanto, antes disso, é importante delinear o estreito liame existente na filosofia ricoeuriana entre a narração e a operação de representação do passado histórico. A nosso ver, o primeiro tópico do capítulo “A representação historiadora”, presente em *A memória, a história, o esquecimento* (2000), intitulado “Representação e narração”, pode cumprir bem a

isto é, as leis em história seriam implícitas, tácitas. Esse *esboço de explicação* consiste em uma indicação mais ou menos vaga das leis e numa indicação das condições iniciais que são consideradas relevantes. Toda vez que o historiador utiliza termos como “portanto”, “consequentemente”, “obviamente”, “naturalmente”, “porque” ele estaria supondo implicitamente uma lei. Por exemplo, a seguinte explicação: havia um descontentamento de grande parte da população na França (3º Estado) do século XVIII com suas condições de vida que, *consequentemente*, levou às agitações sociais da Revolução Francesa, teria a seguinte regularidade implícita: quando há descontentamento de grande parte da população existe a tendência de acontecerem revoltas sociais ou revoluções.

função de alinhar as considerações que fizemos no excuro anterior com o fechamento do capítulo.

O objetivo assumido por Ricoeur logo no início do referido texto é superar um dilema: por um lado, os autores ligados à tradição das duas primeiras gerações dos *Annales* tomam a narrativa como um obstáculo à explicação historiográfica; por outro, os filósofos ligados à linhagem analítica, a partir do esfacelamento do modelo nomológico,⁴⁷ tendem a concebê-la como um substituto da explicação (MHE).

Retomando, uma vez mais, o escalonamento de durações braudeliano, Ricoeur arrisca-se em uma leitura mais crítica. Em sua perspectiva, o acantonamento do acontecimento na temporalidade de curta duração levou a narração a ser vista como um elemento menor do conhecimento histórico, já que “a um conceito pobre de acontecimento corresponde um conceito pobre de narrativa” (MHE: 308). Por outro lado, os narrativistas de língua inglesa sustentam que a narrativa não é um obstáculo à cientificidade em história, mas seu substituto. Para eles, não há uma oposição entre explicação e compreensão. Compreender uma narrativa é explicar os acontecimentos que estão nela integrados, os fatos que nela estão relatados. Assumindo uma postura mediadora recorrente em sua filosofia, Ricoeur diz que, no lugar de opor os adversários e os defensores do potencial explicativo da narrativa, ele julga mais útil investigar maneiras de conciliar a inteligibilidade narrativa e a inteligibilidade explicativa.

A inteligibilidade narrativa repousa em uma *coerência narrativa* que tem raízes na *conexão de vida* (conceito ditltheyano no qual, segundo Ricoeur, podem ser encontrados traços pré-narrativos da experiência vivida) e se articula com a conexão causal. Na teoria ricoeuriana, a narração opera uma síntese do heterogêneo, ao coordenar acontecimentos múltiplos, causas e intenções numa mesma unidade de sentido. O pôr em intriga (*mise en intrigue*) conduz uma ação complexa de uma situação inicial a uma final por meio de transformações regradas que possuem um teor lógico. Uma implicação importante da coerência narrativa é a construção de uma *definição propriamente narrativa de acontecimento* (MHE).

No âmbito da narrativa, o acontecimento é aquilo que, ao se dar, faz a ação avançar. O evento provoca uma reviravolta inesperada, uma mudança de sorte.

⁴⁷ Essa desagregação do modelo nomológico é resultado de críticas internas à tradição *analítica* que desligaram a explicação histórica da enunciação de leis (W. Dray fala em *explicações de caso único*). Ao fazer isso, os autores *analíticos* começaram a arquitetar interpretações narrativistas da história, como atestam as análises feitas por Danto, Gallie e Mink. “Ao enfraquecimento e ao esfacelamento do modelo nomológico corresponde uma reavaliação da narrativa e seus recursos de inteligibilidade” (T&N 1: 255).

Qualquer discordância que rivalize com a concordância da ação configurada pela intriga tem valor de acontecimento. Com essa definição, Ricoeur pretende que a conjunção intriga-acontecimento vá muito além da história *événementielle*. Dessa forma, segundo ele, abre-se a possibilidade de a historiografia investigar em tramas multisseculares acontecimentos de longa duração, como o Renascimento, a Reforma Protestante e a Revolução Francesa. Nesse sentido, François Furet, em sua clássica reinterpretação do processo revolucionário francês, publicada em 1983, confessa:

Sonho com uma história da Revolução infinitamente mais longa, muito mais estendida para o ‘depois’ e cujo termo não intervém antes do fim do século XIX ou início do século XX. Pois a história do século XIX francês inteiro pode ser considerada como a história de uma luta entre a Revolução e a Restauração (FURET, 1989, p. 18).

Em nosso capítulo primeiro, sugerimos que a distinção entre fato e acontecimento, ou evento, é mais do que um mero capricho semântico⁴⁸. Ricoeur empreendeu uma diferenciação entre tais conceitos que robustece nossa hipótese de seu realismo crítico. Colocando-se na terceira margem, o autor procura não incorrer nem em um factualismo⁴⁹ nem em um relativismo antirrealista. “Será tão necessário resistir (...) à tentação de dissolver o fato histórico na narração e esta numa composição literária indiscernível da ficção, quanto é preciso recusar a confusão inicial entre fato histórico e o acontecimento real rememorado” (MHE: 227).

Na perspectiva ricoeuriana, o fato não equivale ao acontecimento. O primeiro é uma construção realizada pelo historiador a partir de uma série de documentos. Ele é o conteúdo de um enunciado que visa representá-lo. O fato histórico remete-se – através de um complexo procedimento documental – ao acontecimento realmente ocorrido, mas não deve ser confundido com ele, na medida em que não consegue reproduzi-lo com a fidelidade de uma cópia. Com efeito, o acontecimento não deixa de ser o referente último do discurso histórico. “E é para preservar o estatuto de contraparte (*vis-à-vis*) do discurso histórico que distingo o fato enquanto ‘a coisa dita’, o ‘que’ do discurso histórico, do acontecimento enquanto ‘a coisa do que se fala’, o ‘a propósito de que’ é o discurso histórico” (MHE: 228).

⁴⁸ Como disse o poeta Mário Quintana: “Aqueles que pensam que existem sinônimos, desconfio que não sabem distinguir as diferentes nuances de uma cor”.

⁴⁹ “Uma epistemologia vigilante nos coloca em guarda contra a ilusão de crer que aquilo que chamamos fato coincide com o que realmente se passou, ou até mesmo com a memória viva que as testemunhas oculares dele têm, como se os fatos dormissem nos documentos até que os historiadores ali os extraíssem” (MHE: 226).

A dialética entre sentido e referência proposta por Frege e assumida pela filosofia da linguagem ricoeuriana parece estar presente na passagem referida. Se essa sugestão for pertinente, o fato histórico – construção discursiva assentada em procedimentos documentais – seria o *sentido*, ao passo que o acontecimento realmente ocorrido seria a *referência*. Conforme dissemos no primeiro capítulo, uma mesma realidade pode ser representada de diferentes maneiras, o que, por extensão, equivaleria a dizer que um mesmo acontecimento pode servir como base para a construção de distintas representações de fatos históricos. Em suma, essas noções mantêm uma relação dialética. Como o acontecimento em si mesmo é inalcançável, existe a necessidade de recorrer à mediação linguística e construir o fato. Por outro lado, o *sentido* linguístico é traspassado por uma *referência* que visa ao acontecimento, àquilo que um dia foi real.

A diferenciação entre fato e acontecimento pode ser vista como um efeito do giro linguístico nos estudos históricos, uma vez que ela põe em relevo a importância das mediações linguísticas. Dada a impossibilidade de acesso imediato ao acontecimento, somente através de uma construção linguística é possível estabelecer o fato e ter acesso ao passado. Isso equivale a colocar a linguagem na esfera dos fundamentos do conhecimento histórico. Assim como Ricoeur, Hayden White também pensa ser importante discriminar o fato do evento: “Um fato é um evento sob uma descrição (...) Um evento não pode ingressar na história até que seja estabelecido como fato. Do qual pode concluir-se: os eventos acontecem, os fatos são estabelecidos” (WHITE, 2010, p. 128-129). François Dosse, em sua recente pesquisa sobre o renascimento do acontecimento, indica que com essa distinção White não sugere, de forma alguma, um relativismo absurdo, no qual haveria uma eliminação do evento em história. Ao considerar a diferença entre acontecimento e fato,⁵⁰ White estaria destacando que o fato histórico é uma construção passível de revisão, aberta a um futuro que pode reconfigurá-lo de forma distinta (DOSSE, 2010).

Nossa leitura do realismo crítico em Ricoeur tem como um de seus ingredientes essenciais o modo como o filósofo concebe a relação entre a narrativa e a experiência. O comentário que fizemos sobre o confronto entre as teses ricoeurianas e as propostas por

⁵⁰ Ao pensar sobre a escrita em seu clássico texto sobre “A operação historiográfica”, Michel de Certeau também considerou essa distinção. Para ele, o acontecimento é um dos pontos de partida para que o historiador organize a miríade documental disponível – “deve ter acontecido alguma coisa”. Embora ele não se explique por si só, fornece uma primeira inteligibilidade à história. “O acontecimento é aquele que *recorta*, para que haja inteligibilidade; o fato histórico é aquele que *preenche* para que haja enunciados de sentido. O primeiro condiciona a organização do discurso; o segundo fornece os significantes, destinados a formar, de maneira narrativa, uma série de elementos significativos. Em suma, o primeiro articula e o segundo soletra” (CERTEAU, 2007, p. 103, grifos do original).

David Carr nos permitiu uma primeira aproximação desse tema. O olhar de Ricoeur recaiu novamente sobre essa questão ao examinar a *intencionalidade histórica* no fechamento da segunda parte (*História e narrativa*) do primeiro tomo de *Tempo e narrativa*. O arremate de nosso capítulo cuidará do esquadramento desses argumentos.

Se é verdade que, para Ricoeur, a história é um conhecimento indissociável da narrativa, não é menos verdadeiro que, para ele, o vínculo entre história e a competência narrativa deva ser indireto. Ao desvelar o *eclipse da narrativa*, empreendido pelos autores dos primeiros anos dos *Annales* e da Filosofia Analítica da História, o filósofo francês apresentou as bases da ruptura epistemológica que pretendeu separar a historiografia da narrativa. Esse deslocamento epistêmico ocorreu em três níveis: 1) no *nível dos procedimentos*, a historiografia buscou se afastar da narrativa para ir ao encontro de uma explicação científica para o passado, já que o relato era visto como um procedimento meramente descritivo; 2) no *nível das entidades*, houve um deslocamento do objeto da historiografia. Na narrativa tradicional, ou mítica, e na crônica, a ação é atribuída a agentes individuais que podem ser identificados por um nome próprio e são considerados responsáveis por suas ações. A história-ciência (dos *Annales*, por exemplo) não aborda indivíduos, mas entidades anônimas tais como sociedades, civilizações, mentalidades, classes sociais, economias, culturas. Essas forças sociais não podem ser divididas em pequenas partes para que se atribua uma parcela a cada um dos agentes individuais. A *nouvelle histoire* parece não ter personagens, e, sem a presença destes, a história não pode permanecer com suas qualidades narrativas; 3) o corte operado no *nível do tempo histórico* resulta dos dois anteriores. O tempo histórico parece não se referir ao *tempo vivido* na consciência subjetiva dos agentes. Este *tempo vivido* é constituído por lembranças, expectativas e precisa ser organizado por um presente vivo.⁵¹ A impressão é que o tempo histórico, o tempo semilongo da conjuntura, e a longa duração das civilizações não têm nenhuma relação com o tempo da ação humana (T&N 1).

Apesar dessa tripla tentativa, a ruptura entre história e narrativa não foi total. Caso a historiografia rompesse completamente seu vínculo com a narrativa – na ótica ricoeuriana –, ela perderia seu caráter histórico e sua especificidade no seio das ciências humanas, já que teria dificuldades na representação do tempo. Por outro lado, essa

⁵¹ Cf. livro XI das *Confissões* de Agostinho.

relação entre historiografia e narrativa deve ser indireta, para que a história não seja considerada como uma espécie do gênero *estória* (*story*). Ou seja, para que ela não seja (con)fundida com a ficção, então, é preciso haver uma dialética de novo tipo entre a historiografia e a competência narrativa.

Para dar conta da ligação indireta entre história e narrativa levando em consideração os potenciais explicativos do *pôr em intriga*, Ricoeur decide empregar um método criado por Husserl em *Krisis: o questionamento em retorno*⁵² (*questionnement à rebours - Rückfrage*). O filósofo francês pretendeu aplicar às ciências históricas as mesmas questões aplicadas por Husserl às ciências galileana e newtoniana. Em suas últimas obras, Husserl debruçou-se sobre a crise das ciências modernas, a qual, no seu entendimento, representa uma crise da humanidade europeia. Um componente da crise é a ruína do vínculo entre as ciências modernas e o mundo da vida (*Lebenswelt*). Seguindo a máxima galileana, segundo a qual “o mundo está escrito em caracteres matemáticos”, o conhecimento científico concentrou-se nos aspectos matematizáveis e quantificáveis da experiência, deixando de lado todas as outras dimensões do mundo da vida. O mundo objetivado da ciência é colocado no lugar do mundo da vida – que é o solo de onde ele emerge – e apresentado como única apreensão possível da realidade:

A ciência objetivista toma o que ela chama o mundo objetivo como sendo o universo de todo o existente, sem considerar que a subjetividade criadora da ciência não pode ter lugar legítimo em nenhuma ciência objetiva. Mas o investigador da natureza não se dá conta de que o fundamento permanente de seu trabalho mental, subjetivo, é o mundo circuncidante vital (*Lebenswelt*), que constantemente é pressuposto como base, como terreno da atividade, sobre o qual suas perguntas e métodos de pensar adquirem um sentido (HUSSERL, 2008, p. 82).

Por meio do *questionamento em retorno* (*Rückfrage*), Husserl pretende reenviar a ciência para o solo originário que lhe dá sentido, o “mundo da vida”, um mundo “pré-científico”. Essa questão, em sentido contrário, é um movimento de desobjetivação que tem como finalidade mostrar os limites do objetivismo. A fenomenologia genética husserliana refere-se à gênese, ao solo originário de onde os fenômenos emergem antes de serem objetivados (LEAL, 2002).

Vejamos como isso se aplicaria ao nosso tema. Parece que, para Ricoeur, caso a historiografia rompesse completamente seu pertencimento a narrativa incorreria em um

⁵² Ricoeur explorou esse conceito com mais profundidade no artigo “O originário e a questão-em-sentido-contrário na *Krisis* de Husserl”, publicado em 1980, que depois foi retomado na coletânea *Na escola da fenomenologia* (1986).

movimento semelhante ao das ciências galileanas.⁵³ O conhecimento histórico perderia seu vínculo com o “mundo da ação” – *mimesis I* –, que já apresenta aspectos pré-narrativos antes da operação historiográfica ser realizada. Tornando mais clara a nossa proposta de leitura: aquelas perspectivas que, no seu esforço de objetivação, rompem o vínculo da história com a narrativa levariam a uma cisão com a experiência do campo prático (*mimesis I*), semelhante ao que fora feito pela ciência moderna em seu processo de objetivação do real. Algo similar estaria presente também caso se tomasse a configuração textual (*mimesis II*) como um objeto autônomo, sem referente extralinguístico.

A proposta ricoeuriana com essa discussão é investigar como o conhecimento histórico nasce a partir de uma objetivação, uma ruptura com a ordem da ação efetiva, sem deixar de remeter-se ao campo da ação, às estruturas pré-narrativas da experiência. Traduzindo a tarefa para a linguagem da tripla *mimesis*, ela se formularia assim: por um lado, *mimesis II* nasce de uma ruptura, de uma objetivação do mundo da ação. Por outro, ela remete à compreensão da ação e às estruturas pré-narrativas de *mimesis I*.

Ao conquistar sua autonomia científica, a historiografia parece ter esquecido intencionalmente sua derivação indireta da operação de configuração narrativa e de sua remissão ao campo prático, ao mundo da ação. Ricoeur sustenta que, no interior do próprio conhecimento histórico, é possível encontrar *passagens* que auxiliem o *questionamento-em-sentido-contrário*. Dessa forma, o *esquecimento premeditado* em relação à derivação da configuração narrativa nunca é completo e sempre pode ser reconstruído. O questionamento em retorno é um esforço que regressa da *mimesis II* à *mimesis I*. O objetivo é evidenciar que a historiografia tem como referência última sua origem no mundo da ação (*mimesis I*) e que ela não pode romper completamente seus vínculos com esse solo. Em nosso entendimento, o que está em jogo é um elemento essencial do realismo crítico ricoeuriano, qual seja, a relação entre narrativa e experiência:

Por quais derivações indiretas a tripla ruptura epistemológica que faz da história uma investigação procede do corte instaurado pela operação configurante no plano de *mimesis II* – e continua, todavia, a visar obliquamente à ordem da ação, segundo seus recursos próprios de

⁵³ Uma boa ilustração da tentativa matematização do mundo histórico, sugere Maria Villela Petit, foi o esforço de Hempel em descobrir a função das leis gerais em história: “Hempel simplesmente esqueceu que os acontecimentos com que trabalha o historiador (e cujas causas ele tenta determinar) não são os de uma natureza idealizada ‘galileana’, mas os que, muito menos ‘idealmente’ e muito mais dramaticamente, dizem respeito aos homens em seu *Lebenswelt*” (PETIT, 2007, p. 10).

inteligibilidade, de simbolização e de organização pré-narrativa no plano de *mimesis I*? (T&N 1: 319).

A *intencionalidade histórica* percorreu os mesmos níveis da ruptura epistemológica entre história e competência narrativa para mostrar que neles há *passagens* que possibilitam evidenciar recursos narrativos. Estas *passagens* dizem respeito aos *procedimentos explicativos*, especialmente a imputação de causalidade; às *entidades* às quais a historiografia se refere e ao *tempo histórico*.

No nível dos procedimentos explicativos, a *imputação causal singular* foi a operação mobilizada por Ricoeur para desvelar o elo indireto da historiografia com a narrativa. Esta operação faz uma mediação, realiza uma transição entre a causalidade narrativa e a explicação causal do modelo nomológico, que implica a dedução de leis. O conceito mesmo de *imputação causal singular* foi cunhado por Max Weber em um texto de 1906 sobre o historiador Eduard Meyer e recebeu novo impulso com Raymond Aron.⁵⁴

Em linhas gerais, a imputação causal singular consiste em construir pela *imaginação* um curso diferente para os acontecimentos. Em seguida, o historiador compara essas consequências com o *curso real* dos acontecimentos e avalia as suas consequências. Nesse procedimento weberiano, para esclarecer as relações causais reais, constroem-se outras relações que são irreais. “Todo historiador para explicar o que aconteceu se pergunta o que poderia ter acontecido” (ARON *apud* T&N 1: 324).

O exemplo utilizado por Weber é o seguinte: *o que teria acontecido* se Bismarck não tivesse tomado a decisão de iniciar a guerra contra o Império Austro-Húngaro em 1866? A pergunta consiste em um questionamento sobre qual significação causal deve ser atribuída à decisão tomada pelo chanceler prussiano, levando em conta que inúmeros outros fatores precisaram ser combinados para que os acontecimentos tivessem o curso que tomaram. A imaginação entra em cena quando o historiador se pergunta por que os acontecimentos ocorreram *dessa maneira e não de outra*. Nesse instante, o raciocínio transita entre os condicionais irreais do passado, mas se a história se desloca para o irreal é para melhor discernir o que foi necessário.

⁵⁴ Para a discussão ricoeuriana da imputação causal singular também são importantes as contribuições de autores da Filosofia Analítica. W. Dray contribui com a tese segundo a qual a análise causal de um acontecimento particular não pode ser reduzida à aplicação de leis. Já a contribuição de Von Right repousa na ideia de uma explicação quase-causal. A explicação por razões leva em conta segmentos da inferência teleológica (adequação de meios a fins). Esta inferência assenta-se em uma compreensão prévia da intencionalidade da ação e remete a uma familiaridade com a estrutura lógica da ação (fazer alguma coisa acontecer, intervir no curso dos acontecimentos).

A questão então passa a ser *qual consequência deveria ser esperada se outra decisão tivesse sido tomada?* Se, ao suprimir essa deliberação, o resultado do *curso imaginário* dos acontecimentos construído pelo historiador for substancialmente diferente do *curso real*, então pode ser atribuída à imputação causal a esse acontecimento. Assim, seria possível conceder o título de *causa adequada* à decisão de Bismarck. Ou seja, essa resolução era necessária para que os acontecimentos ocorressem *daquela forma* e não de outra. Se o chanceler prussiano não tivesse tomado *aquela* decisão, *naquele* momento, o curso dos acontecimentos teria sido diferente. Percebe-se que, nessa lógica, a causalidade é atinente a uma configuração particular e não pode ser formalizada em alguma lei generalizante aplicável a outro contexto.

Com efeito, alerta Ricoeur, Weber não percebeu que seu procedimento se aproxima da composição da intriga. A imputação causal singular constrói cursos imaginários para os eventos, e trabalha no registro da probabilidade, assim como a composição poética da narrativa. Contudo, esse método também guarda semelhanças com a explicação científica. Para avaliar quais as consequências poderiam ocorrer com a supressão do acontecimento analisado, o historiador emprega o que Weber chama de “regras de experiência”, noção que remete a um saber nomológico. As “regras de experiência” dizem respeito à “maneira como os homens costumam reagir a determinadas situações”. Tais regras mostram, segundo Ricoeur, como a história pode empregar leis mesmo que ela não as tenha formulado (T&N 1).

As semelhanças entre a imputação causal singular e a racionalidade narrativa conduzem Ricoeur a declarar que o procedimento weberiano pode ser concebido como uma *quase-intriga*. O termo *quase* salvaguardaria a relação *indireta* entre a explicação histórica e a estrutura narrativa. Todavia, talvez a imputação causal singular esteja mais próxima da composição da intriga que o filósofo francês imaginou. Vejamos a passagem a seguir da *Poética* – que surpreendentemente não é citada por Ricoeur. Nela, Aristóteles sugere que um acontecimento necessário à intriga é aquele que, se for suprimido, modificará a configuração da narrativa, algo muito próximo ao procedimento proposto por Weber:

Assim também o mito, porque é imitação (*mimesis*) de ações deve imitar as que sejam unas e completas, e todos os acontecimentos se devem suceder em conexão tal que, uma vez suprimido ou deslocado um deles, também se confunda ou mude a ordem do todo. Pois não faz parte de um todo o que, quer seja quer não seja, não altera esse todo” (ARISTÓTELES, Cap. VIII, p. 450).

Outra contribuição trazida pela imputação causal singular é a desconstrução da ilusão de fatalidade que alguns veem no passado: *A história aconteceu dessa forma porque não havia outra forma de as coisas ocorrerem*. Ao trabalhar com um conceito de causalidade *probabilístico* e permeado pela imaginação, o historiador restitui ao passado sua incerteza em relação ao futuro. A avaliação retrospectiva das possibilidades não é apenas uma operação epistemológica, ela tem uma dimensão moral e política. Ela mostra que o passado tinha futuro, isto é, havia outros projetos de futuro que poderiam ter sido concretizados:⁵⁵ “Por seu caráter probabilista, a explicação causal incorpora ao passado a imprevisibilidade que é a marca do futuro e introduz na retrospectão a incerteza do acontecimento” (T&N 1: 332).

Por fim, Ricoeur defenderá que a imputação causal singular não se limite ao plano da história política ou factual. Esse procedimento poderia ser aplicado também em acontecimentos históricos de longo alcance cuja causa, apesar de singular, já não é da ordem do indivíduo. Acreditamos que a discussão sobre causalidade empreendida pelo filósofo francês aponta para a mesma direção indicada por Ivan Domingues à historiografia, em que é importante, “por um lado, não abandonar o princípio da causalidade pura e simplesmente, como propõe Paul Veyne, mas a causalidade de tipo forte, mantendo-se, em contrapartida, a de tipo fraco, a qual seria aberta ao aleatório ou ao contingente” (DOMINGUES, 1996, p. 187).

O segundo caminho do “questionamento regressivo” proposto por Ricoeur diz respeito àquilo que ele chamou de “entidades de primeira ordem na historiografia”. O objetivo também será mostrar as *passagens* que permitem à historiografia coadunar recursos da composição da intriga e da explicação científica. A princípio, existe um *corte epistemológico* entre as entidades utilizadas pelo historiador e os personagens da narrativa. De um lado, o personagem de uma narrativa pode ser identificado por um nome próprio. Além disso, ele pode ser tido como responsável por suas ações. Por outro lado, as entidades empregadas num texto histórico não são como personagens, já que, muitas vezes, são forças sociais anônimas cujas ações não podem ser reduzidas a iniciativas individuais (T&N 1).

⁵⁵ Em suas *Teses sobre o conceito de História* (1940), Walter Benjamin se insurgiu contra a visão fatalista do passado histórico e propôs, na sétima tese, como tarefa do historiador materialista “escovar a história a contrapelo”. Esta tarefa incluiria a construção de uma história diferente da versão oficial, que mostra o triunfo das classes dominantes sobre os oprimidos como o único curso possível para os acontecimentos. Ao dar voz ao projeto dos vencidos, o historiador materialista reativaria a força messiânica presente em cada passado (BENJAMIN, 2005).

Sobre esse aparente impasse, Ricoeur afirma que, embora as *entidades sociais* não possam ser decompostas em uma multidão de ações individuais, elas fazem *menção* a características que podem ser atribuídas a um indivíduo ou a um personagem de narrativa. A fonte utilizada para debater esse tema foi a obra de Maurice Mandelbaum *A anatomia do conhecimento histórico* (1977). Para Mandelbaum, o objeto da história é de ordem social. O objetivo do conhecimento histórico é inserir as ações, pensamentos e sentimentos dos indivíduos em um contexto social mais amplo. À primeira vista, essa tese afasta a história da narrativa, pois, como foi dito, na intriga, o personagem precisa ser identificado como um indivíduo responsável por sua ação.

Porém, um olhar mais atento sobre o conceito de *sociedade* nos coloca a caminho das entidades básicas (indivíduo-personagem). Mandelbaum diz que as *sociedades* são os indivíduos que vivem em uma comunidade organizada em um território particular. As instituições têm a função de organizar essa comunidade, definindo os papéis que cada pessoa desempenha, auxiliando na existência ininterrupta da comunidade. Essa conceituação de *sociedade* ofereceu a Ricoeur a *passagem* entre o nível das entidades históricas e o das personagens narrativas. Na perspectiva ricoeuriana, a sociedade aparece no discurso histórico como uma entidade singular, como um *quase-personagem*. (T&N 1).

A definição de *personagem*, entendido como aquele que faz a ação, não implica que ele seja necessariamente um indivíduo. No discurso histórico, o lugar do personagem pode ser ocupado por qualquer um que seja apontado como o sujeito gramatical de uma frase de ação “X faz R”.⁵⁶ Na definição de *sociedade* fornecida por Mandelbaum, há uma referência indireta, oblíqua aos indivíduos que a compõem. Retomemo-la: as sociedades são os *indivíduos* que vivem em uma comunidade organizada em um *território particular*. As *instituições* têm a função de organizar essa comunidade, definindo os papéis que cada *indivíduo* desempenha, auxiliando na *existência ininterrupta* da comunidade (grifos nossos). Ora, são os indivíduos que habitam um *território particular* e cumprem os papéis que as *instituições* criam. Também são eles que, através da sucessão de gerações, asseguram a continuidade

⁵⁶ Os livros de história estão recheados de exemplos em que países, sociedades ou classes sociais são colocados à semelhança de personagens, como sujeitos gramaticais de frases de ação. Para evitar o cansaço do leitor que já compreendeu o argumento, limitemo-nos a dois exemplos: “O Uruguai nasceu em 1828, após três anos de luta entre argentinos, brasileiros e partidários da independência. A Inglaterra viu com bons olhos a criação do país, que deveria servir para estabilizar a área do estuário do rio da Prata” (FAUSTO, 2009, p. 116). “A burguesia desnudou de sua auréola toda ocupação até agora honrada e admirada com respeito reverente. Convertem o médico, o advogado, o padre, o poeta e o cientista em seus operários assalariados” (MARX e ENGELS, 1998, p. 13).

histórica das sociedades, sua *existência ininterrupta*. Essa referência indireta permite, segundo Ricoeur, tratar a própria sociedade como um grande indivíduo:

É porque cada sociedade é composta por indivíduos que ela se comporta na cena da história como um grande indivíduo e que o historiador pode atribuir a essas entidades singulares a iniciativa por certos cursos de ações e a responsabilidade histórica – no sentido de Raymond Aron – por certos resultados, mesmo os não intencionalmente visados (T&N 1: 350, grifos nossos).

O questionamento em retorno mostra que esse vínculo entre a sociedade e os indivíduos está no fenômeno do *pertencimento participativo*. Este fenômeno liga as entidades históricas – mesmo as de primeira ordem, como as sociedades – à esfera da ação. Esse vínculo é real, ontológico e antecede a consciência que os indivíduos têm dele. Tal elo pode ser singelamente resumido em uma frase: O indivíduo é *membro de* uma sociedade. Ricoeur indica que pode haver uma grande consciência desse laço de pertencimento nos sentimentos de patriotismo e consciência de classe. Mas também há os que negam essa pertença, especialmente aqueles que são taxados de renegados e traidores e os que chegam até mesmo a ser exilados. A referência indireta do fenômeno social ao indivíduo deriva desse pertencimento participativo, ou seja, a sociedade sempre é composta por indivíduos (T&N 1).

Antes da finalização do raciocínio, cabe uma advertência: a analogia entre entidades históricas e indivíduos não deve implicar reducionismo. Ricoeur não afirma que a ação feita por um país, por exemplo, possa ser reduzida, ou distribuída entre os agentes individuais. Embasado nesses argumentos, o filósofo cunhou a noção de *quase-personagem* para estar em simetria com a noção de *quase-intriga*, utilizada para qualificar a imputação causal singular. É através da noção de personagem que é feita a passagem das entidades históricas para as entidades da esfera da ação, que estão no nível de *mímesis I*.

O terceiro e último caminho do questionamento em retorno explorado por Ricoeur diz respeito ao *tempo da história e o destino dos acontecimentos*. Nessa seção, o filósofo volta a examinar o conceito de evento. Por meio dessa noção, o alvo é demonstrar que o tempo histórico tem origem, mesmo que indiretamente, na temporalidade narrativa. Para tanto, é feita uma retomada das três características epistemológicas da noção de acontecimento, quais sejam: a) *singularidade*: o acontecimento só ocorre uma vez; b) *contingência*: o acontecimento poderia ter

ocorrido de outra forma; c) *desvio* em relação a modelos e lei. Recuperando Aristóteles, Ricoeur lembra que a inteligibilidade de um acontecimento depende da contribuição que ele dá ao progresso de uma intriga. Por causa disso, as noções de *singularidade*, *contingência* e *desvio* devem ser seriamente modificadas.

Na filosofia ricoeuriana, uma intriga é, ao mesmo tempo, singular e não singular. Ela trata de acontecimentos que só ocorrem *nessa* história, mas utiliza estilos de composição de intriga que podem ser encontrados em outras, como no caso dos paradigmas e gêneros literários, que, com isso, universalizam o acontecimento. Mesmo os eventos contingentes que mudam o curso das ações, quando inseridos na intriga, precisam ser colocados numa sequência que os torne acompanháveis. Numa leitura de trás para frente, deve ficar claro por que os acontecimentos tomaram tal rumo. Por serem narrados, os acontecimentos são singulares e típicos, contingentes e, de certa forma, esperados (T&N 1).

A fonte de Ricoeur para a discussão sobre o tempo histórico e acontecimento será *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II* (1949) O filósofo empreende uma leitura ousada desse livro, apontando a existência de uma intriga nos três níveis da obra, e não apenas no âmbito da história dos acontecimentos, como quisera o próprio Braudel. Nessa interpretação, há um princípio de *unidade* que mantém juntas as três partes da obra, apesar da hierarquização das durações. Parece que o próprio título da pesquisa sugere uma mediação entre o nível da estrutura (Mar Mediterrâneo) e o dos acontecimentos realizados por indivíduos (Filipe II). Compreender esta mediação feita pela longa duração é, segundo Ricoeur, reconhecer o caráter de *intriga* que está presente no *conjunto* das três partes da obra. Essa transição entre estrutura e acontecimento diz respeito aos procedimentos de análise e exposição que permitem que o *Mediterrâneo* seja lido tanto de frente para trás, do primeiro ao terceiro nível, quanto de trás para frente, do terceiro ao primeiro.

Não vamos reprisar nossa breve exposição dos três níveis do *Mediterrâneo* realizada no item 1.5. Optamos por apresentar, somente, os pontos essenciais da leitura ricoeuriana dessa obra. Segundo Ricoeur, é um erro limitar a semelhança do livro braudeliano com a história narrativa apenas ao terceiro nível, tal como é feito na maioria das vezes. De outra forma, quando se percebem similitudes com a narrativa em todos os níveis, abre-se um caminho para uma renovação das noções de intriga e acontecimento. Assim, existiria uma intriga até mesmo no âmbito da história econômica quando, por exemplo, o historiador delimitou um termo inicial e um termo final na análise,

aproximando-se das recomendações que Aristóteles fazia sobre a composição da intriga, que não deveria ser muito extensa, mas ter início, meio e fim bem demarcados.

Nessa interpretação, os três níveis contribuem para a configuração narrativa do *Mediterrâneo*. Se fosse um romancista, possivelmente Braudel teria os amalgamado numa única narrativa, mas como era um historiador-cientista social, preferiu uma separação analítica entre os três planos. Com efeito, o leitor tem uma imagem implícita do todo. A *quase-intriga* virtual da obra foi decomposta em várias subintrigas parciais. Toda a investigação está sob o signo da *mimesis* da ação, afinal, “não são os espaços geográficos que fazem a ação e sim os homens, senhores ou inventores desses espaços” (BRAUDEL, 1949 *apud* T&N 1: 379). O método braudeliano de análise e disjunção dos três níveis criou, segundo Ricoeur, um novo tipo de intriga. Se Aristóteles já havia mostrado que, ao compor uma intriga, o autor faz uma síntese do heterogêneo, reunindo acontecimentos díspares em um todo, com início, meio e fim, em Braudel, temos uma intriga virtual que conjuga temporalidades diversas, tais como as estruturas, as conjunturas, os ciclos e os acontecimentos.

A proposta ricoeuriana indica a possibilidade de realizar duas leituras da obra. Uma seria a leitura tradicional, do início ao fim, do primeiro ao terceiro nível. Assim, a história dos acontecimentos fica subordinada à história de longa duração e ao tempo do espaço geográfico. Todavia, o risco dessa interpretação é a perda do caráter histórico do tempo geográfico. Outra leitura partiria do fim para o início, ou seja, do terceiro nível para o primeiro. Nessa compreensão, ficaria claro como os acontecimentos estão inseridos em uma estrutura. Essa análise tem início na morte de Filipe II e termina com as estruturas do Mar Mediterrâneo. Essa nova concepção de intriga depreendida do *Mediterrâneo* permite questionar, de acordo com Ricoeur, a noção de acontecimento acantonado à curta-duração que o próprio Braudel considerava. Para Ricoeur, os eventos não são necessariamente breves e superficiais, por isso, é importante destacar que eles estão em cena não apenas no nível da história política. Os acontecimentos estão presentes em todas as durações, embora em cada uma delas possua função diferente. Nos dois planos iniciais, os acontecimentos perdem seu caráter explosivo para se tornarem uma testemunha da estrutura, na chamada estruturação do evento. A presença de acontecimentos é o que diferencia a estrutura do historiador da estrutura do sociólogo ou economista. As estruturas não mudam todas ao mesmo tempo, no mesmo ritmo. Essa discordância já constitui um acontecimento. Ao abordar as estruturas, o historiador, ao

contrário do sociólogo, está mais atento aos momentos de ruptura e deterioração da estrutura (T&N 1).

Um dos riscos da noção de longa duração apontados por Ricoeur ocorre quando ela arranca o tempo histórico da dialética entre passado, presente e futuro, constitutiva do tempo vivido. Ao operar dessa maneira, a longa duração levaria ao esquecimento do tempo humano que somos e que demanda sempre a mediação do presente. Dissimulando a temporalidade da ação, o longo prazo se igualaria ao acontecimento de tempo curto que oculta as durações mais longas. Para evitar essa consequência desastrosa, só há uma saída, segundo o filósofo francês: a preservação de uma *analogia* entre o tempo das civilizações e o tempo humano vivido pelos indivíduos. Tal correspondência ficaria nítida nas noções de crescimento e declínio, criação, morte e destino que permeiam o *Mediterrâneo*. A analogia feita no nível da temporalidade é da mesma natureza das produzidas por ocasião da imputação causal singular e composição da intriga e entre as entidades históricas (ou sociedades e civilizações) e os personagens da narrativa.

A releitura do *Mediterrâneo* levou Ricoeur a concluir que toda mudança entra no campo histórico como um *quase-acontecimento*. Essa noção implica uma extensão do evento, que não mais se limita ao tempo curto e breve. Ricoeur lembra que sempre há quase- acontecimentos em que é possível discernir, ainda que indiretamente, uma quase-intriga, através da imputação causal singular, e quase-personagens. O parentesco entre o *quase-acontecimento* e a *quase-intriga* aponta que a pluralidade dos tempos históricos, defendida por Braudel, é a expansão de uma característica do tempo narrativo, qual seja, sua qualidade de combinar o tempo cronológico do episódio e o tempo não cronológico da configuração. Em intrigas com acontecimentos breves, o tempo episódico prevalece, ao passo que, em narrativas de longa duração, há uma preponderância do tempo não cronológico da configuração. Porém, a nova noção de acontecimento surgida com a estruturação da história traz consigo um aviso de que mesmo as estruturas mais estáveis são afetadas por alguma mudança. Algo sempre lhes acontece: morrer. Por isso, Braudel encerra sua grande obra com o quadro de uma morte – a de Filipe II, e não a do *Mediterrâneo*.

Toda a discussão que fizemos nesta seção sobre história e narrativa parece ficar fadada à incompletude caso não toque os limites entre a historiografia e a ficção. Perguntar-se pela escrita da história (para usar o vocabulário de M. de Certeau e Costa Lima) e reconhecê-la como uma modalidade do discurso narrativo nos coloca a seguinte

questão: se a história é uma narrativa, ela seria equivalente à narrativa ficcional? Portanto, a reflexão contida no primeiro tomo de *Tempo e narrativa* preparou o terreno, arrou o solo para a investigação das fronteiras entre história e ficção realizada no terceiro tomo da trilogia e analisada por nós no capítulo seguinte deste trabalho.

Capítulo 3

História e ficção em *Tempo e narrativa*

A dificuldade em diferenciar verbalmente as coisas não deve suprimir a diferença entre elas.

Immanuel Kant

A história distingue-se das demais ciências por ser, simultaneamente, arte. Ela é ciência ao coletar, achar, investigar. Ela é arte ao dar forma ao colhido, ao conhecido e ao representá-lo. Outras ciências satisfazem-se em mostrar o achado meramente como achado. Na história opera a faculdade da reconstituição. Como ciência, ela é aparentada à filosofia; como arte, à poesia.

Leopold von Ranke

3.1 Situando o problema: história e ficção na escrita da História

O próximo passo de nossa jornada investigativa nos conduzirá a examinar detidamente quais especificidades estão em jogo quando a representação do passado construída pela historiografia se vê lado a lado com a escrita ficcional. Esse problema guiou Ricoeur nos capítulos agrupados na quarta e última parte de *Tempo e narrativa*, intitulada *Tempo narrado*. Para nossos propósitos, essa discussão é valiosa. Nela, o filósofo francês se questionará sobre a aplicação do conceito de real ao passado histórico, o que o guiará a uma primeira abordagem do tema da representação.

Antes, porém, de nos enredarmos no terceiro tomo da trilogia, é razoável que realizemos uma breve retrospectiva acerca do debate entre história e ficção no contexto contemporâneo. Pode ser que um leitor mais exigente reclame a ausência dessa discussão no tripé de questões que construímos no capítulo primeiro. Entretanto, em nossa defesa, diríamos que os problemas estão inter-relacionados. Com frequência, os autores que refletiram sobre os temas por nós elencados – giro linguístico; “retorno” da narrativa e “retorno” do acontecimento – também meditaram sobre as fronteiras da historiografia com o ficcional; Michel de Certeau e Hayden White nos dão uma amostra disso. Chartier chega a ir um pouco mais longe que nós, ao sustentar que o reconhecimento da pertença da história ao gênero das narrativas abriu o caminho para a inquirição dos recursos linguísticos compartilhados por historiadores e ficcionistas (CHARTIER, 2011a).

White é um nome incontornável que nutriu teses polêmicas desde a publicação de *Meta-história*, em 1973. Nesse momento, nos deteremos em algumas de suas considerações sobre a relação entre história e ficção. Os controversos argumentos whiteanos foram assim formulados no famoso artigo – publicado inicialmente em 1974 e retomado em *Trópicos do discurso* (1978) – “O texto histórico como artefato literário”:

De um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: *ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências* (WHITE, 1994, p. 98, grifos nossos).

Em outra passagem desse ensaio, igualmente polêmica e famosa, o autor indica que nenhum conjunto de acontecimentos constitui por si só uma *estória*. Eles, no máximo, podem fornecer elementos para o enredo a ser urdido pelos historiadores. Nesse processo, alguns eventos são destacados e outros minorados, o que implica a existência de múltiplas estratégias linguísticas para narrar os mesmos acontecimentos. Em virtude disso, os eventos não são intrinsecamente trágicos ou cômicos. O procedimento pelo qual o historiador atribui este ou aquele sentido é essencialmente “*uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção*” (WHITE, 1994, p. 102, grifos nossos).

Na visão de White, a proximidade entre os campos historiográficos e ficcionais é uma evidência da fragilidade do estatuto científico do conhecimento histórico. Assim como a literatura – e a equivalência que esse historiador utiliza entre ficção e literatura será alvo de críticas posteriores –, a historiografia escolhe certas obras como clássicas. Tais trabalhos, ainda que apresentem conteúdo documental “desatualizado”, não podem ser invalidados ou negados, como acontece com as explicações científicas: “Há algo numa obra-prima da história que não se pode negar, e esse elemento não negável é a sua forma, *a forma que é sua ficção*” (WHITE, 1994, p. 105, grifo nosso). Por fim, White sugere que a historiografia seja compreendida como uma metáfora de longo alcance. O funcionamento da metáfora seria como o do símbolo, e não o do ícone. Ela não descreve a coisa representada, mas nos sugere imagens de nossa tradição que ajudam na construção de sentido do objeto. As narrativas históricas teriam um mecanismo semelhante. Elas atribuem sentido aos eventos através da exploração da semelhança

metafórica entre um conjunto de acontecimentos e as estruturas de enredo das ficções, tornando familiar o que antes era estranho. “Os historiadores talvez não gostem de pensar que *suas obras são traduções do fato em ficções*: mas este é um dos efeitos das suas obras” (WHITE, 1994, p. 108, grifos nossos).

Muita tinta foi gasta em réplicas, refutações, mas também em elogios à teoria de White. Seria inviável a pretensão de dar conta de todo o volumoso debate. Contudo, algumas considerações que abordaremos da Teoria do Ficcional de Luiz Costa Lima permite-nos construir uma sólida ponte para a transição dos argumentos whiteanos aos ricoeurianos.

Um primeiro ponto levantado por Costa Lima é que, não obstante White considere a historiografia como uma *ficção* verbal, ele não se indaga detidamente sobre as especificidades do discurso ficcional, limitando-se a reprisar os tropos formadores do enredo apontados por Northrop Frye na *Anatomia da crítica* (1957). Na perspectiva de Costa Lima, poderíamos acrescentar ainda que White, assim como diversos outros teóricos, utiliza os termos *ficção* e *literatura* como se fossem sinônimos. Entretanto, não é exaustivo lembrar que a ficção se exprime em outros meios que não as obras literárias, tais como os filmes, as representações teatrais e até a música. Já a literatura, afirma o autor, é um campo discursivo híbrido e elástico, no qual podem figurar textos que vão de escritos filosóficos (como os *Ensaio*s de Montaigne, ou os diálogos platônicos), poesias, livros de ficção até escritos não ficcionais, como as cartas, o ensaio, os diários e a autobiografia (COSTA LIMA, 2006; GOMES, 2011).

Um dos alicerces fundamentais da Teoria do Ficcional construída por Costa Lima consiste na insistência em desvincular ficção e falsidade. Se a relação entre discurso e verdade pode ser apontada como um fator que diferencia o campo historiográfico do ficcional, isso não redundará em uma oposição, pois,

a verdade da história sempre mantém um lado escuro, não indagado. A ficção, suspendendo a indagação da verdade, se isenta de mentir. Mas não suspende sua indagação da verdade. Mas a verdade agora não se pode entender como “concordância”. A ficção procura a verdade de modo oblíquo, *i.e.*, sem respeitar o que, para o historiador se distingue como claro ou escuro (COSTA LIMA, 2006, p. 156).

Ora, vimos, em nosso segundo capítulo, que a ideia da ficção poder se referir de um modo indireto, oblíquo, à realidade, é endossada por Ricoeur por meio do conceito de referência metafórica. O sentido figurado empregado pela linguagem ficcional não

tem por intenção enganar, e por isso não pode ser confundida com a mentira. Isso enfatiza que o discurso ficcional está ancorado na realidade. O texto de ficção, por meio da *mimesis*, acolhe, seleciona, transforma e transcende o real e suas configurações sociais. O ficcional poderia ser situado no interstício do verdadeiro e do falso, sem se confundir com nenhum deles. Ele desemboca em um ato de fingir sem o propósito de enganar que apresenta traços da realidade para depois transgredi-la em seus limites.⁵⁷ (COSTA LIMA, 2006).

Ao desligar a ficção da falsidade e apontar para um modo oblíquo de referência à realidade, Luiz Costa Lima forneceu-nos uma preciosa pedra de toque para principiarmos a traçar o percurso do argumento ricoeuriano no que tange à ligação entre a historiografia e o discurso ficcional. Em sua análise sobre a função poética contida na *Metáfora viva*, Ricoeur chega a trabalhar com o conceito de *verdade metafórica*, que será explorado por nós no capítulo seguinte. Já em *Tempo e narrativa*, o filósofo parte de uma apreensão dicotômica entre a perspectiva historiográfica e a ficcional no que diz respeito à maneira como elas referem-se ao tempo. Em seguida, a dicotomia transmuda-se em paralelismo na discussão sobre a realidade do passado histórico. No fim do trajeto, está o entrecruzamento entre história e ficção cujo principal mérito é escapar aos extremos da dicotomia ou da fusão entre os campos discursivos, preservando a especificidade das narrativas ao refigurar a experiência temporal.

A tarefa deste capítulo será examinar criticamente esse itinerário, mensurando as implicações que ele traz para o tema da representação historiadora.

⁵⁷ Uma boa síntese dos argumentos de Luiz Costa Lima, bem como uma análise de sua possível aplicação à Teoria da História pode ser encontrada no texto “O fingir historiográfico: a escrita da história entre a ciência e a ficção” do qual reproduzimos a passagem a seguir: “Através dos argumentos apresentados acima, podemos compreender que a relação entre a ficção, o real e o cotidiano é muito mais complexa do que uma simples ‘falsificação’ do que nos é perceptível. A negação do cotidiano se dá através de um estrito entrelaçamento com ele, sendo que ao mesmo tempo que o nega e o desautomatiza, também estabelece vínculos, ultrapassa-o, e porque não, acaba reafirmando-o. Consideramos, neste caso, que afirmação e negação não se colocam como opostos, pois para que haja a negação e o entrelaçamento é preciso haver o reconhecimento do real” (GOMES, 2011, p. 79). Vale destacar, ainda, que o autor dá um passo adiante na discussão, ao propor que também a historiografia, ao erigir suas construções do passado histórico, opera atos de fingir, embora de maneira distinta da ficção.

3.2 A heterogeneidade da refiguração temporal na história e na ficção

A caminhada ricoeuriana sobre o problema da relação entre o discurso histórico e o ficcional principia-se em uma bifurcação: de um lado, a via historiográfica refigura o tempo elaborando um *terceiro tempo* – o tempo histórico –, que realiza a mediação entre o tempo vivido e o tempo cosmológico inscrevendo o primeiro no último; de outro lado, a via ficcional aponta para as *variações imaginativas*, que explicitam as discontinuidades entre as perspectivas temporais e a impossibilidade de reduzir uma a outra.

A historiografia exerce sua capacidade de refiguração temporal por meio de *instrumentos de pensamento* que, em sua composição, contêm elementos tanto do tempo objetivo quanto do subjetivo. Esses dispositivos funcionam como pontes que a prática historiadora lança entre o tempo cósmico e o tempo vivido, e podemos citá-los: o calendário, a sequência de gerações e o recurso aos arquivos, documentos e rastros.

O calendário é o primeiro conector temporal assinalado por Ricoeur. Nele, existe um parentesco com o tempo objetivo: ambos se apresentam como um contínuo uniforme, infinito, linear e segmentável à vontade. O calendário fornece instantes quaisquer destituídos de passado, presente e futuro que possibilitam a datação dos eventos. Do curso dos astros, essencialmente do sol, provém a referência para a mensurabilidade dos intervalos temporais. Todavia, esse conector, assim como os demais, não pode ser limitado ao tempo cósmico. Do tempo vivido ele retém a noção de um presente – distinto de um instante qualquer –, em função do qual há um amanhã e um ontem. Isso permite a percepção dos *momentos axiais*, isto é, aquele marcante presente vivido que é escolhido como o marco zero de uma nova era. Os demais acontecimentos serão ordenados temporalmente em relação ao momento axial. O calendário, sem o qual não há tempo histórico, opera a inscrição de uma vida humana em um tempo mais vasto referenciado por um evento fundador. Assim “ele cosmologiza o tempo vivido e humaniza o tempo cósmico” (T&N 3: 197).

O tempo histórico utiliza um outro conector para executar a ligação entre o tempo cósmico e o vivido: a sequência de gerações, que cria o reino dos contemporâneos, sucessores e predecessores. Na sucessão de gerações, os vivos ocupam o lugar deixado pelos mortos. Ricoeur salienta que a noção de geração não pode ser restringida a seus traços biológicos, tais como nascimento, envelhecimento e morte, com base nos quais se chega a mensurar quantitativamente o tempo da substituição de

uma geração pela outra de acordo com a duração média de vida. A simples substituição biológica entre mortos e vivos não é suficiente para constituir uma sucessão geracional. Desde Dilthey, esse fenômeno é visto como intermediário entre o tempo exterior, do calendário, e o tempo interior, da vida psíquica. Para pertencer à mesma geração, não basta ter nascido em datas relativamente próximas, mas é necessário ter sido exposto às mesmas influências, ser marcado pelos mesmos acontecimentos e mudanças e compartilhar expectativas. Já na sociologia fenomenológica de A. Schutz, mobilizada por Ricoeur, o conceito de geração faz a transição da experiência compartilhada ao anonimato. Dessa forma, torna-se possível um tempo intersubjetivo que está para além das relações interpessoais imediatas, que faz a mediação entre o tempo público e o tempo privado. Por fim, a sequência de gerações nos lembra do lugar da morte na escrita da história, fazendo referência tanto ao aspecto íntimo da mortalidade de cada homem, quanto à dimensão pública da substituição dos mortos pelos vivos (T&N 3).

O último conector empregado pela prática historiadora analisado por Ricoeur foi a noção de vestígio (*trace*). Aqui, o filósofo retoma a definição Marc Bloch, para quem a historiografia é um “conhecimento por vestígios” (BLOCH, 1952, p. 34). O rastro (*trace*) é um sinal de que alguém passou por aquele lugar. A marca deixada indica o passado da passagem; ela mostra, sem fazer aparecer, o que por ali passou. O vestígio orienta a pesquisa histórica, pois, por meio dele, tem-se acesso à *significância* de um passado concluído (*révolu*), que, todavia, mantém-se preservado nos rastros. “Nele o passado não ‘aparece’, mas, ao mesmo tempo, afirma a sua existência” (REIS, 1994, p. 77). Os homens podem passar, mas suas obras ficam. O vestígio também opera uma mediação entre as perspectivas temporais cosmológicas e fenomenológicas. Ao ser datado, o rastro marca a passagem de alguém no tempo do calendário e no tempo objetivo. Ele é, na perspectiva do filósofo francês, um dos instrumentos mais enigmáticos pelos quais a narrativa histórica refigura o tempo (T&N 3).

A problemática do vestígio será crucial para os argumentos ricoeurianos sobre a representação do passado histórico. Ele coloca em jogo o enigma da presença do ausente que há muito tempo está na base da discussão sobre o conceito de representação. No artigo “A marca do passado” (1998) e em *A memória, a história, o esquecimento* (2000), os rastros são cotejados com a noção de testemunho.

No que tange às respostas, a aporia da temporalidade a ficção é apresentada por Ricoeur em contraponto à historiografia. Se o tempo histórico se ocupa invariavelmente

com a reinscrição do tempo vivido no tempo cósmico,⁵⁸ a ficção elabora *variações imaginativas*, fábulas sobre o tempo. A incursão ricoeuriana pelo campo ficcional se dá através de uma extensa leitura de três romances: *Mrs. Dalloway*, de Virginia Wolff; *A montanha mágica*, de Thomas Mann, e *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. Devido a nossa delimitação temática e a nossa limitação de espaço, não poderemos reconstruir os passos dessa análise. Em vez disso, escolhemos destacar aqueles argumentos abrangentes, que não se atêm exclusivamente à particularidade das narrativas citadas. Destarte, colocamos em relevo o conceito de *variações imaginativas* que foi cunhado inicialmente no tomo 2 de *Tempo e narrativa – A configuração do tempo na narrativa de ficção*:

Falaremos de variações imaginativas para designar estas figuras variadas de concordância discordante, que vão bem além dos aspectos temporais da experiência cotidiana, tanto *prática* quanto *pática*, tal como as descrevemos no primeiro volume sob o título de *mimesis I*. São variedades da experiência temporal que só a ficção pode explorar e que são oferecidas à leitura com vistas a refigurar a temporalidade ordinária (T&N 2: 191).

Esse excerto nos lembra, principalmente, de duas coisas: 1) a leitura de Ricoeur das obras ficcionais pretende continuar e aprofundar sua teoria da *tripla mimesis*; 2) em consequência disso, a narrativa ficcional emerge do um campo prático da experiência e tem um efeito na experiência vivida pelos leitores, transformando-a. O conceito de *experiência ficcional* do tempo pretende sublinhar a abertura presente nas narrativas de ficção. As obras se reportam a... , se dirigem para... , são a respeito de... No momento da leitura, a experiência fictícia dos personagens se encontra com a experiência viva do leitor (T&N 2).

A ficção, assim como a história, fornece uma refiguração temporal ao leitor, tornando o tempo mais humano. Para nós, a tese central de Ricoeur sobre a mediação entre temporalidade e discurso narrativo apresenta afinidades com os argumentos publicados por Frank Kermode em meados dos anos de 1960. Para esse crítico literário, a ficção humaniza o tempo, ao atribuir-lhe a noção de início e de fim. Seu exemplo é um simples tique-taque de um relógio. Efetivamente, não há diferença entre os sons, porém, nossa consciência confere um sentido a esse intervalo, erigindo um princípio e um fim. De forma mais elaborada, as narrativas organizam nossa experiência temporal e

⁵⁸ Para uma discussão sobre que compare a perspectiva ricoeuriana do tempo histórico como um terceiro tempo com outras reflexões, conferir em *História & Teoria* de José Carlos Reis o capítulo “O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Annales: uma articulação possível”. (REIS, 2006).

conferem significado à mera sucessão por meio de interação entre princípio, meio e fim, na qual o final poderá trazer redenção e sentido ao início:

Tomemos um exemplo muito simples, o tique-taque dum relógio. Perguntamos-lhe o que diz; e concordamos que diz *tique-taque*. Por esta ficção, humanizamo-lo, fazemo-lo falar a nossa linguagem. Claro que somos nós que fornecemos a diferença fictícia entre os dois sons; *tique* é a nossa palavra para um princípio físico, *taque* a nossa palavra para um fim. (...) O intervalo entre os dois sons, entre o *tique* e o *taque*, está carregado agora com uma duração significativa. Pego no *tique-taque* do relógio como modelo daquilo a que chamamos trama, uma organização que humaniza o tempo ao dar-lhe forma (KERMODE, 1997 [1966], p. 56, grifos do original).

Em momento algum de *Tempo e narrativa*, Ricoeur explicita as semelhanças entre sua tese e a de Kermode. Talvez Ricoeur não tenha se preocupado em fazer essa ligação porque parte de um ponto distinto que é a sua original leitura do *paradoxo invertido* entre tempo e narração contido nas *Confissões* e na *Poética*. O filósofo se apropria das reflexões do referido crítico literário também no que diz respeito ao *paradigma* e a seu contínuo remodelamento por cada nova obra, sendo que, desta feita, ele deixa claro sua referência. De toda forma, o registro da confluência dos autores é importante para salientar que outros pensadores apontaram para uma direção similar à seguida por Ricoeur no que diz respeito à humanização do tempo através da narrativa.

Dito isso, voltemos a examinar a ligação entre história e ficção. Um traço nítido na oposição entre o tempo histórico e o ficcional na visada ricoeuriana é a *libertação* do narrador do uso dos conectores, que operam a reinscrição do tempo vivido no tempo cósmico e que o historiador é compelido a utilizar. A experiência temporal dos personagens fictícios não exige ser conectada a um tempo cronológico comum. Cada narrativa ficcional projeta um *mundo do texto* próprio, singular e incomparável, a despeito das eventuais intertextualidades. Por isso, “as experiências temporais ficcionais não são totalizáveis” (T&N 3: 231). A contrapartida *positiva* da não imposição do tempo cronológico é a possibilidade de a ficção explorar aspectos do tempo fenomenológico que não são tocados pelo tempo histórico em virtude de sua preocupação em reinscrever uma perspectiva temporal na outra.

O discurso ficcional até estabelece relações entre o tempo vivido e o cósmico ao mesclar personagens históricos, eventos datáveis e lugares geográficos conhecidos a acontecimentos, personagens e lugares inventados. Porém, isso não arrasta o tempo ficcional para o espaço de gravitação do tempo histórico. Na ficção, a referência ao

passado histórico não tem função de representância como – veremos adiante – é o caso da historiografia. Ainda quando a narrativa ficcional lança mão dos conectores específicos do conhecimento histórico, ela os neutraliza, os emprega de modo mais maleável. Os romances ficcionais analisados por Ricoeur evidenciam a dimensão qualitativa da experiência do tempo, impedindo que ela seja reduzida a seus aspectos cronológicos e quantificáveis (GENTIL, 2004):

A maior contribuição da ficção à filosofia não reside na gama de soluções que ela propõe à discordância entre tempo do mundo e tempo vivido, mas na exploração dos *traços não lineares do tempo fenomenológico* que o tempo histórico oculta em virtude de sua inserção na grande cronologia do universo (T&N 3: 237).

A pergunta a ser feita é: quais são as implicações desses primeiros passos para nossa pesquisa? Caracterizamos as posições ricoeurianas sobre a representação histórica como um realismo crítico que seria uma terceira via entre o realismo doutrinário e os relativistas mais radicais. No contexto francês, durante o esforço de fundamentar cientificamente a história, alguns autores propuseram uma oposição entre a historiografia e a arte, sobretudo a literatura.⁵⁹

A história não é uma arte que vise narrar com encanto. Não se assemelha nem à eloquência nem à poesia. O historiador pode ter imaginação; ela lhe é até indispensável; pois é necessário que ele forme no espírito uma imagem exata, completa e viva das sociedades de outrora; mas a história não é um produto da imaginação. A história é uma ciência pura, uma ciência como a física ou como a geologia. (...) Ela visa apenas encontrar fatos, descobrir verdades (...) Ela é tão imparcial, tão independente e tão impessoal quanto todas as demais ciências. Acrescento que ele nem sequer tem um objetivo prático (FUSTEL DE COULANGES, [1875] 2003, p. 305).

Não chega a ser novidade apresentar o século XIX como um momento de consolidação da história como ciência, o que envolvia uma narrativa objetiva e neutra fundada na crítica documental, cada vez mais distante do campo da literatura e das artes. Todavia, como alguns autores têm observado, a consolidação do modelo científico de escrita da história não ocorreu de uma só vez, de forma rápida e consensual, à moda de

⁵⁹ Não é de se espantar que os historiadores oitocentistas façam menção à literatura e às artes – e não a ficção – como campo do qual a historiografia deveria diferenciar-se. Segundo Costa Lima, no início do século XIX, a teorização sobre o ficcional ainda era precária, à exceção da epistemologia de Jeremy Bentham (1813-1815) e da *Filosofia do como se*, proposta por Hans Vaihinger (1877). Cf. COSTA LIMA, 2006, p. 260-278. “Do ponto de vista da ficção poética, o exame das reflexões de Bentham e Vaihinger apresenta um resultado paradoxal: se elas próprias pouco ou nada dizem da espécie poética, foram, contudo, fundamentais para a grande teoria da ficção poética que o século XX afinal produziu” (COSTA LIMA, 2006, p. 277).

uma abrupta mudança de paradigma ou revolução científica (CEZAR, 2004; DELACROIX, DOSSE; GARCIA, 2012). A noção de *cor local* expressa bem esse anseio dúbio. Recurso estilístico que era empregado tanto por historiadores quanto por literatos, ele recomendava que os quadros históricos pintados pela narrativa deveriam se valer das cores do próprio passado, de suas características específicas. O historiador seria como um observador que pode ver a realidade em sua multiplicidade. A intermediação da linguagem não compromete o processo, pois o sujeito do conhecimento aceita apagar a si mesmo como autor para fielmente deixar que apenas a cor local⁶⁰ do passado apareça em uma representação fiel e vívida que afetasse a vida do leitor (HARTOG, 2011): “A cor local, sem mediações, é assim a representação exata da história” (CEZAR, 2004).

Com efeito, será que a dicotomia entre história e ficção apontada por Ricoeur nesses primeiros momentos de sua argumentação repõe o mesmo problema levantado por Coulanges? A resposta é negativa. A oposição entre os discursos levantada pelo filósofo diz respeito à outra discussão. Nesse momento, ela remete estritamente à resposta dada pelas narrativas à aporia da temporalidade. Portanto, Ricoeur não retorna à discussão metódica que levou alguns autores oitocentistas a cindirem o campo historiográfico do ficcional. Apesar de formular esse contraponto no início de *Tempo e narrativa*, v. 3, na filosofia ricoeuriana, tanto a história quanto a ficção tem como pano de fundo a refiguração temporal. Aliás, essa contraposição não é assim tão rígida, tanto que, nos capítulos seguintes de *Tempo e narrativa*, a teoria caminha para um paralelismo e culmina em um entrecruzamento entre historiografia e ficção. Sigamos esses passos.

⁶⁰ Esse recurso narrativo pretende conferir visibilidade e intensidade à história narrada, mas não renuncia à faculdade imaginativa e, portanto, não está plenamente divorciada de uma dimensão literária e retórica (CEZAR, 2004). Estamos cientes de que a breve menção que fizemos ao conceito de *cor local* não faz justiça à história e à riqueza de sentidos dessa noção. Nosso objetivo foi mostrar que, mesmo ao tentar oferecer uma representação fiel do passado, uma parcela da historiografia oitocentista partilhava recursos com a literatura. Direcionamos o leitor interessado em um estudo mais aprofundado para a pesquisa de CARDOSO, 2012, além do artigo de Temístocles Cezar já citado.

3.3 A representação da realidade do passado histórico e a interação entre mundo do texto e mundo do leitor

Após marchar rapidamente pela bifurcação que separa de maneira mais clara a história da ficção, o caminho de Ricoeur se depara com um paralelo que tem como pedra de toque a questão da relação da narrativa, seja histórica ou ficcional com a realidade. A partir desse momento, o filósofo começa a observar uma incipiente convergência entre a função de *representância* exercida pelo conhecimento histórico e a *significância* adquirida pelo discurso ficcional quando o processo de leitura relaciona o mundo do texto com o mundo do leitor.

Esse trajeto nos leva para mais perto de nosso tema central, cujo nascedouro é o problema que pode ser assim exprimido: “A questão da representância do passado ‘real’ pelo conhecimento histórico nasce da simples pergunta: que significa o termo ‘real’ aplicado ao passado histórico? Que queremos dizer quando dizemos que algo ‘realmente’ aconteceu?” (T&N 3: 252).

Essa simples e embaraçosa pergunta marca uma segunda diferença entre história e ficção, sendo que a primeira diz respeito à refiguração do tempo. Em que pese o caráter seletivo da coleta e conservação de fontes e de suas implicações ideológicas, o documento submete o historiador *ao que um dia foi* e o coloca em uma relação de dívida para com os mortos. O realismo crítico ricoeuriano está no substrato desse pensamento:

[O conceito de passado real] está, sustentado por uma ontologia implícita em virtude da qual as construções do historiador têm a ambição de ser *reconstruções* mais ou menos aproximadas do que um dia foi “real”. (...) É tarefa de uma reflexão filosófica explicitar as pressuposições desse “realismo” *tácito que o mais militante dos “construtivismos” da maioria dos historiadores epistemólogos não consegue abolir*. Daremos o nome de *representância* (ou de *lugartenência*) às relações entre as construções da história e seu *contraponto (vis-à-vis)*, a saber, um passado que é ao mesmo tempo abolido e preservado nos vestígios (T&N 3: 183, grifo nosso).

A indagação sobre a *realidade do passado histórico* leva Ricoeur a refletir sobre as especificidades da representação na operação historiográfica. Para tanto, ele retoma algumas considerações de Karl Heussi, para quem o passado é a contraparte (*vis-à-vis*) à qual o conhecimento histórico se esforça para corresponder de maneira apropriada. A língua alemã fornece uma importante distinção semântica ao atentar para a “distinção entre representar, tomada no sentido de *estar no lugar (vertreten)* e se representar, no

sentido de *criar uma imagem mental de uma coisa exterior ausente (sich vorstellen)*” (T&N 3: 253, grifos nossos).

A historiografia tomada na acepção de um conhecimento por rastros – para usar a expressão de Marc Bloch – opera, segundo Ricoeur, com a primeira definição do conceito de representação: “Com efeito, o vestígio (*trace*), na medida em que é deixado pelo passado, vale por ele: exerce a seu respeito uma função de *lugartenência*, de *representância (Vertretung)*” (T&N 3: 254). Isso sublinha a referência indireta da escrita da história e marca sua distinção em relação a outros modos referenciais em relação ao passado.

A abordagem do enigma da realidade do passado histórico foi realizada por meio do recurso aos grandes gêneros do Mesmo, do Outro e do Análogo – sendo que os dois primeiros provêm do *Sofista* de Platão. O exame desses argumentos será um momento propício para uma primeira aproximação ao cerne de nosso trabalho, qual seja, a representação do passado histórico em Paul Ricoeur. A respeito disso, o próprio autor alerta: “Não pretendo que a ideia de passado seja *construída* pelo encadeamento destes três ‘grandes gêneros’; apenas sustento que dizemos algo de significativo (*sensé*) sobre o passado ao pensá-lo sucessivamente sob o signo do Mesmo, do Outro e do Análogo” (T&N 3: 255).

O primeiro modo de o historiador lançar luz sobre a *passeidade (passeité)* do passado, isto é, a qualidade passada do que um dia ocorreu, é tratando-o sob o signo do Mesmo, anulando a distância temporal que separa o pretérito do presente. Assim, há um *des-distanciamento*, uma identificação que realça a continuidade entre os tempos. Tal operação é feita a partir do vestígio, que, em si, existe no presente. A fonte de Ricoeur para essa posição é o filósofo-historiador Robin George Collingwood e seu projeto de “reefetuação” ou “re-apresentação” da experiência passada.

Para compreendermos a teoria de Collingwood, é importante ter em mente a diferenciação que o autor traça entre a *face interna* e a *face externa* do acontecimento. O exemplo retirado pelo autor da história romana clarifica os conceitos. A face exterior é composta pelos movimentos físicos realizados pelos eventos – “a passagem de César, acompanhado de certas pessoas, através de um rio chamado Rubicão, numa certa data” (COLLINGWOOD, 2008, p. 305) –, enquanto a face interior diz respeito à realidade interna aos eventos, seu *pensamento e ação* – “o desafio de César à lei da República, ou o conflito da política constitucional entre ele próprio e os assassinos” (COLLINGWOOD, 2008, p. 305-306). Nessa perspectiva, o historiador não investiga

“meros eventos”, que para Collingwood se resumem a um exterior sem interior, mas pesquisa *ações*, isto é, uma unidade entre a face interna e a externa.

A tarefa do historiador, para Collingwood, é reanimar a face interna, repensar o pensamento do agente, perscrutar quais eram suas motivações e intenções. O repensamento elimina a distância temporal, presentifica a experiência passada e reatualiza o passado. O rastro é uma herança deixada pelo passado que permite a reafirmação do pensamento. O paradoxo é que o vestígio só se torna vestígio *do passado* quando sua passividade é abolida pelo ato intemporal de repensar o acontecimento no seu interior pensado. Temos, portanto, uma noção de representação como re-representação do passado no espírito do historiador. Embora esses passos pareçam conduzir a uma espécie de cópia imaginativa da experiência, o autor adverte:

Não se trata de uma rendição passiva à magia de outro espírito, trata-se do trabalho de pensamento ativo e, por conseguinte, crítico. O historiador não se limita a re-presentar o pensamento passado; representa-o no contexto do seu próprio conhecimento e assim, ao representá-lo, critica-o, faz sobre ele um juízo de valor, corrige os possíveis erros que nele encontre (COLLINGWOOD, 2008, p. 307).

Três objeções são levantadas por Ricoeur contra o grande gênero do Mesmo: 1) é impossível passar do pensamento do passado como *meu* para o pensamento do passado como *outro*. Essa alteridade do pensamento é irreduzível e inultrapassável; os *meus* pensamentos serão sempre *meus* e não de *outros*. O historiador nunca conseguirá repensar todo pensamento *de César* ao atravessar o Rubicão. 2) Nenhuma consciência é inteiramente transparente a si mesma. O ato de reafirmar o pensamento esbarra, então, em uma parcela de opacidade, seja por parte da consciência do historiador, seja por parte da consciência do agente do passado. 3) A própria dissociação entre a face exterior e a face interior do acontecimento é questionável, pois desarticula a própria noção de tempo histórico ao separar, de um lado, as contingências do puro movimento físico e, de outro, o ato intemporal de pensar.

Em face de tantas limitações e dificuldades, Ricoeur se questiona: não seria melhor pensar o passado a partir do grande gênero do Outro? Essa perspectiva foi construída por historiadores abertos ao questionamento filosófico – W. Dilthey, Paul Veyne e Michel de Certeau – que chegam a apontar para uma *ontologia negativa do passado*. Na direção oposta a de Collingwood, esses autores defendem que a historiografia deve realçar a distância temporal entre passado e presente, colocando o primeiro sob o signo do Outro, num procedimento produtor de estranhamento. Algumas

vezes, essa estratégia foi utilizada para *descentrar* o etnocentrismo ocidental presente em uma parcela da historiografia (T&N 3).

O processo de conceitualização e individualização é o momento privilegiado para a produção de diferenças na historiografia, segundo Paul Veyne. Para fazer aparecerem as diferenças, o historiador recorre a constantes, já que não é possível falar do individual sem o auxílio de um conceito. Nessa visão, a história é uma ciência⁶¹ que faz o inventário das diferenças. A partir da conceitualização de uma constante, é possível explicar os acontecimentos, que passam a ser vistos como uma modificação histórica dos modelos. Por exemplo, um historiador se põe a pergunta: “o governo de George W. Bush pode ser classificado como imperialista?” Para respondê-la, é preciso recorrer a uma constante, a um conceito de imperialismo que abarque traços imperialistas presentes na Grécia, em Roma, no Império Britânico, na Alemanha nazista etc. Assim, o imperialismo de Bush ganha uma fisionomia própria, que revela sua individualidade em relação às demais experiências imperialistas. Em suma, o fato histórico é descrito como uma variante produzida pela individualização da invariante conceitual.

Com o destaque para a distância temporal, o historiador torna-se um estrangeiro em relação aos costumes dos tempos passados a ponto de a alteridade pretérita prevalecer sobre a sobrevivência do passado no presente. A ontologia negativa do passado ganha cores mais intensas com a operação historiográfica de Michel de Certeau. Na abertura de seu célebre ensaio, o autor se indaga: “O que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz? (...)” (CERTEAU, 2007, p. 65). Na leitura de Ricoeur, de Certeau se propõe a investigar o lugar social da produção historiográfica numa espécie de *sociologia da historiografia*. Este lugar é o não dito por excelência do conhecimento histórico. Em sua pretensão científica, alguns historiadores acreditaram produzir história a partir de lugar nenhum. Porém,

toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias (...) está, pois, submetido a imposições, ligado a privilégios, enraizado em uma particularidade (CERTEAU, 2007, p. 66-67).

A teoria do acontecimento como diferença em de Certeau tem como ponto de partida essa crítica ideológica. Na interpretação ricoeuriana dessa teoria, uma história menos ideológica seria um conhecimento que não se limitasse a construir grandes

⁶¹ Para uma análise das oscilantes posições de Veyne quanto à cientificidade da história e do alcance de suas construções conceituais, conferir REIS, 2006, p. 127-131.

modelos explicativos, mas que expressasse as diferenças como *desvios*. Assim como as variantes de Veyne, os desvios são relativos a modelos (T&N 3). Para M. de Certeau, a historiografia deve realizar um trabalho sobre o limite, evidenciando aqueles eventos que são desviantes em relação aos modelos. Se antes o historiador se lançava em uma ‘totalização’ dos fatos do passado que apagaria, ou reconciliaria as diversas interpretações, agora ele se interessa pela manifestação das diferenças. Quando a história se coloca em contato com modelos produzidos em outras ciências, ela resguarda sua função crítica:

O conhecimento histórico fez surgir, não um sentido, mas as *exceções* que a aplicação de modelos econômicos, demográficos ou sociológicos faz aparecer em diversas regiões da documentação. O trabalho consiste em *produzir algo de negativo*, e que seja ao mesmo tempo significativo. Ele é especializado na fabricação de *diferenças pertinentes* que permitem “criar” um rigor maior nas programações e na sua exploração sistemática (CERTEAU, 2007, p. 91, grifos nossos).

Alguns anos antes da publicação da primeira versão de *Operação histórica* (1974), Michel Foucault apresentara sua *Arqueologia do saber* (1969), na qual a noção de descontinuidade tem proeminência. O filósofo percebe que o deslocamento da história factual e biográfica para os longos períodos que tendem à estabilidade tem como contrapartida o deslocamento na história das ideias (especialmente na chamada Epistemologia Francesa, que conta com A. Koyré e G. Canguilhem), das unidades contínuas de pensamento para o fenômeno da ruptura. Ambos os movimentos, na visão foucaultiana, têm como ponto de partida a crítica do documento, que passa a ser visto como monumento. A Nova História não se preocupa em estabelecer a autenticidade do documento, mas em trabalhá-lo desde o interior, recortando-o e dispondo-o em séries, para, posteriormente descrever as relações entre as séries. Uma das consequências dessas mudanças é assim enunciada:

Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos (...) o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica. (...) Um dos traços mais essenciais da história nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador (FOUCAULT, 2009, p. 9-10).

É verdade que, segundo suas próprias palavras, de Certeau prefere falar em *limite* ou *diferença*, e não em *descontinuidade*, já que, para o historiador francês, essa noção é ambígua e “parece postular a evidência de um corte na realidade” (CERTEAU, 2007, p. 51). De toda forma, são notáveis as afinidades entre os pensadores em questão no que diz respeito à crítica à continuidade histórica, que resulta num distanciamento crítico do presente em relação ao passado.

“O passado é o ausente da história”. Essa frase que de Certeau gostava de repetir é o corolário da *ontologia negativa do passado*, para a qual também contribui sua teoria do acontecimento como desvio. Segundo Ricoeur, a distinção entre a *diferença-variante*, proposta por Veyne, e a *diferença-desvio*, de de Certeau, é que a primeira se insere na periferia do modelo, ao passo que a segunda se exclui dele. Mas, ele alerta: “a noção de desvio permanece sendo tão intemporal quanto a de modificação, na medida em que um desvio permanece relativo ao modelo alegado” (T&N 3: 271).

Apesar dessa crítica, Ricoeur ressalta os méritos do grande gênero Outro. Ele exorciza da historiografia o fantasma do passado substancial criticando as perspectivas totalizantes de apreensão. Ademais, algo importantíssimo para os propósitos de nossa pesquisa: abandona-se a ideia de *representação* como uma reduplicação mental da presença, como ocorria no grande gênero Mesmo. Todavia, a noção de diferença, seja como variante, seja como desvio, não faz justiça ao que há de positivo na persistência do passado no presente: “Pois, como poderia uma diferença sempre relativa a um sistema abstrato e ela mesma tão destemporalizada quanto possível *ocupar o lugar* do que hoje, ausente e morto, outrora foi real e vivo?” (T&N 3: 255, grifo nosso)

Tendo em vista que os grandes gêneros do Mesmo e do Outro trazem contribuições, mas também trazem limitações quando tomados de forma unilateral, a proposta ricoeuriana é que um terceiro gênero possa conjugar seus benefícios e equacionar as insuficiências. Este outro gênero é o Análogo, que é uma semelhança menos entre termos simples do que entre relações.

A historiografia, assim como outras formas de conhecimento, não está imune aos mitos. Um dos mais repisados e menos compreendidos é a máxima rankeana⁶² de que a tarefa do historiador é mostrar os fatos “tal como efetivamente ocorreram” (*wie es*

⁶² Sérgio da Mata define o *mito historiográfico* como “uma crença, ou articulação de várias crenças, coletivamente construída(s) e a partir de então associada(s) à obra e à trajetória de um historiador ou grupo de historiadores” (MATA, 2010, p. 188). Assim, o famoso adágio rankeano é lido fora de seu contexto textual e histórico e, muitas vezes, instrumentalizado para legitimar a “revolução” dos Annales em relação à historiografia do século XIX, que é equivocadamente chamada de positivista.

eigentlich gewesen). Antes de chegarmos a conclusões apressadas, vejamos a frase em seu contexto textual: “Atribui-se à história a tarefa de julgar o passado, de instruir o presente em prol das gerações futuras. O presente estudo não se atribui tarefa tão elevada: limita-se a mostrar como as coisas efetivamente aconteceram (*Wie es eigentlich gewesen*” (RANKE *apud* T&N 3:272, nota 1). Ricoeur não endossa a interpretação dos que viam em Ranke o “arqui positivista” selvagem que ansiava por atingir de forma substancial o passado em si mesmo:

Este famoso princípio rankeano exprime não tanto a ambição de alcançar o passado *ele mesmo* sem mediação interpretante, mas o desejo do historiador de se despojar de suas preferências pessoais, de “apagar seu próprio eu, de deixar, de certo modo, as coisas falarem e aparecerem as poderosas forças que se revelaram no correr dos séculos”, como está dito em *Über die Epochen der neuen Geschichte*” (T&N 3: 272, nota1).

O filósofo francês, assim como outros autores, sinaliza que a advertência de Leopold von Ranke se dirige contra o impulso de o historiador se colocar como juiz do passado, ou mesmo em impor preferências pessoais e qualquer espécie de moralismo à narrativa do passado. Marc Bloch emitiu juízo semelhante sem descartar a ambivalência presente na formulação rankeana: “Como muitas máximas, esta talvez não deva sua fortuna senão a sua ambiguidade. Podemos ler aí, modestamente, um conselho de probidade: este era, não se pode duvidar, o sentido de Ranke” (BLOCH, 1952, p. 80). Há ainda aqueles que, como Koselleck e Dosse, interpretam a passagem como um atestado da mudança na escrita da história, que deixa de ser vista como *magistra vitae* para se fundamentar cientificamente (KOSELLECK, 2006).

Na ânsia de distinguir seu ofício da ficção, os historiadores parecem lançados em um paradoxo: por um lado, defendem a ideia de uma certa correspondência entre a narrativa histórica e o que realmente aconteceu; por outro, sabem que sua reconstrução é uma construção que difere do curso dos acontecimentos. Tal embaraço, de acordo com Ricoeur, levou alguns historiadores a rejeitar o conceito de representação por crerem que ele se encontrava contaminado com o “mito da reduplicação termo a termo da realidade na imagem que dela fazemos” (T&N 3: 273). Todavia, esse não é o caminho tomado por Ricoeur, que prefere depurar o conceito através da *representância*, por achar que seu mero abandono ou substituição não resolveria o problema da correspondência. Um dos motivos que explicam essa escolha é a convicção ricoeuriana de que o historiador possui uma dívida não paga em relação ao passado: ele pretende “dar o que é devido [*rendre son dû*] ao que um dia foi” (T&N 3: 273).

A exploração do gênero do Análogo é feita por Ricoeur a partir de uma leitura da Teoria dos Tropos, de Hayden White. Na interpretação do filósofo francês, White expôs o discurso histórico a uma dupla submissão, que se reporta, de um lado, ao tipo de intriga empregado, o tropo, mas, de outro, ao próprio passado, através da fonte documental disponível. O labor historiográfico procura combinar essa obediência dupla em uma narrativa que pretende representar o passado, transformando-o em um ícone (T&N 3).

Levando em conta a discussão que já realizamos sobre o *linguistic turn*, podemos ver alguns de seus pilares na leitura ricoeuriana de White. Em *Meta-história*, o historiador estadunidense sustenta que o objeto do conhecimento histórico não é pré-dado e exterior à linguagem. Isso leva a um giro linguístico que desloca a linguagem para o fundamento do conhecimento histórico como uma de suas condições de possibilidade. Não podemos também deixar de destacar que a interpretação de Ricoeur sobre a tropologia de White não a nivela com um ceticismo ou relativismo radical. Tampouco é endossada a assertiva de que o autor de *Meta-história* defenda o uso de uma linguagem “autorreferencial” no conhecimento histórico que dispensasse o recurso à documentação. Em nosso ponto de vista, a compreensão ricoeuriana faz justiça ao autor. Vejamo-lo em seus próprios termos:

Nessa teoria trato o trabalho histórico como o que ele manifestamente é: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. As histórias (e filosofias da história também) combinam certa quantidade de “dados”, conceitos teóricos para “explicar” esses dados e uma estrutura narrativa que os apresenta como um ícone de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados (WHITE, 2008, p. 11).

Certamente, a ênfase colocada sobre a linguagem no processo de produção de sentido para o passado aproxima a abordagem de Paul Ricoeur da de Hayden White. Com efeito, a compreensão do papel da linguagem também marca algumas distinções entre esses pensadores. Na visão de White, antes de figurar “o que realmente aconteceu”, o historiador precisa *prefigurar* o conjunto dos acontecimentos relatados na documentação. Essa é uma operação poética que desenha no campo histórico itinerários possíveis, traçando os contornos iniciais dos objetos possíveis de conhecimento. Uma questão pode emergir nesse contexto: O campo *pré-figurativo* trabalhado em *Meta-história* não cumpriria a mesma função que a *mimesis I* em *Tempo e narrativa*? A resposta dada por Ricoeur – à qual anuímos – é negativa. No círculo hermenêutico é a práxis humana, anterior ao trabalho de configuração empreendido pela narrativa

histórica ou ficcional, que fornece as condições de possibilidade. A compreensão narrativa pressupõe a pré-compreensão do campo prático. Já na tropologia desenhada em *Meta-história*, a prefiguração⁶³ é uma operação *linguística* que enreda o âmbito da massa documentária ainda indiscriminada.

Eles comportam um conteúdo estrutural profundo que é em geral poético e, especificamente, linguístico em sua natureza, e que faz as vezes do paradigma pré-criticamente aceito daquilo que deve ser uma explicação eminentemente histórica. Esse paradigma funciona como elemento “meta-histórico” em todos os trabalhos históricos (WHITE, 2008, p. 11).

O que está em jogo nessa discussão é a constituição do campo histórico. Na perspectiva whiteana, quando o historiador busca explicar os acontecimentos transmitidos pelos documentos, ele pratica uma seleção entre os eventos, enfatizando uns e minorando outros, colocando-os em uma ordem narrativa que emprega uma estrutura de enredo disponível em sua cultura. Em seguida, há a explicação por argumentação formal, que trabalha com princípios de combinação dos eventos que fazem as vezes de leis putativas da explicação histórica. Por fim, entram em cena as implicações ideológicas indicativas do elemento ético presente na assunção de um posicionamento a respeito do conhecimento histórico e das implicações dos acontecimentos passados no presente (WHITE, 2008). As ideias de White, segundo László Tengelyi, não estão fechadas ao problema de uma experiência da história. O autor de *Meta-história* interpreta a prefiguração do campo histórico como a constituição da história enquanto um objeto de percepção mental. Percepção, pondera Tengelyi, seria um outro nome dado por White para a experiência. O denotativo “mental” foi acrescido porque a percepção historiadora não é imediata e sensível, mas suprassensível e intelectual (TENGYELI, 2009).

Uma implicação importante da teoria whiteana é que os tropos – constituintes da estrutura profunda da imaginação histórica – são considerados os veículos da prefiguração do campo histórico. Em virtude disso, o acréscimo de sentido conferido

⁶³ O reconhecimento da existência de uma pré-configuração anterior à tessitura do enredo é apontada por Costa Lima como algo valioso na teoria de White. O autor brasileiro parece ter, nesse caso, uma postura semelhante à de Ricoeur, pois critica o estadunidense por ele procurar as pré-configurações no campo do discurso e não no cotidiano: “no exato momento em que a *linguistic turn* encontrava, com o *Metahistory*, um de seus instantes capitais, ela descobria seu calcanhar-de-Aquiles. Explicando-o: a narrativa, por certo, só se efetiva ao empregar um modo pré-configuracional, *i.e.*, ao se concretizar em uma disposição verbal. Mas a impossibilidade de descobrir procedimentos expressivos efetivamente comuns (...) não prenuncia, na experiência humana, a existência de um momento em que a palavra ainda não dispõe de uma precisa discriminação discursiva, remetendo, pois, à sua mera incidência cotidiana?” (COSTA LIMA, 2006, p. 20).

aos eventos do passado no campo histórico prefigurado é um produto construído pela linguagem. Quanto a isso, a visão ricoeuriana é distinta, em que pese à importância que o filósofo concede à linguagem na produção de sentido. Com efeito, a noção de refiguração lhe parece ser mais decisiva nesse processo. Antes de analisar esse argumento, vejamos as objeções levantadas por White contra o conceito de representação (TENGEYI, 2009).

Desde as primeiras páginas de *Meta-história*, White tem apresentado desconfianças em relação ao conceito de representação histórica. Não obstante ele dizer que “ironia, metonímia e sinédoque são tipos de metáfora” e que a “a metáfora é *essencialmente* representacional” (WHITE, 2008, p. 48), são feitas sérias restrições a essa operação no âmbito da historiografia, sobretudo no que diz respeito à sua pretensão realista. O exemplo clássico mobilizado pelo estadunidense é a expressão metafórica “meu amor, uma rosa”, que, segundo ele, afirma a *adequação* da rosa como *representação* da amada, enfatizando a semelhança entre os objetos, apesar de suas diferenças. O problema é que essa correlação entre adequação e representação parece estar, em alguma medida, ausente no conhecimento histórico. Por isso, White se contrapõe à proposição de Northrop Frye segundo a qual a história é um modelo verbal de acontecimentos exteriores à mente do historiador. Seria um equívoco, na tropologia whiteana, pensar que a história funcione assim, pois nela não existe a possibilidade de verificar a adequação do modelo (a narrativa histórica) comparando-o com o original (o passado), verificando se foi possível reproduzir efetivamente as características do original (WHITE, 1994). Entre a narrativa histórica e o curso dos acontecimentos não há uma reduplicação ou reprodução, mas uma relação metafórica de longo alcance que sugere ao leitor uma espécie de *figura* em que são conferidas relações de semelhança entre os acontecimentos e as formas narrativas presentes na cultura. O saldo final de todo esse processo é a familiarização do que antes era estranho.

O comentário ricoeuriano sobre White inicia-se com elogios, uma vez que este teria dado uma contribuição decisiva para se pensar a relação entre a narrativa histórica e o passado sob o signo do análogo. “Ela não diz mais que uma coisa: as coisas devem ter se passado *como* está dito nessa narrativa aqui; graças à grade tropológica, o *ser-como* do acontecimento passado é levado à linguagem” (T&N 3: 279). Porém, Ricoeur declara que um dos perigos da teoria whiteana é o apagamento da fronteira entre história e ficção. Especialmente ao enfatizar os procedimentos retóricos, a tropologia corre o risco de encobrir a intencionalidade que atravessa o discurso histórico na direção dos

acontecimentos. A despeito de uma certa determinação tropológica, não se deve esquecer a coerção que os eventos passados exercem sobre o discurso através dos documentos. Há uma pressão que demanda uma *retificação* sem fim da escrita histórica, de tal forma que ela esteja em conformidade com a documentação conhecida sobre o tema (T&N 3).

Por meio desse contraponto entre os autores, não tencionamos endossar a imagem já estereotipada⁶⁴ que White tem entre alguns historiadores, nem, tampouco, diminuir a altura do obstáculo para mostrar Ricoeur como um bom saltador. No artigo “As ficções da representação factual”, recolhido nos *Trópicos do discurso* (1978), White assume a distinção entre *eventos históricos* e *eventos ficcionais*, convencionalizada desde Aristóteles: enquanto os historiadores se ocupam de eventos atribuíveis a situações específicas que foram observáveis ou perceptíveis, os ficcionistas se detêm sobre eventos imaginados, hipotéticos, inventados. Apesar disso, no ponto de vista whiteano, tanto o discurso histórico quanto o ficcional utilizam estratégias que ambicionam essencialmente o mesmo fim: “vistos apenas como artefatos verbais as histórias e os romances são indistinguíveis uns dos outros (...) ambos desejam oferecer uma imagem verbal da realidade. (...) A história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica” (WHITE, 1994, p. 138).

Uma outra afinidade entre Hayden White e Paul Ricoeur seria quanto à existência de uma *referência cruzada* entre história e ficção. O estadunidense se propõe a “entender o que é fictício em toda representação do mundo tida por realista e o que é realista em todas aquelas que são manifestamente fictícias”. Entretanto, o filósofo francês ressalta que White não aborda o que é realista na ficção. Em busca das interfaces entre história e ficção, Ricoeur se insurge contra um duplo preconceito, colocando-se uma terceira via, que nomeamos de *realismo crítico*:

É preciso, decerto, combater o preconceito segundo o qual a linguagem do historiador poderia se tornar totalmente transparente a ponto de deixar falar os próprios fatos em si mesmo. Mas, não se poderia combater esse primeiro preconceito sem combater o segundo, segundo o qual a literatura de imaginação, por fazer uso constante da ficção, não apreende a realidade (T&N 3: 280).

⁶⁴ Algumas abordagens mais recentes da obra de White tendem a vê-lo para além do giro linguístico. Herman Paul propôs o existencialismo e a postura moral da historiografia como um fio condutor de sua obra que teria como principal pergunta: “que significa viver em um mundo histórico, orientar-se no presente e como vislumbrar um futuro moralmente responsável?” (PAUL, *apud* CALDAS, 2013, p. 273). Pedro Caldas escreveu uma elucidativa introdução a essa interpretação que contribui para a desmistificação de White entre aqueles historiadores que o veem apenas como um narrativista preocupado com a linguagem.

Na visão de Ricoeur, essas duas concepções precisam ser combatidas juntas. Para tanto, ele retoma a ilustre fórmula rankeana colocando um acento especial sobre um termo, o *como* dos “fatos tal *como* realmente aconteceram”. No âmbito da representância, o *realmente* só ganha significado quando é acompanhado pelo *tal como*. Desse modo, o *como* não possui apenas um funcionamento retórico, mas também ontológico. Já vimos em nosso segundo capítulo que, na filosofia ricoeuriana, a metáfora possui um alcance referencial. Por meio da suspensão da referência literal, abre-se o caminho de um trabalho de semelhança que atinge regiões da existência intangíveis pelo discurso descritivo. No plano linguístico, a tropologia nos mostrou que, quando explicamos determinados acontecimentos com a forma de tragédia, por exemplo, nós convidamos o leitor a um *ver-como*, a uma visualização de uma porção do passado como se ela tivesse ocorrido dessa maneira. Todavia, na perspectiva de Ricoeur, o próprio ser tem de ser metaforizado em um *ser-como*, que é o corresponde ontológico do *ver-como*.

É possível conectar essa discussão à noção de *refiguração* levantada no contexto do terceiro momento da *mimesis*. Tengelyi exorta-nos a conceber a refiguração da experiência da história como a reconstrução do *ser-como* dos acontecimentos passados. A expressão “re-construção” pressupõe que a experiência histórica em *mimesis I* já possui um certo excedente de sentido que é retrabalhado pela narrativa em *mimesis II* e modificado ao tomar contato com o mundo do leitor em *mimesis III*. Por isso, a reconstrução do passado histórico se dá sob o signo do análogo explicitando que a narrativa não atinge o passado sem o auxílio de mediações interpretantes (TENGE LYI, 2009).

Na dialética dos “grandes gêneros”, é mister que o Análogo seja ligado ao jogo complexo do Mesmo e do Outro para, assim, dar conta da dimensão temporalizante da representância. O Análogo auxilia a historiografia na caça, ao conjugar identidade e alteridade. No discurso histórico, o passado é, ao mesmo tempo, reafetado e colocado em distância como o ausente da construção histórica. O *ser-como* é ser e não ser. A representância coloca a historiografia como lugar-tenente do passado. A narrativa histórica mostra *como* os acontecimentos devem ter ocorrido. A história é e não é o passado, na medida em que se coloca como seu representante, lugar-tenente.

Para que ninguém se perca na travessia de nosso longo trajeto, é prudente fazermos uma pequena pausa para olharmos as placas que sinalizam o caminho.

Estamos caminhando rumo ao entrecruzamento da história e da ficção. Os primeiros passos da aproximação entre os dois discursos foram dados quando Ricoeur discutiu a aplicação do conceito de “real” ao passado histórico, já que o ter-sido, referente do discurso histórico, não é observável diretamente. A passeidade (*passéité*) não é tocada senão pela mediação da memória, da imaginação e do testemunho. O conceito de representância busca dar conta do enigma da passeidade do passado histórico, uma vez que o historiador tem uma dívida com os homens de outrora; ele busca dar-lhes o que é devido, reconstruindo parte daquilo que outrora foi real.

Dessa argumentação infere-se que a representância critica uma compreensão ingênua da aplicação do termo “realidade” ao passado histórico, ao mostrar que este não é um dado substancial e estanque. Entretanto, essa crítica demanda um questionamento análogo à noção não menos ingênua de “irrealidade” que alguns aplicam à ficção. Dessa forma, a dissemetria entre a “realidade do passado” e a “irrealidade da ficção” é gradativamente enfraquecida. A função desempenhada pela representância na historiografia possui um análogo no discurso ficcional: a significância.

Como vimos, na perspectiva do filósofo francês, o preconceito segundo o qual o historiador usa uma linguagem transparente, que deixa os fatos passados falarem por si próprios, precisa ser combatido juntamente com aquele que interdita a via de acesso da ficção à realidade por causa do uso da imaginação. Na filosofia ricoeuriana, a ficção possui uma função revelante e transformante da prática cotidiana; revelante, pois o discurso ficcional tem a capacidade de explicitar aspectos dissimulados da experiência, mas que já estão nela desenhados; transformante, pois, ao ler uma obra ficcional, o leitor refigura sua vida e é incitado a modificar sua experiência.

No capítulo anterior, apresentamos os argumentos mobilizados por Ricoeur para justificar sua preferência pelo conceito de *refiguração* em vez de referência. Dessa vez, ele aproxima-se da noção de *aplicação* talhada por Hans-Georg Gadamer em *Verdade e método* (1960). Para o hermeneuta alemão, a aplicação não é um apêndice enxertado à explicação e compreensão, mas é parte orgânica do projeto hermenêutico. Portanto, compreender um texto do passado significa traduzi-lo para nossa situação presente, escutando no texto uma resposta para os questionamentos de nosso tempo: “Sempre ocorre algo como uma aplicação do texto a ser compreendido à situação atual do intérprete” (GADAMER, 2011, p. 406-407). Quando fazemos isso, há uma *aplicação* de um sentido à nossa experiência e aos nossos dilemas (GRONDIN, 1999). O círculo hermenêutico gadameriano é composto pela explicação, compreensão e aplicação, ao

passo que o ricoeuriano se preocupa com o sentido que se eleva da vida prática – *mimesis I* – atravessa a obra – *mimesis II* – e retorna à vida – *mimesis III*.

A *aplicação* é associada por Ricoeur a suas considerações sobre a *apropriação*. Conforme disse no ensaio “O que é um texto?”, para o filósofo francês, a interpretação de um texto somente se completa no momento em que o leitor se torna um sujeito que se compreende melhor, ou mesmo começa a se compreender (TA). A mediação operada pela leitura é fundamental para que a obra tenha sua significância plena. Ela retira o texto de seu fechamento em suas estruturas intra e intertextuais. A significância da obra de ficção é resultado da interseção entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Para além da leitura, é na ação efetiva que o leitor, instruído pela obra, transforma a configuração textual em uma refiguração da experiência. Se em Gadamer a aplicação marca o liame entre a hermenêutica e a filosofia prática, em Ricoeur, essa conexão é feita pela apropriação e refiguração.

Por mais bela que seja a configuração desenhada por uma obra, sem o leitor, ela não é efetiva, não se transforma em refiguração. Sem leitura, não há mundo desdobrado diante do texto. É importante destacar que, nessa perspectiva, o leitor possui um espaço de autonomia e liberdade, mas as escolhas são dadas pelo autor implicado.⁶⁵ O leitor pode se perder ou não na leitura, ser devorado pelo texto ou saboreá-lo, porém, essas possibilidades já estão pré-escritas e prescritas no texto. Este constrói a liberdade do leitor, mas também a limita. A leitura revela o inacabamento do escrito. É notável que o sujeito que lê não irá apenas repetir essa leitura que já está inscrita no texto. A releitura abre um “espaço de reflexividade” no qual o receptor se emancipa da leitura pré-inscrita e oferece uma réplica, uma resposta própria à obra.

Para que o leitor não seja visto apenas como uma presa, um artefato retórico produzido pelo autor implicado, Ricoeur recorre a argumentos debatidos pela estética da recepção. Essa teoria se detém nos modos como a obra afeta a vida do receptor. Essa vertente não é uniforme, dividindo-se pelo menos em dois grandes grupos: 1) aqueles que enfatizam o efeito produzido pela obra em um leitor individual e na resposta dada por ele a este efeito – o nome de destaque é Wolfgang Iser e sua fenomenologia do ato de ler; 2) aqueles que se concentram na resposta oferecida pelo público à obra de acordo

⁶⁵ A hermenêutica ricoeuriana procura afastar-se da hermenêutica romântica, que buscava descobrir as verdadeiras intenções do autor ao escrever um texto. Contudo, isso não deve redundar na morte plena da figura autoral e de suas estratégias retóricas. O conceito de *autor implicado* distingue-se do autor real, no qual algumas análises procuram ver reflexos biográficos e psicológicos na escrita. O *autor implicado* é uma criação que existe somente na obra. Ele é uma espécie de *segundo self*, uma imagem de si mesmo que o autor constrói no processo de escrita.

com suas expectativas coletivas – o autor proeminente dessa visada é Hans Robert Jauss e sua estética da recepção, que pretendeu renovar a história literária (T&N 3).

Seguindo, uma vez mais, um procedimento que lhe é caro, Ricoeur apresenta uma interpretação dessas vertentes de um modo não antagônico, mas complementar. Para ele, a história literária, renovada pela estética da recepção, pode incluir a fenomenologia do ato de ler. Principiando pela abordagem do leitor individual, a premissa básica é o inacabamento do texto literário. Dessa forma, a obra oferece esboços que o receptor é chamado a concretizar, num processo em que ele cria uma imagem mental, figurando para si os personagens e acontecimentos narrados. Por mais bem articuladas que sejam essas “visões esquemáticas” fornecidas pela obra, haverá sempre a abertura de um espaço de indeterminação. Por isso, o texto é como uma partitura, sendo suscetível a diferentes execuções, múltiplos sentidos. Tal procedimento fabrica uma obra que resulta da interação do mundo do texto com o mundo do leitor (T&N 3).

Wolfgang Iser traz um aporte fenomenológico a essa corrente. Ele sustenta que o mundo do texto não é apreendido de uma só vez. Todavia, cada frase aponta para algo além de si mesma, abrindo a perspectiva para a frase posterior. À medida que as frases se encadeiam, o leitor tende a buscar uma antecipação tácita do sentido da sequência, num processo análogo ao da protensão em Husserl, que indica o movimento da consciência de antecipação tácita das vivências futuras. O jogo de retenções e protensões demandam a participação ativa do leitor. Como a leitura tem um caráter seletivo, isto é, jamais consegue dar conta da totalidade da obra, cada releitura pode mostrar aspectos que ainda não tinham sido percebidos. A perspectiva fenomenológica se caracteriza por dar um passo adiante, para além das estruturas intratextuais.

Outro ponto de vista foi desenvolvido por Hans R. Jauss. Seu objetivo era menos completar a fenomenologia do ato de ler do que renovar a história literária. No momento em que publicou suas primeiras proposições (no final dos anos de 1960 e meados de 1970), a história literária sofria objeções tanto do estruturalismo quanto do marxismo. Ela era vista como uma disciplina que se limitava a uma descrição linear e cronológica dos autores canônicos das literaturas nacionais. Não raramente, os critérios dessa descrição eram vagos, sem uma reflexão teórica de fôlego, recorrendo a esquemas que ligavam mecanicamente à biografia autoral à obra produzida. Contra isso, a tese de Jauss é:

A qualidade e a categoria de uma obra literária não resultam nem das condições históricas ou biográficas de seu nascimento, nem tão somente de seu posicionamento no contexto sucessório do desenvolvimento de um gênero, mas sim dos critérios de recepção, do efeito produzido pela obra e de sua fama junto à posteridade (JAUSS, 1994, p. 7-8).

Portanto, na estética da recepção de Jauss, o significado da obra literária é resultado de uma interação dialógica entre a obra e o seu público de diferentes épocas. Assim, não apenas o efeito atual da obra é levado em conta. Na esteira de Gadamer, é empreendida uma “história dos efeitos”. Essa história tenta restituir o horizonte de expectativas da obra literária, isto é, o sistema de referências herdado pelas tradições anteriores, como as questões relacionadas ao gênero literário, à temática, à relação entre linguagem poética e linguagem cotidiana. A história literária proposta por Jauss visa identificar as *distâncias estéticas* entre os horizontes de expectativas já existentes e aqueles que cada nova obra traz. Todavia, ela não se reduz a historiar distâncias. Há também o anseio de reencontrar as *perguntas*, às quais a obra queria oferecer uma resposta. Para compreender uma obra, é preciso entender as questões às quais ela responde. A recepção opera uma mediação histórica entre o horizonte de expectativas do passado e o horizonte de expectativas do presente (T&N 3).

Na interpretação ricoeuriana, os argumentos de Jauss provêm elementos elucidativos para a reflexão sobre a relação entre obra e a sociedade. Eles possibilitam uma alternativa que recusa os excessos tanto do estruturalismo, que não se desenreda das estruturas textuais, quanto do marxismo ingênuo, que toma a ficção como um mero reflexo das relações socioeconômicas. Segundo Jauss, além do efeito estético, a obra literária possui um efeito moral no leitor. Ela propõe novas avaliações para as ações praticadas pelos personagens, propõe normas inéditas que podem chocar ou abalar os costumes atuais (T&N 3). Percebe-se, então, o poder de clarificação da obra, na medida em que ela nos proporciona um distanciamento de nossos próprios valores, permitindo que o sujeito que lê teça novas avaliações sobre sua realidade.

Certamente, a centralidade da operação de leitura na hermenêutica ricoeuriana está nítida. Com efeito, esse tema permite-nos avaliar um aspecto da recepção de sua filosofia entre os historiadores. A chamada *História da leitura* é um setor cujas pesquisas têm florescido ao menos desde a década de 1980. No contexto francês, um dos autores de referência é Roger Chartier. Não obstante algumas afinidades com Ricoeur, no que diz respeito, por exemplo, à distinção entre história e ficção, esse historiador francês é um crítico da noção ricoeuriana de *apropriação*. Em junho de

1987, a revista *Esprit* organizou uma jornada intitulada “Textos e ações”, que se consagra à reflexão sobre a obra ricoeuriana, especialmente a recém-lançada trilogia *Tempo e narrativa*. Grande parte das intervenções foram publicadas em 1988, e em uma delas Chartier expôs suas críticas.

Devemos lembrar que o conceito de *apropriação* também é fundamental à história cultural da leitura de Chartier, porém, ele a compreende de uma forma distinta. O que marca a distância entre a prática historiadora e a hermenêutica fenomenológica, segundo ele, é a ênfase na historicidade das apropriações. Ao negligenciar essa dimensão, a abordagem ricoeuriana é vista como um projeto no bojo do qual está a figura de um sujeito universal, “uma invariância trans-histórica do sujeito do agir e sofrer” (CHARTIER, 1988, p. 262). Nessa interpretação, haveria apenas um leitor abstrato, que é construído através de uma projeção do sujeito universal. Para Chartier, a perspectiva historiadora se preocupa com as particularidades de cada *apropriação*, levando em conta as distintas configurações sociais e culturais. Na introdução de *A história cultural: entre práticas e representações*, o historiador francês explicita o distanciamento entre sua história cultural e a hermenêutica, que, em sua visão, pressupõe uma individualidade idêntica ao longo do tempo, mesmo quando projeta no universal uma singularidade que é a de um eu, ou nós, contemporâneo:

As modalidades do agir e do pensar, (...) [usadas por] Paul Ricoeur, devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas de poder. Pensar assim a individualidade nas suas variações históricas equivale não só a romper com o conceito de sujeito universal, mas também a inscrever num processo a longo prazo – caracterizado pela transformação do Estado e das relações entre os homens – as mutações das estruturas da personalidade (CHARTIER, 1990, p. 25).

Todavia, Chartier não deixa de expressar seu respeito pelo texto de Ricoeur. Segundo ele, a distância entre as perspectivas se explica, em parte, pela diferença entre a tarefa filosófica e a historiográfica. Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur teria não apenas questionado filosoficamente a história – sob o prisma da consciência histórica –, mas também refletido sobre a historicidade do discurso filosófico. A apreensão histórica considera fatores que não são contemplados pelos filósofos no processo de *apropriação*, tais como as variações das modalidades de leitura que podem ocorrer de forma silenciosa ou oral, em grupo ou solitariamente, em um ambiente sacralizado ou laico (CHARTIER, 1990). Todas essas variantes interferem na produção de sentido, na aplicação do texto à vida do leitor.

Ao analisar essa divergência entre os autores, José Carlos Reis lembrou que, na perspectiva ricoeuriana, o universal não está em conflito com o histórico. Talvez um leitor mais memorioso lembre-se de que, no capítulo precedente, apresentamos o argumento ricoeuriano segundo o qual os universais produzidos pelo tecer da intriga (*mise en intrigue*) são poéticos e não filosóficos, pois estão próximos da sabedoria prática, são universais concretos. Aliás, o filósofo não priva a historiografia de um contato com o universal, uma vez que, para ele, “pensar uma relação de causalidade, mesmo entre acontecimentos singulares, já é universalizar” (T&N 1: 85). Quando o historiador compõe uma narrativa, ele está longe de produzir um mero relato descritivo e sequencial dos fatos. A narrativa histórica, assim como a ficcional, faz surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico. Afinal, “os historiadores não buscam também colocar lucidez onde há perplexidade?” (T&N 1: 89-90).

Existem outras articulações na obra ricoeuriana entre o universal e o histórico. Reis retoma essa conexão no âmbito ético. Na construção da sua *pequena ética*, destrinchada com detalhes em *O si-mesmo como um outro* (1990), Ricoeur se esforça em combinar a visada aristotélica da ética das virtudes à perspectiva kantiana da moral universal do dever. Em que pese às diferenças, Ricoeur sustenta que ambas visam ao viver bem com e para os outros nas instituições justas. Na ética ricoeuriana, a busca das ações particulares pela felicidade (a chamada *vida boa* da ética aristotélica) encontra conflitos que demandam a mediação das normas morais, cujo funcionamento assemelhar-se-ia a um princípio regulador. De modo correlato, a aplicação das normas universais a situações singulares precisa ser uma aplicação criativa que se embasa na interpretação justa do caso. Em suma: “O universalismo da regra e a singularidade da decisão não se opõem. A ‘aplicação’ exige e pressupõe um fundo normativo, uma ideia de justiça, um horizonte de consenso, um discurso/texto, para evitar a violência” (REIS, 2011, p. 334).

A nosso ver, Chartier não se equivoca ao mencionar que a reflexão ricoeuriana sobre a *apropriação* não se concentra em algumas variantes que estão em jogo na produção de sentido, como a relação dos indivíduos com a estrutura de poder, ou ainda as diversas variantes de leitura (silenciosa, oral etc.). No entanto, não concordamos com sua asserção da presença de um “sujeito universal”, trans-histórico e idêntico ao longo do tempo. Primeiramente, é preciso recordar que tanto a estética da recepção de Jauss quanto a história dos efeitos de Gadamer, nos quais Ricoeur se inspira, possuem um

forte acento histórico. Elas não apenas consideram a recepção atual de uma obra, mas também as interpretações passadas e a importância da tradição para a compreensão. Esses são ingredientes que, definitivamente, não compõem uma teoria a-histórica, nem mesmo subjetivista da leitura, uma vez que se recorre a interpretações feitas por grupos com horizontes de expectativas díspares.

Ademais, como veremos no fechamento deste capítulo, Ricoeur encerra sua trilogia *Tempo e narrativa* discutindo como suas considerações possibilitam a criação do conceito de identidade narrativa, que justamente quer escapar às aporias dos que pensam a identidade como algo imutável ao longo do tempo. A dialética entre *mesmidade* e *ipseidade* não se encaixa nas objeções levantadas por Chartier.

Antes de chegar ao final da trajetória que leva ao entrecruzamento da história e ficção, Ricoeur traça paralelos entre a operação de leitura – refiguração – na ficção e a representância na historiografia. Para tanto, são apontadas três tensões dialéticas entre os campos discursivos que contribuem para matizar a oposição indicada pelo filósofo no início de *Tempo e narrativa*, v. 3.

A primeira tensão diz respeito à relação *dívida/liberdade*. Ricoeur costuma frisar que a história possui uma *dívida* com o passado, e por isso ela busca ser uma reconstrução aproximada, uma representância daquilo que um dia aconteceu. Sob outro viés, a ficção era vista pelo prisma da *liberdade* na tessitura de suas variações imaginativas sobre o tempo, sem a preocupação, por exemplo, de inserir de forma precisa os acontecimentos narrados no tempo calendário. Entretanto, Ricoeur considera que a questão da *liberdade* no processo criativo ficcional não é tão simples assim. Embora não esteja submetida à coerção da prova documental, a ficção não é desprovida de limites, pois existe uma restrição que compele a uma coerência do mundo do texto com a visão de mundo que o autor implicado tenciona comunicar. Sim, a ficção está *livre de*, mas também *livre para*. Ela está *livre da* coerção da prova documental, porém, concomitantemente, está *livre para* comunicar a visão de mundo do autor implicado. Essa exigência equivaleria à dívida que o historiador e o leitor da história têm para com os mortos do passado (T&N 3).

A operação de leitura gera a segunda tensão dialética, que é comparável à dialética da representância na historiografia, que, por sua vez, passa pelos polos do Mesmo, Outro e Análogo. Na ficção, muitas vezes, o autor implicado utiliza estratégias para transformar o *leitor em algo idêntico a ele*, produzindo uma mesma interpretação da obra. Entretanto, quando o receptor percebe isso, ele procura se distanciar do texto,

evidenciando o afastamento entre as expectativas do texto e as da vida cotidiana. Tal tensão, assim como a da historiografia, demanda a mediação do Análogo. A fusão de horizontes estabelece uma relação analogizante entre as expectativas do texto e as do leitor (T&N 3).

Uma terceira tensão dialética é assinalada por Ricoeur entre comunicabilidade e referência no processo de refiguração. O que é comunicado por uma obra, para além de seu sentido, é o mundo que projeta e se constitui como seu horizonte. Percebemos que, na compreensão ricoeuriana, é preciso que a estética da recepção complemente a fenomenologia do ato de ler, pois esse mundo aberto pelo texto só é arrancado da pura subjetividade do ato de leitura quando é inserido em uma cadeia de interpretações, marcando a *dimensão histórica* da recepção da obra (T&N 3).

Após esses passos, podemos delinear com mais precisão a importância *refiguração* na hermenêutica ricoeuriana. O processo de leitura é por ele visto, alternadamente, como uma *interrupção e um novo impulso para a ação*. Há uma suspensão do curso da ação quando o receptor sujeita suas expectativas às do texto. Ao fazer isso, ele irrealiza a si mesmo, no mundo fictício para o qual ele se transporta. Em contrapartida, a leitura se apresenta como um renovado estímulo para a ação no momento em que o leitor incorpora – de forma consciente ou não – os ensinamentos da obra à sua visão de mundo, ampliando a legibilidade prévia de sua experiência. Nesse sentido, a leitura não é um lugar de paragem no qual o sujeito se detém. A leitura torna-se um *meio*, uma passagem que o sujeito atravessa. Jeanne-Marie Gagnebin observa que essa transformação da experiência temporal já estava prevista nas últimas páginas de *Em busca do tempo perdido*, numa passagem que Ricoeur gosta de citar:

Mas, para voltar a mim, pensava mais modestamente em meu livro, e seria mesmo inexato dizer, pensando naqueles que o leriam, em meus leitores. Pois não seriam, segundo mim, meus leitores, mas os próprios leitores de si mesmos, meu livro não passando de uma espécie de lentes de aumento como aquelas que oferecia a um freguês o dono da ótica de Combray; meu livro graças ao qual eu lhes forneceria o meio de lerem a si mesmos (PROUST, *apud* GAGNEBIN, 1997, p. 268).

3.4 O entrecruzamento entre História e Ficção

Estamos nos aproximando do final do percurso trilhado pelo pensamento ricoeuriano na avaliação das fronteiras entre história e ficção. Se os primeiros passos foram marcados por uma oposição entre os discursos, no meio do caminho,

encontramos um paralelismo que principiou uma crescente e mútua aproximação. Os últimos passos da marcha levam a um entrecruzamento entre historiografia e ficção. Mais uma vez, a teoria da recepção se mostra determinante, pois, para Ricoeur, somos leitores de história, tanto quanto de romances. É na leitura que a divergência entre narrativa histórica e ficcional se transforma em convergência (T&N 3): “Por entrecruzamento da história e da ficção entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica quanto epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades fazendo empréstimos à intencionalidade da outra” (T&N 3: 330).

Algo que particulariza as posições ricoeurianas sobre essa questão tão polemizada pela historiografia contemporânea é que o filósofo não se limita a pensar os elementos que ficcionalizam a história, mas também se preocupa com o modo como pode haver uma historicização da ficção. Segundo Ricoeur, o primeiro movimento é o mais fácil de demonstrar. Nesse sentido, torna-se impescindível expor como na escrita da história “o imaginário se incorpora à visada do ter-sido, sem enfraquecer a visada ‘realista’” (T&N 3: 331). O fato de o passado visado pela historiografia não ser observável diretamente pelo historiador é um pressuposto base para o uso da imaginação pela história. Se lançarmos um olhar retrospectivo na direção dos argumentos já examinados em nosso trajeto, percebermos que o papel da imaginação já se fazia marcante.

No ponto de partida do caminho, estava a heterogeneidade no modo como a história e a ficção refiguram o tempo. Contudo, a imaginação já desempenhava uma função destacada mesmo na reinscrição operada pela historiografia entre o tempo vivido e o cronológico. Ler um calendário não deixa de ser uma interpretação de signos. A datação de um acontecimento consiste em uma atividade sintética na qual um presente efetivo é identificado com um instante qualquer. As datas são atribuídas a *presentes imaginados*. Outrossim, o vestígio possui uma dimensão imaginativa. O rastro é um *efeito-signo* que exprime uma operação sintética complexa. Ele contém inferências do *tipo causal*, indica que o passado deixou uma marca. Isso nos sinaliza que algo aconteceu, um dia foi real e deixou rastros, assim como a pegada designa que um animal passou por ali. O rastro envolve uma operação interpretativa, pois o vestígio é algo presente que vale por uma coisa passada. Quando atribuímos o valor de vestígio a um documento, figuramos o mundo que estava à sua volta, mundo que hoje falta, não

existe mais. Todos esses processos figurativos ficariam comprometidos sem a participação da imaginação (T&N 3).

A influência da imaginação cresce quando deslocamos nosso foco para as reflexões acerca da passividade do passado. Em cada etapa da dialética entre Mesmo, Outro e Análogo ela está no alicerce. No gênero do Mesmo, é através da imaginação histórica que Collingwood propõe uma reafirmação do passado histórico no presente, por meio do repensamento da face interna do acontecimento. No gênero do Outro, a imaginação impede que a distância temporal entre passado e presente seja tão grande a ponto de tornar o primeiro indizível. O Análogo também precisa recorrer à faculdade imaginativa (T&N 3). Em White, isso se dá por meio do recurso aos tropos. O passado é apreendido de forma analogizante, ora como metáfora, ora como metonímia, sinédoque ou ironia. White diz que a análise da linguagem poética o credencia a penetrar na estrutura profunda da imaginação histórica do século XIX (WHITE, 2008). A tropologia leva Ricoeur a sublinhar a ligação entre *visão* e representação do passado: “O passado é o que eu teria visto, aquilo que teria sido testemunha ocular se estivesse lá, assim como o outro lado das coisas é aquele que eu veria se as olhasse do lugar de onde você as considera. Assim, a tropologia torna-se o imaginário da representância” (T&N 3: 306).

A narrativa histórica toma de empréstimo da ficcional a função metafórica do *ver-cómo*. Na sua representação do passado, a escrita da história tece um encadeamento entre os acontecimentos, nos ensina a os *ver cómo* trágicos, irônicos etc. Assim, a história coloca diante dos olhos do leitor uma proposta de visão dos eventos. Outro eco do discurso ficcional no histórico está presente no momento da leitura. É possível *ler* um livro de história *como* um romance. Quando isso acontece, entra-se no pacto de leitura, numa relação de cumplicidade entre o leitor implicado e a voz narrativa. Em virtude desse pacto, o leitor suspende voluntariamente sua desconfiança. Ele chega a conceder ao historiador o exorbitante direito de conhecer as almas e os sentimentos de seus personagens históricos. Vejamos um exemplo que extraímos de *Os queijos e os vermes* (1976), uma obra bastante conhecida dos historiadores contemporâneos:

Esse livro narra sua história [de Menocchio]. Graças a uma farta documentação, temos condições de saber quais eram suas leituras e discussões, *pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos*. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós (GINZBURG, 2006, p. 9, grifos nossos).

As zonas de confluência entre o discurso histórico e o ficcional não conduzem Ricoeur a uma perspectiva *estetizante* da historiografia. Em sua tese, a história precisa se valer de artifícios ficcionais para representar o passado, mas isso não diminui sua cientificidade: “O incrível é que este entrelaçamento da ficção à história não enfraquece o projeto de representância desta última, mas contribui para sua realização” (T&N 3: 337).

Diversos são os autores que, no contexto contemporâneo, pesquisaram sobre o avizinhamo entre a história e a ficção, enfatizando o que a primeira absorve da segunda. No entanto, poucos trilharam o percurso inverso e refletiram sobre as maneiras pelas quais o discurso ficcional pode se aproximar do histórico. O entrecruzamento defendido por Ricoeur é recíproco, envolve uma aproximação de ambas as partes, e não apenas de uma delas.

Após distinguirmos elementos que contribuem para a *ficcionalização da história*, veremos agora o reverso da medalha: a *historicização da ficção*. A hipótese será de que a narrativa ficcional *imita* de certa maneira a narrativa histórica. Quando a ficção narra algo, ela conta *como se* isso houvesse se passado. Este *como se passado* é primordial para o processo de significação. Um primeiro indício dessa importância é encontrado no nível gramatical. Os acontecimentos contados na narrativa de ficção são como *fatos passados* para a voz narrativa. Essa voz narra aquilo que, *para ela*, um dia aconteceu. O pacto de leitura inclui a crença de que os acontecimentos relatados pertencem ao passado da voz narrativa.

Caso essa hipótese seja plausível, diz Ricoeur, será possível dizer que a ficção é quase histórica, assim como a história é quase fictícia. A história é ficcionalizada quando produz com vivacidade uma *quase-presença* do passado ao colocar pela narrativa os acontecimentos diante dos olhos do leitor, suprindo o caráter elusivo e impreciso da passividade do passado. Por sua vez, a ficção é historicizada na medida em que os acontecimentos por ela contados são tidos como fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor. Mesmo quando eles são irreais, a narrativa ficcional enreda esses acontecimentos de modo a apresentá-los de forma semelhante aos acontecimentos históricos. Para tanto, algumas vezes, são acrescentados datas e locais reais. Tomemos um pequeno excerto de um clássico do “bruxo do Cosme Velho”:

Expirei às duas horas da tarde de uma sexta-feira do mês de agosto de 1869, na minha bela chácara de Catumbi. Tinha uns sessenta e quatro anos, rijos e

prósperos, era solteiro, possuía cerca de trezentos contos e fui acompanhado ao cemitério por onze amigos (MACHADO DE ASSIS, 2005, p. 12).

No trecho, vemos um acontecimento irreal sendo narrado como se fosse real. Aliás, para o narrador Brás Cubas, ele realmente ocorreu. No entanto, fica claro que estamos diante de um texto ficcional, já que a prosa é conduzida por um *defunto autor* que relata sua própria morte e enterro, algo impossível no discurso histórico, mas perfeitamente possível no domínio da ficção.

Outro fator que contribui para a historicização da ficção na perspectiva ricoeuriana diz respeito à verossimilhança. Em seu tratado sobre a *Poética*, Aristóteles afirmava que a poesia se ocupa do provável, do possível, enquanto a história trata do passado que efetivamente ocorreu: “O possível é *persuasivo*; não acreditamos que seja possível o que não aconteceu, enquanto que (*sic*) é evidente que aquilo que aconteceu é possível” (ARISTÓTELES *apud* T&N 3: 345, grifo nosso). De acordo com o estagirita, para que o provável da poesia seja persuasivo, ele necessita ter uma relação de semelhança com o ter-sido.

Segundo Ricoeur, infelizmente, a simulação do passado pela ficção foi obnubilada pelas discussões estéticas suscitadas pelo romance realista. A verossimilhança foi confundida com uma semelhança com o real que colocaria a literatura no mesmo plano da história. Dessa forma, seria possível interpretar ou ler os romancistas do século XIX como se fossem historiadores substitutos ou sociólogos *avant la lettre*. Entretanto, o filósofo francês sustenta que essa é a leitura mais enganadora, visto que não é quando a ficção exerce uma função histórica ou sociológica *direta*, mesclada à sua dimensão estética, que ela provoca a questão mais pertinente quanto à verossimilhança.

Na filosofia ricoeuriana, a verdadeira *mimesis* da ação deve ser buscada nas obras que menos se preocuparam em *refletir* sua época. “A imitação, no sentido vulgar do termo, é aqui o inimigo por excelência da *mimesis*” (T&N 3: 346, grifos do original). Ao romper com a verossimilhança-cópia, a arte pode explorar mais proficuamente sua função mimética. Nesse caso, o quase passado da voz narrativa ficcional se distingue totalmente do passado da consciência histórica e se identifica com o provável, com o que poderia ocorrer. Essa seria a nota ‘passadista’ que ressoa na reivindicação de verossimilhança da ficção. Reivindicação que independe de qualquer relação de *reflexo* com o passado histórico. Uma das funções da ficção entrecruzada com a história é liberar, de forma retrospectiva, possibilidades não realizadas no passado histórico: “O

quase-passado da ficção torna-se assim o detector dos *possíveis escondidos no passado efetivo*. O que ‘poderia ter acontecido’ – o verossímil segundo Aristóteles – abarca tanto as potencialidades do passado ‘real’ como os possíveis ‘irreais’ da pura ficção” (T&N 3: 347).

Tais afinidades entre o verossímil, caro à ficção, e a as potencialidades não realizadas do passado histórico revelam que, embora não esteja submetido à coerção da prova documental, o discurso ficcional não conta com uma liberdade sem limites. Livre da imposição da prova documental, a ficção está internamente amarrada e a serviço do quase-passado, que se torna, assim, a *imposição do verossímil*. Livre de, o ficcionista é *livre para*. O quase-passado da voz narrativa exerce um constrangimento interno sobre a criação ficcional, que se torna mais imperiosa quanto menos se confunde com a pressão externa do fato documental. A ficção possui uma dívida de buscar reproduzir da maneira mais perfeita possível a visão de mundo que anima a voz narrativa. Essa dívida é análoga à que os historiadores têm para com os vivos de outrora. Em face desses débitos, a pergunta é “dívida por dívida, qual, a do historiador ou a do romancista, é a mais impagável?” (T&N 3: 347).

A conclusão ricoeuriana consiste em sustentar que a refiguração do tempo repousa sobre o entrecruzamento da história e ficção. Quando o momento quase-fictício da história se conjuga com o quase histórico da ficção, temos o *tempo humano*, no qual se coadunam a representância do passado histórico e as variações imaginativas da ficção.

3.5 A identidade narrativa e suas implicações éticas

Antes do final de *Tempo e narrativa*, Ricoeur se dispôs a explorar os limites de sua empreitada redigindo um texto com suas *conclusões*, que foram construídas um ano após o término do terceiro tomo, durante a revisão final do manuscrito. Como vimos, a atividade mimética contribui para a concepção de um terceiro tempo, que advém do entrecruzamento da história e ficção. Nas palavras de Ricoeur, essa dialética seria frágil e inadequada à aporética da temporalidade da ocultação mútua entre tempo cósmico e fenomenológico se, a partir dela, não fosse gerado um rebento. O frágil rebento nascido da união entre história e ficção é a atribuição de uma identidade específica – uma *identidade narrativa* – a um indivíduo ou comunidade histórica. Está cada vez mais claro que, na filosofia ricoeuriana, a narrativa não desempenha apenas uma função cognitiva ou epistêmica. A identidade narrativa é compreendida como uma categoria da práxis humana. Dizer “a identidade”, seja de um indivíduo ou de uma comunidade, é responder à pergunta: *quem* fez determinada ação? *Quem* é o seu agente? Quando buscamos respostas a esse questionamento, nomeamos alguém a quem designamos com um nome próprio. Para respondermos à pergunta sobre o *quem*, precisamos narrar sua história de vida (T&N 3).

Na história da filosofia, a querela sobre o tema da identidade é duradoura e controversa. Por um lado, a identidade do sujeito é apresentada como autoevidente, idêntica a si mesma na diversidade de seus estados. Por outro, a identidade é tomada como uma *ilusão substancialista* de um si que é puro devir, um fluxo contínuo de vontades. Diante disso, o pensamento se depara com uma antinomia: como pensar a identidade de um sujeito que muda, mas também permanece ao longo do tempo? Como dizer a identidade de alguém que age na história, mas também é transformado por ela? De acordo com Ricoeur, o dilema desaparece quando recorremos à identidade narrativa (*ipse*), que substitui a *identidade substancial (idem)*. A ipseidade escapa à antinomia entre o Mesmo e o Outro, na medida em que sua identidade repousa em uma *estrutura temporal*, conforme o modelo de identidade dinâmica da composição poética de um texto narrativo. A identidade narrativa, ao contrário da identidade abstrata do Mesmo (*idem*), pode incluir a mutabilidade na coesão de uma vida (T&N 3).

A refiguração cumpre um papel decisivo nessa construção. O si-mesmo é refigurado, transformado, pela aplicação reflexiva das narrativas históricas ou ficcionais à sua experiência: “As narrativas, ao mesmo tempo, ‘exprimem e moldam’ sua

identidade, numa relação circular: expressam suas experiências passadas e projetam seus desejos, combinando elementos históricos e elementos imaginativos” (GENTIL, 2004, p. 239). Essa contínua refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas. O *si* que emerge desse percurso não é transparente a si mesmo e, por isso, precisa da mediação dos signos para compreender-se. Em Ricoeur, não temos nem um *cogito* exaltado, à maneira de Descartes, nem um *cogito* humilhado, à moda nietzscheana, mas um *cogito* ferido (*blessé*), quebrado (*brisé*) (T&N 3; SO; GAGNEBIN, 1997).

A identidade narrativa ricoeuriana pode ser aplicada a indivíduos ou comunidades históricas. A identidade de ambos se constitui por meio de uma série de transformações e retificações às narrativas prévias sobre o si. Numa sessão psicanalítica, por exemplo, uma das finalidades é substituir fragmentos de histórias ininteligíveis e insuportáveis ao sujeito por uma história coerente e aceitável, na qual o analisando possa reconhecer sua ipseidade. Analogamente, a história de um povo procede da série de correções e ajustes que um historiador faz nas explicações de seus predecessores e mesmo nas lendas que precederam o trabalho historiográfico. Por isso, Ricoeur diz que “a história procede sempre da história” (T&N: 3: 444).

Tais apontamentos poderiam ser aplicados em uma investigação sobre a identidade nacional brasileira. Há muito tempo as narrativas que contamos sobre nós referem-se a nossa experiência e a transformam. Ideias como “a terra de bons ares em que se plantando tudo dá”; “a matriz cultural brasileira como resultado do cruzamento de três raças”; “a mestiçagem e democracia racial” não se detêm apenas em discussões livrescas, mas refiguram a maneira como os brasileiros representam a si mesmos. Com efeito, seria um equívoco tomar essas interpretações como expressão de alguma essência brasileira imutável, tal como a *identidade-idem*. Todavia, as interpretações e ensaios sobre o Brasil podem ser compreendidos como exemplares de nossa identidade narrativa, que comporta, inclusive, a mudança ao longo do tempo, sem que com isso os leitores deixem de reconhecer sua experiência sendo narrada.

Um dos limites da identidade narrativa é que ela não produz uma identidade estável, sem falhas. Da mesma maneira que é possível tecer várias tramas – algumas até opostas entre si – sobre os mesmos acontecimentos, existe a possibilidade de contar várias intrigas sobre a própria vida ou sobre uma comunidade histórica. Esse rebento frágil, nascido do enlace da história e ficção, recebe componentes de ambas. O componente histórico da identidade narrativa a coloca perto das verificações

documentais da narrativa historiográfica, ao passo que o componente ficcional a aproxima das variações imaginativas que desestabilizam a identidade narrativa. Dissemos acima que Chartier critica Ricoeur porque a teoria da leitura deste teria como pressuposto um “sujeito universal, invariante e trans-histórico”. As discussões que analisamos até o momento, contudo, mostram que esse pressuposto não está presente na filosofia ricoeuriana.

Em *O si mesmo como um outro* (1990), Ricoeur avançou suas discussões sobre identidade narrativa. Essa transição entre uma obra e outra não aconteceu sem que o argumento fosse moldado e ajustado. Nas conclusões de *Tempo e narrativa*, a identidade narrativa é apresentada como uma alternativa que *substitui* a identidade-*idem*: “O dilema desaparece se a identidade entendida no sentido de um mesmo (*idem*) for *substituída* pela identidade entendida no sentido de um si-mesmo (*ipse*).” (T&N 3: 443, grifo nosso). Nesse momento, a identidade narrativa está completamente associada à ipseidade em oposição à identidade substancial. Em sua obra posterior, o filósofo nuançou esta dicotomia. A narratividade passa a ser vista como um operador que pode dialetizar a mesmidade e a ipseidade ao colocar os dois pólos em interação contínua.

Uma das formas de permanência do tempo característica da identidade-*idem* é o caráter, que é um conjunto de marcas distintivas que permitem reidentificar o indivíduo humano como o mesmo, apesar da passagem do tempo. Entretanto, Ricoeur sublinha que o caráter, não obstante pertença à mesmidade, não é imutável. Na verdade, o caráter é constituído ao longo do tempo através de uma sedimentação de hábitos. O caráter foi precedido por uma inovação que se sedimentou e conferiu ao *idem* um aspecto de permanência no tempo. Cada hábito contraído e tornado uma disposição durável constitui um traço de caráter, um signo distintivo *com o que* reconhecemos uma pessoa, a identificamos novamente como a mesma. Por isso, não podemos pensar o *idem* da identidade pessoal sem

o *ipse*. Essa dinâmica tende a colocar o caráter no limite do recobrimento do *ipse* pelo *idem*, porém “mesmo como segunda natureza, meu caráter sou eu, eu mesmo, *ipse*; mas esse *ipse* anuncia-se como *idem*” (SO: 146). O caráter é o “o quê” do “quem”. Trata-se de uma sobreposição do *quem?* pelo o *quê?* que faz deslizar da pergunta *quem sou eu?* à pergunta *o que sou?*, porém, ainda assim, não podemos pensar o *idem* sem o *ipse*.

O polo da ipseidade, apesar de incluir a passagem temporal, também possui uma modalidade de permanência no tempo: a promessa. Quando o sujeito promete algo a alguém, ele se compromete a manter sua ipseidade, não obstante todo desejo de

mudança gerado pelo transcurso temporal. A manutenção da palavra dada é um modelo de permanência do si distinto do *caráter*, já que se inscreve na dimensão do *quem*, e não do *o quê*. Para Ricoeur, a oposição entre o caráter e a manutenção de si mesmo na promessa abre um *intervalo de sentido* que é preciso preencher pela noção de identidade narrativa. Portanto, a identidade narrativa oscila entre dois limites: em um confim inferior está a permanência no tempo, em que o *idem* recobre o *ipse*, o caráter; em um confim superior encontra-se uma manutenção de si, na qual o *ipse* tende a se colocar sem auxílio do *idem*, a promessa.

Além de esclarecer a compreensão ricoeuriana de subjetividade, a identidade narrativa traz outro importante aporte à nossa pesquisa, a saber, as implicações éticas da narrativa. Seja em sua variante historiográfica ou ficcional, jamais a narração está destituída de uma dimensão normativa, avaliativa e prescritiva. Ainda que implicitamente, o narrador tece juízos morais sobre as ações postas em enredo. Na tessitura da trama, uma maneira de avaliar o mundo e a experiência é sugerida ao leitor. Certamente, o sujeito que lê não está fadado a aceitar passivamente essa sugestão: “Cabe ao leitor, que volta a ser *agente*, iniciador de *ação*, escolher entre as múltiplas proposições de justiça ética veiculadas pela leitura” (T&N 3: 447, grifos nossos).

Não devemos nos esquecer de que o campo prático do qual a narrativa emerge – *mimesis I* – também já é dotado de valorações. Na visão de Ricoeur, a narrativa de ficção apresenta-se como um laboratório do imaginário no qual são experimentadas novas maneiras de avaliar as ações, seus motivos e consequências. O discurso ficcional está aberto às variações imaginativas e não está diretamente submetido a uma norma moral. Por isso, ele apresenta-se como um lugar profícuo para a experimentação de normas variadas, um espaço para ensaiar as implicações e consequências destas normas para as ações dos personagens (T&N 3; GENTIL, 2009).

A narrativa historiográfica também apresenta seus desdobramentos éticos. Ao compor uma intriga, o historiador agencia fatos, põe juntos acontecimentos em uma trama. Ele conta *quem fez o quê, por que e como*. A trama historiográfica ascreve a ação a um ou vários agentes, ela confere ao sujeito, ao personagem, uma iniciativa, ou seja, o poder de começar uma série de acontecimentos sem que isso se constitua em um início absoluto. Tudo isso permite sopesar as responsabilidades das ações realizadas pelos agentes históricos.

Graças ao processo de refiguração, na interpretação de um texto, o sujeito-leitor passa a compreender melhor a si mesmo. Ricoeur é mais explícito quanto à dimensão

ética da narrativa ficcional, que institui a ficção como uma espécie de laboratório para experimentação de regras morais; o filósofo não chega a especificar, ao menos nesse momento, como isso ocorreria na história. Como hipótese, sugerimos uma chave de leitura contida nas linhas abaixo. No caso da narrativa historiográfica, a contribuição para a formação valorativa do sujeito pode ocorrer através da avaliação ética de um percurso feito pelas ações dos homens no tempo. No confronto com o texto histórico, o leitor poderá examinar as consequências e implicações que ações concretas tiveram em um contexto determinado.

Não é novidade para nenhum historiador bem formado que, com a ascensão dos tempos modernos e o processo de fundamentação científica da escrita da história, passou a estar fora de nossa alçada propugnar lições de moral ou fornecer exemplos, como era corriqueiro na prática da história *magistra vitae*. Do ponto de vista epistemológico, poucos historiadores atualmente lamentam a interdição do conhecimento histórico em propor “leis” ou em investigar constantes e regras do comportamento humano. Todavia, o reverso dessa medalha não é nada agradável, especialmente da perspectiva ética. O preço a ser pago costuma ser uma perda de vínculo entre a historiografia e o mundo da vida prática. Já que não é mais possível aprender lições com a história, parece que ela tornou-se um conhecimento incapaz de orientar a ação humana.

Em nossa leitura, os apontamentos das implicações éticas da narrativa feitos por Ricoeur vislumbram um caminho para um possível enlaçamento entre o conhecimento histórico e a vida prática que não percorra o *tópos historia magistra vitae*. Vejamos em que medida as duas perspectivas se diferenciam. Em primeiro lugar, as noções de imutabilidade ou constância da natureza humana, que estão na base da *magistra vitae*, não são endossadas por Ricoeur. Seu recurso à identidade narrativa se dá precisamente para evitar as aporias que podem ser encontradas na identidade-*idem*, substancial, sempre idêntica a si. A identidade narrativa inscreve a historicidade, o caráter temporal da mudança, na coesão de uma vida. Ela permite ao sujeito ser si mesmo sem permanecer sempre o mesmo.

Em segundo lugar, retomando o sonho de Marcel Proust, o desejo de Paul Ricoeur é que o sujeito seja constituído como leitor, mas também como autor de sua própria vida, sua própria história. A sua história de vida é constantemente refigurada pelas histórias verdadeiras ou fictícias que são contadas sobre o si mesmo. A narrativa, seja ela historiográfica ou ficcional, é uma experiência de pensamento na qual

exercitamos a capacidade de habitar mundos diferentes dos nossos. No ato de leitura, há um novo impulso para a ação, uma provocação a ser e agir de outro modo (T&N 3). Para nós, longe de colocar sobre os ombros do historiador o peso de fornecer lições ao presente a partir do passado, a filosofia ricoeuriana abre a possibilidade de o leitor avaliar e se posicionar frente às ações de outrora, suas motivações, implicações éticas e normas morais.

Depois de perfazermos o itinerário ricoeuriano em *Tempo e narrativa*, uma questão fundamental para a pretensão de referência à realidade parece não ter sido tratada senão tangencialmente: o conceito de verdade. Em sua leitura da obra, Jean Grondin irá destacar justamente isso. Ele parte da assertiva, presente na trilogia de Ricoeur, de que a narrativa é capaz de trazer *orientação* para nossa condição temporal. Tal convicção, segundo Grondin, desembocaria em uma acepção pragmatista de *verdade narrativa*, já que o critério para julgar as proposições estaria assentado no efeito prático que elas são capazes de gerar. Conquanto Ricoeur tenha prometido na última página do segundo tomo da obra que “apenas depois da teoria da leitura (...) é que a narrativa de ficção poderá reivindicar seu direito à verdade, ao preço de uma reformulação radical do problema da verdade” (T&N 2: 234), Grondin sentencia: “Qual é o critério de verdade no universo narrativo? A abertura de um mundo suscetível de ser habitado? A abertura de um mundo é proposição de sentido, mas o que faz dela uma verdade? Não encontramos nenhuma resposta clara e distinta a esta questão em *Tempo e narrativa*” (GRONDIN, 1990, p. 135).

A necessidade de uma concepção mais firme sobre a verdade é sublinhada nos comentários de Grondin. Por causa disso, ele se indaga: se a verdade de uma narrativa consiste em sua capacidade de transformar o agir humano, o leitor foi alçado à categoria de árbitro da verdade? Se for o caso, a filosofia ricoeuriana estará embaraçada nas linhas do pragmatismo e do relativismo, afinal, cada leitor teria uma verdade distinta sobre o que é narrado.

Em um primeiro instante, as ponderações de Grondin parecem colocar em xeque nossa hipótese sobre o realismo crítico de Ricoeur, uma vez que evidenciaria uma lacuna no processo de representação do passado histórico. Todavia, “onde há perigo, ali também cresce o que salva”, como nos lembra o poeta Hölderlin. A resposta de Ricoeur a essa objeção, assim como a nossa interpretação sobre a questão da verdade e representância, forma a semente que germinará no capítulo vindouro.

Capítulo 4

Verdade e representância do passado histórico

A verdade histórica pode ser equiparada às nuvens, que somente ganham forma à distância dos olhos.

Wilhelm von Humboldt

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.

Marc Bloch

Prolegômenos

Arremetamos o capítulo precedente com a exposição da crítica feita por Jean Grondin à noção de verdade em *Tempo e narrativa*. Além de apresentar a réplica de Ricoeur a essa objeção, faremos do problema da verdade o *leitmotiv* – ou motivo condutor – desse capítulo, juntamente com o conceito de *representância*. Esforçar-nos-emos para, dentro de nossos limites, discutirmos a unidade e as discontinuidades contidas nas reflexões ricoeurianas sobre a historiografia. Em alguns momentos, a conexão entre os argumentos de uma obra e outra é feita pelo próprio filósofo, entretanto, é possível também ensaiarmos outras conexões que forneçam uma leitura coerente para o raciocínio de Ricoeur.

Em sua resposta à crítica de Grondin, Ricoeur ressalta que jamais empregou a noção de *verdade narrativa*, nem mesmo ao tratar da resposta ofertada pela narrativa às aporias da temporalidade (estas são chamadas de *réplicas poéticas*). Por isso, a refiguração posta em cena pela narrativa exerceria uma função de preparação para um tipo de verdade que estaria no plano ético e político. Tal função consistiria em “não separar manifestação (ou descoberta ou invenção) e transformação” (RICOEUR, 1990b, p. 204). Ora, sustenta o filósofo que se alguma noção de verdade está em disputa aqui ela não deve ser buscada no universo narrativo enquanto tal, mas na compreensão de si oriunda do entrecruzamento da história e ficção, ou seja, a identidade narrativa. As categorias de *atestação* e *testemunho* desempenham um papel de destaque nesse debate, que foi aprofundado por Ricoeur em *O si mesmo como um outro*. Ambas as concepções indicam que “a questão da verdade é reorientada em um sentido que não pode mais se

limitar à verdade da correspondência, e menos ainda, à verdade da verificação” (RICOEUR, 1990b, p. 205).

Em nossa visão, essa reformulação do conceito de verdade não se limitou exclusivamente às ideias sobre *atestação de si* e testemunho contidos em *O si mesmo como um outro*. Empenhar-nos-emos em construir uma interpretação para amalgamar os argumentos arrolados pela a tese do artigo “A marca do passado”, assim como a de “A memória, a história, o esquecimento”, no que concerne à representância. Entretanto, antes de darmos um passo adiante na trajetória ricoeuriana, examinando a obra que o filósofo dedicou a problemas historiográficos após *Tempo e narrativa*, precisaremos recuar até uma das primeiras abordagens ricoeurianas sobre a historiografia, em *História e verdade* (1955). Esse movimento, esperamos, tornará mais clara a conexão entre as reflexões ricoeurianas sobre a história.

4.1 Objetividade e subjetividade em história: uma epistemologia mista

O interesse de Paul Ricoeur por temas da historicidade remonta ao início de sua carreira. O primeiro tomo de sua obra de estreia, *Filosofia da vontade – O voluntário e o involuntário*, foi publicado em 1950. Poucos anos depois, em 1952, uma primeira versão do ensaio “Objetividade e subjetividade em História” vinha a lume. Não é demais lembrar que, nesse contexto, o paradigma estrutural gozava de grande prestígio na cena intelectual francesa, inclusive na comunidade dos historiadores, sobretudo entre os *Annales* (DOSSE, 2008). Aliás, esse ambiente parece ter subsidiado uma das motivações para a escrita do artigo:

E essa lembrança soa por vezes como um despertador quando o historiador é tentado a renegar sua intenção fundamental e a ceder à *fascinação de uma falsa objetividade*: a de uma história em que não houvesse senão estruturas, forças, instituições e não mais homens e valores humanos (HV: 43, grifos do original).

A investigação sobre a verdade em história tem como ponto de partida a reflexão sobre a objetividade e a subjetividade que estão em jogo na pesquisa e na escrita da narrativa historiográfica. A objetividade que esperamos da história, esclarece Ricoeur, é uma objetividade própria, que lhe é conveniente, e não um procedimento importado das ciências naturais. Afastando-se da epistemologia positivista, o filósofo francês diz que “há tantos níveis de objetividade quantos procedimentos metódicos” (HV: 24). Por isso,

a história pode proporcionar um acesso ao passado das sociedades humanas digno de receber o título de objetivo sem incorrer em um empréstimo metódico das ciências duras.

Em contrapartida, essa expectativa de objetividade suscita outra, a de uma certa qualidade de subjetividade que é apropriada à objetividade histórica, afinal, não há objetos se não houver um sujeito capaz de conhecê-los. O exercício do ofício do historiador deverá permitir a separação entre uma subjetividade boa e uma subjetividade má (HV). Desse modo, percebemos que Ricoeur recusa a dicotomia entre o horizonte de objetivação, saliente nas ambições científicas da história, e a perspectiva subjetivista (DOSSE, 2008). Para nós, o esforço ricoeuriano de conciliar esses polos não trilha atalhos. O filósofo visa expor como a objetividade histórica é incompleta e também a maneira pela qual a subjetividade histórica pode ser controlada metodicamente.

O primeiro movimento a ser feito aponta para a dimensão objetiva do conhecimento histórico. *A apologia da história* (1949), de Marc Bloch, está na base das considerações ricoeurianas a esse respeito. O historiador francês defende que o fato de a observação histórica ser indireta, isto é, sempre feita pela mediação de fontes e testemunhos, não diminui a cientificidade da objetividade histórica. Todavia, “observar não significa nunca registrar um fato bruto” (HV: 25). No labor da pesquisa, o historiador se dirige ao documento e lança-lhe questões e hipóteses em busca de repostas. O método historiográfico institui determinados vestígios deixados pelo passado, como documentos, atribuindo-lhes uma significação. O fato histórico é uma construção metódica, objetiva, mas que não está isento da subjetividade do historiador.

Outro apontamento ricoeuriano embasado em *A apologia da história* diz respeito à análise histórica. Ao interpretar a máxima rankeana que propõe ao historiador contar as coisas tal como aconteceram, Bloch se recusa a tomá-la como uma ambição de reviver e recompor o passado, numa coincidência plena entre narrativa e ação: “A objetividade histórica consiste, precisamente, na renúncia à coincidência, à revivência, nessa ambição de elaborar encadeamentos de fatos ao nível da inteligência historiadora” (HV: 26). Na leitura de Dosse, Ricoeur une-se a Bloch na oposição ao ponto de vista de Michelet sobre a necessidade de ressurreição do passado a partir de uma reencarnação do Outro em uma imediatez emocional. Em sentido inverso, nossa dupla de autores prefere a análise, isto é, a decomposição do passado em categorias de inteligibilidade, assim como a busca de relações causais entre as partes (DOSSE, 2008).

Malgrado se ocupe da análise do passado, o historiador não renuncia, em sua narrativa, a uma tentativa de síntese. Na consciência do sujeito cognoscente reside a ideia do fato histórico total, do “passado integral”. Mas, ela não passa de uma ideia reguladora no sentido kantiano, um limite que, conquanto jamais seja atingido, deve permanecer como horizonte orientador da pesquisa. Nada é mais mediato que essa totalidade, assevera Ricoeur. Ela é uma “concepção ordenadora”, fruto da teoria da história, produto de um esforço do historiador de organizar a realidade. Por isso, “nenhuma concepção ordenadora abarcará toda a história: uma época é ainda um produto de análise; a história jamais apresentará a nossa compreensão senão partes totais (...) isto é, sínteses analíticas” (HV: 27).

O ofício do historiador é visto por Ricoeur como um saber de epistemologia mista e objetividade incompleta. Bem entendido, incompletude não equivale a uma imprecisão sem contornos definidos. Embora a observação histórica e a crítica documental confirmem uma certa objetividade à pesquisa histórica, não podemos nos esquecer de que não há história sem historiadores. O filósofo elenca três traços que desenham a objetividade histórica incompleta e demandam a participação da subjetividade do historiador.

O primeiro traço consiste no juízo de importância embutido na escolha do historiador por seu objeto de análise. O sujeito do conhecimento opera uma seleção na miríade de eventos e documentos que formam o passado histórico. O historiador subtrai de sua narrativa aqueles dados que considera acessórios, para assim criar uma continuidade entre os acontecimentos. A atribuição de um nexos causal entre os eventos constitui o segundo traço da objetividade incompleta. Para Ricoeur, a causalidade empregada no conhecimento histórico será de tipo fraco, pois oscila entre o determinismo e a probabilidade (HV), sem estabelecer um critério forte de necessidade, por estar sempre aberta às contingências e ao imponderável.

Outro traço da objetividade histórica incompleta é da ordem da linguagem. Uma das tarefas da história é dar nome àquilo que mudou, que foi abolido, que foi *outro*. Quanto a isso, eis a sentença ricoeuriana: a linguagem histórica é necessariamente equívoca. Ao investigar conceitos como servidão, tirania, feudalidade e Estado, o historiador tenta traduzir para a linguagem contemporânea instituições que foram abolidas ou completamente reformuladas. Entre o sujeito cognoscente e seu objeto há uma “distância histórica”, e o tempo histórico parece contribuir como um fator de dessemelhança e afastamento. Como a linguagem histórica jamais é unívoca na

designação do passado, o historiador necessita de uma capacidade cognitiva: uma imaginação temporal. A época estudada é tomada por ele como presente de referência; a partir daí, há o futuro desse presente, que leva em conta as expectativas de outrora, de forma semelhante. O passado desse presente consiste na memória dos homens de então (HV).

O último traço é designado pelo caráter humano do passado: “O que a história quer explicar e compreender em última instância são os homens. O passado do qual nós estamos distanciados é o passado humano” (HV: 31). A história é animada por um desejo de *encontro* e um anseio de *explicação*. O historiador dirige sua subjetividade em direção aos homens do passado a partir de sua própria experiência. Ele evoca valores pretéritos, esforça-se para recriar os pensamentos da época. O encontro com a alteridade é possível na historiografia porque:

O historiador faz parte da história; não apenas no sentido banal de que o passado é o passado de seu presente, mas no sentido de que os homens do passado fazem parte da mesma Humanidade. A história é, portanto, uma das maneiras pelas quais os homens “repetem” seu pertencimento à mesma humanidade; ela é um setor de comunicação de consciências (HV: 32).

A intrusão da subjetividade do historiador não leva Ricoeur a conceber uma dissolução do objeto de estudo. A objetividade histórica é correlata à subjetividade historiadora. Nesse momento, há uma crítica ricoeuriana às iniciativas ditas positivistas na historiografia que limitam a objetividade à crítica documentária. Em sentido inverso, lembra Ricoeur, o juízo de importância, a equívoca linguagem histórica e a imaginação temporal, “estas disposições subjetivas são dimensões da própria objetividade histórica” (HV: 34). Entretanto, a subjetividade que está em questão não é de qualquer tipo. O critério para o julgamento da boa e da má subjetividade não virá de uma especulação ou lição que o filósofo tenta prescrever ao historiador, mas de seu próprio *métier*: “A subjetividade do historiador, como toda boa subjetividade científica, representa a vitória de uma boa subjetividade sobre uma má subjetividade” (HV: 33).

Diante disso, a pergunta que resta ser respondida é: o que diferencia a boa da má subjetividade? Em primeiro lugar, Ricoeur ressalta que o ofício do historiador – a prática de pesquisa – educa a subjetividade historiadora: “A história faz o historiador tanto quanto o historiador faz a história. Ou antes: O ofício do historiador faz a história e o historiador” (HV: 34, grifo do original). Para aceder à boa subjetividade, é preciso

haver uma cisão entre o sujeito do conhecimento e o sujeito *patético*,⁶⁶ com seus ressentimentos e ódios. Isso quer dizer que o historiador não deve projetar suas mágoas ou simpatias em seu objeto. Uma vez mais, Bloch está no horizonte quando apregoa que nosso ofício é “compreender e não julgar”. Para não falar no adágio de Tácito, que buscava escapar tanto ao ódio quanto à adulação, e escrever a história *sine ira et studio*. O sujeito *patético*, no sentido que explicitamos, não é composto somente por paixões políticas ou similares; para Ricoeur, ele também é formado pela *apatia* da hipercrítica, que deprecia todos os valores que encontra (HV).

Nesse momento de nossa interpretação, cumpre-nos fazer alguns esclarecimentos. Ao propugnar a cisão entre as subjetividades Ricoeur não subscreve nenhuma receita de neutralidade ou mesmo imparcialidade. Antes, como destacamos nos prolegômenos, isto marca um deslocamento do problema da verdade para o campo ético.⁶⁷ A cisão, à moda kantiana, entre o *eu* da pesquisa e o *eu* patético não implica apagamento do sujeito, mas um controle metodológico da subjetividade. O juízo de importância, a imaginação temporal e a linguagem histórica demandam uma delimitação com base em critérios metódicos.

A propósito, a correlação entre objetividade e subjetividade na reflexão ricoeuriana sobre a história nos fornece uma ocasião favorável para demarcarmos o realismo crítico de Ricoeur. A busca da verdade, primordial ao conhecimento histórico desde seu nascimento, ensejou, durante muito tempo, metáforas de imparcialidade. Koselleck recorda que a promessa de articular um discurso verdadeiro era feita pelos historiadores desde a Antiguidade Clássica como maneira de singularizá-los em relação aos fabulistas. Na escrita histórica pré-moderna, os ideais de verdade e objetividade envolviam uma imparcialidade garantida pela abstração do sujeito do conhecimento. Tal projeto, revela Koselleck, escondia uma forma de *realismo ingênuo*: “Um indício inequívoco desse realismo ingênuo, que acredita poder fazer com que a verdade das histórias se manifeste intacta, é a metáfora do espelho. A imagem que o historiador, semelhante ao espelho, deve refletir não deve ser deturpada, empalidecida ou deformada” (KOSELLECK, 2006, p. 164).

⁶⁶ Termo derivado de *páthos*, que geralmente é traduzido como paixão ou aquilo que afeta a alma, suscitando algum sentimento.

⁶⁷ Na tese de Aldo Nelson Bona, essa característica atesta que a epistemologia da história em Ricoeur está centrada no sujeito, já que este é o centro das decisões morais: “O que queremos é afirmar que somente o compromisso moral do historiador pode aparecer como garantia de ‘cientificidade’ da história, uma cientificidade centrada na subjetividade como condição de possibilidade da objetividade” (BONA, 2010, p. 161-162).

A alegoria da *verdade nua e crua* povoava a mente de vários historiadores e teóricos, dentre os quais Koselleck destaca Luciano de Samósata, Niebuhr, Gervinus e o jovem Ranke. Para tanto, a tarefa do historiador seria narrar os acontecimentos sem maquiagens ou adornos poéticos. O historiador alemão dos conceitos observa que, certamente, vários autores consideraram a influência do narrador sobre a representação histórica, sendo que a associação da história à retórica, à ética e à poética é um indicador disso.⁶⁸ Entretanto, ele assegura que, até o século XVIII, a representação histórica remetia a uma verdade nua e sem adornos, passível de reprodução precisa e objetiva: “As metáforas, que contêm em si um realismo ingênuo, alimentam-se mais dos testemunhos oculares do que dos testemunhos auditivos que atestariam a verdade da história” (KOSELLECK, 2006, p. 166).

Sob o ângulo daquilo que Koselleck chamou de realismo ingênuo, a medida da verdade está na coisa em si, no conteúdo da narração. Essa perspectiva realista, nas palavras de Jean Ladrière, confere prioridade à realidade objetiva e concebe o conhecimento como um processo receptivo no qual o sujeito não importa se não por sua capacidade de ser afetado por uma ação que lhe é exterior (LADRIÈRE, [s.d.]). Em sua versão mais radical, o conhecimento é visto como um espelho da realidade. Trocando em miúdos, o conhecimento é visto como contemplação da realidade, o sujeito é um contemplador, e a verdade, uma correspondência do conhecimento com a realidade; o índice da verdade está na prova e seu caráter de evidência e demonstração (DOMINGUES, 1993). Todavia, parafraseando Hartog, dizer a evidência da história não é nada evidente e abre o espaço para um ponto de interrogação (HARTOG, 2011).

Como temos visto, o realismo crítico ricoeuriano não pode ser tomado como um realismo ingênuo. Na *démarche* de Ricoeur, objetividade e subjetividade são polos inter-relacionados e não excludentes. Ivan Domingues endossa o coro ricoeuriano sobre a necessidade de cindir o sujeito simplesmente psicológico e empírico (*eu patético*) do sujeito cognoscente (*eu da pesquisa*). A *boa* subjetividade não contempla as inclinações e preconceitos do historiador, mas abarca sua capacidade de observar, inventariar, avaliar, ordenar, abstrair, preencher lacunas e criar formas para as matérias históricas (DOMINGUES, 1996). Em Ricoeur, a subjetividade historiadora não é a-pática (desprovida de *páthos*). O historiador não estuda seu objeto com indiferença ou uma

⁶⁸ O próprio Luciano, que havia proposto a metáfora do espelho em seu tratado *Como se deve escrever a história*, tratou de relativizá-la, ao comparar o historiador a um escultor, cuja matéria-prima é dada de antemão, mas que recebe uma forma construída pelo autor, que lhe imprime algo de seu (KOSELLECK, 2006; DOMINGUES, 1996).

neutralidade anódina. Ele é movido por um compromisso com a verdade. Se lembrarmos de *Tempo e narrativa*, podemos falar na dívida que o historiador tem com os vivos antigos, na busca de fidelidade da representância para com as coisas que foram e não são mais.⁶⁹ Poderíamos mencionar ainda o questionamento retroativo da historiografia, que pode reativar os projetos de futuro não realizados no passado, mostrando que o curso da história é marcado pela incerteza em relação ao porvir:

Não há, pois, história sem uma *ἐποχή*⁷⁰ da subjetividade cotidiana, sem a instituição desse eu de pesquisa do qual a história extrai seu belo nome. Porque a *ἱστορία*⁷¹ é precisamente essa “disponibilidade”, essa “submissão ao inesperado”, essa “abertura a outrem”, na qual a má subjetividade é transcendida (HV: 34).

Se o exame sobre a objetividade histórica começou nos limites da reflexão científica da história, agora “ela marca a distância entre uma boa e uma má subjetividade historiadora: de ‘lógica’ a definição de objetividade tornou-se ‘ética’” (HV: 34). Porém, não é somente a subjetividade do historiador que está em jogo na produção do conhecimento histórico. Existe também, na visão de Ricoeur, uma subjetividade filosófica, que é alimentada pela leitura de uma obra histórica. Um leitor-filósofo pode utilizar a história dos historiadores para cooperar no processo de afloramento da consciência: “Esse desvio da reflexão pela história é uma das maneiras, a maneira filosófica, de terminar em um leitor o trabalho do historiador” (HV: 36). Nesse sentido, a história é um setor de comunicação de consciências, uma vez que tanto os sujeitos estudados quanto o sujeito que estuda, além daquele que lê um livro de história, fazem parte da mesma humanidade. Por meio da leitura, a história auxilia a pessoa a sair da sua subjetividade privada e a experimentar em si mesmo outros modos de *ser-humano*.

⁶⁹ A reprise de uma citação fundamental pode tornar isso mais claro: “[O conceito de passado real] está sustentado por uma ontologia implícita em virtude da qual as construções do historiador tem a ambição de ser *reconstruções* mais ou menos aproximadas do que um dia foi ‘real’. (...) É tarefa de uma reflexão filosófica explicitar as pressuposições desse ‘realismo’ tácito que o mais militante dos ‘construtivismos’ da maioria dos historiadores epistemólogos não consegue abolir. Daremos o nome de *representância* (ou de *lugartenência*) às relações entre as construções da história e seu *contraponto* (*vis-à-vis*), a saber, um passado que é ao mesmo tempo abolido e preservado nos vestígios” (T&N 3: 183, grifos nossos).

⁷⁰ Em grego, no original. Termo que pode ser traduzido como “época”, *i.e.*, um determinado momento no tempo que serve como ponto de fixação da duração. Agradecemos a Henrique Martins de Moraes pela ajuda na tradução e detalhes etimológicos.

⁷¹ Em grego, no original. Termo vertido como “história” – título da obra de Heródoto – que também significa pesquisa e investigação. Agradecemos a Henrique Martins de Moraes pela ajuda na tradução e detalhes etimológicos.

A estratégia por nós adotada para inquirir alguns argumentos de *História e verdade*, após termos passado em revista as principais teses de *Tempo e narrativa*, nos permitirá lançar um olhar retrospectivo, que evidencie as conexões e interrupções entre uma pesquisa e outra. Curiosamente, nas fontes às quais tivemos acesso, jamais vimos o próprio autor realizando isso. O pensamento sobre a ligação de tais obras foi realizado primeiramente por Maria Villela Petit. A autora é vigilante quanto às armadilhas que esse empreendimento esconde: a tentação de considerar o embrião de uma obra madura contido numa obra anterior. O risco dessa analogia é que o tempo perca sua qualidade de tempo humano, aberto a iniciativas e encontros, para se tornar um mero fator de maturação de ideias. Petit elenca três questões que estariam na base das reflexões ricoeurianas sobre a história desde a coletânea de artigos dos anos de 1950. Vejamos: 1) a consideração do tempo como força dispersora e difusora e da narrativa, como trabalho de síntese e composição, em virtude do qual surge o significado; 2) a desconfiança de Ricoeur em relação às filosofias da história “substancialistas”; 3) o interesse por uma epistemologia não positivista da história e pela historiografia francesa, sobretudo pela tradição dos *Annales*. Para nossos propósitos, a primeira e a terceira questões são as principais (PETIT, 2007).

Em nosso Capítulo 2, tivemos a oportunidade de nos debruçar sobre a tese central de *Tempo e narrativa*, segundo a qual o tempo é humanizado pela articulação narrativa, e a narrativa é significativa ao esclarecer nossa condição temporal. Essa correspondência, de acordo com Petit, já estaria sugerida em *História e verdade* nas seguintes passagens:

a) “É o julgamento de importância que, pela eliminação do acessório, *cria a continuidade: é o vivido que é descosido, lacerado pela insignificância; é a narrativa que se mostra encadeada (lié), carregada de significação graças à continuidade*” (HV: 29, grifo nossos).

b) “O historiador não pode escapar a essa natureza do *tempo*, na qual, desde Plotino, reconhecemos o *fenômeno irreduzível do afastamento de si, do estiramento, da distensão*, em suma da alteridade original” (HV: 30, grifos nossos).

Os excertos selecionados por Petit, com efeito, nos remetem a *Tempo e narrativa*. Percebemos que, desde *História e verdade*, o filósofo compreende o tempo como um fenômeno de *distentio animi* – para empregar os termos de Agostinho – e a narrativa, como o discurso capaz de criar continuidades, sínteses, concordâncias, matrizes de sentido. Embora a autora não se detenha sobre os argumentos da

epistemologia não positivista de Ricoeur, subjacente a ambos os livros, poderíamos aventar a postura ricoeuriana de não apresentar objetividade/subjetividade e história/ficção como polaridades autoexcludentes. Mesmo conjugando essas extremidades, no juízo ricoeuriano, a historiografia oferece uma representação confiável do passado histórico e permanece fiel ao seu compromisso com a verdade.

Contudo, a relação entre as obras não é somente de continuidade. Há também distâncias, que não se resumem ao plano da conceitualização, mas atingem a complexidade com que as problemáticas são tratadas (PETIT, 2007). Na obra dos anos de 1950, o pertencimento da história à classe das narrativas, embora seja sugerido, não é explorado em suas minúcias. Somente em *Tempo e narrativa*, a continuidade temporal – síntese do heterogêneo – foi profundamente elaborada com a noção de criação de enredo (*mise en intrigue*).

Um olhar um pouco mais acurado pode insinuar outras afinidades entre as obras. Gostaríamos de assinalar que, desde *História e verdade*, Ricoeur está sensível à dimensão linguística do conhecimento histórico, como atestam suas considerações sobre a equivocidade da linguagem histórica, ou seja, a sua multiplicidade de sentidos. Outro vínculo entre os livros diz respeito ao efeito produzido pelo mundo do texto no campo prático. Nos anos 1950, a atenção do filósofo já cingia a leitura “porque a história do historiador é uma obra *escrita* ou ensinada, que, como toda obra escrita e ensinada só se conclui no leitor, no aluno, no público” (HV: 35, grifo nosso). A possibilidade da leitura de uma obra histórica ajudar no afloramento da consciência delineia as linhas mestras daquilo que recebeu, em *Tempo e narrativa*, o título de refiguração. Ademais, ambas as pesquisas mencionam a importância de a elaboração de um vínculo causal entre os eventos salvaguardar a contingência no curso da história. Na trilogia dos anos de 1980, esse raciocínio é esmiuçado com a imputação causal singular, que trabalha no registro da probabilidade, ao construir cursos imaginários para os acontecimentos.

Dito isso, podemos começar a traçar os pontos cardeais de um esquema clássico da teoria do conhecimento. Conforme Ladrière, o problema do conhecimento envolve uma relação entre os polos do objeto, do sujeito e também da representação (LADRIÈRE, [s.d.]). Tendo em vista que já discorreremos um pouco sobre os dois primeiros, cabe abriremos o caminho para o terceiro, que, aliás, está no cerne de nosso problema central.

4.2 O testemunho e a prova documental

Em *A memória, a história, o esquecimento*, assim como em boa parte dos artigos publicados após *Tempo e narrativa* em que trata do conhecimento histórico, Ricoeur passou a adotar e adaptar a concepção de operação historiográfica cunhada por Michel de Certeau. Inicialmente, o historiador francês havia dividido o labor historiográfico em três instâncias, quais sejam, um lugar social, uma prática e uma escrita. Por seu turno, desde os textos de “História e retórica” e “Filosofias críticas da história: pesquisa, explicação, escrita”, ambos publicados em 1994, o filósofo prefere organizar o trabalho da história em três momentos: a fase da pesquisa documental, a fase da explicação e a escrita. Alguns anos depois, Ricoeur preferiu realizar sutis modificações, sem alterar a estrutura triádica, de tal modo que a operação ficou descrita como fase documental, explicação/compreensão e representação historiadora.

A primeira diferença em relação à concepção de Certeau que nos salta aos olhos diz respeito à aparente ausência da dimensão institucional do conhecimento na caracterização ricoeuriana, ou a pouca ênfase nela. Dosse relata que, em um debate ocorrido no ano de 1984, de Certeau já havia questionado Ricoeur sobre sua negligência em relação a esse aspecto. O filósofo tentava justificar suas reservas expressando suas reticências em relação a um sociologismo praticado por alguns setores do marxismo que construía relações diretas e mecânicas entre a estrutura social e a produção de conhecimento,⁷² embora tal rigidez não estivesse presente em de Certeau: “Trata-se de uma simples reserva que tenho frente a uma sociologia da historiografia, na medida em que oculta as apostas ontológicas do referente” (RICOEUR, *apud* DOSSE, 2009, p. 13).

A operação historiográfica ricoeuriana nos possibilitará avançar nossa pesquisa sobre a representação do passado histórico. Esse conceito está no primeiro plano no artigo que data de 2000, e é fruto de uma palestra pronunciada nos quadros da 22ª conferência “Marc Bloch”, publicada na *Revista dos Annales* no mesmo ano. O argumento central de “A escrita da história e a representação do passado” consiste em sustentar que a questão da representação mnemônica precede a representação histórica do passado. Tal tese subjaz à investigação mais ampla sobre as relações entre história e memória contidas na obra *A memória, a história, o esquecimento*, que também veio a

⁷² “Mas um outro equívoco nos espreitaria, o de uma relação entre infra – e superestrutura, termos dos quais a vulgata marxista (que não confundo com a obra maior de Marx) usou e abusou; cada uma das três operações do empreendimento historiográfico faz as vezes de nível de base para as outras duas, na medida em que elas servem de referente para as outras duas” (MHE: 170).

lume em 2000. Para Ricoeur, a história é herdeira de um problema que é colocado à memória a partir do momento em que Platão enuncia a aporia da *eikón*, *i.e.*, a imagem presente de uma coisa ausente. Quando nos lembramos de algo, a imagem que se forma em nosso espírito traz o enigma da presença em imagem de algo ausente. Tal mistério também cobre a imaginação e a fantasia. Porém, como nos lembra Aristóteles, a marca da anterioridade sobre a coisa evocada distingue a memória da imaginação, já que apenas a primeira é do passado.⁷³ “A marca do passado”, segundo Ricoeur, não abole o enigma, mas o estende no tempo (RICOEUR, 2012).

Ainda que não dissolva a aporia, a marca do passado torna saliente algo importante. A imagem mnemônica é uma inscrição que representa outra coisa, ela é signo de algo anterior. Além disso, pressupõe-se uma ligação de semelhança entre a imagem e a cena original à qual faz referência, ou seja, entre a coisa presente e a coisa ausente. Nesses termos, Ricoeur formula os seguintes questionamentos:

Representar é apresentar de novo? É a mesma coisa ainda outra vez? Ou é outra coisa que não uma reanimação do primeiro encontro? Uma reconstrução? Mas em que uma reconstrução se distingue de uma construção fantástica, fantasiosa, isto é, de uma ficção? Como a posição de real passado, de passado real, é preservada na reconstrução? (RICOEUR, 2012, p. 334).

A controvérsia sobre a representação está no fundamento seja da pretensão de fidelidade da memória, seja na engajada busca⁷⁴ pela verdade em história. Na filosofia ricoeuriana, a problemática da representação passa por um desdobramento do enigma da marca do passado. Essa questão perpassa todas as fases da operação historiográfica, ainda que estas não sejam etapas sucessivas, mas níveis de problemática e linguagem encadeadas. A distinção é menos cronológica que metodológica. Quanto a isso, Ricoeur postula que, se no contexto contemporâneo, alguns divorciam as teorias centradas na questão da prova em história da reflexão sobre a narrativa e seus efeitos, ele, enquanto um filósofo crítico da história, propõe-se a lutar contra esse desmembramento e a coordenar a pesquisa e a escrita numa concepção unificada de operação historiográfica (RICOEUR, 1994a).

⁷³ “Portanto, a memória não se separa, mas se ‘distingue’ da imaginação. A memória é lembrança de *uma experiência anterior*, a imaginação não tem tempo anterior e nem lugar exterior” (REIS, 2010, p. 33, grifos nossos).

⁷⁴ Em “A escrita da história e a representação do passado” (2000), Ricoeur emprega a expressão “voeu de verité en histoire”. A palavra *voeu*, por vezes, é utilizada para expressar uma promessa feita a Deus, um voto, mas também pode expressar um engajamento tomado para consigo mesmo. Ambas as acepções sinalizam para um comprometimento com a manutenção de uma espécie de promessa. Conferir *Dictionnaire Le Robert micro*, 2008, p. 1418.

Antes de investigarmos as fases da operação historiográfica sob o prisma da representação do passado, cumpre ressaltar que, na visão ricoeuriana, todas as fases do labor historiográfico estão articuladas em linguagem escrita. Dessa forma, não apenas a última fase deve ser chamada de escrita da história, mas o conjunto dos procedimentos: “A história é, de uma ponta a outra (*de bout en bout*), escrita” (MHE: 171). O conceito de *historiografia* não designa apenas a fase escriturária ou a postura reflexiva, de segundo grau, sobre a pesquisa, mas a totalidade da operação historiográfica (RICOEUR, 2000).

Começamos abordando a fase documental que engloba os processos de arquivamento da memória, nos quais os testemunhos são tomados como documentos após passar pelo crivo do método crítico. Esse processo não está relacionado apenas a um lugar físico, espacial, mas também está ancorado em um lugar social. Ricoeur retém essa noção de de Certeau como uma crítica ao positivismo que imaginava dissolver a subjetividade e encontrar uma verdade “objetiva”, desde que fossem seguidos os métodos análise documental: “Os bons tempos desse positivismo estão definitivamente acabados” (CERTEAU, 2007, p. 67). Em vez disso, os autores sublinham a interferência do *não dito*, a saber, o lugar institucional da enunciação do discurso histórico. Mesmo considerando esse ingrediente essencial, Ricoeur lança uma advertência: “todavia, não é suficiente recolocar os historiadores na sociedade para dar conta do processo que constitui um objeto distinto para a epistemologia” (MHE: 211).

Para nossa pesquisa o que mais interessa é a conexão da fase documental com a representação do passado. Ricoeur considera que o testemunho é o elemento novo trazido pela história ao debate da *eikôn* e da representação. A novidade é constituída pela dimensão linguística inerente ao testemunho, que está ausente na metáfora da marca (RICOEUR, 2012). O testemunho trilha um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo, pelos documentos e culmina com a prova documental (MHE). Sua estrutura fundamental é uma fala que relata algo visto e pede crédito: “Eu estava lá; acredite em mim ou não, acrescenta ele; e se não acredita em mim, pergunte a outrem” (RICOEUR, 2000, p. 737). A dimensão fiduciária faz corpo com o testemunho.

Ao evidenciar o problema do testemunho na fase documental da operação historiográfica, Ricoeur se mostra atento a uma problemática marcante na conjuntura recente da teoria da história. A questão da Shoah e as tentativas de negacionismo dos campos de extermínio mergulharam a época contemporânea, ao menos desde a década

de 1980, em uma *era do testemunho*, de acordo com François Hartog (HARTOG, 2011). Diante das tentativas de contestar ou minimizar os acontecimentos do Holocausto, alguns sobreviventes se sentiram impelidos a testemunhar e atestar a realidade dos fatos: “Uma vez que o plano de extermínio previa também a supressão de todas as testemunhas, assim como dos vestígios do crime, o testemunho assumiu, de saída uma posição crucial” (HARTOG, 2011, p. 210). Para nós, uma análise equilibrada sobre a importância do testemunho na epistemologia da história ricoeuriana não pode perder esse contexto do horizonte.

Antes mesmo de lançar *Tempo e narrativa*, Ricoeur já se ocupava do problema do testemunho. Em um texto pouco visitado pelos comentadores, cuja primeira versão remonta a 1973, ele deslinda os vínculos entre o testemunho e os contextos histórico, jurídico e teológico, de tal forma a lançar as bases para uma *hermenêutica do testemunho*. Logo de saída, fica registrado que, em sua concepção, o testemunho envolve, mas não se limita, a uma narrativa que reporta algo visto. Destarte, o conceito compreende também palavras, obras, ações e vidas, que atestam uma intenção ou uma ideia que perpassa a experiência e a história (RICOEUR, [1973] 1994c).

Vejamos, então, quais as características que revestem o testemunho na obra ricoeuriana. Em primeiro lugar, o testemunho é apresentado com um sentido *quase-empírico (quasi-empirique)*. Ele designa a ação de relatar algum acontecimento que foi visto ou escutado. Sua quase-empiricidade se dá porque ele difere da percepção em si que a testemunha teve. O testemunho já é enunciado com a estrutura de uma narrativa de acontecimentos, portanto, ele transporta as coisas vistas para o plano das coisas ditas. Isso tem uma implicação importante no plano linguístico; o testemunho envolve uma relação dual: há aquele que testemunha e também aquele que recebe o testemunho. Apenas pela audição do relato o interlocutor irá acreditar ou não na realidade dos fatos. Outro aspecto relevante é que, para Ricoeur, o testemunho está a serviço de um julgamento, de um juízo. Logo, ele não equivale a uma mera constatação, ainda que tenha caráter ocular. O ato de testemunhar também emite uma opinião sobre uma sequência de acontecimentos e o encadeamento das ações. Ele valora os motivos de uma ação, o caráter de uma pessoa, em suma, atribui um sentido aos eventos (RICOEUR, [1973] 1994c). Tal assertiva ricoeuriana remete-nos às suas considerações que examinamos no capítulo antecedente a respeito das implicações éticas da narrativa e sua inalcançável neutralidade valorativa.

A ligação entre o testemunho e a instância jurídica indica que, assim como temos dito, a reflexão de Ricoeur sobre a historiografia não cobre apenas uma dimensão epistemológica, mas abarca também a ética e moral. Nesse sentido, o testemunho é colhido em uma situação de processo, de dissenso entre duas partes a respeito de um assunto. Somente porque há contestação, a testemunha é convocada a atestar algo. Se lembrarmos dos “assassinos de memória”, que tentam negar o Holocausto, isso fica bastante nítido. O uso que Ricoeur faz da noção de testemunho na esfera historiográfica é classificada por ele próprio como uma “transposição característica e instrutiva de um conceito eminentemente jurídico” (RICOEUR, [1973] 1994c, p. 113). Isso porque qualquer documento que forneça informações sobre o passado é usado pelo historiador como um argumento a favor ou contra determinada tese, num procedimento que guarda certas analogias com um processo judicial.

Após essas considerações de cunho um tanto quanto generalizante, nossa atenção se voltará às particularidades do testemunho na operação historiográfica, ainda que, como sublinha Ricoeur, o ato de testemunhar, para além de seu uso historiográfico e jurídico, pertença ao campo prático das ações. Em tempos de negacionismo, um ponto fulcral do testemunho para a historiografia repousa sobre sua asserção da realidade factual do acontecimento narrado. A caução da declaração feita se dá por meio da experiência vivida pelo autor (MHE; RICOEUR, 2000). Em suas pesquisas etimológicas, Benveniste argumenta que o termo latino *testis* indica que a testemunha era compreendida como um “terceiro” elemento em um caso em que dois personagens estão envolvidos. O outro termo empregado também é relevante, *supertestes*, que é vertido como “sobrevivente”, ou melhor, aquele que subsistiu um evento e torna-se sua testemunha (BENVENISTE, 1995, p. 278).

Desde o artigo de 1973, Ricoeur tem enfatizado que o testemunho possui uma dimensão exterior que se conjuga com um aspecto interior ao sujeito. Nessa lógica, não há ruptura entre um testemunho de um evento e o testemunho que a consciência emite no processo de reflexão sobre si (RICOEUR, [1973] 1994c). A asserção da realidade do evento é indissolúvel à autodesignação do sujeito que testemunha: “eu estava lá!”. A atestação testemunhal atinge a realidade da coisa passada e a presença do narrador no local da ocorrência (MHE). Se recordarmos que o testemunho guarda semelhanças com uma narrativa, podemos conectar essas ideias ao conceito de identidade narrativa. A dialética interioridade/exterioridade que integra a identidade já era anunciada na década de 1970:

É preciso compreender, com efeito, que a consciência não avança rumo ao si mais interior senão ao preço da mais extrema atenção empregada à espreita dos signos do absoluto em suas figuras. À maior interioridade do ato corresponde a maior exterioridade do signo (RICOEUR, 1973, p. 134).

A dimensão dialógica do testemunho já foi por nós aludida. É diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual ela diz ter assistido. No momento da declaração, a testemunha se coloca como um terceiro (*testis; testis*). Todavia, ela não se limita a dizer que lá estava; ela demanda ser acreditada. Só quando o interlocutor aceita o testemunho, este pode ter seu processo de autenticação concluído. Mais do que autenticado, o testemunho é assim acreditado (MHE).

A importância atribuída por Ricoeur aos testemunhos não o conduz à ingenuidade. Empregá-los na operação historiográfica envolve a possibilidade de suspeita, isto é, confronto entre testemunhos.⁷⁵ Isso cria espaço para a controvérsia, para o debate público de ideias. A própria testemunha costuma dizer: “se não acreditam em mim, pergunte a outra pessoa.” Nesse processo, o sujeito pode ser convocado a reiterar seu depoimento. A testemunha ganha confiabilidade quando é capaz de manter, ao longo do tempo, sua versão sem contradições. Uma vez mais, somos colocados defronte à identidade narrativa. Como dissemos no capítulo anterior, ao fazer uma promessa, o sujeito se compromete a manter no tempo sua ipseidade, a despeito dos desejos de mudança. Algo semelhante ocorre com o testemunho. Em que pese às alterações que atingem o sujeito, também por meio da sustentação da palavra dada, o si mantém-se no tempo. Ambos são um ato de discurso que explicitam outro modo de manutenção do sujeito no tempo distinto da mesmidade, imutável e substancial (MHE).

Como importante componente da fase documental da operação historiográfica, o testemunho, além do seu aspecto de memória declarativa – “eu estive lá!” – também apresenta a possibilidade de arquivamento até ser erigido em prova documental. A disponibilidade de a testemunha ratificar sua declaração permite que o testemunho seja tomado por escrito, inscrito em um arquivo, que o abrigará como um vestígio. Se, originariamente, ele é oral ao ser arquivado, o testemunho ingressa na escrita da

⁷⁵ Pode ser que alguns leitores vejam aqui um eco da formação cristã de Ricoeur. No livro de Deuteronômio, há uma passagem na qual se afirma que, para provar um fato, são necessários, no mínimo, os depoimentos de duas testemunhas: “Uma só testemunha não se levantará contra alguém por qualquer iniquidade ou por qualquer pecado, seja qual for que cometer; pelo depoimento de duas ou três testemunhas, se estabelecerá o fato” (DEUTERONÔMIO, capítulo 19, versículo, 15).

operação historiográfica: “O arquivo é escrita (*écriture*); ela é lida, consultada. Nos arquivos o historiador profissional é um leitor” (MHE: 209).

No ensaio *O que é um texto?* (1970), focado por nós no capítulo inaugural, Ricoeur buscava enxertar a explicação estrutural em sua hermenêutica. Para tanto, admitia que, após escrito, o texto tem autonomia semântica em relação ao escritor. Logo, não faz sentido buscar, por meio de uma psicologia autoral, adivinhar quais eram as intenções da escrita (TA). Analogamente, o filósofo sustenta que, durante o processo de arquivamento, o testemunho é destacado do narrador para se tornar um texto em seu sentido pleno. Assim, o traço do arquivo instala uma ruptura em relação ao ouvir-dizer do testemunho oral:

Como toda escrita, um documento de arquivo está aberto a quem quer que saiba ler; ele não tem um destinatário designado, distintamente do testemunho oral endereçado a um interlocutor preciso; além disso, o documento que dorme nos arquivos não é somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desprenderam-se dos autores que os “puseram no mundo” (*ont enfantés*) (MHE: 213).

Em sua visita aos arquivos, Ricoeur convida, uma vez mais, a companhia de Marc Bloch, para valorizar o testemunho na qualidade de rastro. Na discussão metodológica feita pelo historiador francês, o testemunho é relevante, pois o objeto da história não é o passado, mas os homens no tempo, numa dialética entre passado e presente. Na metodologia de Bloch, o testemunho entra em cena na condição de rastro (*trace*). O vestígio seria para as ciências históricas o que a chamada observação direta é para as ciências naturais, um intermediário que permite acessar o objeto (MHE; BLOCH, 1952). O testemunho é operador, por excelência, de um conhecimento indireto, mediatizado.

A referência a Bloch é determinante para percebermos que a visão ricoeuriana sobre os testemunhos não é ingênua. Assim como o autor de *A apologia da história*, o filósofo estende o conceito a objetos não escritos, tais como cacos, ferramentas, imagens e moedas, enfim, os restos do passado que persistem no presente: “Tudo o que o homem diz, ou escreve, tudo que ele fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH 1952, p. 40). Acrescente-se a isso a dimensão crítica que distingue os testemunhos voluntários dos involuntários. Os primeiros são aqueles que querem construir uma imagem positiva sobre algo junto à posteridade. Os segundos são tomados à revelia (*malgré eux*) e forneceriam informações preciosas sobre os homens no tempo, precisamente naqueles detalhes que os autores pensavam não ser sensato dar

ao conhecimento. Para isso, o historiador não se restringe a pura e simplesmente registrar a palavra das testemunhas; ele as instiga a fazer falar, ainda que a contragosto, através do questionário. Apenas quando interrogados, os documentos podem falar (BLOCH, 1952). A relação da historiografia seja com os testemunhos escritos, seja com os não escritos é pautada pela crítica. Esta parece ter aberto aos historiadores uma terceira via – a qual temos chamado de realismo crítico: “A crítica histórica abriu um caminho difícil entre a credulidade espontânea e o ceticismo de princípio dos pirrônicos” (MHE: 217).

Ainda emparelhado ao pensamento de Bloch, Ricoeur esboça um método crítico, pois nem todos os relatos são verídicos, e mesmo os vestígios materiais podem ser manipulados: “De todos os venenos capazes de viciar o testemunho, o mais virulento é a impostura” (BLOCH, 1952, p. 54). Para a crítica dos testemunhos, alguns critérios são indispensáveis, como a comparação entre diferentes depoimentos, com atenção especial ao jogo de semelhanças e diferenças. Outro ponto elementar é a não contradição formal: “um acontecimento não pode ao mesmo tempo ser e não ser” (MHE: 219). O percurso do método blochiano vai da busca por desmascarar os plagiários, passa pelo discernimento de inverossimilhanças notórias e culmina na lógica das probabilidades. Esta última é fundamental, pois indica qual a ordem da verdade que é atestada nos testemunhos, segundo Ricoeur: “Talvez se devesse falar tanto de plausibilidade quanto de probabilidade. Plausível é o argumento digno de ser defendido em uma contestação” (MHE: 219).

A leitura atenta da obra dos historiadores singulariza a reflexão ricoeuriana sobre a história em meio aos filósofos, ainda que alguns, como M. Foucault, tenham até mesmo se aventurado em pesquisas documentais após consulta a arquivos. Para complementar a crítica dos testemunhos esboçada por Bloch, Ricoeur propõe o auxílio do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg. Os vestígios desempenhariam uma função de destaque na corroboração dos testemunhos. Para escapar às armadilhas da matematização da realidade contidas no paradigma galileano, o historiador italiano investe na lógica da probabilidade, na qual o “conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (GINZBURG, 1989, p. 157). Recolhendo argumentos dos historiadores citados, podemos defender que, embora a realidade seja opaca, existem regiões que se dão à decifração nos rastros e indícios, ou seja, as fontes fornecem uma espécie de observação da trajetória dos homens no tempo.

Na interpretação de Ricoeur, a principal contribuição legada por Ginzburg foi estabelecer uma dialética entre o indício e o testemunho no interior do conceito de rastro. Essa conjunção é possível porque tanto o indício como o testemunho indicam a passagem de algo, o acontecimento de alguma coisa. Todavia, ambos os conceitos não devem ser confundidos, mas, com a manutenção de suas peculiaridades, reunidos na noção ampla de *documento*.

A última etapa proposta para o testemunho que se tornou documento na operação historiográfica ricoeuriana se dá quando ele é transformado em *prova documental*. Isso é fundamental para nossos propósitos neste capítulo, pois, nas palavras do autor, “coloca-se neste estágio a noção de prova documental, que *designa a parte da verdade histórica acessível a esta etapa da operação historiográfica*” (MHE: 224, grifos nossos). Sob essa condição, a questão a ser elaborada é: o que é provado com a documentação? Se atribuímos um papel de prova aos documentos consultados, pondera Ricoeur, é porque vamos aos arquivos com perguntas em mente. Conforme sublinhou Antoine Prost, não existe observação sem hipóteses, nem fatos sem perguntas: é a questão colocada pelo historiador que constrói o fato.⁷⁶ A fase documental é sustentada por um tripé: rastro, documento e pergunta. Assim, o documento tende a se afastar do testemunho: “Para o historiador, o documento não é simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado” (MHE: 226). Ele é instituído pelo questionamento de tal maneira que tudo aquilo passível de ser interrogado e oferecer informações sobre o passado torna-se documento.

A construção do fato por intermédio do questionamento ao documento não deve nos conduzir a um construtivismo radical, que coloca em xeque a realidade do passado, mas pode apontar-nos aspectos notáveis do conhecimento histórico. Prost garante que a questão do historiador jamais é ingênua porque ela traz em seu bojo uma ideia tácita das fontes disponíveis e dos procedimentos de pesquisa necessários à sua comprovação. Ela já supõe um conhecimento mínimo do *métier* historiográfico. Uma consequência disso é que nunca se alcança uma leitura definitiva de determinado *corpus* documental: “O historiador nunca consegue exaurir completamente seus documentos; pode sempre questioná-los, de novo, com outras questões ou levá-los a se exprimir com outros métodos” (PROST, 2008, p. 77). Por isso, a história pode ser continuamente reescrita.

⁷⁶ “Não existem fatos, nem história, sem um questionamento. (...) Pela questão é que se constrói o objeto histórico, ao proceder a um recorte original no universo ilimitado dos fatos e documentos possíveis. (...) Ela serve de fundamento e constitui o objeto histórico. Em certo sentido o valor da história depende do valor de sua questão” (PROST, 2008, p. 75).

A epistemologia mista de Ricoeur, que concatena objetividade e subjetividade, parece estar no pano de fundo das considerações de Prost. Este salienta que a questão do historiador e a construção do fato não reduzem a historiografia à mera opinião subjetiva, nem tampouco coloca em cena um sujeito de conhecimento hipertrofiado. Dessa forma, a questão do historiador situa-se entre o polo subjetivo e o objetivo; se ela está enraizada na subjetividade historiadora, ela não pode prescindir de um ancoradouro na documentação (PROST, 2008).

Quanto a isso, a indagação que o próprio Ricoeur se faz é: o que pode ser considerado *provado* pela documentação? Sua resposta indica que a comprovação incide sobre fatos suscetíveis de serem afirmados em proposições singulares discretas que mencionam datas, lugares, nomes próprios e verbos de ação. Com efeito, sua vigilante epistemologia histórica adverte que o fato jamais coincide plenamente com o que se passou. Nesse momento, retomamos a distinção entre fato e acontecimento mencionada em nosso Capítulo 2. O fato é o conteúdo de um enunciado que visa representar o acontecimento. Por isso, ele deve ser compreendido como uma construção embasada em um complexo procedimento documental e comunicada via mediação linguística. A tese de um realismo crítico, que escapa tanto às ilusões objetivistas quanto ao relativismo antirrealista, parece ser reforçada com estes argumentos: “Será tão necessário resistir (...) à tentação de dissolver o fato histórico na narração e esta numa composição literária indiscernível da ficção, quanto é preciso recusar a confusão inicial entre fato histórico e acontecimento real rememorado” (MHE: 227).

Em nossos prolegômenos a este capítulo, apresentamos as réplicas ricoeurianas às críticas de Jean Grondin, segundo as quais as discussões de *Tempo e narrativa* desembocariam em um relativismo. Ricoeur dizia que a questão da verdade não poderia se limitar à verificação e à correspondência. Ironicamente, uma década após receber a pecha de relativista, Ricoeur seria rotulado pelo discípulo de Habermas, Rainer Rochlitz, como positivista, por causa de suas proposições sobre a prova documental contida em *A memória, a história, o esquecimento*. Para esse crítico, na trilogia dos anos de 1980, Ricoeur sustentava uma concepção hermenêutica de verdade em contraposição a uma verdade objetivista, ao passo que, na obra publicada em 2000, haveria “um outro conceito de verdade, que não é mais aquele da hermenêutica. Trata-se, desta vez, mais simples e classicamente de assegurar a exatidão dos fatos contados” (ROCHLITZ, 2001: 164). O autor chega a ir mais longe, ao afirmar textualmente “essa focalização sobre o aspecto factual da história, que lembra a historiografia positivista

do século XIX, com seu ideal de contar as coisas ‘tais quais elas efetivamente se passaram’” (ROCHLITZ, 2001, p. 164, grifos nossos).

Rochlitz admite que Ricoeur não defende um fundamento factual para a história somente pela metodologia historiográfica, mas que ele a entrelaça com uma teoria da memória que é concebida como essencialmente veritativa. A nosso ver, assim como ao de Johan Michel, a interpretação de Rochlitz contém sérios equívocos, inclusive no que diz respeito à sua leitura, que vê uma descontinuidade epistemológica entre *Tempo e narrativa* e *A memória, a história, o esquecimento* (MICHEL, 2006). A continuidade entre essas obras no que diz respeito à escrita da história também é endossada pelo comentador Alexandre Escudier (ESCUДИER, 2002).

Na análise de Michel, Rochlitz tem razão de sublinhar que um dos objetivos de *Tempo e narrativa* é combater a concepção de um realismo ingênuo de matriz positivista a respeito da representação do passado histórico. Em virtude disso, Ricoeur teria cunhado o conceito de representância para assinalar a impossibilidade da reduplicação pura e simples do passado, já que haveria uma porção ficcional inerente à escrita da narrativa histórica. Porém, Michel se contrapõe ao discípulo de Habermas ao afirmar que não há modificação no conceito ricoeuriano de verdade histórica entre a obra dos anos de 1980 e a dos anos 2000. Em ambas, haveria uma recusa da aceção da verdade-correspondência. Para esse comentador, a representância, conceito de cunho hermenêutico e tensional, satisfaz o anseio de fidelidade da historiografia em relação ao passado histórico. A conclusão de Michel corrobora com nossa hipótese e caracteriza a posição de Ricoeur como não estando alinhada nem ao realismo ingênuo, nem ao relativismo; essa posição mediana também é por ele chamada de realismo crítico. (MICHEL, 2006).

A interpretação de Michel assemelha-se bastante à nossa, contudo, há algumas diferenças. Para nós, o realismo crítico de Ricoeur não se circunscreve estritamente a suas teses em *A memória, a história, o esquecimento*, mas também abarca suas considerações em *Tempo e narrativa* e *História e verdade* e nos artigos por nós analisados. Ademais, propomos uma investigação um pouco mais detida acerca da verdade histórica na epistemologia ricoeuriana. Concordamos que – como o próprio Ricoeur já advertiu –, em sua filosofia, a verdade não se limita à correspondência e à verificação. Entretanto, será que essa dimensão pode estar completamente ausente do discurso histórico? A falta de algum grau de correspondência com a realidade do passado histórico não abriria brechas para toda sorte de relativismos e negacionismos?

Parece que, ao refletir sobre a prova documental, Ricoeur não abdicou de uma instância de verificação à verdade histórica, conquanto não a restringisse a isso.

Após a crítica dos testemunhos e o estabelecimento dos *corpora* documentais, o historiador constrói o fato, tendo o evento como sua contraparte. O fato é a “coisa dita”, o “o quê” do enunciado. O acontecimento é a “coisa do que se fala”, o “a propósito de que” do discurso historiográfico. Levando isso em conta, segundo Ricoeur, o historiador poderia atestar “o *fato* de que isso ou aquilo ocorreu”. Nesse nível, seria legítimo inclusive empregar as noções de verdadeiro/falso no sentido dos termos popperianos de refutação e verificação. O combate aos negacionistas parece ter motivado a inclusão dessa qualificação veritativa da prova documental, embora em nenhuma de suas reflexões anteriores o filósofo francês tenha desconsiderado a dimensão objetiva da historiografia: “É verdadeiro ou é falso que as câmaras de gás foram utilizadas em Auschwitz para matar tantos judeus, poloneses e ciganos? É nesse nível que se decide a refutação do negacionismo” (MHE: 227).

A similitude com a teoria popperiana residiria na possibilidade de o fato construído pelo historiador ser colocado à prova, ser submetido à refutação. Sem se aprofundar no problema, Ricoeur sugere que os testemunhos e os documentos históricos oferecem a porção empírica – ou, como ele mesmo dizia ainda na década de 1970, quase-empírica – da operação historiográfica. O testemunho é falseável, uma vez que seu conteúdo pode ser confrontado, por meio de um procedimento crítico, com outras declarações de testemunhas. O que o sujeito cognoscente comprova é um enunciado bem delimitado, como no exemplo acima, o fato de ser verdadeiro que câmaras de gás foram utilizadas para matar judeus, ciganos e poloneses em Auschwitz. O testemunho dos sobreviventes e a documentação garantiriam essa afirmação.

Apesar de que não iremos adentrar os meandros da epistemologia popperiana e suas rugas com o indutivismo, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Para o epistemólogo alemão radicado na Grã-Bretanha, os enunciados significativos da ciência empírica precisam ser suscetíveis de julgamento segundo sua veracidade ou falsidade. Nessa lógica, um sistema só apresenta cientificidade no momento em que está suscetível à comprovação pela experiência. Em resposta ao positivismo, ele diz que o critério para demarcação das teorias não é a verificabilidade empírica, mas a falseabilidade dos

enunciados⁷⁷ (POPPER, 1972, p. 42). Popper defende que um “enunciado básico” é capaz de desempenhar o papel de premissa numa falsificação empírica, ou seja, ele é o enunciado de um *fato singular*.

Ao avaliar o impacto da epistemologia popperiana nas ciências humanas de maneira geral, Dosse destaca importantes contribuições por ela trazidas: A) a adesão ao caráter conjectural do saber não é sinônimo de relativismo e ceticismo; B) a importância da instituição científica como lugar de debate dos argumentos, de discussão intersubjetiva; C) a abertura da epistemologia ao risco da refutação que permite a produção de novas teses, na contracorrente de argumentos ditos “irrefutáveis” ou infalsificáveis, incapazes de produzir o novo. O princípio da falseabilidade, segundo Dosse, não deve ser rejeitado no domínio das ciências humanas. Ainda assim, são necessárias algumas ressalvas, principalmente tendo a precaução de não importar às humanidades uma metodologia específica das ciências naturais. Uma abordagem transdisciplinar preserva a singularidade das ciências do espírito e não reduz a experiência àquilo que pode ser observado e medido (DOSSE, 2003). Quanto a isso, a hermenêutica ricoeuriana se mostra ponderada: “O historiador sabe que sua prova não é da mesma natureza que a das ciências naturais: a crítica dos testemunhos continua o modelo para o conjunto do campo documental salientando o paradigma indiciário: indireto e conjectural” (RICOEUR, 2000, p. 739).

Para Ricoeur, a atribuição veritativa da prova documental como instância de falseabilidade e verificação não é encontrada nas outras fases da operação historiográfica, a explicação/compreensão e a representação. Depois dessas elucidações, uma pergunta ainda persiste: “do que estamos falando quando dizemos que algo aconteceu?” (MHE: 227). O evento é o referente do discurso escrito pelo historiador, ele é o mundo ao qual a linguagem remete: “o mundo, em história, é a vida dos homens do passado tal como ela foi. É disso que se trata” (MHE: 228). A primeira coisa que um texto de história atesta é que determinado fato *aconteceu*. Tal como dito no discurso? Esse será o mote da pesquisa sobre a representância.

O acontecimento remete ao testemunho, pois em seu sentido mais primitivo ele é aquilo sobre o que alguém testemunha. No contexto da chamada era da testemunha, a problemática do testemunho oral dos sobreviventes do Holocausto gerou um intenso

⁷⁷ “Assim, o enunciado ‘choverá ou não choverá aqui amanhã’ não será considerado empírico, simplesmente porque não admite refutação, ao passo que será considerado empírico o enunciado ‘choverá aqui amanhã’” (POPPER, 1972, p. 42).

questionamento sobre seu processo de arquivamento. Aqueles que subsistiram após a experiência do campo de concentração e prestaram testemunho têm uma situação singular na historiografia, uma vez que estiveram em face do extremo. A experiência que eles visam transmitir é de uma inumanidade sem par. Há um fosso entre o que se tinha suportado e o que poderia ser dito a esse respeito (MHE; HARTOG, 2011). O problema é que, segundo Ricoeur, para ser inscrito, o testemunho demanda ser apropriado, isto é “despojado tanto quanto possível da estranheza absoluta que o horror engendra” (MHE: 223). O testemunho dos que se salvaram não atende a essa drástica condição. Aliás, como enfatiza Primo Lévi, os que sobreviveram aos campos não são as verdadeiras testemunhas. Os sobreviventes não tocaram a morte no fundo do abismo, e aqueles que lá estiveram jamais puderam voltar para contar. Em alguns momentos, chega a haver um curto-circuito entre o momento da enunciação do testemunho e sua representação por escrito em uma obra historiográfica. Dessa maneira, as etapas do arquivamento e da explicação/compreensão não são executadas (MHE).

Mesmo em meio à chamada *crise do testemunho* e às suspeitas que podem emergir, Ricoeur se esforça para salvaguardar o caráter fiduciário do testemunho que é estendido ao conhecimento histórico: “Mas será possível duvidar de tudo? Não é na medida em que confiamos num certo testemunho que podemos duvidar de outro?” (MHE: 230). O objetivo da crítica dos testemunhos é oferecer uma narrativa historiográfica provável, plausível. Numa perspectiva mais ampla, a crença no testemunho é apontada como um elemento importante para a segurança das relações constitutivas do vínculo social. Tal vínculo fiduciário na palavra dada, empenhada pelo outro, permite a existência de trocas, contratos e diversas relações sociais. O crédito à palavra de outrem faz do mundo social um mundo intersubjetivamente partilhado.

No artigo “A marca do passado”(1998), Ricoeur acrescenta argumentos notáveis para a discussão sobre a verdade e a representância. Reencontramos a metáfora da marca deixada pelo acontecimento seja na memória, seja por meio dos vestígios. Enquanto deixada, ela é presente, porém, foi produzida por algo ou alguém que não mais está. A presença do ausente mostra que um agente imprimiu uma marca como signo de sua passagem. Para valer como marca, ela deve indicar uma ação exterior ao signo (por trás de uma marca do sinete, por exemplo, há o ato de selar). Além do mais, como dissemos anteriormente, no âmbito do conhecimento histórico, o testemunho traz novos aportes ao debate sobre a representação. Nesse sentido, a relação fiduciária inerente ao testemunho substitui o enigma da semelhança. Em vez de perguntar se uma

narrativa assemelha-se a um acontecimento, Ricoeur chega a dizer que quando um conjunto de testemunhos é fiável podemos afirmar que a testemunha nos proporcionou assistir ao evento narrado (RICOEUR, 2012).

A substituição de problemáticas não é feita por Ricoeur sem que este avise sobre a necessidade de remontar à relação entre memória e imaginação. A representação do passado é empreendida com o recurso da imaginação. No que tange à verdade, assim como um testemunho quer ser fiel ao evento, o quadro⁷⁸ se apresenta como um ícone da cena representada (RICOEUR, 2012).

Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur cunhara o conceito de representância para demarcar que, em sua concepção, a historiografia oferece uma *representação-vicária* do passado, isto é, com base nos vestígios, que são sobrevivências do passado no presente, ela se coloca em seu lugar, numa relação de suplência, lugar-tenência. Entretanto, ao meditar sobre suas considerações, o filósofo faz algumas reavaliações. Segundo ele, o balizamento entre os termos alemães *vertretung*⁷⁹ e *vorstellung*⁸⁰ permanece válido. O principal redirecionamento repousa em uma maior ênfase no testemunho:

Mas, nesta época, eu compreendia a noção de rastro como término da sequência de encaminhamentos que, os arquivos, conduzem aos documentos, e os documentos aos rastros. *Na ausência da correlação entre rastro e testemunho*, eu continuava, sem que me desse conta, prisioneiro do enigma da *eikôn*, enigma que eu não havia identificado (RICOEUR, 2012, p. 336, nota 9, grifos nossos).

A partir dessa reconsideração, Ricoeur diz não mais depositar grandes esperanças na dialética entre o Mesmo, o Outro e o Análogo, que analisamos no Capítulo 3. O problema seria que, conquanto a ideia de analogia permitisse transcender a mera oposição entre a reafirmação (Mesmo) e o elogio da diferença (Outro), ela não se desligava da problemática da *eikôn*. “O preço disso era o atolamento na topologia de Hayden White que me parece hoje inadequada para resolver a aporia, bem colocada, da representância” (RICOEUR, 2012, p. 336, nota 9). Em outras palavras, Ricoeur distancia-se dos tropos whiteanos, pois, como eles pretendem ser uma “imagem verbal da realidade” (WHITE, 1994, p. 138), não conseguiriam se desprender nem resolver o

⁷⁸ “Eu gostaria de insistir sobre a distância fundamental entre quadro e cópia. É o destino da ideia de *mimesis* que está em jogo aqui. Um quadro não é uma cópia, na medida em que ele é uma interpretação, ou eu preferiria dizer, uma busca da verdade pela interpretação” (RICOEUR, 2012, p. 336, nota 9).

⁷⁹ Representação no sentido de *estar no lugar de* algo ausente.

⁸⁰ Representação no sentido de criar uma imagem de algo exterior ao sujeito.

enigma da semelhança da imagem em relação a seu referente. A proposta ricoeuriana fundamenta-se na relação de fidelidade que está no âmago do testemunho.

A marca do passado é uma problemática comum ao ícone, à lembrança, ao rastro e ao testemunho. Todas essas noções reenviam a um acontecimento anterior cuja passagem deixou algum sinal inscrito. Antes mesmo de se expressar, a testemunha foi marcada, atingida por um evento. Aliás, o que ela transporta em suas palavras é algo desse *ser afetado por*. Destarte, transmite-se essa marca que é anterior ao próprio testemunho, o qual comporta, portanto, uma face de passividade, um traço “pático”, no sentido de ser derivado de *páthos*. Para Ricoeur, a problemática do rastro se prolonga na do testemunho – sem nela se dissolver –, a partir da questão da passividade. Por isso, em seu modo de ver, “através da narrativa, o ouvinte torna-se testemunha de segundo grau, encontra-se, por sua vez, colocado sob o efeito do acontecimento cujo testemunho transmite a energia, ou até a violência, mas, às vezes, também a jubilação” (RICOEUR, 2012, p. 337).

No entanto, recorrer ao testemunho não resolve todos os mistérios da verdade histórica. Ricoeur ressalta que, mesmo se o testemunho fosse capaz de resolver o enigma do rastro, ele conservaria sua problemática própria, a saber, a de sua fiabilidade e credibilidade. Jamais um depoimento pode ser tomado como verdade definitiva; sempre é possível opor um testemunho a outro. O empreendimento da crítica testemunhal e da constante reescrita da história não abole a suspeita e a possibilidade de ser enganado por falsas declarações. Ainda assim, a historiografia pretende ser um saber fiel àquilo que aconteceu no passado. “A verdade, em história, continua em suspenso, plausível, provável, contestável, enfim, em contínuo curso de reescrita” (RICOEUR, 2012, p. 337).

4.3 Explicação/compreensão e a dialética da representação

A segunda fase da operação historiográfica ricoeuriana é chamada de explicação/compreensão e seria o momento epistemológico, em que há uma maior autonomia da história em relação à memória. Ela diz respeito ao encadeamento construído entre os fatos documentados. Explicar é tentar responder à pergunta “por quê”, ou, para ser mais preciso, edificar uma imputação causal singular, conforme analisamos no segundo capítulo. Ao emparelhar explicação e compreensão, Ricoeur se posiciona contra a definição das ciências humanas como estritamente compreensivas.

Em sua exposição contida no ensaio *O que é um texto?*, ele já esboçara uma tentativa de conjugar a explicação (então associada ao estruturalismo) à compreensão. Se recordarmos que em sua epistemologia mista há uma interação entre objetividade e subjetividade, veremos que essa orientação perpassa vários de seus trabalhos. Isso significa romper com o dualismo que reserva a explicação às ciências da natureza e a compreensão às ciências do espírito. O modelo da interpretação de um texto, por nós examinado no primeiro capítulo, é uma boa amostra desse proceder.⁸¹

De certa maneira, essa fase já estava imbricada na precedente, já que o sujeito vai ao arquivo com perguntas e hipóteses em mente e também um projeto de explicação. Ricoeur nota que os modelos de explicação da prática historiadora têm em comum a característica de reportar-se à realidade como um fato social. O centro das investigações do filósofo é a dinâmica da historiografia francesa desde a história das mentalidades coletivas até a história das representações sociais, em seus distintos jogos de escalas variantes entre a macro e a microexplicação. Infelizmente, não poderemos acompanhar esse panorama historiográfico sob a pena de nos desviarmos, excessivamente, de nosso caminho. O que mais interessa à pesquisa de nosso tema central é a ambiguidade apontada por Ricoeur acerca da noção de *representação*. Em sua polissemia, ela é empregada tanto como objeto da explicação/compreensão – as representações sociais –, quanto como uma operação indispensável à escrita da história.

Em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur utiliza a noção de representação em três contextos. No primeiro, ela designa o enigma da memória, a problemática da *eikôn*, imagem presente de algo ausente, que não é mais, porém, um dia, foi: a lembrança é representação. Num segundo momento, a noção reaparece no âmbito da epistemologia da história como a terceira fase da operação historiográfica, quando o historiador, após trabalhar a documentação, publica sua obra. Ao lado da representação mnemônica, e compartilhando sua aspiração à fidelidade, a representação histórica se depara com uma questão já formulada em nosso trabalho:

Como a história, em sua escrita literária, consegue distinguir-se da ficção?
Colocar essa questão é indagar em que a história permanece, ou melhor,
torna-se representação do passado, o que a ficção não é, ao menos

⁸¹ Jean Ladrière aponta que o modelo da interpretação do texto é a base na qual Ricoeur fundamenta suas tentativas de reunir explicação e compreensão num mesmo arco hermenêutico, seja no domínio da teoria do texto, da ação ou da história: “Em cada caso, trata-se de mostrar como podem se articular, em uma pesquisa que se quer científica, um momento explicativo e um momento de compreensão. Mas a *démarche* da qual procede essa reconstrução obedece a um esquema de articulação do qual a interpretação de textos fornece uma ilustração particularmente clara” (LADRIÈRE, 2004, p. 74).

intencionalmente, ainda que ela, por acréscimo, (*par surcroît*) o seja de alguma forma. Assim, a historiografia repete em sua fase terminal o enigma levantado pela memória em sua fase inicial. (...) A questão será então saber se a representação histórica do passado terá resolvido, ou simplesmente transposto, as aporias ligadas à sua representação mnemônica (MHE: 240).

Entre a representação mnemônica e a representação escrita da história, assenta-se a representação, como objeto do discurso historiador, perfazendo as acepções que o conceito assume na obra em questão. Diga-se de passagem, essa sobreposição de significados é indicada por Ricoeur como “a razão mais sutil” de seu interesse pela história das mentalidades e das representações sociais. Na análise ricoeuriana, o conceito de mentalidade era vago e impreciso, ao contrário da noção de representação, que aponta para as práticas e vínculos dos atores sociais, abrindo espaço para o jogo entre as escalas macro/micro. Outra objeção levantada pelo filósofo diz que as mentalidades formavam uma noção indiferenciada e pouco operacionalizável na medida em que se assemelhavam às estruturas de longa duração, quase imóveis, com pouca atenção à iniciativa dos agentes particulares. Em contraposição, a ideia de representação social estaria alerta em relação à plurivocidade, à diferenciação e às múltiplas temporalidades do fenômeno social (MHE).

A dialética da representação – representação-objeto/representação-operação – conduz Ricoeur a ensaiar uma hipótese segundo a qual haveria uma relação mimética entre os polos dialéticos: “o historiador, enquanto fazedor da história, ao levá-la ao nível do discurso erudito, não mimetizaria, de maneira criadora, o gesto interpretativo pelo qual aqueles e aquelas que fazem história tentam compreender-se a si mesmos e a seu mundo?” (MHE: 295). A nosso ver, com essa proposição, Ricoeur visou sublinhar que a condição histórica do homem é o referente último de ambas as faces da dialética da representação. No conhecimento histórico, tanto o sujeito quanto o objeto estão sob um mesmo pano de fundo, estão envolvidos em histórias, imersos na temporalidade. Os dois se esmeram em atribuir sentidos à experiência temporal, tornando-a mais compreensível.

A reflexão sobre os significados da representação em história nos orienta rumo à terceira fase da operação historiográfica, propriamente chamada de “representação historiadora”. Ricoeur opta não mais chamar esse momento de “escrita da história”, como fizera nos artigos de 1994, por entender que isso seria um equívoco, afinal, em sua concepção, a história é escrita de uma ponta a outra. De toda forma, essa é a fase em que a história escrita é registrada em um artigo ou livro, e assim acessa o espaço

público. Se, ao se enfrontar nos arquivos, o historiador parece ser arrancado do mundo da ação, ao publicar sua pesquisa, ele tem a certeza que está no mundo da vida. O processo de publicação transforma o próprio livro de história em um documento e permite que o conhecimento seja continuamente revisto. Enfim, a representação historiadora deixa claro o pertencimento da história à ordem do discurso. No entanto, Ricoeur alerta que isso não redundaria em inserir um “desvio estetizante” na historiografia. Pertencer ao campo discursivo – ou literário, em um sentido bem amplo – não diminui o rigor epistemológico do conhecimento histórico (MHE).

Como vimos, o termo representação marca uma continuidade entre essa fase e a precedente. No momento da explicação/compreensão, a prática das representações sociais englobava os vínculos sociais e as identidades coletivas. Na presente etapa, a representação escriturária procura tornar patente o caráter ativo da operação historiográfica, assim como sua visada intencional: “A representação no plano histórico não se limita a conferir uma roupagem verbal a um discurso cuja coerência estaria completa antes de sua entrada na literatura, mas que constitui propriamente uma operação que tem o privilégio de trazer à luz a *visada referencial do discurso histórico*” (MHE: 304, grifos nossos).

A problemática da referência do discurso histórico figura entre as principais preocupações de Ricoeur no que tange à representação. No trecho acima, podemos notar uma certa continuidade com discussões feitas em *Tempo e narrativa*. Mais uma vez, o autor destaca o aspecto ativo da escrita da história. O agenciamento dos fatos pela intriga e o papel da *mimesis* abordados outrora foram os primeiros indicativos dessa convicção. Quanto a isso, o próprio Ricoeur salienta que a distinção entre “representação-explicação” e “representação-narração” denota um avanço em relação à discussão anterior, porque naquela ocasião a articulação entre temporalidade e narrativa ocupava o centro das atenções. Não obstante, a noção de composição da intriga (*mise en intrigue*) permanece fundamental (MHE).

Contudo, o pensamento ricoeuriano não é feito somente de permanências ininterruptas. O próprio autor aprecia reavaliar alguns de seus posicionamentos para aperfeiçoá-los. Desse modo, ele reafirma a continuidade entre a narrativa e o campo prático, como fizera em *Tempo e narrativa*, porém, abdica do termo *quase*, que salvaguardava uma relação indireta entre a explicação histórica e a estrutura narrativa, conforme analisamos em nosso segundo capítulo:

Hoje, eu tiraria a cláusula “quase” e consideraria as categorias narrativas em questão como operadores de pleno direito no plano historiográfico, na medida em que o elo presumido nessa obra [*Tempo e narrativa*] entre a história e o campo prático onde se desenrola a ação social autoriza a aplicar diretamente ao domínio da história a categoria aristotélica dos “agentes” (*agissants*) (MHE: 314, nota 12).

Na operação historiográfica ricoeuriana, os três níveis estão intrinsecamente ligados uns nos outros. Graças a isso, o autor defende que a narratividade não se restringe à fase da representação escrita ou ao plano factual. Para ele, a alternância entre a escala macro e micro que ocorre no nível da explicação/compreensão também é um caminho narrativizado. Nem a micro-história nem tampouco a macro-história podem operar apenas em um nível de análise, restringindo-se a uma única escala. Segundo Ricoeur, ao reduzir seu foco, a micro-história não deixa de ler de baixo para cima as relações de poder que ocorrem na escala macro. O mesmo poderia ser dito da macro-história, como aquela praticada por N. Elias, que mostra bem como o processo civilizador ocorrido em escala macro tem incidências no plano micro, na demanda de contenção das pulsões e autocontrole pelos indivíduos civilizados. A transição entre as escalas, bem como sua visibilidade e lisibilidade, demandam a mediação narrativa, assegura Ricoeur (MHE; RICOEUR, 2000).

A narrativização entre os jogos de escala não é uma novidade inserida por Ricoeur no debate historiográfico. Em *Futuro passado* (1979), Koselleck assinalou as interações em jogo entre representação, evento e estrutura. O historiador alemão se voltou contra a tese segundo a qual os eventos só podem ser narrados enquanto as estruturas apenas podem ser descritas. Nessa lógica, a descrição se dirige aos traços estruturais duráveis, que mudam em um prazo mais longo, e a narração remete àquilo que muda no tempo em um limite mais estreito.⁸² Entretanto, Koselleck salienta que esses níveis de representação remetem-se mutuamente, sem se dissolver um no outro. Por um lado, podemos considerar que “as sequências estatísticas temporais nutrem-se de eventos concretos e individuais, dotados de um tempo próprio, mas que só adquirem significação por força de uma perspectiva estrutural de longo prazo” (KOSELLECK, 2006, p. 137-138). Narração e descrição são ajustadas de forma que o evento seja tomado como pressuposto das proposições estruturais. Por outro lado, algumas condições estruturais, como as formas de dominação e a configuração conceitual

⁸² Alexandre Escudier nota que essa distinção entre descrição (*beschreibung*) e narração (*erzählung*) é um tema clássico na historiografia alemã desde o século XVIII (ESCUDIER, 2002).

“amigo-inimigo”, são pressupostos para a inteligibilidade de um acontecimento como uma batalha, por exemplo.

Ricoeur subscreve a ideia de Koselleck na qual a narração funciona como um permutador entre acontecimento e estrutura, coordenando os estratos temporais. Essa função integrativa da narrativa é possível por causa de seu distanciamento em relação à mera sucessão cronológica. A intriga é vista como uma unidade de sentido capaz de articular numa mesma configuração estruturas e acontecimentos. O principal objetivo do filósofo francês na retomada desses argumentos é demonstrar como a narrativa é importante também para as operações metodológicas de explicação em historiografia.

4.4 A representação historiadora, a referencialidade e os limites da representação

A referência da linguagem à realidade é uma das questões que mais inquieta o pensamento ricoeuriano em suas pesquisas. Certamente, aquele leitor atento de nosso trabalho reparou que essa problemática foi tratada, com visadas complementares, em todos os nossos capítulos. Desde as reflexões sobre hermenêutica e giro linguístico, passando pelos conceitos de referência metafórica e refiguração, essa questão estava em jogo. Todas essas argumentações sustentam e compõem a concepção de Ricoeur sobre a representação historiadora. O elemento novo que parece acrescentar uma certa urgência e gravidade ao tema é o debate sobre os limites da representação dos acontecimentos extremos. A defesa da dimensão referencial do conhecimento histórico parece ser uma bandeira que Ricoeur não cansou de erguer. Definitivamente, ele assevera que a ocultação do referente extralinguístico pode ter efeitos devastadores na historiografia. A disjunção entre a estrutura interna do texto e o real extratextual poderia comprometer a ambição da história em representar o passado. O conceito de representância foi cunhado em *Tempo e narrativa* justamente para levar em conta a especificidade da realidade do passado histórico, que é, ao mesmo tempo, abolido e preservado nos rastros.

Roland Barthes, em “O discurso da história” (1967), lançou uma das mais célebres suspeições ao referente em historiografia. Em sua análise estrutural, há um questionamento à oposição entre história e ficção, no nível das estruturas textuais. O crítico literário francês assemelhou a história-narrativa de Fustel de Coulanges ao romance realista oitocentista. Os dois escreveriam textos em que o enunciador parece estar ausente e a história se desenrola objetivamente, sem a intervenção do autor; “a história parece contar-se sozinha” (BARTHES, 2004, p. 169). Nessas narrativas, em que

há uma carência dos signos do enunciante, haveria aquilo que ficou consagrado como a “ilusão referencial”. De forma provocativa, o autor insinua que o discurso histórico pretensamente objetivo (qualificado por ele como “história positivista”) não está distante do enunciado do psicótico, talvez porque – nos arriscaríamos a dizer – eles colocam suas construções imaginárias no lugar da realidade sem se dar conta disso.

Somente após essas considerações Barthes, enuncia sua polêmica tese, que ainda nos dias atuais causa espanto e perturbação em meio aos historiadores:

O fato nunca tem mais do que uma existência linguística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência não fosse senão a “cópia” pura e simples de uma outra existência, situada num campo extraestrutural, o “real”. Esse discurso [o histórico] é, sem dúvida, o único em que o referente visado como exterior ao discurso, sem que nunca seja, entretanto, possível atingi-lo fora do discurso (BARTHES, 2004, p. 177).

Essa prédica da primazia da linguagem em história originalmente apareceu em 1967 e é anterior ao frisson de *Meta-história*. Barthes ataca, sobretudo, o discurso histórico que confunde o referente com o significado, isto é, o sentido atribuído aos eventos pelo historiador. O problema desse discurso de pretensão “realista”, prossegue o autor, é que ele possui um esquema semântico binário no qual há apenas referente e significante (os signos que compõem o texto histórico). O referente é confundido ilusoriamente com o significado, o que resulta na crença de se atingir o real sem mobilizar as estruturas imaginárias da língua. Nesse curto-circuito, o texto histórico é tomado como se fosse o próprio passado em si mesmo. “Na história ‘objetiva’ o ‘real’ nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência do referente. Essa situação define o que se poderia chamar de *efeito de real*” (BARTHES, 2004, p. 178, grifo do original).

Em sua leitura de Barthes, Ricoeur levanta a suspeita de que o modelo linguístico estrutural usado pelo autor seria inadequado para analisar o conhecimento histórico. O mais adequado, na filosofia ricoeuriana, seria manusear modelos, como o da hermenêutica, nos quais o referente é uma dimensão irreduzível do discurso. O paradigma de Benveniste, em que no discurso o locutor diz ao interlocutor algo sobre a referência, seria uma boa opção. A tese de Ricoeur consiste em sustentar que a referencialidade do discurso histórico não pode ser discernida apenas no plano das figuras do discurso, mas deve transitar pelas outras fases da operação historiográfica: a fase documental e a explicação/compreensão (MHE).

Uma referência marcante nas reflexões ricoeurianas sobre a narrativa histórica é Hayden White. Em *A memória, a história, o esquecimento*, a obra do historiador estadunidense é novamente visitada pelo filósofo. O principal legado da teoria dos tropos, no juízo ricoeuriano, é a articulação entre pensamento e linguagem na estrutura profunda da imaginação histórica. Se interpretarmos a obra whiteana menos como um relativismo inconsequente do que como uma arguta crítica ao que chamamos, na esteira de Koselleck, de realismo ingênuo, é possível sugerir que tanto Ricoeur quanto White⁸³ têm um adversário em comum: ambos militam, ainda que com armas distintas, contra àqueles que tomam a linguagem usada na historiografia como um espelho que reflete a realidade⁸⁴ (MICHEL, 2006). Contudo, Ricoeur não deixa de sinalizar suas reservas:

Em compensação, deploro o impasse no qual H. White se fechou tratando as operações de composição da intriga (*mise en intrigue*) como modos explicativos, tomados, na melhor das hipóteses, como indiferentes aos procedimentos científicos do saber histórico, ou, na pior, como substituíveis por esses últimos. Existe aí um verdadeiro *category mistake* que engendra uma suspeita legítima quanto à capacidade desta teoria retórica traçar um limite nítido entre narrativa histórica e narrativa de ficção (MHE: 328).

Assim como é legítimo tratar as estruturas profundas da imaginação como matrizes comuns às estórias romanescas e às intrigas históricas, é urgente especificar o momento referencial que distingue a história da ficção. Para traçar essa distinção, conclui Ricoeur, é necessário expandir a visão para além das peculiaridades da representação escrita e articular, pacientemente – esse modo de representação com aqueles da “explicação/compreensão e, através desses, com o momento documental e sua matriz de verdade presumida, a saber, o testemunho daqueles que declaram ter se encontrado no local onde as coisas aconteceram” (MHE: 328). A forma narrativa, enquanto tal, não fornecerá razões para esclarecer o problema da referencialidade. O trabalho de agrupamento das fases da operação historiográfica está ausente das preocupações de White, ao menos segundo Ricoeur.⁸⁵

⁸³ Segundo Ricoeur, a crítica feita por Chartier de que em *Meta-história* White oscila entre um determinismo tropológico e uma livre escolha feita pelo historiador entre as estruturas discursivas, é facilmente refutável. Dessa forma, as matrizes formais – os tropos – abrem uma possibilidade limitada de escolha, sendo viável optar no interior dessas balizas. O resultado é uma criação regrada semelhante ao que acontece como esquematismo kantiano e seu método de produzir imagens (MHE).

⁸⁴ Agradecemos ao professor Mateus Pereira, que também chamou nossa atenção para esse ponto durante a arguição do exame de qualificação da dissertação.

⁸⁵ Um leitor mais simpático a White poderá objetar que, em *Meta-história*, o autor não negligencia os documentos, nem as explicações históricas: “As histórias (e filosofias da história também) combinam certa *quantidade de ‘dados’, conceitos teóricos para ‘explicar’ esses dados* e uma estrutura narrativa que os apresenta como um ícone de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados”

As aporias da referencialidade do discurso histórico se revestem de urgência quando confrontadas com os terríveis acontecimentos da “solução final”. A obra coletiva organizada por S. Friedlander colocou esse debate sobre os limites da representação na ordem do dia. Para esse autor, é preciso partir dos limites externos do discurso para construir a noção de limites internos à representação. O limite externo seria uma exigência de o acontecimento ser dito e representado que emerge do cerne do evento contra aqueles que não consideram o extralinguístico. Como a Shoah foi um acontecimento limite que atingiu as camadas mais profundas da solidariedade entre os homens, provém da vida na história – e não do discurso sobre a história – um clamor pela verdade que pesa sobre as representações. Essa súplica se conectaria aos limites internos do discurso, ou seja, o esgotamento das formas de representação disponíveis em nossa cultura para dar legibilidade e visibilidade ao acontecimento da “solução final” (MHE).

A grande dificuldade localizada por Ricoeur se forma quando acontecimentos extremos são colocados diante de teorias pós-modernas, que, para criticar o realismo ingênuo, enfatizam a dimensão linguística do conhecimento histórico em detrimento do referente extralinguístico. Para não deixarmos a afirmação ricoeuriana no campo das generalidades, vejamos alguns pontos propostos pelo holandês Frank Ankersmit para a dita historiografia pós-moderna. O ponto de partida é que não teríamos mais textos sobre o passado, nem mais o passado em si mesmo, mas apenas interpretações destes. Nessa direção, o holandês afirma que a distinção entre linguagem e realidade perde sua razão de ser, já que aquela não é mais entendida como espelho da natureza. Por causa disso, a realidade passada é vista como um texto com as mesmas dimensões gramaticais e semânticas que qualquer outro. Os pós-modernistas se afastam da definição da história como ciência que produz um conhecimento verdadeiro sobre o passado. Para eles, a historiografia está muito mais próxima das artes. O texto literário, assim como o historiográfico, não se preocuparia em representar a realidade, mas em trabalhar a linguagem em si mesma: “O texto literário possui uma certa opacidade, a capacidade de atrair atenção para si, em vez de atrair atenção para uma realidade fictícia ou histórica

(WHITE, 2008, p. 11, grifos nossos). Porém, nos critérios do método formalista, a situação da representação histórica não depende da natureza dos “dados”, nem das teorias explicativas, mas da visão do campo histórico, cuja estrutura profunda já é articulada em linguagem. Em suma, ao menos na obra de 1973, o historiador estadunidense não aposta muitas fichas na integração entre dados/explicação/narrativa. Salvo melhor juízo, a estrutura profunda da imaginação histórica parece ocupar o centro das atenções.

por trás do texto. Essa é uma característica que o texto literário tem em comum com a historiografia” (ANKERSMIT, 2001, p. 121).

Nem mesmo a evidência histórica escapou ao questionamento pós-moderno. A atitude de querer acessar a realidade passada pelos vestígios parece ser vetada:

Sob o olhar pós-modernista, as evidências não apontam para o passado, mas sim para interpretações do passado; (...) as evidências não são como lupa para ver melhor o passado, mas assemelham-se mais às pinceladas usadas para produzir determinado efeito (ANKERSMIT, 2001, p. 124).

A distância entre o pós-modernismo de Ankersmit e o realismo crítico ricoeuriano é enorme. A referência da linguagem à realidade, ainda que de forma oblíqua, é um ponto que Ricoeur não minimiza, nem do qual abre mão. Em sua teoria, o entrecruzamento entre história e ficção não diminui a cientificidade do conhecimento histórico ou sua pretensão de representar o passado. O mais grave, porém, ocorre quando o pós-modernismo desarma a historiografia frente ao desafio lançado pelo negacionismo:

Num momento da discussão teórica marcado pelo que se convencionou chamar de “pós-modernismo”, momento em que a crítica do realismo ingênuo está em seu ápice em nome da polissemia *en abîme* do discurso da autorreferencialidade das construções linguísticas, que tornam impossível a identificação de qualquer realidade estável. (...) Qual resposta plausível o chamado pós-modernismo poderia dar à acusação de desarmar o pensamento frente às seduções do negacionismo? (MHE: 331).

A querela sobre os limites da representação mobiliza argumentos epistemológicos, assim como princípios éticos. Nesse sentido, Ricoeur não se furtou a anunciar que a tarefa do historiador frente ao acontecimento no limite não se restringe à caça à falsificação. Nesses casos, o historiador é convocado como cidadão a participar e prestar contas à memória coletiva no espaço público. No bojo da intervenção do historiador, também se faz presente a crítica dos testemunhos em função de sua origem, já que os depoimentos dos executantes são diferentes dos testemunhos dos sobreviventes. A crítica histórica dos testemunhos deve demonstrar não ser possível escrever uma história abrangente do acontecimento que torne nulas as diferenças de perspectivas. O julgamento moral envolvido no julgamento histórico está ligado a uma camada de sentido que é distinta da epistemológica (explicação/compreensão). Em virtude disso, o historiador da Shoah não deve se calar, ou mesmo se intimidar diante do ditado “explicar é desculpar; compreender é perdoar” (MHE).

No percurso ricoeuriano pelos limites da representação, a origem da demanda pela verdade é o local do trauma inicial, isto é, a experiência viva do ‘fazer história’ enfrentada pelos protagonistas. Essa fonte não está na representação em si mesma:

Nesse sentido é que o acontecimento denominado Auschwitz é um acontecimento nos limites. Ele o é já na memória individual e coletiva, antes de ser no discurso do historiador. Desse foco é que se ergue a atestação-protesto que coloca o historiador-cidadão numa situação de responsabilidade em relação ao passado (MHE: 337).

O excerto nos propicia a retomada de alguns argumentos discutidos ao longo deste capítulo. Como temos ressaltado, a investigação da verdade histórica para Ricoeur não inclui somente objetividade, mas também abarca a subjetividade historiadora, o que abre o caminho para a dimensão ética se juntar à epistemológica. Dessa forma, o substrato moral da Shoah pode ser considerado juntamente com as discussões sobre a representação historiadora. Ademais, diante de uma contestação lançada pelos negacionistas, o historiador, por meio da crítica dos testemunhos, pode atestar a realidade do evento histórico em questão. Conforme já dissemos, o testemunho é colhido em uma situação similar a um processo em que há um dissenso de duas partes sobre algo. A testemunha só é convocada a atestar um acontecimento porque há contestação (RICOEUR, [1973] 1994c). Tudo isso soma-se ainda àquela ideia trabalhada por nós no Capítulo 3 segundo a qual o historiador tem uma dívida com os mortos, a saber, o compromisso de produzir um conhecimento submetido à realidade do passado histórico que *um dia foi*, e por isso *não pode deixar de ter-sido*. A assertiva feita pelo filósofo em *Tempo e narrativa* torna-se mais compreensível: o anseio do historiador-cidadão é “dar o que é devido (*rendre son dû*) ao que um dia foi” (T&N 3: 273).

Após desvelar seu posicionamento no debate sobre a solução final, Ricoeur se pergunta se esse limite às representações deve ser reputado como externo às formas de representação do passado. A resposta seria sim caso consideremos a pretensa autossuficiência textual que proclama o fechamento ensimesmado das narrativas com a exclusão do referente. Porém, a resposta seria não caso consideremos a memória (de onde emerge o clamor por verdade) como uma das matrizes da historiografia que a retoma criticamente. A conclusão ricoeuriana sublinha a demanda por verdade que emerge do coração da história viva nos acontecimentos no limite. Tal protesto é tão forte a ponto de levar ao esgotamento das formas de representação herdadas do

naturalismo e realismo do século XIX. Todavia, isso não deve conduzir ao ceticismo ou ao silêncio, mas deve estimular a exploração de modos alternativos de representação de eventos traumáticos. Os estilos de expressão alternativos podem, inclusive, estar ligados a outros suportes que não o livro: a encenação teatral, o filme, as artes plásticas. O importante é tentar preencher a distância entre a capacidade representativa do discurso – de modo geral – e a solicitação do acontecimento de ser representado (MHE).

Essa proposta, como bem esclareceu J. Michel, não se trata de uma substituição do trabalho do historiador pela atividade artística. O artista, na concepção de Ricoeur, teria mais condições de representar a estranheza absoluta do acontecimento-limite, dirigindo-se, sobretudo, à parte tida como irrepresentável do passado histórico (MICHEL, 20006).

O efeito da consideração dos limites da representação possibilita que a escrita da história da solução final não seja um empreendimento desesperado e fadado ao fracasso. Antes, ela se apresenta como uma possibilidade de percorrer a contrapelo as fases da operação historiográfica, refletindo sobre seus limiares e condições de possibilidade:

É antes a ocasião de recordar o trajeto que o crítico deve efetuar, remontando da representação à explicação/compreensão e desta ao trabalho documental, até os últimos testemunhos, dos quais se sabe que a recolha está estilhaçada, entre a voz dos algozes, a das vítimas,⁸⁶ a dos sobreviventes, a dos espectadores diversamente implicados (MHE: 338).

Ainda no campo da escrita da história, a narrativa é compreendida como um importante componente da representação histórica pensada por Ricoeur. Nesse sentido, desde *Tempo e narrativa*, a centralidade da leitura tem sido destacada pelo filósofo. Naquela ocasião, a ênfase recaía sobre o processo de refiguração da experiência do leitor no encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor. No entanto, a partir do artigo “A escrita da história e a representação do passado”, o pacto de leitura é visto como um preceito que auxilia a não confusão entre história e ficção: “Uma expectativa do leitor do texto histórico é que o autor proponha a ele uma ‘narrativa verdadeira’ e não uma ficção” (RICOEUR, 2000, p. 731). A grande questão é saber se, como e até que ponto esse tácito pacto é honrado pela escrita da história.

⁸⁶ O apelo à escuta das vozes das vítimas parece lembrar a segunda tese sobre o conceito de história de Walter Benjamin: “Não ressoa nas vozes a que damos ouvidos um eco das que estão, agora, caladas? (...) Se assim é, um encontro secreto está então marcado entre as gerações passadas e a nossa” (BENJAMIN, 2005, p. 48). A possibilidade de encontro entre as gerações passadas e o presente também foi sinalizada por Ricoeur em *História e verdade* quando ele sustenta que a história é animada por um desejo de encontro com o outro.

Nas reflexões epistemológicas de *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur depura essa ideia, indicando que as expectativas do leitor ao abrir uma obra ficcional são distintas das que ele possui ao se defrontar com um livro de história. Tal contrato implícito também gera promessas diferentes por parte dos autores de cada um desses gêneros discursivos. A verdade histórica ricoeuriana tem como uma de suas principais características a busca de fidelidade àquilo que um dia foi real no passado. Em vista disso, o regime de verdade é colocado em uma lógica fiduciária que envolve confiança e suspeita. O sujeito que lê uma pesquisa historiográfica anseia por encontrar um discurso comprometido com a verdade, algo que não ocorre numa leitura de um texto ficcional, não obstante esse gênero textual não minta, nem seja falseável pelas evidências, já que coloca a questão da verdade em suspenso:

O leitor suspende de bom grado sua desconfiança, sua incredulidade e aceita entrar no jogo do como se – como se aquelas coisas narradas tivessem acontecido. Ao abrir um livro de história, o leitor espera entrar, sob a conduta de um devorador de arquivos, em um mundo de acontecimentos que realmente ocorreram. (...) Ele se mantém em guarda, abre um olho crítico e exige, se não um discurso verdadeiro comparável àquele de um tratado de física, ao menos um discurso plausível, admissível, provável e verídico; educado para a caça às falsificações, não quer lidar com um mentiroso (MHE: 339-340).

À primeira vista, essas palavras parecem repor uma dualidade antagônica entre história e ficção. Contudo, como vimos no capítulo anterior, Ricoeur parte de uma heterogeneidade entre os discursos para chegar a um entrecruzamento. Assim, ele havia dito que, mesmo diante de uma obra histórica, o leitor pode suspender sua desconfiança em alguns momentos para conceder ao historiador o poder – a princípio restrito aos ficcionistas e seus personagens – de perscrutar a mentalidade dos atores sociais. De maneira análoga, na narrativa ficcional, os acontecimentos relatados são como *atos passados* para a voz narrativa. Por conseguinte, o pacto de leitura inclui a crença de que os eventos contados pertencem ao passado da voz narrativa. Mesmo na operação de leitura, gradativamente, o contraponto transmuda-se em entrelaçamento (T&N 3).

Entrecruzar o discurso histórico com o ficcional equivale a sustentar que, embora ambos não se confundam, eles precisam recorrer a funções do outro para efetivar sua intencionalidade em uma ficcionalização da história e numa historicização da ficção – isto já estava dito em *Tempo e narrativa*. No que concerne à ficcionalização da história, em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur segue uma conduta que lhe é típica e reformula seu argumento. O que antigamente era chamado de

ficcionalização do discurso histórico passa a ser visto sob a ótica de um entrecruzamento entre legibilidade e visibilidade, no seio da representação historiadora. O elo entre legibilidade e visibilidade estaria mais perceptível durante a recepção dos textos no momento em que uma narrativa dá a entender e também a ver. Uma das virtudes de uma boa narração repousa em sua capacidade de colocar personagens e acontecimentos diante dos olhos do espectador (MHE).

A aproximação entre texto e imagem é significativa para o entendimento ricoeuriano sobre a representação histórica. Referindo-se a autores como o historiador francês Louis Marin e Carlo Ginzburg, Ricoeur realça a ambiguidade do conceito. Conforme as pesquisas de Chartier no *Dictionnaire universal* de Furetière (1690), um dos sentidos de representação é a imagem, que remete à memória os objetos ausentes. Nessa acepção, a representação confere visibilidade a um objeto ausente por meio de uma imagem que a represente adequadamente. Daí teria surgido a representação no plano jurídico e político, que traz a ideia de ocupar o lugar de alguém ou ter em mão sua autoridade. O representante é aquele que, numa função pública, representa a pessoa ausente que ali deveria estar. Um bom exemplo desse sentido é a *éfigie* – imagem ou escultura de corpo inteiro de uma pessoa falecida –, colocada no lugar do corpo de rei morto em seu ritual funerário. Todavia, o mesmo *Dictionnaire* traz uma outra definição, na qual a representação é a exibição de algo, a demonstração de uma presença ou a apresentação pública de uma pessoa ou coisa. Nessa modalidade, é o próprio objeto ou pessoa que constitui sua própria representação: “O referente e sua imagem formam o corpo, são uma única coisa, aderem um ao outro: ‘Representação, diz-se às vezes das pessoas vivas. Diz-se de um semblante grave e majestoso: eis uma pessoa de bela representação’” (CHARTIER, 2011b, p. 17-18).

Esses argumentos mostram como a concepção de representação parece estar profundamente encadeada à imagem. A capacidade de abstração, de iconização e, ao mesmo tempo, a produção de presença da ausência estão em jogo nesse processo. Para Ginzburg, a doutrina da transubstanciação foi importante para a construção desses sentidos. Segundo a doutrina católica, durante a eucaristia, a *hóstia* permite mais do que um contato com a presença do Salvador, ela tem sua própria substância transformada na presença real de Jesus:

É a presença real, concreta, corpórea de Cristo no sacramento que possibilita, entre o fim do Duzentos e o princípio do Trezentos, a cristalização do objeto extraordinário de que parti, até fazer dele o símbolo concreto da abstração do

Estado: a efígie do rei denominada *representação* (GINZBURG, 2001, p. 103, grifo do original).

Um pouco antes de tratar das nuances da representância, Ricoeur se detém na leitura das considerações do historiador francês Louis Marin acerca do poder da imagem e sua importância para a compreensão da representação. Para nossa investigação, o mais importante é a ênfase dada por Marin sobre “o poder da imagem que substitui uma coisa presente em outro lugar” (MHE: 344). O historiador francês explorou o efeito disso na esfera política. Sua hipótese é a de que o poder do rei está intimamente ligado à sua representação como monarca absoluto nas imagens, medalhas e efígies. De igual modo, reencontramos a dialética visibilidade/legibilidade, posto que uma narrativa sobre a figura real produz uma visibilidade, tornando-se quase um retratar: “Narrar a história do rei em um relato é fazer com que seja vista. Mostrar a história do rei em seu ícone é fazer com que seja narrada” (MARIN *apud* MHE: 348). Ambos têm como objetivo, por intermédio da representação, garantir a presença da realeza entre os súditos e elogiar seu poder absoluto. Aliás, observa Ricoeur, a aprovação irrestrita do discurso panegírico está na antípoda da reprovação extrema suscitada pela consciência moral à solução final dos nazistas.

4.5 A representação historiadora sob o signo da representância

As últimas páginas das meditações ricoeurianas sobre a operação historiográfica se defrontam com o cerne de nosso problema central, a representação do passado. Vimos que, desde *Tempo e narrativa*, Ricoeur mobiliza o termo representância para buscar compreender a realidade do passado histórico. Em *A memória, a história, o esquecimento*, ele assinala que essa questão não se restringe aos confins da epistemologia e se coloca no limiar de uma ontologia da existência histórica, chamada de *condição histórica*:

A palavra “representância” condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que chamamos em outro momento de intenção ou intencionalidade histórica: ela designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos (MHE: 359).

Ademais, a representância é apontada por alguns comentadores como fulcral para o realismo crítico da epistemologia da história ricoeuriana, situada entre o realismo

ingênuo e o relativismo. Para Olivier Mongin, Ricoeur prefere falar em representância em lugar de representação para dar conta da especificidade da referência ou do entrecruzamento entre a história e a realidade. Tal abordagem teria alguns pressupostos. O primeiro é que a realidade histórica é um vestígio (*trace*), pois nosso acesso ao passado não é feito senão pela mediação de um testemunho ou outra fonte documental. O segundo aponta para o ter-sido (*avoir été*), sempre considerado como o contraponto das reconstruções historiadoras (MONGIN, 1994). Johan Michel defende que a representância permite a Ricoeur escapar aos extremos, seja do positivismo ingênuo, seja do relativismo, ao apostar na possibilidade de a historiografia cumprir seu voto de representar o passado histórico com fidelidade (MICHEL, 2006).

A fase da representação da operação historiográfica concentra algumas das mais obstinadas dificuldades concernentes à referência ao passado (RICOEUR, 2000). Por alguns instantes, pode parecer que o historiador não conseguirá cumprir sua promessa de representar o passado adequadamente. Quanto a isso, Ricoeur faz questão de elucidar que essa suspeita não deve se assentar somente no momento da representação escrita, mas também em sua articulação com os níveis anteriores – a explicação/compreensão e a pesquisa documental –, assim como na relação da história com a memória (MHE).

Grande parte das dificuldades ocorre porque a linguagem não é um *medium* transparente ou alguma espécie de espelho da realidade. Pelo contrário, Ricoeur situa a linguagem no fundamento do conhecimento histórico. Esse gesto implica considerar a inteligibilidade própria ao discurso figurativo da narrativa. Na epistemologia ricoeuriana, a atenção aos procedimentos formais, contudo, não redundam em um enclausuramento da intriga em si mesma; o ato de narrar não perde seu vínculo com o real.

Um bom contraponto à posição ricoeuriana pode ser encontrado no já citado Ankersmit. Em um artigo sobre a natureza da representação histórica, o autor parece ter arrefecido seus ímpetos pós-modernos,⁸⁷ conquanto não ofereça uma resposta definitiva no que tange à referência da narrativa historiográfica. A primeira distinção que Ankersmit julga pertinente é entre descrição e representação. A primeira se dá no nível das frases e possui uma referência explícita, na medida em que opera uma identificação

⁸⁷ Isso foi declarado por ele em uma entrevista. Vejamos suas próprias palavras: “O pós-modernismo inicialmente parecia ser uma boa ideia. Nós realmente precisávamos de uma correção do imperialismo do cientificismo, da rigidez e do dogmatismo do modernismo. (...) Mas o pós-modernismo exagerou nessa irreverência, desembocando em irresponsabilidade, imprudência e banalização” (ANKERSMIT, 2012, p. 323).

única e bem definida na realidade. Exemplos disso seriam nomes próprios como Luís XIV, ou frases do tipo “o homem que pisou pela primeira vez na lua”, pois apresentam um referente inequívoco. O mesmo não ocorreria com as representações que são formadas por um conjunto de frases. Numa obra sobre a Revolução Francesa, por exemplo, seria quase impossível diferenciar aqueles parágrafos que se remetem exclusivamente ao processo revolucionário daqueles que contêm uma construção de sentido, conferindo uma determinada propriedade aos eventos. Por isso, no juízo desse autor, não seria possível falar de verdade ou falsidade no nível das representações históricas (ANKERSMIT, 2012).

Um embaraço apontado pelo historiador holandês acontece quando temos várias representações – às vezes opostas entre si – da mesma pessoa ou acontecimento. Nesses casos, o representado também deveria diferir, uma vez que ele é aquilo que é pintado e delineado por uma representação. O representado não poderia ser tomado como um modelo que está diante do autor, uma vez que cada representação apresenta apenas um aspecto da pessoa ou acontecimento, e não sua integralidade. Para Ankersmit, a representação histórica tem a mesma estrutura da metáfora. Quando criamos conceitos como Renascimento ou Século das Luzes, convidamos o leitor a ver certa parte do passado nos termos daquelas ideias que associamos a essas palavras. No entanto, se a metáfora propõe uma interação entre sentidos e não entre suas referências,⁸⁸ no caso da representação histórica, a interação de sentido não exclui da relação parte do próprio passado: “Assim, a interação de sentido existe, mas seu significado se move em uma única direção, ou seja, da linguagem para o mundo. O passado em si é o recipiente mais ou menos passivo do significado” (ANKERSMIT, 2012, p. 197).

Apesar de dizer que a relação da linguagem com o mundo não é rompida, a teoria da representação de Ankersmit é oscilante. Para ele, conceitos como Renascimento ou Iluminismo têm uma existência apenas discursiva para nos ajudar a organizar o conhecimento sobre o passado. Sob essa ótica, a representação, ao contrário da descrição, não faz referência a coisas individuais na realidade. As consequências disso agravam-se quando o holandês constata que “na representação não podemos chegar da verdade à referência e vice-versa” (ANKERSMIT, 2012, p. 219). Em sua distinção, a representação não produz enunciados verificáveis, portanto, não está sujeita à lógica da verdade e falsidade. Algumas páginas adiante, o autor sugere que o nível

⁸⁸ Para Ricoeur, pelo contrário, mesmo no âmbito ficcional o enunciado metafórico não exclui a referência, mas demanda uma referência de segundo grau, uma *referência metafórica*.

representativo, além de possuir certa autonomia em relação ao enunciado verdadeiro, teria até uma prioridade sobre ele. Isso pode ser constatado no ambíguo trecho a seguir:

A representação é um preparado mais forte que a verdade. A representação contém a verdade – pense nas afirmações contidas por uma representação histórica – não está contra, mas além da verdade. A representação contém a verdade, mas também pode fazer algo com ela. (...) A representação pode brindar-nos com uma perspectiva sobre o mundo convidando-nos a certo tipo de ação (ANKERSMIT, 2012, p. 223, grifos do original).

Nossa escolha por expor alguns pontos da teoria de Ankersmit como contraponto não foi aleatória ou acidental. O próprio Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento*, já havia examinado e feito algumas críticas a esse autor por conta de teses semelhantes (principalmente as que dizem respeito à autorreferencialidade da narrativa) que vêm sendo por ele sustentadas desde *Narrative Logic: a Semantic Analysis of the Historian's Language*, de 1983. No artigo “Filosofias críticas da história”, o filósofo francês identifica na epistemologia de Ankersmit uma firme recusa do realismo e a defesa de um idealismo narrativo, na medida em que, para o holandês, a representação (então chamada por ele de *narratios*) tem uma certa autonomia em relação aos enunciados pontuais (frases), que podem ser falseáveis. Contudo, Ricoeur nota, espantado, que as palavras “passado” e “representação” persistem no discurso de Ankersmit. Uma objeção formulada por Ricoeur é que as representações não estariam tão dissociadas assim dos enunciados pontuais a ponto de perder sua ancoragem em fatos verificáveis. A possibilidade de falseabilidade e verificação da fase documental são reafirmadas por Ricoeur, ainda que estejamos diante de narrativas díspares sobre um acontecimento ou pessoa. O fato de Napoleão, por exemplo, ter se tornado uma espécie de personagem controverso de narrativas históricas tão distintas “aboliria o valor referencial do personagem histórico *atestado* pelos documentos?” (RICOEUR, 1994b, p. 181, grifo nosso).

A incomensurabilidade entre as narrativas diferentes sobre o mesmo assunto, sustentada por Ankersmit, é repelida por Ricoeur. Equilibrando-se em uma corda bamba, o filósofo evita cair seja no substancialismo, seja no relativismo, ao dizer que fora da cronologia e de uma certa *crônica-esqueleto* das ações que sustenta as interpretações não temos nada que nos garanta o fato de duas histórias estarem falando da mesma coisa. Porém, esses dois elementos asseguram a junção entre o nível dos enunciados pontuais e o da interpretação global, ou representação. Além do mais,

Ricoeur recomenda levarmos em conta a recepção dos textos, que estabelece interseções entre as narrativas, frisando o conteúdo que elas teriam em comum. Afinal, não podemos nos esquecer de que uma teoria da escrita está incompleta caso desconsidere uma teoria da leitura. Isso não equivale a subsumir duas narrativas que tratam do mesmo assunto sob um único e homogêneo gênero. Como raramente um historiador é o primeiro a tratar de um dado período ou escola de pensamento, ele sempre buscará, de alguma forma, corrigir ou modificar o que seus predecessores disseram sobre o mesmo tema. Portanto, há uma crença subentendida de que estão falando da mesma coisa:

Podemos conceder que esta identidade é uma *identidade fluida (floue)*, e que pode-se dizer, sem paradoxo, que a Revolução Francesa, segundo Furet tem poucas coisas em comum com a Revolução Francesa segundo Michelet. No entanto, são essas poucas coisas que salvam a identidade fluida de denominação (RICOEUR, 1994b, p. 184, grifos do original).

A suspeita contra a referencialidade da representação lançada por Ankersmit suscita nos historiadores, segundo Ricoeur, uma veemente réplica, que transforma em protesto a atestação da realidade que o historiador atribui a uma boa obra histórica. Esse grito pode se aproximar de forma surpreendente do adágio rankeano que propõe narrar os acontecimentos tal como ocorreram realmente. Entretanto, pergunta-se Ricoeur, como evitar que esse movimento conduza a uma ingenuidade epistemológica? Sua resposta: se os modos representativos que supostamente dão forma literária à intencionalidade histórica são questionados, a única maneira de atestar a realidade é recolocar em seu lugar a fase escriturária em relação à explicação/compreensão e a fase documental: “Juntas, escrituralidade, explicação compreensiva e prova documental são suscetíveis de credenciar a pretensão verdade do discurso histórico” (MHE: 363). Isso significa que é preciso remeter a arte da escrita da história às técnicas de pesquisa e aos procedimentos críticos que podem trazer o protesto (narrar tal como aconteceu) à forma de atestação transformada em crítica.

Diante da provocação escrita pelo autor Roland Barthes, para quem “o fato não tem senão uma existência linguística”, Ricoeur chega até a indagar se ele próprio não teria sucumbido a essa ideia, ao distinguir, como já vimos anteriormente, o fato (construído com sólida investigação documental e mediação linguística) do acontecimento. Todavia, nas palavras do próprio filósofo, “o realismo crítico aqui professado” (MHE: 364) o leva para um passo além da proposição factual, ao invocar a dimensão testemunhal do documento. No coração da prova documental estaria a

tríplice declaração da testemunha de que: 1) estava lá; 2) acreditem em mim; 3) se não acreditarem, perguntem a outrem. Caçoar do realismo do testemunho, salienta Ricoeur, é negligenciar o germe da crítica que ele traz: “Ocorreu-me dizer que não temos nada melhor do que a memória para assegurar a realidade de nossas lembranças. Agora, dizemos: não temos nada melhor do que o testemunho e a crítica do testemunho para dar crédito (*accréditer*) à representação historiadora do passado” (MHE: 364).

Antes de chegar ao seu limiar, a senda ricoeuriana pela representação historiadora defronta-se com o problema da verdade, engendrando a pergunta: o que a discussão sobre a verdade poderia acrescentar ao conceito de representância? A grande dúvida consiste em saber até que ponto existe a possibilidade de adequação e correspondência, uma vez que o passado, objeto referencial da pretensão veritativa, é o “ausente da história”, e a linguagem não é um meio transparente de reprodução. Desde *Tempo e narrativa*, Ricoeur tem defendido que a representação histórica tem no passado sua contraparte (*vis-à-vis*). Nessa ocasião, a ideia de lugar-tenência era empregada para precisar o modo de verdade próprio da representância, a ponto de o autor quase considerá-las como sinônimas. Entretanto, a questão não é resolvida de forma tão simples. O mais prudente é especificar quais aspectos da noção de correspondência ficam excluídos do processo (MHE).

A imitação-cópia é o primeiro aspecto da correspondência que é descartado: “Uma narrativa não se parece com o acontecimento que ela narra” (MHE: 366). Uma heterologia mínima entre a representação e seu referente subjaz à própria noção aristotélica de *mimesis*, na qual a ricoeuriana está fundamentada, como produtora de sentidos para os acontecimentos. Sob a batuta dos três momentos da *mimesis*, a prefiguração, a configuração e a refiguração, acentua-se a distância entre a *mimesis* ricoeuriana e a imitação-cópia. Em 1998, no texto “A marca do passado”, Ricoeur havia proposto que a dimensão fiduciária do testemunho substituísse o enigma da relação de semelhança: “É preciso deixar de se perguntar se uma narrativa assemelha-se a um acontecimento para se perguntar se o conjunto de testemunhos, confrontados entre si, é fiável” (RICOEUR, 2012, p. 334). Todavia, essa troca de problemáticas não pode se consumir até as últimas consequências. Dois anos depois, em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur prefere ser um pouco mais cauteloso: “Convém dizer que nunca se acaba totalmente com esse fantasma, na medida em que a ideia de semelhança parece difícil de expulsar totalmente” (MHE: 365).

O segundo aspecto da correspondência a ser discutido é o de adequação, que contribui para a elaboração, no terceiro tomo de *Tempo e narrativa*, do conceito de representância. No entanto, naquela época, o filósofo nutria grandes expectativas em relação à dialética dos grandes gêneros Mesmo, Outro e Análogo. Tal posição foi repensada pelo autor e tomou novos rumos, tendo como norte o crivo testemunhal:

A representância, posso dizer, exprime a opaca mistura entre a lembrança e a ficção na reconstrução do passado. Pelas mesmas razões, espero, hoje, menos luzes do que outrora da dialética entre o mesmo, o outro e o análogo, por meio da qual eu tentava articular conceitualmente a relação de representância. Este recurso à analogia, para além da oposição entre o mesmo e o outro, parece-me, atualmente, excessivamente tributária da problemática da *eikôn*, talvez por não ter passado pelo crivo do testemunho (RICOEUR, 2012, p. 336).

O propósito disso, segundo Ricoeur, é tentar salvar o que deve ser retido da fórmula de Ranke, segundo a qual a tarefa da história não é julgar os acontecimentos do passado, mas mostrar os acontecimentos tais como eles efetivamente ocorreram. Nesse sentido, o “tal como” da fórmula designaria apenas a função de lugar-tenência; “O que ‘realmente’ se passou continua assim inseparável do ‘tal como’ efetivamente se passou” (MHE: 366). De modo análogo a de Certeau,⁸⁹ Ricoeur pensa que o discurso histórico implica uma relação com o outro enquanto ele está ausente (CERTEAU, 2012). A especificidade da historiografia reside no fato de este ausente carregar a marca da anterioridade presente no passado. Nessa perspectiva, o discurso histórico transforma a diferença em seu objeto. O ponto de partida ocorre quando uma sociedade define-se ao distinguir-se do seu outro, chamando-o de *passado*. Assim, outorga-se à história a incumbência de investigar as regiões exteriores à circunscrição do presente. A escrita, aliada às práticas e ao lugar social, constitui o empreendimento de compreensão no qual o presente busca tornar a alteridade do passado assimilável e compreensível (CERTEAU, 2007). Segundo Certeau, o estatuto social do historiador o coloca em uma posição ambivalente: por um lado, ele fica incumbido de explicar a estranheza, ainda que sem suprimi-la completamente; por outro, ele deve buscar semelhanças onde se apresentam as dessemelhanças, para que esse estudo traga alguma contribuição para o tempo presente. A escrita da história se mostra como “um discurso que organiza uma presença faltante” (CERTEAU, 2012: 188).

⁸⁹ A história, na visão desse autor, é uma heterologia, um *lógos* do outro: “A história implica uma relação com o *outro* enquanto ele está *ausente*, embora um ausente particular, aquele que ‘já era’ [a *passé*], como diz a linguagem popular” (CERTEAU, 2012, p. 181).

A realidade pretérita permanece como referente último da escrita historiadora na perspectiva ricoeuriana. Aliás, em artigo datado de 2000, Ricoeur já expunha sua tese segundo a qual o problema da representação do passado começa com a memória, que compartilha com a história o anseio de ser uma representação presente de uma coisa ausente que existiu outrora, antes mesmo de ser narrada (RICOEUR, 2000): “A representação historiadora é uma imagem presente de uma coisa ausente; mas a própria coisa ausente se desdobra em desaparecimento e existência no passado. As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido” (MHE: 367).

O passado, sempre visado pelas reconstruções históricas, possui na filosofia ricoeuriana um duplo estatuto atestado, inclusive pela estrutura dos tempos verbais e advérbios de alguns idiomas. Podemos dizer que *algo não é mais (n'est plus)*, porém, *foi (a été)*. A própria linguagem esclarece que a passeidade, *i.e.*, a qualidade passada do que um dia se passou, é algo incontornável. O passado, mirado tanto pela representância quanto pela lembrança, não é apenas algo ausente, mas também algo anterior. No entanto, salvaguardar a passeidade e a realidade do passado histórico não acarreta uma substancialização⁹⁰ do mesmo. Em virtude disso, Ricoeur chega a enunciar que “ter-sido” (*avoir été*) constitui o referente último visado através do não ser mais (*n'être plus*)” (MHE: 367).

A nosso ver, a reflexão heideggeriana sobre a temporalidade pode lançar luz sobre a compreensão da escolha ricoeuriana de utilizar o termo “ter-sido” para se referir à passeidade. Em suas reflexões sobre a temporalidade, Heidegger desconstrói a ideia de que o tempo seria uma entidade ou substância. Em vez disso, o filósofo alemão prefere falar que o *Dasein* temporaliza a si mesmo em um movimento que enseja as *ekstases* temporais. A estrutura autêntica da temporalidade é a do cuidado (*Sorge*), que não se esquece da questão do sentido do ser. O *Dasein*, como um projeto, um ser-aí lançado e aberto às suas possibilidades, se põe como cuidado que diz respeito às apreensões relativas ao futuro. Em sua decisão de projetar-se em direção à morte, o *Dasein* entreabre a possibilidade desse ser *porvir*⁹¹ (futuro) a si mesmo e *ter-sido* (passado), germinando o *tornar-presente* (presente). O “passado” está implicado no *por vir* pela

⁹⁰ “Retenho deste rápido percurso pelo léxico e pela sintaxe do passado uma salvaguarda contra a tendência, que é também da linguagem, de tratar o passado como uma entidade, uma localidade onde residiriam as lembranças esquecidas e de onde a *anamnésis* as extrairia” (RICOEUR, 2012, p. 330-331).

⁹¹ Optamos por usar os conceitos heideggerianos da maneira mais próxima possível da tradução francesa manejada por Ricoeur em suas obras. Para tanto, em alguns momentos precisamos fazer algumas adaptações nas traduções brasileiras disponíveis.

responsabilidade. A resolução antecipadora,⁹² que realiza as possibilidades do *Dasein*, o torna responsável pelo *ter-sido*, fruto de suas escolhas feitas outrora: “O vigor de ter sido surge do porvir de tal maneira que o porvir do ter sido (melhor, em vigor) deixa vir-se a si atualidade. Chamamos de temporalidade esse fenômeno unificador do por vir que atualiza o vigor de ter sido” (HEIDEGGER, 2005, p. 120).

Para nossos propósitos, o que importa destacar é a distinção feita por Heidegger entre passado e ter-sido. O que incomoda esse filósofo na noção de passado⁹³ (*Vergangen*) é seu tom de “terminado para sempre”, incompatível com a temporalidade originária do *Dasein*. Para se contrapor a isso, foi talhado o termo ter-sido, que conta com o particípio do verbo ser mais o auxiliar *ter*. O ter-sido (*Gewesen*) é algo para o qual o *Dasein* sempre pode retornar. Ao invés de uma massa amorfa e inerte de acontecimentos, o *ter-sido* assemelha-se a um passado vivo, ao qual é possível retrair as possibilidades e o mais próprio poder-ser do *Dasein* (INWOOD, 2002). Um passado (*Vergangen*) morto, fossilizado e tido como imutável já não persiste no presente e, portanto, deixou de ser:

“Enquanto” o *Dasein* existe factualmente, ele nunca é passado (*Vergangen*), mas, ao contrário, é sempre o vigor de *ter sido* (*Gewesen*), no sentido do, “eu sou o vigor do *ter sido*”. (...) Denominamos, ao contrário, passado um ente que já não é subsistente. Por conseguinte, enquanto existindo, o *Dasein* nunca pode ser constatado como fato subsistente que “com o tempo”, chega a ser ou *deixa de ser* e que em parte *já deixou de ser*. (HEIDEGGER, 2012, p. 893, grifos nossos).

Com efeito, o pensamento heideggeriano é complexo e de difícil compreensão imediata. Entretanto, um pouco de persistência em sua filosofia poderá trazer um entendimento mais denso da passividade e do ter-sido discutidos por Ricoeur. No parágrafo 73 de *Ser e tempo* (1927), Heidegger coloca o gestar-se do *Dasein* face a face com aquilo que ele chamou de “compreensão vulgar da história”.⁹⁴ Ao refletir sobre o emprego das palavras *histórico* e *passado* na cotidianidade, o filósofo alemão constata que existe uma ambiguidade de sentidos no último termo:

⁹² Antecipação da possibilidade da morte, que é a mais extrema, pois representa a impossibilidade da existência.

⁹³ “Os conceitos de *futuro*, *passado* e *presente* nascem, imediatamente, da compreensão imprópria do tempo” (HEIDEGGER, 2005, p. 121).

⁹⁴ Para Heidegger, a historicidade – ou historialidade, a depender da tradução – do *Dasein* depende de sua temporalização, da maneira como ele se estende entre seu nascimento e morte. No plano ontológico, a historicidade é derivada da temporalidade originária. A historicidade é o solo ontológico que possibilita a historiografia. Em algumas ocasiões (em *Tempo e narrativa*, “A marca do passado” e *A memória, a história, o esquecimento*), Ricoeur registrou suas reservas a essa *derivação*, pois, em seu modo de ver, por mais derivada que seja, a historicidade agrega sentido à temporalidade.

O passado (*Vergangen*) pertence, em termos irrevogáveis, ao tempo de outrora, pertence aos acontecimentos de então e, não obstante, pode ser ainda subsistente “agora”, como, por exemplo, os restos de um templo grego. Ainda está neles “presente” nesses acontecimentos um “pedaço do passado” (HEIDEGGER, 2012, p. 1025).

No terceiro tomo de *Tempo e narrativa*, Ricoeur já alertava que nesse excerto heideggeriano está formulado o enigma da passeidade: o passado, que já não é, tem efeitos, exerce influência e ação sobre o presente. Os restos do passado, isto é, suas marcas e rastros carregam em si esse paradoxo do passado histórico, que por um lado, já não é mais, mas, por outro, está ao alcance da mão. Não que o caráter passado esteja escrito na face de um objeto por mais que ele parece estar deteriorado. Pelo contrário, por mais transitório que seja, ele ainda não é passado. Isso implica que só há objeto histórico para um ente que tenha o senso da historicidade (T&N 3).

Temos consciência de que as aproximações entre essas passagens heideggerianas e as indicações sobre o ter-sido e a passeidade em Ricoeur devem ser realizadas com parcimônia. Em “A marca do passado”, o filósofo francês se mostra reticente à hierarquização feita por Heidegger, que alça o ter-sido (*Gewesen*) a um estatuto mais originário e autêntico que o do passado. Ricoeur defende o igual direito das duas designações. Assim, seria legítimo também falar em uma ação concluída no passado não apenas para indicar aquilo que escapa aos nossos sentidos e a respeito do qual não podemos mais agir, mas também para significar que o objeto da lembrança ou da representância traz a marca indelével da perda: “O objeto do passado enquanto concluído é um objeto (de amor, de ódio) perdido. A ideia da perda é a este respeito um critério decisivo da passeidade” (RICOEUR, 2012, p. 332). Por isso, aplicar o conceito de “real no passado” como ter-sido passa pela prova da perda, pelo não mais ser (*n'est plus*).

Todavia, nem só da negatividade do não mais ser é constituída a passeidade. Seu outro componente, inseparável do primeiro, é, justamente, o ter-sido. A leitura ricoeuriana de Heidegger parece querer salientar que, embora o passado seja o ausente da história, ele não pode perder sua passeidade, não pode deixar de *ter sido*, ou seja, manter sua realidade pretérita. Conquanto ausente, o passado existiu anteriormente à sua narrativa. Se lembrarmos da dívida que Ricoeur acredita estar lançada sobre os ombros do historiador pelos homens de outrora, a situação torna-se ainda mais densa:

O passado tendo-sido (*ayant-été*) necessita dizer. Este seria o sentido mais forte que se poderia atribuir à ideia de aproximação do passado pelo conhecimento histórico. Se o discurso histórico se mantém uma construção, a construção pretende ser reconstrução. Ora, o que rege a visão de reconstrução senão a aspiração de responder àquilo que não pode não ser interpretado como pedido de discurso vindo do ter-sido (*avoir été/ Gewesen*)? A dívida, repitamos, obriga. A requisição do ter-sido do passado consumado se endereça ao futuro do discurso. É justamente o inesgotável que nos exige recontar, reescrever, retomar de novo e de novo a escritura da história (RICOEUR, 2012, p. 346).

Essas palavras nos mostram por que Ricoeur, não obstante valorize a as incursões heideggerianas pelo ter-sido, não endosse sua cisão em relação ao passado. O filósofo francês pretende que não apenas o ter-sido e o futuro sejam considerados como incertos e abertos a novas possibilidades, mas também o passado. Sem dúvida, não é possível desfazer o que foi feito, nem tampouco apagar um fato ou fazer com o acontecimento deixe de ser. Por outro lado, o sentido daquilo que aconteceu não é algo fixado de uma vez por todas. Os eventos do passado podem sempre ser reinterpretados de maneiras diferentes (RICOEUR, 2012). Uma visita a alguns argumentos de *Tempo e narrativa* abordados por nós no Capítulo 2 pode ser preciosa nesse contexto. Naquela ocasião, uma das contribuições trazidas pela imputação causal singular era a destruição da ilusão de fatalidade que alguns projetam no passado. Em lugar disso, a narrativa do historiador trabalha com uma causalidade probabilística que restabelece a incerteza do passado em relação a seu futuro. O curso dos acontecimentos poderia ter sido outro, pois havia outros projetos que poderiam ter se concretizado. Pensar dessa forma envolve abrir espaço para a contingência na história, distanciando-se significativamente do passado (*Vergangen*⁹⁵) “terminado para sempre” concebido por Heidegger em contraposição ao ter-sido. Jeanne Marie Gagnebin sintetizou bem essa ambivalência da passeidade em Ricoeur:

Ali ganha toda a sua força a dupla aceitação do adjetivo e do substantivo *passado*: não é somente aquilo que *passou*, ficou caduco e se extinguiu, mas também é, ao mesmo tempo, aquilo que *perdura* nesse seu ser findo nas dobras do presente e para todo o futuro (...) Essa permanência do passado (daquilo que foi, *a été*, diz o francês, *gewesen*, diz o alemão) não abole a morte dos mortos, mas faz dos vivos de hoje seus herdeiros e interlocutores (GAGNEBIN, 2011, p. 160, grifos do original).

A par dessas considerações, é possível compreender a relação traçada por Andris Breitling entre a passeidade e a dívida dos homens do presente com o passado, tão

⁹⁵ Parece-nos que o equivalente francês para a ideia de passado consumado seria o termo *révolu*.

decantada por Ricoeur. Como o filósofo francês sublinhou, o passado não consiste apenas em um não ser mais, um ser consumado (*révolu*) e ultrapassado (*dépassé*), mas, pelo contrário, carrega a insistência presente do passado enquanto *tendo-sido*. Nesse sentido, os homens de outrora existiram no passado com seus projetos, temores e esperanças, deixando suas marcas no mundo em que nascemos. Tais marcas e anseios ainda exercem uma influência sobre nossa existência atual. Eles deixaram atrás de si não apenas edifícios e rastros materiais, mas também significações culturais, que intermedeiam nossa pré-compreensão do mundo e do ser, sedimentada/transmitida pela sequência de gerações. Daí viria a tradição, que liga os viventes atuais aos do passado. Nesse caso, a herança recebida assume a forma de dívida mesmo quando tentamos escapar dessa influência pretérita (BREITILING, 2004).

As análises sobre a *passeidade* e o *ter-sido* levaram a reflexão da epistemologia da operação histórica até suas fronteiras com a ontologia do ser no mundo, chamada por Ricoeur de *condição histórica*. Infelizmente, nossa limitação temática não nos permitirá avançar muito nesse passo, porém, ainda nos falta delimitar melhor os contornos da representância, principalmente seu caráter de *suplência* em relação ao passado histórico. Aproveitaremos esse momento propício para avaliarmos um pouco da recepção das ideias ricoeurianas sobre a representação.

Chartier é um dos entusiastas da teoria da representação ricoeuriana. Para esse historiador cultural, a obra de Ricoeur é aquela que mais dedicou atenção aos modos de representação do passado, seja pela narrativa histórica, pelo discurso ficcional ou pelas operações da memória. O principal mérito destacado por Chartier seriam os subsídios fornecidos pelo filósofo em tempos de relativismo para proteger as possibilidades de o discurso histórico ser uma representação e explicação adequadas da realidade do que um dia aconteceu. Nas conclusões de seu artigo “Defesa e ilustração da noção de representação”, o historiador francês subscreve a recomendação ricoeuriana de remeter a fase da escrita aos outros momentos da operação historiográfica, à explicação/compreensão e à crítica documental. Somente por essa via, a atestação poderia prevalecer contra a dúvida de não pertinência da representação historiadora (CHARTIER, 2011b).

Porém, nem sempre a recepção ricoeuriana entre os historiadores franceses foi amistosa. No dossiê organizado em 2002 pelo periódico *Le débat*, por conta da publicação de *A memória, a história, o esquecimento*, o texto de Alexandre Escudier sobressai pelas contundentes críticas à teoria da representação ricoeuriana. O primeiro

questionamento se dirige à homogeneidade que, segundo esse autor, é estabelecida por Ricoeur entre a representação do passado, a representação mnemônica, as representações sociais e a representação historiadora como componente da escrita histórica. Outro ponto levantado incide sobre a escolha ricoeuriana pelo termo *Vertretung* – representância, lugar-tenência – para qualificar a narrativa histórica. Essa opção, na interpretação de Escudier, marca um distanciamento do filósofo em relação aos historiadores de *métier*, já que, desde o século XVIII, a noção empregada por eles para designar as exposições das pesquisas históricas é *Darstellung*⁹⁶ [apresentação/exposição] ou mesmo *Darlegung* [presentificação, mostração] (ESCUDIER, 2002).

Outro alvo dos ataques do crítico é a dialética apontada por Ricoeur entre a representação/objeto e a representação/operação. Ora, na visão de Escudier, o filósofo francês agiu de maneira ilícita, porque normativa, ao colocar as representações sociais como campo privilegiado das investigações históricas. Aliado a isso estaria o procedimento de instituir o vínculo social e a construção de identidades como objetos pertinentes do discurso histórico. Entretanto, como ressalta Escudier, atualmente nada pode ser colocado como objeto privilegiado das análises históricas. O domínio dos objetos da história já não está mais restrito a apenas alguns aspectos do passado. A curiosidade do historiador pode se dirigir, em princípio, a tudo aquilo que pode ser localizado em um determinado instante temporal e espacial. Para nós, essa objeção é pertinente, sobretudo, porque acreditamos que uma relação saudável com a história da historiografia não deve universalizar ou generalizar as práticas de uma determinada comunidade historiográfica: “Colocar as modalidades de constituição do vínculo social e os problemas de identidade a ele ligados como constituindo ‘o objeto pertinente do discurso histórico’ é delimitar o domínio dos objetos de história a partir de uma escolha de valores heterogêneos à ciência” (ESCUDIER, 2002, p. 20).

Para além do fogo cruzado da crítica, Escudier também trouxe relevantes esclarecimentos para a compreensão da representação historiadora em Ricoeur. Quando apresentara inicialmente o conceito de representância em *Tempo e narrativa*, o filósofo

⁹⁶ Walter Benjamin utilizou esse termo para se referir à escrita filosófica no prefácio epistêmico-crítico de sua *Origem do drama barroco alemão* (1928). A primeira tradução brasileira da obra feita por Rouanet vertia o termo como *representação*. Entretanto, J.M. Gagnebin, sustenta enfaticamente que essa opção é equivocada, pois Benjamin buscava escapar da concepção moderna de representação (*Vorstellung*) como representação mental de um objeto exterior ao sujeito. A autora indica como tradução mais adequada a *Darstellung* as noções de apresentação e exposição, sendo que o termo também é usado para designar apresentações teatrais (GAGENBIN, 2005).

revelou que o havia extraído da obra do historiador alemão Karl Heussi. O que Escudier nos mostra é que um dos propósitos de Heussi com essa noção era combater em dois *fronts*. Em um deles, estaria a vertente objetivista do historicismo e, no outro, um irracionalismo de raiz nietzscheana. Dessa forma, haveria uma rejeição tanto à epistemologia ingênua contida na teoria do reflexo, quanto às dúvidas mais radicais sobre a possibilidade do conhecimento histórico. Para o autor alemão, o passado não é nem algo completamente determinado com a fixidez de uma estrutura, nem, muito menos, algo totalmente conhecível pelo espírito humano. Nesse sentido, a noção de contraparte (*vis-à-vis*) visa caracterizar o conjunto daquilo que um dia foi (*a été*), independentemente do que nós queremos ou podemos conhecer. Nesse quadro, o historiador não pode se aproximar da realidade passada senão aproximativamente (ESCUDIER, 2002). Não podemos deixar de apontar as semelhanças dessa postura com o realismo crítico que defendemos estar presente na epistemologia ricoeuriana, na qual também há uma militância contra duas frentes, o realismo ingênuo e o relativismo radical, que se torna assaz perigoso quando confrontado com a Shoah.

A leitura ricoeuriana de Heussi, entretanto, contém um equívoco, sob a ótica de Escudier. Quando o historiador germânico fala de *contraparte* (*vis-à-vis*), ele a utiliza como um conceito limite que não tem estatuto metodológico, mas somente funciona como um regulador no nível transcendental das condições de possibilidade do conhecimento histórico. Essas especificações também valeriam para a noção de representâncias (*Vertretungen*, empregadas sempre no plural por Heussi). A consequência disso, na opinião de Escudier, é que o autor original da ideia, Karl Heussi, jamais teria visado substituir o conceito de apresentação (*Darstellung*) empregado para as narrativas históricas pelo de representância. Quando Ricoeur tenta tornar esses conceitos operacionalizáveis, ao mobilizá-los contra os negacionistas e os excessos pós-modernistas (nomeadamente Ankersmit), ele teria incorrido, por conseguinte, em uma extrapolação abusiva (ESCUDIER 2002).

Após reler seus escritos, em nota de rodapé que encerra a parte II de *A memória, a história, o esquecimento*, intitulada “História/Epistemologia”, Ricoeur reconheceu a noção de representância como a mais problemática de toda essa parte da obra. Antevendo possíveis objeções, o filósofo destacava que essa ideia não é fruto de uma improvisação, mas traz consigo uma longa história semântica. Seu ancestral mais longínquo seria a *repraesentatio* romana, que indica a suplência legal exercida pelos ‘representantes’ visíveis de uma autoridade ‘representada’. O suplente consegue exercer

seus direitos, mas sua legitimidade depende da pessoa que ele representa. Hans-Georg Gadamer foi o autor responsável por não apenas empregar o conceito, mas também a sondar suas dimensões ontológicas no contexto de uma hermenêutica da obra de arte, incluída na primeira parte de sua obra magna, *Verdade e método* (1960) (MHE).

A derradeira objeção de Escudier à epistemologia ricoeuriana que vamos examinar pesa, justamente, sobre a transposição feita do conceito de representação-suplência da esfera estética, como ela é manejada em Gadamer, para os domínios da historiografia. O crítico de Ricoeur manifestou profundo incômodo com essa iniciativa, porque, para ele, esse conceito está muito distante da metodologia histórica e, portanto, diminuiria a autonomia epistêmica do saber histórico. O fato de Ricoeur sustentar que a problemática da representação tem origem não na historiografia, mas na memória e seu anseio de tornar presente uma ausência através da lembrança também foi criticado porque dificultaria o delineamento de uma metodologia plenamente operacional. Em suma, para Escudier, a noção de representância deveria ser abandonada em favor da categoria de “exposição (*Darstellung*) histórica” (ESCUDIER, 2002).

Para sopesarmos as objeções dirigidas à teoria da representação ricoeuriana, iremos nos valer de dois procedimentos: a) explicitaremos suas afinidades com o conceito de representação em Gadamer; b) analisaremos as respostas dadas pelo próprio Ricoeur ao texto de Escudier.

Em *Verdade e método*, Gadamer propõe os traços fundamentais para uma hermenêutica filosófica que parte da questão da compreensão. Tomando como fio condutor os modos de manifestação e acontecimento da verdade que não estão necessariamente vinculados aos métodos da ciência moderna, a obra está dividida em três grandes partes que tratam dessas questões, respectivamente, na arte, nas ciências do espírito – notadamente a história – e na linguagem. Ao discutir sobre a experiência estética, na primeira parte do tratado, o hermeneuta alemão tematizou a noção de representação nos parágrafos dedicados à *valência ontológica da imagem (Bild)*. Desde logo, cabe ressaltar que Gadamer está se insurgindo contra as análises estéticas que procuram julgar a obra de arte seja a partir das intenções autorais, seja pela referência àquele que a vivencia e toma somente a si próprio para avaliá-la (GADAMER, 2011; BATISTA, 2011).

Em busca de uma experiência mais originária da obra de arte, Gadamer se lança em uma discussão sobre a representação. Logo de saída, o hermeneuta deixa claro que o mundo representado pela imagem não é uma cópia. A *mimesis* em jogo nesse processo

não designa um ato de copiar, mas a manifestação do representado, sem a qual ele não se faz presente. A relação entre a imagem e seu mundo não pode ser enquadrada nos mesmos parâmetros da ligação entre cópia e original. A tarefa da cópia não é outra senão tentar se igualar à imagem original. Para tanto, ela suspende seu próprio ser e se coloca a serviço do copiado. Ela busca ser uma reprodução cuja única função é a identificação do mesmo. Ela anula a si mesma ao funcionar como um meio, que, assim como todos os meios, perde sua razão de ser quando alcança seu fim (GADAMER, 2011).

No caso da imagem (*Bild*) a situação é bem distinta, segundo Gadamer. Ela não é, de maneira nenhuma, autoanulada, já que não é um meio para um fim. O que realmente importa é como na imagem se representa o representado, de tal forma que a representação está essencialmente vinculada ao representado, inclusive fazendo parte dele. Por isso, a imagem do quadro (*Bild*) difere da do espelho, que não possui um ser real, mas apenas uma aparência de efêmera existência dependente do reflexo. Não obstante, a representação permanece referida a uma imagem original, que nela vem a ser representada. Porém, ela é mais que uma cópia, e o fato de não ser a própria imagem original não tem nenhuma conotação negativa, mas, pelo contrário, corrobora sua realidade autônoma, no sentido de possuir um ser próprio. Um dos objetivos maiores do filósofo alemão é estabelecer o *status* ontológico da imagem, que é indissolúvel ao seu mundo (GADAMER, 2011).

Ao conferir um ser próprio à imagem, Gadamer possibilita que sua relação com o original não seja unilateral, como ocorre com a cópia. Como envolve um processo ontológico através da representação, o representado experimenta um *acréscimo de ser*, ou seja, a representação é capaz de extrair e revelar algo do original que não aparece num primeiro olhar. Buscando ser fiéis ao espírito hermenêutico da obra, poderíamos dizer que a imagem envolve uma interpretação e transformação do representado. Contudo, em nenhum momento, a realidade ontológica da imagem deixa de depender do original. Quase no fim de sua exposição sobre esse tema, Gadamer sustentou que a valência ontológica da imagem seria mais bem caracterizada pelo termo latino *repraesentatio*, que era familiar ao Direito romano e ganhou um novo destaque na doutrina cristã da encarnação:

Repraesentatio já não significa apenas cópia ou representação (*Darstellung*) plástica (...), mas significa agora 'representação' (*Vertretung*) (no sentido de ser representante). O termo pode adotar esse significado porque o retratado

(*Abgebildete*) está presente por si mesmo na imitação (*Abbild*). Representar significa fazer com que algo esteja presente. No conceito jurídico da representação, o importante é que só a *persona representata* é o apresentado (*Dargestellte*) e exposto, e que, não obstante, o representante que exerce seus direitos depende dela (GADAMER, 2011, p. 202, nota 252).

Esses argumentos da hermenêutica gadameriana são essenciais, segundo o próprio Ricoeur, para a compreensão de sua tentativa de transposição da representação-suplência dos quadros da estética para a historiografia. O que legitimaria essa conduta seria o componente imagético da lembrança. Para designar o passado, a reminiscência recorre a uma *figuração*. De modo semelhante, poderíamos afirmar que a narração acrescenta visibilidade àquilo que relata. No entendimento ricoeuriano, isso tornaria possível estender seja à lembrança-imagem, seja à representação-suplência a ideia de *acréscimo de ser* indicada por Gadamer: “O que é assim aumentado pela representação figurada, é o próprio pertencimento do acontecimento ao passado” (MHE: 368, nota c). A contínua reescrita da história, fruto da dimensão crítica do conjunto das operações historiográficas, cooperaria, a cada nova interpretação, para um acréscimo de sentido da realidade pretérita: “A ideia de representância é então a maneira menos ruim de homenagear um procedimento reconstrutivo, o único disponível a serviço da verdade em história” (MHE: 369, nota e).

Para cumprirmos nossa promessa, resta apenas analisarmos as respostas dadas pelo próprio Ricoeur às críticas de Escudier. O primeiro raciocínio do autor é sublinhar que, em que pese à polissemia do conceito de representação, sua obra *A memória, a história, o esquecimento* pode ser lida como um empreendimento de localização (*mise en place*) da representação em uma série de contextos. Entretanto, haveria um *hipercontexto* comum que Escudier não levou em consideração: todas são representações *do passado*. Como consequência, haveria uma polissemia regrada na *dialética da representação*. Se não há uma unidade lexical do termo, existe uma coerência de problemática, na medida em que em todas as esferas (memória, representação-objeto; representação-operação; condição histórica) percebe-se uma reivindicação de verdade. (RICOEUR, 2002).

Quanto à acusação de ter agido de forma normativa, Ricoeur prefere contemporizar. Por ter levado em conta a história econômica, a história política juntamente com a história das representações sociais, ele pensa não ter agido de forma tão imperiosa como a descrita por Escudier. Porém, o filósofo assume sua preferência pela escola pós-braudeliana, principalmente pela obra de Bernard Lepetit, *As formas da*

experiência (1995). Essa eleição seria motivada pela busca de uma ancoragem do discurso histórico na realidade social que possibilitasse a interação com a sociologia da ação, preocupada com os acordos sociais e com as intervenções dos agentes no curso dos acontecimentos: “Essa série de alianças me interessa, sem que eu as atrele a uma pretensão normativa” (RICOEUR, 2002, p. 50).

No que diz respeito às observações filológicas de Escudier, a resposta ricoeuriana consiste em marcar sua distância em relação à concepção kantiana da representação (*Vorstellung*), como uma reprodução mental de um objeto exterior ao sujeito. A representação (*Vorstellung*) é um componente essencial da revolução copernicana operada por Kant, ao deslocar do objeto para o sujeito aquilo que regula o nosso conhecimento. Assim, os objetos seriam regulados menos por sua natureza do que por nossa faculdade de intuí-los. Para que essas intuições se tornem conhecimentos, é preciso relacioná-las aos objetos dos quais elas são representações. Nos termos do próprio Ricoeur, ele buscou sair do círculo mágico⁹⁷ da *Vorstellung* kantiana ao recorrer, nos quadros de um realismo crítico, ao par *Darstellung*, no sentido de exposição, apresentação, e *Vertretung*, no sentido de representação-vicária. Endossando a hermenêutica gadameriana, Ricoeur acentua a intensidade ontológica do conceito que o retira dos quadros estritamente epistemológicos (RICOEUR, 2002; PR).

Em uma de suas últimas obras publicadas em vida, *Percurso do reconhecimento* (2004), o filósofo francês advertia que, para sair do kantismo, era necessário colocar a experiência de estar-no-mundo como a referência última de todas as experiências particulares. Se conectarmos essa assertiva à *hermenêutica da condição histórica*, presente em *A memória, a história, o esquecimento*, veremos que, para Ricoeur, fazemos a história e fazemos história porque somos históricos. Historicidade e temporalidade fariam parte de uma condição inultrapassável de nosso ser-no-mundo. Talvez, nos arriscaríamos a dizer, esse também seja um dos motivos pelos quais Ricoeur não utiliza a representação como *Vorstellung*, e sim como *Vertretung*. Afinal, como um ser que é histórico poderia realizar uma reprodução mental de algo exterior, ao tentar representar um aspecto da história, na qual, de modo mais amplo, ele também está imerso?

⁹⁷ “O que acabamos de denominar círculo da representação é a figuração gráfica da revolução copernicana que faz que ‘os objetos como fenômenos se regulem por nosso modo de representação’ (PR: 71).

O próximo passo da defesa ricoeuriana marcha na direção de sua apropriação da estética gadameriana. Nesse sentido, Ricoeur salienta que em nenhum momento fez críticas à categoria de *Darstellung* (apresentação, exposição), o que o leva a questionar Escudier: “onde você viu que eu ‘milito contra’ o termo em minha nota filológica em que invoco o par *Vertretung-Darstellung* citando Gadamer?” (RICOEUR, 2002, p. 49). Aliás, após uma consulta à edição alemã de *Verdade e método*, constatamos que, na sua discussão sobre a valência ontológica da imagem, o hermeneuta empregava a noção de *Darstellung*, que foi traduzida por representação na edição brasileira (e, segundo Ricoeur, também na francesa). Apenas ao comentar sobre as raízes latinas da representação na nota de rodapé que citamos anteriormente, o autor se valeu do termo *Vertretung*. Para além disso, Ricoeur se esforça para evidenciar que seu empréstimo feito à estética não é determinante em sua avaliação da verdade histórica. Desse modo, a ideia do *acréscimo de ser* não teria sido mobilizada para dar crédito à representância (RICOEUR, 2002).

Um olhar mais detido sobre as palavras ricoeurianas citadas no parágrafo anterior pode elucidar alguns pontos. Primeiramente, Ricoeur, pensando em Gadamer, referiu-se à relação entre *Vertretung* e *Darstellung* como um par, e não como a substituição de um pelo outro. Pode ser que para ele, assim como para Jean Ladrière,⁹⁸ a representação, tal como praticada na teoria do conhecimento, repouse sobre uma dupla metáfora: a da representação teatral e a da representação diplomática. A primeira está próxima da acepção da apresentação (*Darstellung*) e consiste em colocar na presença (*mise en présence*) do expectador uma situação significativa através de figuras evocadoras e do encadeamento de ações (LADRIÈRE, [s.d.]). Parece-nos que esse era o sentido do termo *Darstellung* na historiografia alemã do século XIX, tal como enunciou Humboldt em sua clássica conferência: “A tarefa do historiador” (1821) consiste na exposição (*Darstellung*) do acontecimento. Tanto maior será seu sucesso quanto mais pura e completa possível for esta exposição” (HUMBOLDT, 2010, p. 82). Não era estranho a historiadores do porte de Humboldt, Ranke e Droysen a ideia de que para apresentar os eventos em um relato seria preciso mobilizar a faculdade imaginativa e criativa do sujeito de conhecimento. Contudo, para eles, a discussão sobre a exposição⁹⁹

⁹⁸ O filósofo belga Jean Ladrière escreveu diversos textos analisando a hermenêutica de Ricoeur, que, por seu turno, dedicou a ele o estudo VIII de *A metáfora viva*, cujo título é “Metáfora e discurso filosófico”.

⁹⁹ Humboldt desenvolve esse conceito indicando que a exposição (*Darstellung*) do historiador deve separar o necessário do contingente na teia dos eventos. Caberia à narrativa histórica, em sua forma, descobrir as sequências internas dos acontecimentos, tornando visíveis as verdadeiras forças ativas. Nesse

(*Darstellung*) estava circunscrita aos domínios da narração. Em Ricoeur, com o conceito de representância, a argumentação é estendida para outras dimensões da operação historiográfica, atingindo, inclusive, a operação mnemônica.

Por outro lado, Ladrière fala da vicariedade da representação diplomática, com a qual a representância ricoeuriana possui estreitas semelhanças. A primeira funciona a partir de uma transferência de atribuições na qual uma pessoa é autorizada a agir em nome ou lugar de outra, colocando-se como seu lugar-tenente. Escudier, em suas críticas, insiste bastante na necessidade vista por ele de substituir a representância (*Vertretung*) pela exposição (*Darstellung*) histórica. Contudo, uma outra possibilidade, insinuada por Ricoeur e Ladrière, fundamenta-se em uma dialética das duas compreensões: “De um lado, a presença efetivamente direta de uma pessoa, de um objeto, de uma ação: e de outro, presença indireta, mediatizada pela primeira, de uma realidade que não pertence ao campo da apreensão direta” (LADRIÈRE, [s.d.], p. 1).

Consoante a essa proposta interpretativa, a representação historiadora operaria em um duplo registro. Sob um aspecto, ela se porta como uma presentificação da ausência do passado, por intermédio da narração das ações e dos signos linguísticos. Sob outro viés, ela se comporta como representante do passado, numa relação de suplência, colocando-se em seu lugar, mas sem deixar de depender de sua existência pretérita:

Esta concorrência e essa complementaridade entre substituição e apresentação (*présentation*) não anunciam o par (*couple*¹⁰⁰) *Vertretung/Darstellung*? Com efeito, para sair do círculo mágico da *Vorstellung* kantiana que fomos revalorizar, nos quadros de um realismo crítico, as noções de *Darstellung*, no sentido de exposição, de exibição, de mostração (*monstration*), de apresentação, e de *Vertretung*, no sentido de representação-vicária (como se fala de “representantes do povo”) (RICOEUR, 2002, p. 48-49).

Os rastros do passado colocam em jogo boa parte das questões ligadas à representação do passado. Os vestígios indicam uma marca que foi deixada pela passagem de um ser. A marca assume a forma de um signo que vale pela passagem e

sentido, o procedimento criativo do historiador se assemelharia ao poético por seu viés mimético. “O fundamento de ambas é o conhecimento da forma verdadeira, a descoberta do necessário e a eliminação do contingente” (HUMBOLDT, 2010, p. 87). Semelhantes por procederem através da exposição e imitação da natureza, entretanto, o objetivo do artista e do historiador são bem distintos. O primeiro irá retirar da realidade um aparição fugaz, tangenciando-a para dela escapar, ao passo que o segundo corre em seu encaixo e nela necessita se aprofundar.

¹⁰⁰ A tradução mais corrente dessa palavra é *casal*, o que pode ser um indício de como Ricoeur vê a relação entre os conceitos *Vertretung/Darstellung* sob a ótica da complementaridade.

demanda interpretação. Essa significância combina uma relação de causalidade entre a coisa marcante e a coisa marcada, análoga à existente entre o vestígio e a passagem. O rastro, assim como a escrita da história, exerce uma função vicária em relação ao passado. O rastro *vale pelo* passado na medida em que é seu representante, lugar-tenente. Essa analogia também coloca em evidência o modo indireto da referência ao passado, já que, como uma *ciência por rastros*, a historiografia não atinge seu referente senão através das mediações. Uma vez mais, Ricoeur insiste na distinção entre sua *Vertretung* (representância) e a *Vorstellung*:

A *Vorstellung* é a imagem mental que um sujeito se dá de algo exterior ausente (*Sich vorstellen*). A *Vertretung* é a relação pela qual um representante fica no lugar daquele que ele representa em sua ausência. É o caso do rastro. Enquanto ele foi deixado pelo passado exerce a seu respeito uma relação vicária (RICOEUR, 1994b, p. 196).

Os comentadores desdobram importantes implicações da representância ricoeuriana, principalmente colocando-a como um caminho favorável para escapar das armadilhas do relativismo. Gagnebin resalta que a preocupação do filósofo além da epistemologia também compreende a ética na reconstrução do passado. Em face da Shoah, a historiografia não pode pender nem para o relativismo nem para o dogmatismo dito positivista. Destarte, o historiador e a escrita de sua representação contribuem para que a realidade do passado traumático não seja relativizada em sua existência, que não pode deixar de ter-sido (GAGNEBIN, 2011). Já para Dosse, o principal aporte epistemológico da representância consiste em sua abertura para o referente, numa submissão do discurso histórico àquilo que um dia foi, em uma relação de suplência. Acresce a isso a ambição veritativa da historiografia, que a impede de ser confundida com a ficção (DOSSE, 2001b).

Se o par entre *Darstellung* e *Vertretung* foi pinçado por Ricoeur da hermenêutica de Gadamer, a relação entre verdade e método vislumbrada pelo autor alemão não é endossada pelo filósofo francês. Esse seria, inclusive, mais um dos equívocos da apreciação de Escudier, ao afirmar este que, em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur não logrou escapar da dicotomia verdade *versus* método. Porém, o filósofo disse sempre ter resistido a essa oposição. Aliás, uma das críticas que mais incidem sobre Gadamer dizem respeito, justamente, à sua proposta do acontecer da verdade – seja no apresentar-se da obra de arte, no acontecer da história ou no ontologizar-se da linguagem – não ser um processo que pode ser pareado ao método do conhecimento

científico. O problema dessa verdade hermenêutica seria sua difusão, pois não teria um instrumento ou instância crítica própria, ao colocar-se simplesmente como desvelamento do ser da obra de arte, da compreensão histórica e da linguagem (STEIN, 1996).

Como temos visto ao longo deste capítulo, a concepção ricoeuriana da verdade histórica compartilha com a tradição hermenêutica de Heidegger e Gadamer a recusa em pensá-la estritamente como correspondência a uma realidade pré-dada. Todavia, em Ricoeur, a verdade histórica não se contrapõe ao método. Pelo contrário, basta nos lembrarmos de seu apelo à objetividade incompleta e da importância concedida à fase documental da operação historiográfica, à qual o filósofo chega até mesmo a conceder a possibilidade de falseabilidade, nos termos popperianos. O que singulariza sua posição é o esforço de coadunar a empresa metódica da historiografia às reflexões sobre linguagem, narrativa e representância.

Pelo menos desde *A metáfora viva*, obra gêmea de *Tempo e narrativa*, o hermeneuta francês tem se mostrado contrário à redução da verdade ao discurso científico descritivo, no qual haveria uma correspondência plena com o real. Naquela ocasião, Ricoeur já defendia que mesmo os enunciados metafóricos e o discurso poético apresentam uma referência indireta e mediatizada à experiência. Desse modo, a verdade não fica encerrada somente no discurso literal, mas abre-se à possibilidade de uma *verdade metafórica* em que há uma tensão no próprio verbo ser, na medida em que no discurso poético até esse verbo é metaforizado. Na metáfora viva, há uma tensão entre o “é” e o “não é”; ela nos possibilita um olhar indireto para a experiência, um ver-come. Essa tensão propicia a geração de novos sentidos para além daqueles obtidos no discurso descritivo, abrindo a realidade para novos horizontes de significação: “Quando o poeta diz: ‘a natureza é um templo no qual vivos pilares’ o verbo ser não se limita a ligar o predicado ‘templo’ ao sujeito ‘natureza’ (...) Pela relação predicativa é redescrito *o que é*; ela diz que é justamente assim” (MV: 377, grifo do original).

Naquele contexto, o filósofo já estava atento para evitar possíveis confusões entre a representação, que refaz a realidade, e a cópia: “representar não é imitar no sentido de assemelhar-se a... ou de copiar. É necessário desfazer cuidadosamente o preconceito segundo o qual representar é imitar por semelhança” (MV: 356). Nas interpretações ricoeurianas sobre o discurso ficcional, fica nítida sua distância em relação aos chamados positivistas, que reservam a verdade para a ciência e a falsidade para a ficção. Para Ricoeur, a referência metafórica da ficção possibilita que ela alcance

dimensões da experiência inatingíveis pelo discurso descritivo. Por meio da inovação semântica e da potência criativa da linguagem, a poesia e a ficção nos dizem algo novo sobre a realidade: “Pode-se falar em verdade metafórica para designar a *intenção* ‘realista’ que se vincula ao poder de redescrição da linguagem poética” (MV: 376, grifo nosso).

Se a verdade, particularmente, a histórica, não deve ser reduzida à mera verificação, disso não se deve deduzir um relativismo insensato, que interdita ao conhecimento histórico a construção de algum tipo de verdade. Para além da questão da correspondência e da semelhança, Ricoeur acredita na possibilidade de a historiografia oferecer uma representação *fiável* do passado. A atenção que ele dirige à dimensão narrativa da história e seu entrecruzamento com a ficção não é empecilho para que, de igual modo, o filósofo confie nos procedimentos metódicos da investigação histórica. Ainda que entremeada pela subjetividade, a história possui um certo tipo de objetividade. Embora não chegue a uma verdade nua, crua e imutável, o saber histórico pode atingir uma verdade no âmbito da probabilidade, o que impulsiona a história a ser constantemente reescrita.

Trabalho em contínuo processo de reescrita e que está às voltas com a problemática da fidelidade. Essas afirmativas feitas por Ricoeur sobre o conhecimento histórico também foram empregadas pelo filósofo para tratar da tradução. Assim como sempre é possível interpretar os acontecimentos de outro modo, existe uma abertura para a retradução do original. Em nossas considerações finais, vamos explorar essa possibilidade sugerida pelo autor, além de explicitar o entrelaçamento entre as discussões feitas ao longo dos capítulos.

Considerações finais

A representação do passado histórico, o desafio e felicidade de sua tradução

O saber histórico irrompe de fontes inexauríveis; sempre de novo e cada vez mais. (...) O estrangeiro e incoerente impõem-se, a memória abre todas as suas portas e ainda assim nunca estão suficientemente abertas; a natureza se esforça ao extremo para acolher esses hóspedes estrangeiros, ordená-los e honrá-los.

Friedrich Nietzsche

[A narrativa de Heródoto] se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas.

Walter Benjamin

Após trilharmos o longo percurso da pesquisa, nossos últimos passos devem conduzir-nos senão a grandes conclusões, ao menos a algumas considerações finais relevantes. Espera-se que, nesse momento, sejam tecidos alguns arremates dos pontos trabalhados, ou mesmo que as nebulosidades em nosso horizonte sejam desfeitas e esclarecidas.

Ao longo de nossa jornada, comprometemo-nos em colocar em prática os quatro passos de nossa metodologia indicados na introdução: a *abordagem intratextual*, a *intertextualidade interna*, a *intertextualidade externa* e a *recepção da obra ricoeuriana*. Curiosamente, muitas das críticas dirigidas a Ricoeur parecem corroborar, ainda que à revelia, nossa hipótese do realismo crítico como uma terceira via historiográfica. Não deixa de ser irônico perceber que autores como Grondin e Escudier acusaram a epistemologia ricoeuriana de relativismo e estetização, ao passo que Rochlitz a denunciava como uma renovação do positivismo em virtude de sua defesa da prova documental. Para nós, conforme já argumentamos, essas duas vertentes de leitura conduzem a equívocos, pois não consideram a possibilidade de Ricoeur trilhar uma terceira via, que não está contida nos limites do realismo ingênuo ou do relativismo. Como um filósofo afeito a mediações e pouco inclinado a radicalizações, Ricoeur estava ciente da possibilidade dessa recepção truncada de suas teses:

Encontro algo quase cômico em minha situação: aqui estou sendo suspeito de estetismo gadameriano, enquanto noutro local acusam-me de ter recaído,

após *Tempo e narrativa*, no positivismo mais raso, aquele de Augusto Comte que, evidentemente, ninguém leu (RICOEUR, 2002, p. 51).

Durante nossa caminhada investigativa, defendemos algumas vezes nossa hipótese, segundo a qual o realismo crítico ricoeuriano seria uma terceira via historiográfica. Todavia, ao fazer isso, não buscávamos sugerir que sua postura fosse uma espécie de síntese ou amálgama das outras posições: realismo ingênuo e relativismo. Mesmo quando discordava de um ponto de vista, Ricoeur se mostrava como um crítico respeitoso, que buscava compreender e pensar com o outro.¹⁰¹ Esse procedimento ricoeuriano de evitar os extremos e radicalismo, num movimento conciliador, ensejou essa interpretação, da qual o próprio filósofo estava inteirado. Certa vez, em uma entrevista, ele foi perguntado se poderia ser definido como “um pensador do terceiro termo”, que visa à síntese. Vejamos qual foi sua resposta:

É uma opinião a meu respeito que ouço amiúde e que gostaria de corrigir. Na verdade, reconheço facilmente que existem coisas irreconciliáveis; e procuro caracterizar cada um dos contrários. Enfim, trata-se de uma forma de considerar minhas próprias contradições; ao aceitar os contrários, coloco-os, por assim dizer, nos seus respectivos lugares. Não se trata, pois, de uma atitude de síntese. Pelo contrário, sou muito sensível à pluralidade dos sistemas de pensamento (RICOEUR, 1998, p. 1).

Tais considerações não devem enfraquecer nossa hipótese, mas evitar que ela seja interpretada de maneira equivocada. Diante das palavras do autor, fica claro que não devemos entender sua epistemologia da história como uma vaga mistura ou ecletismo assistemático entre as reflexões historiográficas já realizadas. Se seguirmos a instigante leitura de Fernanda Henriques da obra ricoeuriana, poderíamos nos aventurar a indicar a herança kantiana como fundamental para aquilo que temos chamado de realismo crítico. Conforme Henriques, a filosofia de Kant,¹⁰² enquanto uma filosofia dos limites do saber, é um dos esteios do pensamento ricoeuriano, desdobrando-se no interior de uma marcha ávida por acessar o ser da realidade que, não obstante mantenha-

¹⁰¹ Uma boa amostra de interpretações que seguem esse viés pode ser encontrada na pesquisa de José Carlos Reis sobre a consciência histórica ocidental. “Para ele [Ricoeur], a Europa deve renunciar à tese hegeliana do Conceito, que reúne a experiência-tempo em uma lembrança total, e romper com a força plástica nietzschiana, que reúne a experiência-tempo no instante, exigindo a capacidade de um esquecimento total. Ricoeur proporá uma relação entre lembrança/esquecimento menos total, mais equilibrada, uma ‘justa memória’” (REIS, 2011, p. 319).

¹⁰² Ao falar de uma ressonância kantiana na obra de Ricoeur, Henriques mantém-se consciente de essa não ser uma linha de continuidade direta, já que o próprio filósofo apresentava-se como um pós-hegeliano e pós-kantiano (HENRIQUES, 2005, p. 3).

se, em si mesmo, inatingível, constitui-se como a fonte alimentadora do conhecimento (HENRIQUES, 2005).

Prosseguindo nas prospecções sobre a ressonância kantiana no pensamento ricoeuriano, Henriques aponta que, ao contrário de Hegel e sua busca de saber absoluto, Ricoeur, assim como Kant, construiu uma *filosofia dos limites*, ligada às mediações imperfeitas e assentada na convicção da inatingibilidade de uma síntese unificadora total. Outra herança legada pelo filósofo de Königsberg seria a perspectiva do não encerramento do saber em uma dimensão puramente epistemológica, mas que, pelo contrário, ressalta o seu alcance ontológico (HENRIQUES, 2005).

Ao emparelhar a profícua interpretação de Henriques às palavras do próprio Ricoeur, podemos compreender melhor a constituição de seu realismo crítico. Aliás, o observador mais sagaz já deve ter notado que o termo *crítico*¹⁰³ pode sugerir uma remissão à filosofia kantiana e sua *Crítica da Razão pura*.¹⁰⁴ Destarte, o realismo crítico ricoeuriano seria uma investigação nos limites do conhecimento histórico¹⁰⁵. Como vimos em nossa pesquisa, no âmbito da linguagem, o filósofo francês visou balizar que não é pertinente à historiografia considerá-la como um espelho que reflete a realidade passada, nem, tampouco, concebê-la como um sistema de signos encastelados em si mesmos. No que diz respeito ao “retorno” do acontecimento, a perspectiva ricoeuriana tem como principal alvo dissolver a dicotomia entre estrutura e evento, por isso não endossa nem sua dissolução em uma história estrutural, nem sua exaltação como irrupção do novo desligada da tradição. No domínio da fronteira entre história e ficção, Ricoeur demarca a insuficiência seja da oposição entre esses gêneros discursivos, seja sua não distinção. No campo da busca pela verdade histórica, vimos um balizamento para além da objetividade neutra e do subjetivismo hipertrofiado. Enfim, no espaço da representação histórica e seus limites, se não temos uma cópia dos eventos pretéritos,

¹⁰³ Em um belo texto no qual faz uma leitura de Kant com filtro husserliano, Ricoeur enfatizava essa potencialidade da crítica kantiana: “Aqui, a *Crítica* é mais do que uma simples investigação da ‘estrutura interna’ do conhecimento, mas ainda uma investigação de seus limites” (RICOEUR, 2009, p. 269). Mais detalhes da leitura ricoeuriana de Kant podem ser encontrados no ensaio supracitado “Kant e Husserl”, incluído *Na escola da fenomenologia* (1986).

¹⁰⁴ “Ela é um tratado do método, e não um sistema da ciência em si. Mas ela descreve assim mesmo toda a sua circunscrição, tanto com relação a seus limites como também no que tange à sua estrutura interna” (KANT *apud* RICOEUR, 2009 p. 258).

¹⁰⁵ Importante ressaltar que, em Kant, a crítica incide sobre uma faculdade transcendental, ao passo que, em Ricoeur, no caso da historiografia, ela se dirige a uma ciência determinada, a história. No filósofo de Königsberg, a crítica investiga os limites de operação dessa faculdade transcendental, enquanto, no realismo crítico ricoeuriano, os limites da ciência histórica delineam-se pelo conflito de interpretações. Agradeço ao João Batista Botton por chamar minha atenção sobre isso.

somos alertados para os riscos do relativismo, que dissipa a realidade ontológica do passado histórico. Ora, a nosso ver, isso é trabalhar no limiar, inspecionar os limites.

Nosso tema central foi o tratamento dado por Ricoeur à representação historiadora. Antes de uma abordagem mais direta do conceito, acreditamos que um exame sobre a visão ricoeuriana de temáticas como acontecimento, linguagem, narrativa e ficção poderia aclarar a discussão. Todavia, depois de tudo, uma questão parece ainda ter ficado sem resposta: será que a representância, proposta por Ricoeur, esgotaria todos os modos de representação do passado pela escrita da história? Haveria caminhos alternativos para a historiografia representar os eventos passados? Com a finalidade de oferecer um esboço de resposta a essa pergunta e, quem sabe, motivar futuras pesquisas, lançamos uma semente ao apresentarmos a possibilidade de a tradução ser essa saída alternativa que complementaria a representância.

Para terminar nossa jornada, vamos cumprir a promessa feita no capítulo anterior e ensaiar alguns passos na trilha sugerida por Ricoeur de um certo paralelismo entre a via historiográfica e a da tradução. Diversas reflexões em teoria da história, após o giro linguístico, consideraram em primeiro plano a dimensão da narrativa e as interfaces entre história e ficção. Todavia, um filão ainda pouco explorado diz respeito à analogia que pode ser delineada entre a escrita da história e a tradução.¹⁰⁶ Em *A marca do passado*, Ricoeur sugere claramente essa associação, embora não se detenha nela. Ele retoma a consideração de Antoine Berman em *A prova do estrangeiro* (1984), segundo a qual traduzir é habitar a língua do estrangeiro e, simultaneamente, dar-lhe hospitalidade no cerne de sua própria língua. Além disso, a passagem registra a transição do paradigma da semelhança ao da fidelidade inerente ao testemunho:

Traduzir, declara Antoine Berman, é ao mesmo tempo habitar a língua do estrangeiro e dar hospitalidade a esse estrangeiro no coração de sua própria língua. Da mesma maneira, não poderíamos dizer que a memória e a história traduzem o que foi transmitido de um acontecimento na língua de recepção do narrador? Traduzir, diz o provérbio, é trair. Que seja, mas, a traição diz respeito à categoria do testemunho e não da imagem (RICOEUR, 2012, p. 335).

¹⁰⁶ Devo confessar aqui o impacto em mim causado pela leitura da dissertação de mestrado *A ideia de História em Walter Benjamin* (2013), do colega Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite. Em sua pesquisa, o autor passa em revista as afinidades entre o conhecimento histórico e a tradução na filosofia de Walter Benjamin (LEITE, 2013). Através de suas argutas análises, chegamos à *História e narração em Walter Benjamin*, na qual Jeanne Marie Gagnebin explora as coincidências entre a tradução e a filosofia da história benjaminiana e elabora um alerta que não podemos esquecer: “Há certamente um laço essencial entre língua e história, mas ele não pode ser explicitado de maneira linear” (GAGNEBIN, 1999, p. 18).

Embora a tradução marque o início da trajetória acadêmica de Ricoeur, – um dos requisitos para seu doutoramento, além da tese, foi uma tradução francesa das *Ideen I*, de Husserl, publicada em 1950. Somente no fim de seu percurso filosófico, em 2004, o tema foi trabalhado com mais esmero, e ocorreu a publicação de conferências proferidas anteriormente, reunidas sob o título de *Sobre a tradução*. Em sua síntese da obra ricoeuriana, Domenico Jervolino defende que o paradigma da tradução é uma mediação importante para a fenomenologia hermenêutica do si desdobrada a partir da identidade narrativa. Segundo ele, o modelo tradução não contradiz, mas completa o paradigma do símbolo e do texto na hermenêutica ricoeuriana. Um dos principais aportes trazidos pela filosofia da tradução de Ricoeur é seu ensejo para pensar os problemas da identidade e alteridade por intermédio da linguagem (JERVOLINO, 2011).

Para nossos propósitos, o mais instigante é explorar as similaridades entre o labor do tradutor e o do historiador. Nesse sentido, um primeiro ponto a entrelaçar os dois trabalhos concerne à relação com a alteridade. Em *História e verdade*, Ricoeur já explicitava que, em sua perspectiva, a pesquisa histórica é movida por um desejo de encontro e compreensão do outro, afinal, o passado do qual buscamos nos aproximar é o passado humano de nossa condição histórica. No contato com a alteridade pretérita, a historiografia possibilitaria, na visão ricoeuriana, uma intersubjetiva “comunicação de consciências” (HV). Paralelamente, o ato de traduzir também é caracterizado por essa relação entre o outro, ou seja, o estrangeiro – que inclui a obra, a língua e autor – e o tradutor. Conquanto haja uma diversidade linguística, a tradução é possível, talvez em virtude da universalidade da linguagem – todos falam – que possibilita a compreensão (ST). Em *Filosofias críticas da história*, o filósofo francês apontava essa unidade na diversidade como um fator de avizinhamo entre a escrita da história e a tradução:

De um lado, a história trata de *outros homens, outras instituições, outras visões de mundo*. De outro, a alteridade assim acolhida não é tal que nós não possamos compreender os homens de outrora, isto é, paradoxalmente reafirmar sua maneira de agir, de pensar, de sentir, como não sendo *as nossas*, mas a *deles*. (...) A espécie de comunicação que a história institui entre eles e nós tem por modelo o que se passa, no nível da linguagem, quando traduzimos uma obra de uma língua na outra. A pressuposição da tradução não é somente que todos os homens falem, por isso trazem à linguagem seu agir e sofrer, e isso em uma inumerável diversidade de línguas naturais, mas que toda a língua estrangeira pode, em princípio, ser traduzida em nossa língua (RICOEUR, 1994b, p. 191-192, grifos do original).

Consoante às discussões apresentadas no Capítulo 4, vimos que Ricoeur endossa o ponto de vista de de Certeau segundo o qual a representação histórica implica uma

relação com o outro enquanto ausente. O historiador francês compreende que, na operação historiográfica, o passado é visto como um “outro país”, o estrangeiro em relação ao presente. Assim, a pesquisa histórica apresenta-se como um lugar de intercâmbio entre o mesmo e ou outro, um discurso aberto a alternâncias que torna a alteridade pensável, ao colocar o presente em face do seu ausente anterior, o passado.¹⁰⁷ Para tanto, a escrita histórica mobiliza os vestígios e as marcas deixadas por esse estrangeiro em sua passagem (CERTEAU, 2012).

Prossigamos em nosso paralelo entre a rota traçada pela historiografia e a da tradução. Uma das dificuldades interposta no caminho do tradutor é a impossibilidade da tradução perfeita, que redobraría o texto original. Em sua tarefa, o tradutor é levado a renunciar a esse sonho intangível para entreabrir a possibilidade de aceitação da diferença incontornável entre o próprio e o estrangeiro. O luto da tradução absoluta enseja a felicidade do traduzir presente na *hospitalidade linguística*. O regime ao qual a tradução está submetida é o de uma correspondência sem adequação, algo que motiva um contínuo trabalho de retradução. A relação entre o original e a tradução, assim como no caso da representação historiadora, não é pautada pela cópia,¹⁰⁸ pois entre o texto de partida e o de chegada não existe um terceiro texto portador de sentido idêntico ao que supostamente circularia entre o primeiro e segundo. Como não há um critério absoluto para a boa tradução, o desejo de traduzir paga o preço do dilema entre a fidelidade ou traição ao original. Tal situação é assim formulada por Ricoeur:

Uma boa tradução só pode visar uma *equivalência* presumida, não fundada numa *identidade* de sentido demonstrável. Uma equivalência sem identidade. Essa equivalência pode ser apenas buscada, trabalhada, presumida. E a única maneira de criticar uma tradução – o que sempre se pode fazer – é propor uma outra que se presume, que se pretende melhor ou diferente (ST: 40, grifos do original).

Ao pensar a operação historiográfica e seu regime de verdade em suas obras anteriores, o filósofo francês apontara juízos semelhantes. Para ele, a verdade histórica

¹⁰⁷ “O trabalho histórico, se é que ele tem uma significação, corresponde a ‘fazer aparecer’ [*sortir*] a alteridade – como uma fábrica ‘faz aparecer’ [*sort*] veículos – e a produzir (no duplo sentido: fabricar e mostrar) essa diferença constitutiva da história e constituída pela historiografia; por conseguinte, corresponde a relativizar o presente em relação a um passado, por sua vez pensável na medida em que ele organiza uma ausência (...) a ausência é, para o discurso histórico, a condição de possibilidade que ele desvela ao desdobrar-se” (CERTEAU, 2012, p. 167).

¹⁰⁸ Aqui parece que Ricoeur segue as pegadas deixadas pelo ensaio *A tarefa do tradutor* (1921), de Walter Benjamin, referência constante em *Sobre a tradução*. “Para compreender a autêntica relação existente entre original e tradução cabe fazer um exame, cujo propósito é absolutamente *análogo* ao dos argumentos com os quais a *crítica epistemológica deve comprovar a impossibilidade de uma teoria da cópia ou da reprodução do objeto*” (BENJAMIN, 2011, p. 107, grifos nossos).

permanece sempre na ordem do provável, passível de contestação e sujeita à reescrita (RICOEUR, 2012). As possibilidades de se interpretar novamente um conjunto de acontecimentos são inúmeras. Ao invés de lamentar a limitação que interdita a reduplicação do passado, Ricoeur prefere apostar na abertura de novos possíveis trazidos pela dimensão crítica do conhecimento histórico (MHE). A cada nova interpretação historiográfica, sentidos inauditos podem ser suscitados no passado. “Da mesma maneira como ocorre no ato de narrar (*raconter*), é possível traduzir de outro modo, sem esperança de eliminar a distância entre equivalência e adequação total¹⁰⁹” (ST: 20).

Bem entendido, ao sugerirmos essa aproximação, de modo algum estamos insinuando que o passado histórico seja somente uma construção linguística. Devemos lembrar que, para Ricoeur, a linguagem envolve um uso de signos que não são coisas, mas valem por elas; ela é um *médium* para o encontro com o outro e para compreensão da experiência, sendo que, em alguns momentos, como disse G. Steiner, “compreender é traduzir” (ST: 22). Dessa forma, a escrita histórica, similarmente à tradução, também ofereceria uma *hospitalidade linguística*. Embasados na filosofia ricoeuriana, diríamos que a felicidade (*bonheur*) propiciada pelo texto histórico seria aquela boa hora em que o presente tem o prazer de habitar a língua do passado e, reciprocamente, o contentamento de receber em sua casa a pousada do forasteiro, *i.e.* dos homens de outrora. A tarefa do historiador passaria por trazer a presença e representar para os homens do presente o ausente¹¹⁰ da história:

Se as coisas são assim, então a nossa busca de identidade – como comunidades históricas e como pessoas – passa por um trabalho enorme e nunca definitivo de tradução e de traduções, de toda espécie de vidas, com a rede infinita das nossas ações e paixões, com o trabalho do luto e da memória que tal obra exige, com seus desafios sempre renovados, mas também com os momentos de felicidade que ela tem o poder de propiciar-nos nas pausas da nossa caminhada, quando acolhemos o hóspede em nossa casa (JERVOLINO, 2011, p. 71-72).

Nesse processo, podem-se tanto alargar os horizontes da própria língua, da própria cultura, quanto descobrir seus recursos inaproveitados. A relação com a alteridade conduz o filósofo a vaticinar algo sobre a tradução similar a seu juízo sobre o

¹⁰⁹ Em nossa apresentação à tradução de *A marca do passado*, havíamos apenas resvalado nessa possibilidade de aproximação entre a tradução e a narrativa de um acontecimento do passado (MENDES e ZICA, 2012, p. 327).

¹¹⁰ “Em suma, ele [o historiador] tem a tarefa de tornar pensável uma sociedade em sua dimensão de heterogeneidade, de restituí-la a si mesma nas beiradas em que ela se origina e se perde em sua própria ausência” (CERTEAU, 2012, p. 184).

conhecimento histórico: “A tradução não implica somente um trabalho intelectual, teórico ou prático, mas também um problema ético” (ST: 42). Se a representância inspira-se nas relações diplomáticas, em que um representante exerce suas funções em virtude do representado, a tradução retém a virtude diplomática da tolerância e da convivência na diferença, em que pese às aparentes intraduzibilidades e dificuldades de comunicação (LEITE, 2013).

Há ainda um outro aspecto discutido por Ricoeur em *Sobre a tradução* que pode ser frutífero para a contínua reescrita da história, já ficou nítido que o filósofo é um entusiasta da multiplicidade de sentidos produzidos pela linguagem. Seguindo esse rastro, ele indica que nas retraduições podemos dizer a mesma coisa de muitos modos distintos. Ademais, na hermenêutica ricoeuriana, a linguagem fala do real, mas também do possível, do que ainda não é, o utópico. Nas constantes reinterpretações, a linguagem pode dizer a mesma coisa de outra forma e também dizer outra coisa além do que é, o possível. Ora, como já abordamos nos capítulos anteriores, Ricoeur acredita que a escrita e a reescrita da história podem liberar os possíveis não realizados no passado. A narrativa historiográfica opera com uma causalidade probabilística porque o curso dos eventos poderia ter sido outro. O passado histórico traduzido não é algo terminado para sempre (*révolu*), mas uma fonte cuja torrente é nascedouro de novos projetos. Se lembrarmos do círculo hermenêutico, veremos que a narrativa é uma *mimesis* que pode configurar e refigurar as ações humanas, tornando-as mais inteligíveis. O efeito da obra sobre o leitor contribui para que ele tenha uma melhor compreensão de si, ao alargar os horizontes de sua experiência, transformando sua práxis cotidiana (T&N 1).

Um dos legados deixados por Ricoeur em sua epistemologia da história foi o cuidado de buscar sempre dialogar estreitamente com as pesquisas empreendidas pelos historiadores para que sua reflexão não soasse como uma especulação desvinculada do ofício histórico. Portanto, a fim de que nosso breve esboço das similitudes entre escrita da história e trabalho de tradução¹¹¹ não fique estritamente no plano especulativo, a referência a uma investigação historiadora poderá ser profícua. Em *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro* (1980), François Hartog aproximará

¹¹¹ Ao analisarem a teoria de Clifford Gertz, autor notadamente influenciado pela hermenêutica de Paul Ricoeur, Savy e Schreiber propõem a tradução como uma chave de leitura para a operação de interpretação presente nas ciências humanas. “A princípio, pode-se observar que há na passagem do mundo estudado à ciência alguma coisa da tradução: uma tradução em texto – ou em discurso – do ‘outro pensamento’, dos outros comportamentos (quer trate-se dos Balineses de hoje ou dos franceses do século XVIII). O saber produzido pelas ciências humanas assemelha-se a uma tradução codificada e exigente da realidade observada” (SAVY; SCHREIBER, 2001, p. 27).

alguns procedimentos retóricos das *Histórias* à tradução da alteridade. Essa será uma oportunidade para vermos que nem sempre o encontro com o outro na escrita da história é tão harmonioso, como algumas passagens ricoeurianas podem ter dado a entender.

Na parte 2 de sua obra, Hartog enfoca como a narrativa herodoteana constrói a figura da alteridade ao tratar, por exemplo, dos egípcios, povo fascinante aos gregos. Tendo como ponto de partida as narrativas de viagem, em sentido amplo, Hartog sustenta que o discurso enuncia o outro como o diferente e torna a diferença significativa. Nesse processo, o narrador confronta-se com um problema de tradução: “Para traduzir a diferença, o viajante tem à sua disposição a figura cômoda da inversão, em que a alteridade se transcreve como um antipróprio” (HARTOG, 1999: 229). Ou seja, ao invés de o estrangeiro ser acolhido numa hospitalidade linguística, ele é visto apenas como o avesso do próprio, de tal forma que o bárbaro é construído como a inversão do grego. As *Histórias* de Heródoto teriam recorrido a essa figura de linguagem em diversas ocasiões, como na famosa passagem em que o pai da História narra os costumes egípcios, transformando a diferença em inversão. Hartog ainda assinala que, nos momentos em que o texto herodoteano emprega expressões como “todos os homens” e “nos demais países”, ele tem os costumes gregos em mente. Assim, a fabricação do outro esconde uma pretensão de universalidade da cultura grega. Vejamos o seguinte trecho:

Assim como os Egípcios vivem num clima bem diferente do *dos demais países*, e o Nilo difere também dos outros rios do mesmo modo seus costumes e suas leis se distinguem, na sua maior parte, do *das outras nações*. Entre os Egípcios, as mulheres vão ao mercado e negociam, enquanto os homens encerrados em casa, trabalham no tear. *Os outros povos* tecem puxando o fio para cima; os Egípcios puxam-no para baixo (HERÓDOTO, p. 98 [livro II; Cap. XXXV], grifos nossos).

A inversão não seria, entretanto, uma mera negação do outro. Hartog afirma que essa narrativa da alteridade também confere inteligibilidade a um aspecto que, a princípio, seria incompreensível. O princípio da inversão¹¹² não deixa de ser um modo de transcrever a alteridade, tornando-a mais apreensível. Sem isso, talvez, a alteridade permaneceria completamente opaca. A narração produz inteligibilidade ao outro: “Portanto, na narrativa de viagem, a inversão revela-se uma operação de tradução: trata-se de um dos procedimentos que permitem passar do mundo que se conta ao mundo em que se conta” (HARTOG, 1999, p. 232).

¹¹² Hartog alerta que nem sempre Heródoto trata os outros povos sob o princípio da inversão.

Além da inversão, o procedimento de tradução em Heródoto também se vale de comparações e analogias. Para que a comparação fosse compreensível, era preciso haver um conhecimento compartilhado entre o narrador e o ouvinte sobre os termos: “Na narrativa de viagem, funcionando como tradução, a comparação estabelece semelhanças e diferenças entre ‘além’ e ‘aquém’” (HARTOG, 1999, p. 240). Nas comparações, o historiador de Halicarnasso marca as semelhanças e assinala os desvios em relação aos costumes helênicos. Quando o hábito relatado não tinha paralelo na cultura grega, a tradução transformava-se em transposição. Esse foi o expediente usado por Heródoto, de acordo com Hartog, para descrever o revezamento dos mensageiros persas ao longo da rota real. Como essa prática não era conhecida entre os gregos, o pai da História operou uma aproximação entre esse ritual e as festas das lâmpadas (lampadoforia) praticadas na Grécia:

O serviço dos correios dos Persas era realizado com grande eficiência e rapidez, estando muito bem coordenado. (...) Chegando ao primeiro posto, o primeiro correio entregava o despacho a um segundo, este a um terceiro, e assim sucessivamente, passando o despacho de uma mão para outra, *da mesma maneira que entre os Gregos o facho passa de mão em mão nas festas de Vulcano* (HERÓDOTO, p. 392 [livro VIII; XCVIII], grifos nossos).

Por fim, Hartog esclarece que, nas *Histórias*, não há uma prática de tradução *stricto sensu*, isto é, Heródoto não se preocupa em aprender a língua estrangeira das diversas nações que visitou para compor sua investigação. Por isso, “a tradução não acontece jamais com relação a enunciados; encontra-se, pois, fundamentalmente ligada à atividade de nomeação: numa narrativa que diz o outro” (HARTOG, 1999, p. 254). Levando em consideração que o historiador de Halicarnasso já recebeu o título de “pai da História”, a interpretação de Hartog nos faz pensar que o paralelo entre escrita da história e tradução não é nada tão novo e nada tão velho. No meio do caminho da compreensão da alteridade, não deixa de haver pedras que transformam a escrita da história em um desafio que, em seu esforço de interpretação, preserve as pluralidades e as faça comunicáveis e compreensíveis. Apesar de tudo, parece-nos que a aposta da hermenêutica ricoeuriana ainda é na *hospitalidade linguística* e na capacidade de convivência com as diferenças, para as quais a representação historiadora e a tradução do passado podem dar uma considerável contribuição. Quiçá, a possibilidade de a narrativa histórica compreender a alteridade seja uma das sementes das *Histórias* de Heródoto que, como assinalou Benjamin em nossa epígrafe, conserva ainda hoje sua força germinativa.

Referências

1- Bibliografia de Paul Ricoeur

RICOEUR, Paul. *Histoire et vérité*. Paris: Éditions du Seuil, 1955.

_____. *História e verdade*. Trad. F.A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968.

_____. *Teoria da interpretação*. O discurso e o excesso de significação. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1976.

_____. *O conflito das interpretações*. Ensaios de hermenêutica. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

_____. *Du texte à l'action*. Paris: Seuil, 1986.

_____. J'attends la renaissance. Entretien avec Paul Ricoeur. In: ROMAN, Joel; TASSIN, Etienne. *A quoi pensent les philosophes?* Paris: Autrement, 1988. Disponível em: <<http://www.fondsriceur.fr/photo/ATTENDS%20LA%20RENAISSANCE.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. *Do texto à acção*. Ensaios de hermenêutica II. Trad. Maria José Sarabando e Alcino Cartaxo. Porto: Rés-editora, 1989.

_____. Mimêsis, référence et refiguration dans *Temps et récit*, *Études Phénoménologiques*, tome VI, n. 11, p. 29-40, 1990a.

_____. Réponses de Paul Ricoeur. In: BOUCHINDHOMME, Christian; ROCHLITZ, Rainer (Éd.). *Temps et récit de Paul Ricoeur en débat*. Paris: Cerf, 1990b.

_____. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira César. Campinas: Papirus, 1991a.

_____. *Temps et récit*. 3 tomes. Paris: Éditions du Seuil, 1991b. (Collection Points Essais)

_____. Le retour de l'Événement. *Mélanges de l'École française de Rome*, Italie et Méditerranée, tome 104, n. 1, 1992a.

_____. In: _____. *Lectures 2*. La contrée des philosophes. Paris: Seuil, 1992b.

_____. Histoire et rhétorique, *Diogène*, n. 168, 1994a.

_____. Philosophies critiques de l'histoire: recherche, explication, écriture. In: FLOISTAD, Guttorm (Ed.?). *Philosophical Problems Today*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1994b.

_____. L'herméneutique du témoignage. In: _____. *Lectures 3. Aux frontières de la philosophie*. Paris: Seuil, 1994c.

_____. *A crítica e a convicção*. Trad. António Hall. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. Y a-t-il une vie avant la mort? Entretien avec Paul Ricœur, par Frederik Stjernfelt. *De l'éthique au biodroit*. Université de Copenhague, juin 1998. Disponible em: <<http://www.fondsriceur.fr/doc/YATILUNEVIE.PDF>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, n. 4, p. 731-747, 2000a.

_____. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000b.

_____. Mémoire: approches historiennes, approche philosophique, *Le Débat*, n. 122, p. 41-61, nov./dec. 2002.

_____. *Sur la traduction*. Paris: Bayard, 2004.

_____. *A metáfora viva*. 2. ed. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *Percurso do reconhecimento*. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. *Autobiografía intelectual*. Trad. Patricia Wilson. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007a.

_____. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.

_____. *Hermenêutica e ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Na escola da fenomenologia*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. A vida: uma narrativa em busca de narrador. In: _____. *Escritos e conferências I: em torno da psicanálise*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edições Loyola, 2010a.

_____. *Tempo e narrativa*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010b. 3 v.

_____. *Sobre a tradução*. Tradução e prefácio de Patricia Lavelle. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. A marca do passado, Tradução de Breno Mendes e Guilherme da Cruz e Zica. *História da Historiografia*, n. 10, p. 329-350, 2012.

2- Bibliografia geral

ABEL, Olivier; PORÉE, Jérôme. *Le vocabulaire de Paul Ricoeur*. Paris: Ed. Ellipses, 2007.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Historiografia e pós-modernismo, *Topoi*, v. 2, p. 113-135, 2001.

_____. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Trad. Jonathan Menezes et al. Londrina: Eduep, 2012.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, comentários e índice analítico de Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores)

ARRAIS, Cristiano P.A. Filosofia analítica da História, o que é? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 4., 2010, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: Editora UFOP, 2010.

BARTHES, Roland. A actividade estruturalista. In: COELHO, Eduardo Prado (Org.). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Trad. Maria Eduarda Reis Colares, Antonio Ramos Rosa e Eduardo Prado Coelho. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

_____. O discurso da história. In: _____. *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BATISTA, Gustavo Silvano. A questão da representação em Gadamer, *Análogos*, n. 11, p. 146-154, 2011.

BECQUEMONT, Daniel. La confrontación con el estructuralismo: signo y sentido. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (Org.). *Paul Ricoeur y las ciencias humanas*. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Visión, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito de História*. Trad. Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Muller. In LÖWY, Michael. *Walter Benjamin : aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2011.

BENVENISTE, Émile. *O vocabulário das instituições indo-europeias: poder, direito, religião*. Trad. Denise Bottmann e Eleonora Bottman. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. v. 2.

BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. Orientador: Paulo Knauss de Mendonça. 2010. 209 f.. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. 2^e éd. Paris: Armand Collin, 1952.

BONOMI, Andrea. Implicações filosóficas na antropologia de Claude Lévi-Strauss. 2. ed. In: COSTA LIMA, Luiz (Org). *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

BOUCHINDHOMME, Christian; ROCHLITZ, Rainer (Éd.). *Temps et récit de Paul Ricoeur en débat*. Paris: Cerf, 1990.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. 2. ed. Trad. Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

_____. *Escritos sobre a história*. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BREITILING, Andrés. L'écriture de l'histoire: un acte de sépulture? In: ALLONES, Myriam; AZOUVI, François (Éd.). *Ricoeur*. Cahier d'herne. Paris: Ed. Herne, 2004. p. 237-245.

CALDAS, Pedro Spínola Pereira. Para além do giro linguístico: uma abordagem existencialista da obra de Hayden White, *História da historiografia*, n. 11, p. 272-278, 2013.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000.

_____. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: Edusc, 2005.

CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. Orientador: Fernando Nicolazzi. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFOP, Mariana, 2012. 187 f.

CARR, David. La narrativa y el mundo real, *Historias*, 14, p. 15-27, 1986.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. 2. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

_____. *História e psicanálise entre ciência e ficção*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX, *História Unisinos*, v. 8, n. 10, jul./dez., 2004.

CHARTIER, Roger *et al.* Débat, *Esprit*, n. 140-141, jui./août 1988.

_____. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

_____. *À beira da falésia: a história entre certeza e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.

_____. A verdade entre a ficção e a história. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011a.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação, *Fronteiras*, v. 13, n. 14, p.15-29, 2011b.

COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de História*. 5. Ed. Trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

COSTA LIMA, Luiz. Introdução. In: _____ (Org.). *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

_____. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. 2. ed. Prefácio de Benedito Nunes. São Paulo: Graal; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COULANGES, Fustel de. Aula inaugural. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

DA MATA, Sérgio. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico. In: NICOLAZZI, Fernando *et al.* (Org.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

DA MATA, Sérgio; VON RANKE, Leopold. Apresentação. In: MARTINS, Estevão Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

DELACROIX, Christian. Du “tournant critique” à la conversion pragmatique des Annales, *Espace Temps*, n. 59/60/61, p. 86-111, 1995.

_____. Linguistic Turn. In: DELACROIX, Christian *et al.* (Ed.). *Historiographie. Concepts et débats*. Paris: Gallimard, 2011. v. 1.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (Org.). *Paul Ricoeur y las ciencias humanas*. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Visión, 2008.

_____. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Trad. Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DILTHEY, Wilhelm. A compreensão dos outros e das suas manifestações de vida. In: GARDNER, Patrick (Org.). *Teorias da História*. 6. ed. Trad. Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

DOMINGUES, Ivan. O problema da verdade, a questão do sujeito e a serpente de Valéry, *Kriterion*, n. 88, p. 87-93, 1993.

_____. *O fio e a trama*. Reflexões sobre o tempo e a história. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

_____. *Epistemologia das ciências humanas: Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica*. Durkheim e Weber. São Paulo: Edições Loyola: 2004.

_____. *O estruturalismo e as ciências humanas*. Mimeografado.

DOSSE, François. *A história do estruturalismo*. Volume 1: O campo do signo. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

_____. *A história à prova do tempo*. Da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2001a.

_____. Le moment Ricoeur, *Vingtième Siècle Revue d'histoire*, v. 69, p. 137-152, 2001b.

_____. *A história em migalhas*. Dos Annales à Nova História. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: Edusc, 2003a.

_____. *O império do sentido*. A humanização das ciências humanas. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: Edusc, 2003b.

_____. La historia intelectual después del *linguistic turn*, *Historia y Grafía*, UIA, n. 23, 2004.

_____. *Paul Ricoeur*. Les sens d'une vie (1913-2005). Paris: La Découverte, 2008.

_____. *Paul Ricoeur y Michel de Certeau*. La historia entre el decir y el hacer. Trad. Heber Cardoso. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.

_____. *Renaissance de l'événement*. Un défi pour l'historien: entre sphinx et phénix. Paris: PUF, 2010.

ESCUDIER, Alexandre. Entre épistémologie et ontologie de l'histoire, *Le Débat*, n. 122, nov./dec., p. 12-23, 2002.

FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papyrus, 2000.

FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

FINLEY, Moses I. *Uso e abuso da História*. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FURET, François. Da história-narrativa à história-problema. In: _____. *A oficina da história*. Trad. Felipe Jarro. Lisboa: Gradiva, [s.d.]. v. 1.

_____. *Pensando a Revolução Francesa*. 2. ed. Trad. Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 11. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur, *Estudos Avançados*, v. 30, p. 261-272, 1997.

_____. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. Do conceito de *Darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza, *Kriterion*, v. 46, n. 112, p. 183-190, 2005.

_____. A memória, a história, o esquecimento. In: PAULA, Adna Candido; SPERBER, Suzi Frankl (Org.). *Teoria literária e hermenêutica ricoeuriana: um diálogo possível*. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

GARDINER, Patrick (Org.). *Teorias da História*. 6. ed. Trad. Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GENTIL, Hélio Salles. Ética e ficção: uma relação a partir da hermenêutica de Paul Ricoeur. In: PAULA, Adna Candido; SPERBER, Suzi Frankl (Org.). *Teoria literária e hermenêutica ricoeuriana: um diálogo possível*. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas e indícios: morfologia e história*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Para uma poética da modernidade*. Uma aproximação à arte do romance em Temps et Récit de Paul Ricoeur. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *O queijo e os vermes*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Warley Alves. O fingir historiográfico: a escrita da história entre a ciência e a ficção, *Revista de Teoria da História*, ano 3, n. 6, dez. 2011.

GRONDIN, Jean. L'herméneutique positive de Paul Ricoeur. Du temps au récit. In: BOUCHINDHOMME, Christian; ROCHLITZ, Rainer (Org.). *Temps et récit de Paul Ricoeur en débat*. Paris: Cerf, 1990.

_____. *Introdução à hermenêutica filosófica*. Trad. Benno Dischinger. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *Evidência da história*. O que os historiadores veem. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 15. ed. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2005. 2 v.

_____. *Ser e tempo*. Tradução, organização, nota prévia, anexos e notas de Fausto Castilho. Edição bilíngue. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

HEMPEL, Carl G. A função de leis gerais em história. In: GARDINER, Patrick (Org.). *Teorias da História*. 6. ed. Trad. Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

HENRIQUES, Fernanda. *A concepção da linguagem na fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA AFFEN: A FENOMENOLOGIA HOJE, 1., 2002, Cövilha. *Actas...* Cövilha, 2002.

_____. Paul Ricoeur leitor e herdeiro de Kant, *Revista Portuguesa de Filosofia*, n. 62, p. 1-22, 2005.

HERÓDOTO. *História*. Trad. J. Brito Broca. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

HOBBSAWM, Eric. A volta da narrativa. In: _____. *Sobre história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUMBOLDT, Wilhelm. Sobre a tarefa do historiador (1821). Trad. Pedro Caldas. In: MARTINS, Estevão Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Introdução e tradução de Urbano Zilles. 3. ed. Porto Alegre: EDiPUCRS, 2008.

INWOOD, Michael. *Dicionário Heidegger*. Trad. Luísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994.

JERVOLINO, Domenico. *Introdução a Ricoeur*. Trad. José Bortolini. São Paulo: Paulus, 2011.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novas abordagens*. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

KERMODE, Frank. *A sensibilidade apocalíptica*. Trad. Melo Furtado. Lisboa: Edições Séc. XXI, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Contraponto, 2006.

LADRIÈRE, Jean. Expliquer et comprendre. ALLONES, Myriam; AZOUVI, François (Éd.). *Ricoeur*. Cahier d'herne. Paris: Ed. Herne, 2004.

_____. Representação e conhecimento. In: *Encyclopædia Universalis*. [s.l.]: Encyclopædia Britannica, Inc., [s. d.]. v. 14.

LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e ação na teoria da narrativa de Paul Ricoeur*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2002.

LEITE, Augusto Bruno de Carvalho Dias. *A ideia de história em Walter Benjamin: o passado, a forma, a tradução*. Orientador: José Carlos Reis. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2013. 194 f.

LÉVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Aula inaugural. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

LLOYD, Christopher. *As estruturas da história*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO DE ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Jaraguá do Sul: Editora Avenida, 2005.

MALERBA, Jurandir. A história e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico, *Locus* (revista de história), Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 41-78, 2006.

MARTINS, Estevão. História: conhecimento, verdade, argumento, *Dimensão* (revista de história da UFES), v. 24, p. 15-42, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 17. ed. Trad. Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MENDES, Breno. Estruturalismo e hermenêutica na historiografia contemporânea: o debate entre Lévi-Strauss e Paul Ricoeur. In: 5º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: BIOGRAFIA E HISTÓRIA INTELECTUAL, Ouro Preto. *Caderno de resumos e Anais...* Ouro Preto: Editora UFOP, 2011a.

_____. Relações de força e relações de sentido: Michel Foucault e Paul Ricoeur revolucionam a historiografia, *Revista de Teoria da História*, ano 2, n. 5, jun. 2011b.

_____. Do giro-linguístico à hermenêutica: anti-realismo e realismo crítico na narrativa histórica. 6º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: O GIRO-LINGUISTICO E A HISTORIOGRAFIA: BALANÇOS E PERSPECTIVAS, Ouro Preto, *Caderno de resumos e Anais*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012.

MENDES, Breno e ZICA, Guilherme da Cruz. Paul Ricoeur e a representação historiadora: a marca do passado entre epistemologia e ontologia da história. *História da historiografia*, n 10, p.324-328, 2012.

MICHEL, Johann. *Paul Ricoeur: une philosophie de l'agir humain*. Paris: Éditions du CERF, 2006.

MONGIN, Olivier. *Paul Ricoeur*. Paris: Seuil, 1994.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre *Casa-Grande & Senzala* e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *Paul Ricoeur* (1913-2005). No prelo.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago, Henrique Mesquita e Terezinha Martinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

OLIVEIRA, Manfredo. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. Delimitando lo liminal: Tiempo y relato en Carr e Ricoeur, *Semiosis*, n. 22-23, p. 279-298, ene./dec. 1989.

PELLAUER, David. *Compreender Ricoeur*. Trad. Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2009.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. A história entre os inimigos do evento e os advogados da estrutura, *Ler história*, n. 57, 2009.

PETIT, Maria da Penha Villela. Pensando a História. De *História e verdade à Tempo e narrativa*, *Multitextos*, ano 1, n. 5, p. 6-15, 2007.

PIAGET, Jean. *O estruturalismo*. 3. ed. Trad. Moacir Renato de Amorim. São Paulo: Difel, 1979.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias, *Lua nova*, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.

POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972.

POUILLON, Jean. *Uma tentativa de definição*. In: COELHO, Eduardo Prado (Org.). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Trad. Maria Eduarda Reis Colares, Antonio Ramos Rosa e Eduardo Prado Coelho. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994.

_____. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.

_____. *Escola dos Annales: a inovação em história*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *História & Teoria*. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *As identidades do Brasil*. De Varnhagen à FHC. 9. ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. História da história (1950/60). História e estruturalismo: Braudel *versus* Lévi-Strauss, *Revista de História da Historiografia*, n. 1, ago. 2008.

_____. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*. Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RICOEUR, Paul *et al.* Autour de la *Pensée sauvage*. Réponses à quelques questions. (entretien avec Claude Lévi-Strauss), *Esprit*, nov. 1963.

RICOEUR, Paul; OLIVEIRA, Carlos. Entretien avec Paul Ricoeur. In: BOUCHINDHOMME, Christian; ROCHLITZ, Rainer (Éd.). *Temps et récit de Paul Ricoeur en débat*. Paris: Cerf, 1990.

ROCHLITZ, Rainer. Mémoire et pardon, *Critique*, n. 646, 2001.

RORTY, Richard. *El giro lingüístico*. Dificultades metafísicas de la filosofía lingüística. Trad. Gabriel Bello. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina, São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores)

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 12. ed. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1977.

SAVY, Pierre; SCHREIBER, David. Traduction et interprétation. À propos des dangers du geertizime, *Labyrinthe*, n. 8, p. 27-35, 2001.

SCHELEIERMACHER, Friederich. *Hermenêutica*. Arte e técnica da interpretação. Tradução e apresentação de Celso Reni Braida. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A história como “a representação do passado”. A nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papyrus, 2000.

_____. A renovação historiográfica francesa após a “guinada crítica”. MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos (Org.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: Edusc, 2007.

_____. Charles Seignobos. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história*. O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

STEIN, Ernildo. *Aproximações sobre hermenêutica*. Porto Alegre: Editora PUC-Rio, 1996.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história, *Revista de História* (IFCH, Unicamp), n. 2/3, São Paulo, 1991.

TENGELYI, László. En défense de l’expérience historique: du débat de Paul Ricoeur avec Hayden White, *Laval théologique et philosophique*, v. 65, n. 3, p. 463-477, 2009.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. 3. ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UnB, 1995.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. Ensaio sobre crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de França Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *Meta-história*. A imaginação histórica do século XIX. 2. ed. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 2008.

WHITE, Hayden. *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica*. Trad. Maria Inês La Greca y otros. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)